

24

agosto • 2017

História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)
Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polónia)
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretario

Rodrigo Machado (UFOP . Ouro Preto . MG . Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Rodrigo Machado (UFOP . Ouro Preto . MG . Brasil)

Revisão de Língua Portuguesa

Equipe de revisores da revista *História da Historiografia*

Revisão de Língua Espanhola

Equipe de revisores da revista *História da Historiografia*

Revisão de Língua Inglesa

Marcelo Oliveira da Silva “Lectura traduções”

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Contato

Rua do Seminário, s/n • Centro • Mariana - MG • 35420-000 • Brasil
www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e é hoje um periódico de referência para os especialistas das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa e espanhola. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2017, número 24, agosto, 2017, 194 p.

Quadrimestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

7

ARTIGOS
ARTICLES

- Thomas Hobbes como historiador: a Ciência civil na historiografia
Thomas Hobbes as a historian: civil science in historiography
Debora Regina Vogt 10
- Filosofia e História em Thomas Hobbes: uma leitura de *An Historical Narration Concerning Heresy*
Philosophy and History in Thomas Hobbes: a reading of An Historical Narration Concerning Heresy
João de Azevedo e Dias Duarte 26
- Nietzsche: proposições acerca de uma história genealógica e afirmadora da vida
Nietzsche: propositions about a genealogical and life-affirming history
Raylane Marques Sousa
Eduardo Ferreira Chagas 44
- O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938)
Managerial activity in the Annales d'Histoire Économique et Sociale (1929-1938)
Mariana Ladeira Osés 60
- ¿Un “revisonismo popular”? Criollismo y revisionismo histórico en Argentina
A “popular revisionism”? Criollismo and historical revisionism in Argentina
Ezequiel Adamovsky 77
- Tempo Presente: entre operações e tramas
Present Time: between operations and plots
Reinaldo Lindolfo Lohn
Emerson Cesar de Campos 97
- Rodolfo Garcia esboçado em cartas: tensões entre o erudito e o intelectual
Rodolfo Garcia outlined in correspondence: tensions between the erudite and intellectual
Gabriela D’Avila Brönstrup 114
- Alexandre Herculano e a construção do historiador
Alexandre Herculano and the historian’s construction
Michelle Fernanda Tasca 130
- Autobiografia de *Raízes do Brasil*: lembrança e comemoração do ensaio nos anos 1970-1980
The Roots of Brazil’s “autobiography”: Remembrance and celebration of the essay (1970-1980)
Raphael Guilherme de Carvalho 144
- Por uma historiografia literária sentimental: formação e modernidade em Antonio Candido
For a sentimental literary historiography: formation and modernity in Antonio Candido
Henrique Pinheiro Costa Gaio 162

RESENHAS
REVIEW ESSAYS

O passado manifesto

The Manifest(ed) past

AZEVEDO, Beatriz. *Antropofagia: palimpsesto selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2016. 240p.

Mauro Franco Neto

179

PARECERISTAS DESTE NÚMERO
REVIEWERS OF THIS ISSUE

187

NORMAS DE PUBLICAÇÃO
EDITORIAL GUIDELINES

189

DIRETRIZES PARA AUTORES
GUIDELINES FOR AUTHORS

194

Editorial

editorial

Chega agora, nesse início de segundo semestre, junto com os ipês amarelos, o número 24 da revista *História da Historiografia*.

O conjunto de textos desse número revela um conjunto temático tão rico quanto diverso, o que revela a pulsante pesquisa na área de Teoria e História da Historiografia.

Apresentam-se dois artigos dedicados a Thomas Hobbes e o papel que a História possui em sua obra. No primeiro, *Thomas Hobbes como historiador: a ciência civil na historiografia*, a autora, Débora Vogt, preocupa-se em investigar o papel que a história *magistra vitae* e como ela se entrelaça com a concepção de natureza humana. No segundo texto, intitulado *Filosofia e História em Thomas Hobbes: uma leitura de An Historical Narration Concerning Heresy*, João de Azevedo e Dias Duarte trata da crítica hobbessiana à importância que a tradição clássica-humanista confere à experiência e à história, e se debruça sobre a obra mencionada em seu título, buscando compreender qual o tipo de história Hobbes mobiliza.

Raylane Marques Sousa e Eduardo Ferreira Chagas visitam a Genealogia da moral, de Nietzsche, e a crítica do 'filósofo intempestivo' à filologia clássica, compondo uma alternativa, que seria a "genealogia das surpresas".

Em *O trabalho que se faz: A atividade diretorial nos Annales d'Histoire Économique et Sociale (1929-1938)*, Mariana Ladeira investiga o cotidiano da Revista editada por Marc Bloch e Lucien Febvre, através das cartas trocadas entre os dois historiadores, e faz uma leitura do momento de intensa instabilidade, que marcou os primeiros anos do periódico, e como se traçou seu perfil temático.

Ezequiel Adamovsky dedica-se ao tema do "criollismo" e o revisionismo histórico na Argentina, construindo um interessante contexto historiográfico da crítica ao paradigma 'mitrista', presente nas narrativas largamente difundidas no sistema escolar. *¿Un "revisionismo popular"? Criollismo y revisionismo histórico en Argentina* trata da mobilização de novos vetores de leituras do passado, reivindicando a polifonia que caracteriza a narrativa historiográfica.

A História do tempo presente e a Micro-história são os temas dos artigos *Tempo Presente: entre operações e tramas* e *Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi*. Os autores Lindolfo Lohn e Emerson Cesar de Campos fazem uma discussão voltada para os últimos trinta anos, onde localizam as noções de tempo e de presente que significaram o contorno, hoje identificado como História do tempo presente.

Rodolfo Garcia esboçado em cartas: tensões entre o erudito e o intelectual. O artigo de Gabriela D'Ávila Brönstrup traz a análise da identidade de historiador de Rodolfo Garcia, através das cartas recebidas por ele de seus pares. Na correspondência, a autora, identificou o que poderiam ser as características do historiador nas décadas do ensaísmo, 1930 e 1940.

Um segundo artigo voltado à construção do historiador é o que traz a trajetória de Alexandre Herculano. Nele, Michelle Fernanda Tasca se volta para os primeiros anos de aprendizado do historiador português e como a experiência

do exílio foi importante nesse período, bem como suas tarefas de bibliotecário e historiador se complementaram na busca dos documentos, catalogações e organização da sua síntese histórica.

Ainda no último terço deste número da *História da Historiografia* a obra *Raízes do Brasil* é trazida, sob a luz da perquirição biográfica. *(Auto)biografia de Raízes do Brasil: rememoração e comemoração do ensaio nos anos 1970-1980*. Raphael Guilherme de Carvalho propõe que as décadas de 1970 e 1980, a partir da edição de 1969, são fundamentais para que se estabeleça a rubrica de clássico da historiografia brasileira ao livro de Sérgio Buarque de Holanda.

Antonio Candido e sua historiografia literária é o tema do artigo de Henrique Pinheiro Costa Gaio, *Por uma historiografia literária sentimental: formação e modernidade em Antonio Candido*. A investigação de *Formação da Literatura brasileira* parte das "narrativas de passagens", identificadas na incompletude da formação literária brasileira, e na tensão permanente entre a tradição e modernidade.

Na resenha *O passado manifesto*, o livro de Beatriz Azevedo, *Antropofagia: palimpsesto selvagem*, publicado pela Cosac Naify em 2016 ganha leitura que põe em destaque o Modernismo de Oswald de Andrade. O olhar sobre o Manifesto ganha intensas camadas, ressaltando a latência da identidade ameríndia na sociedade brasileira: "Precisamos, menino, desvespuciar e descolombizar América e descabralizar o Brasil" (AZEVEDO 2016, p. 62). Assim disse Oswald.

O número 24 da *História da Historiografia* traz o vigor da pesquisa historiográfica, e, nesse momento de tantas perdas, revela-se um ato de resitência!

8

Ótima leitura é o que desejamos.
Os editores.

Artigos

articles

Thomas Hobbes como historiador: a Ciência civil na historiografia

Thomas Hobbes as a historian: civil science in historiography

Debora Regina Vogt

vogt.deboraregina@gmail.com

Doutoranda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Mal Juarez Tavora, 400, 82B

05750-000 - São Paulo - São Paulo

Brasil

Resumo

Este estudo procura compreender, em linhas gerais, o sentido da história para Thomas Hobbes. Embora ele seja principalmente um pensador preocupado com sua Ciência civil, ele também fez da história objeto de estudo e análise, chegando a escrever uma obra sobre a Revolução Inglesa. Partindo tanto do entendimento da história como mestra da vida como o sentido do passado para o filósofo, por meio da reflexão sobre seus contatos com a narrativa histórica, procura-se demonstrar o sentido que a historiografia teve para um autor que não se via como historiador, embora tenha feito dela veículo de atuação política. Procura-se demonstrar o sentido que a história como *magistra vitae* adquiriu em seu contexto e de que forma ela relaciona-se com a concepção de natureza humana que transparece no pensamento maior de Hobbes. Entre a história como ensino e como saída para o estado de natureza é conduzido esse trabalho.

10

Palavras-chave

História das ideias; Thomas Hobbes; *Historia magistra vitae*.

Abstract

This study searches a general understanding on Thomas Hobbes' sense of history. Although mainly concerned with his Civil Science, Hobbes also made of history an object of study and analysis, writing a book on the English Revolution. Starting from the understanding of history as a teacher of life and of the philosopher's sense of the past, by means of reflections on their contacts with the historical narrative, this study seeks to demonstrate the sense of historiography of an author that did not see himself as historian, although having made of it a way of political action. It seeks to demonstrate the sense that history — as *magistra vitae* — has taken in the context of his oeuvre and its relationship with the notion of human nature that emerges of Hobbes' quintessential thinking. This work is conducted between history as a teaching matter and as a solution to the state of nature.

Keywords

History of Ideas; Thomas Hobbes; *Historia magistra vitae*.

Recebido em: 20/10/2016

Aprovado em: 31/8/2017

[...] mas a própria construção repousa nos fatos e nas palavras: a inteligência dos fatos requer a ordem dos tempos e a descrição dos lugares. Pede também, já que em fatos importantes e dignos de memória [...] sobre os feitos, que se declare não só o que se fez ou se disse, mas também de que modo [...] e não se fale só dos feitos dos próprios homens, mas, com relações aos que se distinguem pela reputação e pelo nome, também da vida e do caráter de cada um [...] (Cícero, *Do Orador*, II, grifos meus).

Thomas Hobbes, assim como Nicolau Maquiavel, Galileu Galilei, Jean-Jacques Rousseau, Francis Bacon, entre outros, é colocado como um dos grandes nomes da modernidade ocidental. Conhecido por suas teorias a respeito do poder soberano e da natureza humana, o pensador é presença constante em livros didáticos e em disciplinas de Filosofia, Ciência Política e História. Ele está em nosso *Panteon* acadêmico e é arrolado como um dos grandes pensadores e idealizadores do Estado moderno, pré-configuração do que será, posteriormente, o Estado como nós conhecemos hoje. Entender suas obras é compreender mais do que um autor importante, mas apreender conceitos fundamentais para a construção do Estado moderno e do nosso mundo atual.

O objetivo desse artigo é refletir sobre a prática historiográfica de Hobbes, que não se via como historiador, mas que tinha a narrativa como veículo de demonstração da Ciência civil, necessária à vida em sociedade. Para isso, é apresentada a Ciência civil hobbesiana como veículo maior de seu pensamento, na qual a narrativa histórica se insere, compreendendo a história como uso da narrativa para demonstrar, para outros públicos, a necessidade de sua Ciência civil. Como presença constante em manuais de filosofia e de ciência política, estudiosos de Hobbes criaram definições didáticas com o objetivo de facilitar a apreensão de um autor múltiplo como é o filósofo. Assim, ao se estudar o pensador, alguns pressupostos são afirmados como “dados”, “prontos”, através dos quais se pensa e se analisa seus textos. Fruto da modernidade e da crença que essa traz em relação à razão, juntamente com seu uso do método hipotético dedutivo, Hobbes se colocaria como um dos rompedores da tradição medieval, muito inspirada em Aristóteles, que até então marcava as universidades. Seu desejo era criar uma ciência da moral e da política, já que, segundo ele, as opiniões são variáveis como diferentes são os homens. Sua construção de uma ciência moral estaria pautada no modelo da ciência natural. Desta forma, os modelos de Hobbes são laicos e diferem dos aristotélicos em sua essência, já que não pressupõem o homem como animal político.

Entretanto, se Hobbes via a si mesmo como alguém que estava longe de vários de seus contemporâneos, admiradores das teorias de Aristóteles, vários desses elementos que ele contestou e discordou são a base conceitual através do qual pensou, leu e escreveu. Ou seja, mesmo que o filósofo seja arrolado por nós no quadro dos “modernos” em nossos livros didáticos e aulas, as definições são limitadas em relação a possibilidades de explicação de um autor múltiplo como é Hobbes. O pensador era um moderno, mas também era um humanista, era um seguidor e admirador das novidades trazidas pelos

novos conhecimentos científicos, mas também era um admirador de Tucídides e de outros escritores antigos. Escreveu textos sobre geometria, sobre filosofia, sobre as ciências naturais, procurou criar uma ciência moral e também escreveu história, como faziam os humanistas em sua época. Embora, por recursos didáticos, tenhamos por costume “encaixotar” pensadores em definições de modo a facilitar a compreensão, quando observados atentamente, fogem de nossas pré-definições.

Além dos tratados políticos que marcam seu pensamento e tornaram Hobbes conhecido mesmo após sua época, o autor escreve sobre ciência, matemática e história. Segundo Bruno Latour, inclusive, enquanto Robert Boyle teria criado o discurso científico moderno, Thomas Hobbes inauguraria o discurso político, baseado em elementos que conhecemos hoje: representação, contrato, propriedade e cidadãos.¹

Hobbes é, dessa forma, um dos nomes que marca a modernidade. Conhecido principalmente por sua obra, *Leviatã*, ele estabelece muitas das bases que formam o Estado Político Moderno. Ele é referência no que se refere à definição de poder absoluto e a quebra de conceitos que a modernidade trouxe. No entanto, além de demonstrar como funciona a natureza humana e a necessidade de um poder soberano capaz de controlar a força irremediável que levava os homens ao estado de natureza, o pensador decide contar aos seus contemporâneos uma história que viveu: a guerra civil inglesa.

12

Behemoth ou o Longo Parlamento, obra narrativa do pensador, foi escrito no final da vida de Hobbes, em 1668, tendo publicação oficial somente após a morte do autor. Hobbes queria vê-lo publicado, mas, ao pedir autorização a Carlos II, seu ex-aluno, ela foi negada. No entanto, várias cópias circulavam na Inglaterra, mesmo sem o consentimento do autor (TÖNNIES 2001, p. 25- 29). A primeira edição só sairia três anos após a morte do filósofo, por seu amigo e editor William Croke. Foram quatro os manuscritos deixados pelo filósofo, mas só um recebeu revisão, o de Ferdinand Tönnie, publicado em 1889 e traduzido para o português em 2001 por Eunice Ostrensky.

Nesta obra, Hobbes, curiosamente, mas não sem razão, utiliza-se de uma metáfora bíblica. A contraposição ao *Leviatã* é evidente e embora na Bíblia não haja uma clara valorização dele² em relação ao *Behemoth*, o filósofo desejava demonstrar aos seus contemporâneos as duas situações em que a sociedade poderia se encontrar. A linguagem bíblica é, neste caso, um vocabulário comum, compartilhado pelos leitores de seu discurso. Mesmo que Hobbes atacasse com veemência e de modo explícito aqueles que se utilizam da palavra como engano,

¹ “A escolha de tratar ao mesmo tempo de Hobbes e Boyle tem algo de genial, uma vez que o novo princípio de simetria, destinado a explicar ao mesmo tempo a natureza e a sociedade (ver abaixo) nos é imposto pela primeira vez nos estudos sobre a ciência através de duas grandes figuras do início da era moderna. Hobbes e seus seguidores criaram os principais recursos de que dispomos para falar do poder - representação, soberano, contrato, propriedade, cidadãos -, enquanto que Boyle e seus seguidores elaboraram um dos repertórios mais importantes para falar da natureza - experiência, fato, testemunho, colegas. O que nos ainda não sabíamos, e que se tratava de uma dupla invenção” (LATOURE, 1994, p. 30).

² Ver Jó 40: 15-24. O *Leviatã* e o *Behemoth* aparecem na Bíblia nos capítulos 40 e 41 do livro de Jó. Enquanto o *Leviatã* é uma espécie de crocodilo ou dragão, representando um monstro marinho, *Behemoth*, o hipopótamo imperturbável, é um monstro terrestre.

para levar o povo a se indispor com seu soberano, o pensador usou os mesmos elementos que seus opositores para convencer e persuadir: palavras e jogos de linguagem. Além do próprio título, o livro, assim como outros, é cheio de referências bíblicas.

Escrito sob a forma de diálogo, onde os capítulos são divididos como intervalos de uma conversa mais longa entre duas pessoas, as opiniões dos personagens não são distintas. Diferente de um diálogo platônico, onde as opiniões dos personagens são diferentes e há uma descrição dos que participam do diálogo, no caso do filósofo inglês, não há descrição dos interlocutores. O que é possível afirmar é que um deles, identificado como "A", presenciou a guerra e a relata, enquanto o segundo, "B", ouve e faz considerações. O teor da conversa é de um relato que abarca o início da guerra, com as causas dessa e termina com a restauração do poder ao seu devido lugar, na visão de Hobbes: aos Stuart. Segundo o próprio autor, o primeiro diálogo trata-se de sementes da rebelião,³ "certas opiniões a respeito da teologia e política" (HOBBS, *Behemoth*, Dedicatória, p. 23), já o segundo trata-se do desenvolvimento da guerra, com documentos⁴ que o Parlamento e o rei trocaram durante o conflito. O terceiro e quarto capítulo de forma muito mais enxuta e menos analítica em relação aos outros dois, tratam de uma descrição da guerra com poucas reflexões.

Assim, no Diálogo I, Hobbes afirma, pela fala de "B", quais seriam os objetivos de seu relato, após um breve período em que ambos conversavam sobre as virtudes e o uso que o clero fazia da doutrina de Aristóteles. Em determinado momento, "A" questiona se eles não haviam se afastado de seu propósito, "B" responde que não, já que, para o filósofo, não bastava descrever a guerra, mas entender por que ela ocorreu, descortinar suas causas, para que se pudesse aprender com o ocorrido.

13

Julgo que de modo algum vos desviastes, pois suponho que vosso propósito fosse inteirar-me da história, não tanto das ações ocorridas no tempo das últimas perturbações, como de suas causas, e dos concílios e artificios que as produziram. Há vários homens que escreveram a história, com os quais poderia aprender o que se fez, e também algo do que foi tramado, mas neles pouco encontro do que desejava perguntar. Portanto, uma vez que foi do vosso agrado o meu pedido de travar este diálogo, que agrade também a vós me informar segundo meu próprio método; e, quanto ao risco de fazer confusão que possa resultar disso, cuidarei de vos trazer de volta ao lugar onde vos retirei, visto que bem me lembro onde ficava (HOBBS *Behemoth*, Diálogo I, grifos meus).

Hobbes escreve este livro com oitenta anos, após a Restauração. O filósofo olha para aqueles tempos com certa melancolia, de quem procura entender o

³ É importante colocar que a revolução inglesa só foi chamada por esse nome após a Revolução Francesa, anteriormente ela era simplesmente chamada de "grande rebelião" Segundo Eunice Ostrensky, o primeiro a designar a guerra civil como revolução foi o historiador François Guizot, provavelmente como alusão à Revolução Francesa (OSTRENSKY 2006, p. 24).

⁴ Os dois primeiros diálogos embora não tratem da guerra "em si", são para Hobbes partes dela, já que, para o filósofo, a luta não é somente o combate, mas quando os homens estão dispostos a isso: "[...] Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar a batalha é suficientemente conhecida [...]" (HOBBS *Leviatã*, Cap. XIII, p. 109).

que passou, dar-lhe um sentido, mesmo que posteriormente. Se ler o humano é essencial para quem governa, entender os atos e compreender suas atitudes é um ponto fundamental. Se as paixões humanas são as mesmas,⁵ como o filósofo afirma no *Leviatã*, os atos passados podem nos decifrar a natureza humana. Hobbes inicia desta forma seu relato:

Se no tempo, como no espaço, houvesse graus de alto e baixo, acredito firmemente que o mais alto dos tempos seria o que transcorreu entre os anos de 1640 e 1660. Pois quem do topo, como da *Montanha do Diabo*, olhasse o mundo e observasse as ações dos homens, sobretudo na Inglaterra, descortinaria um panorama de todas as espécies de injustiça e de loucura que o mundo pôde proporcionar, e como foram geradas pela hipocrisia e presunção- aquela dobrada iniquidade, esta, dupla loucura (HOBBS *Behemoth*, Diálogo I, grifos meus).

14

Hobbes inicia seu relato evocando uma imagem bíblica. Se a metáfora do título parece sugestiva e evidencia alguns dos propósitos do pensador, levar seus leitores ao pináculo do templo, onde o Diabo leva Jesus para que ele se renda as riquezas e aos prazeres do mundo, evoca o caráter maligno e enganador daquela guerra. Lá, da “Montanha do diabo”, é possível enxergar o que fazem os homens na terra e observar as motivações que engendraram aqueles dias. Injustiça e loucura se fizeram presentes e ações que, em tempos de paz, não se efetivariam, já que, em guerra intestina, já não há noção de certo e errado, pois não há nenhuma lei constituída e nem juiz para afirmar o que é ou não bom. Quando o Diabo leva Jesus ao Pináculo do Templo⁶ ele pode vislumbrar mais claramente as riquezas e prazeres do mundo. O tentador lhe oferece tudo, já que tudo que havia sido entregue, apenas havia um pedido, que ele lhe adorasse. Jesus recusa a oferta e o Diabo retira-se. A passagem bíblica, parafraseada por Hobbes, lembra o lugar do engano, da ilusão, para aqueles cujo vocabulário comum era o religioso.

Assim como outros humanistas, para Hobbes, a história não tem o tom de anais ou de relato emoldural. Ela nos apresenta o caráter natural humano, suas paixões e caminhos traçados. Se for possível ler o humano e, através disso, adquirir prudência, o caminho da história parece ser perfeitamente aceitável. Além disso, a que Hobbes propõe-se a narrar é peculiar e demonstra, segundo sua visão, o que é a natureza humana escondida ou velada dentro de nós. Se entendermos que, para o filósofo, a guerra civil é a volta ao estado de natureza, quando se perde os referenciais construídos quando vivemos na sociedade, fica claro que aprender sobre ela é demonstrar onde nossos atos de rebelião podem nos levar. Nas palavras de Ahrens Dorf (2000): “Hobbes afirma que o

⁵ “[...] Pretendia ensinar-nos que, a partir da semelhança entre os pensamentos e paixões dos diferentes homens, quem quer que olhe para dentro de si mesmo, e examine o que faz quando *pensa, opina, raciocina, espera, recebe*, etc., e por que motivos o faz, poderá por esse meio ler e conhecer todos os pensamentos e paixões de todos os outros homens, em circunstâncias idênticas. Refiro-me às semelhanças das *paixões* que são as mesmas em todos os homens, *desejo, medo, esperança*, etc., e não à semelhança *dos objetos* das paixões que são as coisas *desejadas, temidas, esperadas*, etc [...]” (HOBBS, *Leviatã*, Introdução, grifos no original).

⁶ “[...] Levou- o Diabo a um monte muito alto, mostrou-lhe todos os reinos do mundo e a glória deles e lhe disse: - Tudo te darei se, prostrado, me adorares. Então, Jesus respondeu: - Retira-te Satanás, porque está escrito ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele darás culto [...]” (Mateus 4, 7-10).

inevitável ciclo da guerra e paz, vaidade e medo, pode ser superado através da instrução, durante o período da paz, sobre a cansativa e sanguenta experiência da guerra". Ou seja, através do aprendizado sobre a situação de conflito, poder-se-ia valorizar a segurança e a paz, visando permanecer assim.

Contudo, para o pensador, essa solução ainda ocorre no plano do contingente e não de uma teoria elaborada. O fim do problema iminente da volta ao estado de natureza só se daria pelo ensino da ciência civil, entretanto, a história é exemplo e como tal deve ser lida. O problema, no entanto, é que o homem rapidamente se esquece do que viveu e ouviu, voltando frequentemente ao fluxo incontrollável de suas paixões, por isso se faz necessário a lembrança constante, para que não se esqueça do perigo que correm.

Assim, se, por um lado, existe uma filiação de Hobbes à leitura humanista da História que a concebe como instrução, por outro lado, é importante lembrar que para o filósofo a história só tem sentido dentro de um entendimento universal do ser humano, ou seja, ela é ilustração para a ciência civil, essa sim, imutável e invariável. Ela, tal como em Cícero, viria associada à eloquência e estaria ligada à divulgação da verdade para um público leigo que provavelmente não leria seus textos teóricos. Além disso, da mesma forma que a história clássica ensina, a Bíblia, quando lida da forma apropriada, traria narrativas que poderiam ensinar o presente da Inglaterra.

É como se os tempos de paz fossem necessariamente intercalados por momentos de guerra. A trajetória humana está, para o pensador, continuamente envolvida neste ciclo, entretanto, para ele, a própria história parece ser também o instrumento usado para a quebra desse ciclo inevitável da natureza (AHRENSDORF 2000). Por meio da instrução, do aprendizado sobre a guerra, seria possível, durante certo tempo, romper o ciclo, já que alertaria o homem do inevitável perigo que corre. Em tempos de paz é possível esquecer o que ocorre em momentos de guerra. Sem o conhecimento sobre a situação de caos instalada, o homem se rende a uma de suas principais paixões, a busca de louvor e honra, e esquece-se do perigo iminente.

Se não necessariamente a história torna os homens mais sábios, já que continuamente erros são repetidos, o pensador apresenta a ciência civil como caminho para a manutenção da paz. A geometria seria o modelo e o método não só para as Ciências Naturais, mas também para a ciência civil.

Semelhante a um ciclo que, neste caso, não necessariamente volta ao mesmo lugar, mas que repete certas formas estruturais, já que as paixões humanas, em diferentes tempos, são as mesmas, a guerra civil deve ser entendida como uma eterna possibilidade, latente na natureza humana. Semelhante ao movimento dos astros no espaço, pensado no século XVII, em que o sentido de revolução é *mover em giro*, as mudanças humanas fazem parte de um ciclo maior, que rege tanto a natureza como a sociedade. Embora o ideal seja que se estabeleça um governo de paz e não de conturbações, não é possível enganar-se: sempre existe a possibilidade de tais como nos ciclos naturais, o estado de natureza voltar. No final do quarto diálogo do *Behemoth*, por exemplo, Hobbes afirma:

Vi nesta revolução *um movimento circular* do poder soberano, que foi do falecido rei para seu filho, passando por dois usurpadores, pai e filho. Pois (deixando de lado o poder do conselho de oficiais, que foi temporário e cujos detentores se consideravam apenas procuradores) moveu-se do rei Carlos I para o Longo Parlamento; daí para o Rabo; do Rabo para Oliver Cromwell; e então para de volta de Richard Cromwell para o Longo Parlamento; deste, para o rei Carlos II, onde se espera que permaneça por muito tempo (HOBBS, *Behemoth*, Diálogo IV, grifos meus).

Quando Hobbes coloca a história num sentido cíclico, insere-se dentro de uma nova visão de história,⁷ que, rompendo com as heranças de um tempo escatológico cristão, que colocava tudo em direção ao fim do mundo, retoma, de certo modo, uma visão antiga de tempo cíclico. Assim como são cíclicos os eventos da natureza, seriam também as formas de governo. Sendo a história temporalmente cíclica, é possível prever o futuro baseando-se nas experiências do passado. Sendo o futuro matematicamente calculável, é possível estabelecer um prognóstico dele, embora esse possa ser, de certo modo, profético, devido ao caráter permanente da natureza humana. Olha-se para o passado, que no caso é a Antiguidade Clássica, e se prevê o futuro, ou, nas palavras de Reinhard Koselleck (2006, p. 36), “coloca-se o passado no futuro”.

Entre o passado e o presente de sua escrita o pensador dá entendimento não só ao que narra, mas reitera o que apresenta como sendo a natureza humana que permite entender todos os homens. O medo da guerra civil é uma constante, já que os laços da vida social são frágeis, principalmente devido às paixões humanas. Assim, entre o passado e o presente, Hobbes apresenta a sua narrativa, procurando reiterar entendimentos sobre a natureza humana e a necessidade da obediência ao soberano. Se pudermos aprender com o passado, evitaremos o mal que a guerra civil traz sobre a vida em sociedade e a paz será mantida.

16

Passado e presente como conceitos históricos

Passado e presente são conceitos assimétricos que andam juntos na reflexão teórica e narrativa histórica. Quando um dos conceitos é mencionado, o outro está subentendido, já que não há como ter passado sem presente. São os conceitos assimétricos, citados por Reinhart Koselleck (2006), que ao mesmo tempo em que são contrapostos, caminham juntos no entendimento, por vezes, de toda humanidade.

Obviamente a relação entre os dois não é sempre clara e unívoca, já que engloba visões teóricas e metodológicas sobre como ocorre o processo histórico. Se o passado é percebido como algo a ser superado, ele serve apenas para deleite intelectual ou entendimento do presente. No entanto, se ele é ensino, compreensão de fatos e atitudes que podem se repetir por fazerem parte da natureza humana, seu estudo é útil à vida política e não deve ser negligenciado.

⁷ De acordo com Koselleck (2006, p. 21-39), o tempo moderno passaria do escatológico, com as constantes profecias referentes ao fim do mundo em direção ao cíclico, numa retomada dos antigos e por fim no tempo linear, que bebe suas fontes na escatologia, ao colocar a revolução como ponto alto antes mesmo da Revolução Francesa.

Os dois conceitos são fundamentais na escrita dos que têm a história como horizonte central. A partir do presente e seu lugar de fala é que se produz o entendimento sobre o passado e o que ele significa para o contexto contemporâneo. Contudo, se atualmente - após a Revolução Francesa e os questionamentos relativos à história como mestra da vida e como constante evolução - compreendemos a história como não passível de repetição, para os modernos ela era como um ciclo, repetível e possível de apreender. O estudo do passado era justificável na medida em que era possível que os acontecimentos se repetissem, dentro de conjunturas semelhantes.

Segundo Koselleck (2006, p. 210), tais pares de conceitos - passado e presente - unem experiências e expectativas políticas, já que carregam certa visão sobre o passado, sobre o presente e o próprio futuro. A antítese tem estruturas próprias que convergem na criação de um passado que é como o espelho do presente ou vice-versa. Nessa conjunção, o passado é ao mesmo tempo distante e próximo, pois se, por um lado, ele é antigo e afastado temporalmente, por outro, é repetível em sua forma estrutural.

O passado e o presente aparecem como elementos chaves na modernidade também, mesmo antes da profissionalização do historiador. Sem profissionais que se dedicavam integralmente à prática, pensadores modernos se dedicaram ao estudo e à reflexão sobre a história, seus objetivos e à própria prática da escrita. Sem as leituras e reflexões que temos hoje sobre a prática historiográfica, a maioria se deteve na narrativa e menos na reflexão teórica. Desta forma, podemos perceber a práxis e a compreensão sobre a historiográfica em seus textos e nas demonstrações que tinham sobre a forma como percebiam a passagem do tempo.

Embora em geral os pensadores sejam conhecidos por seus tratados filosóficos e epistemológicos, boa parte dos modernos não via a história como ciência separada das outras. Assim, vários se dedicaram à prática, mesmo sem aporte teórico, compreendendo que ela poderia ser escrita e compreendida, a fim de evitar erros futuros. A história como mestra é o que os une, embora saiam de concepções sobre o homem que podem ser contraditórias.

Hobbes, contratualista inglês e defensor do estado absolutista como única saída para o estado de natureza, foi um dos pensadores que fez da história objeto de reflexão e inspiração para seus trabalhos. A partir da narrativa sobre o passado, procurou mostrar para um público mais leigo a verdade de sua teoria e a necessidade de um poder soberano para que a paz fosse permanente. Sua forma de prática historiográfica é uma forma de demonstração da ciência civil, necessária à vida em sociedade. Se seus tratados de filosofia podiam ser indecifráveis para um público mais leigo, ele descreve a guerra civil e todo seu sofrimento a fim de alertar seus contemporâneos sobre as necessidades da vida em sociedade.

Para Thomas Hobbes o homem sem o poder soberano vive uma situação de ameaça constante, já que sem um poder constituído não há quem diga o que é certo ou errado ou quem é ou não o proprietário de alguma coisa. Isso ocasiona uma guerra intestina, em que cada um luta por sua própria sobrevivência. Diante desse quadro, os homens entregaram todo poder ao soberano para que

ele trouxesse a paz, necessária à vida em comunidade. No entanto, em certos momentos, era necessário também lembrar ao homem a necessidade de se obedecer ao soberano, visando à manutenção de sua própria vida. Esse foi um dos principais propósitos das obras do pensador, principalmente em suas reflexões sobre a história.

Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não poderiam aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as virtudes dos cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo e do espírito [...] Outra consequência da mesma condição é que não há propriedade, nem domínio, nem distinção entre o *meu* e o *teu*; só pertence a cada homem aquilo que ele é capaz de conseguir, e apenas enquanto for capaz de conservá-lo [...]” (HOBBS *Leviatã*, Cap. XIII).

Diante de uma situação de total desordem, em que a vida era constantemente ameaçada, os homens decidiram entregar todo poder civil e político a um soberano, este, por sua vez, deveria trazer a paz e a tranquilidade. A lei viria do próprio rei, que por sua palavra e pela força da espada, mantém a ordem necessária ao viver em comunidade, já que os homens não seriam naturalmente seres sociáveis.

18

Hobbes intervém em seu contexto não com armas ou cargos políticos, mas por intermédio da linguagem. Seus textos são veículos de atuação em seu contexto e têm como objetivo demonstrar a verdade sobre sua ciência civil. A leitura que proponho do pensador, portanto, pressupõe a concepção de que a linguagem também é um veículo de intervenção.

O mundo social, político e intelectual é codificado através da linguagem e é interessante perguntar-nos até que ponto algo existe fora da codificação linguística. A linguagem não é um espelho da realidade, mas diversos reflexos que ao mesmo tempo em que refletem, atingem o “real” também. Como imagens que nunca terminam, não há separação entre o mundo e a forma como o codificamos. Desta forma, compreendo a obra de Hobbes não como reflexo de um real exterior a ela, mas como veículo de intervenção política, que também é uma arma de ação.

É importante lembrar, inclusive, que nosso “fazer histórico”, quando trabalhamos com fontes e vestígios do passado, é formado por códigos linguísticos, que devem ser interpretados por nós. O próprio contexto é textualizado, numa contínua relação que construímos entre leituras e reflexões (LA CAPRA 1998, p. 241).

A história e a Ciência civil em Thomas Hobbes

Embora Thomas Hobbes tivesse como objetivo central apresentar a sua Ciência civil, deteve-se em escrever e estudar história, pois a compreendia como parte importante no estudo da natureza humana. Hobbes viveu cerca de 90 anos. Neste tempo, a Inglaterra passou por violentas transformações,

que marcaram não só seus contemporâneos, mas a Idade Moderna europeia. Até hoje, a Revolução Inglesa é colocada na historiografia como precursora da Revolução Francesa e para tudo o que essa significa, em termos de mudanças e continuidades. O pensador não só leu a respeito da história Inglesa, mas como um expectador que também deseja ser interventor, refletiu sobre o que passou, dando sentido ao que viveu.

Hobbes insere-se numa concepção de história que se fez presente até o século XVIII, na qual os eventos eram compreendidos dentro de uma uniformidade potencial, passíveis de repetição, tornando-se, deste modo, veículos de interpretação do próprio futuro (KOSELLECK 2006, p. 54). As noções de tempo eram vindas de dois fenômenos observados: o movimento das estrelas e a sequência de governantes e dinastias.

Desta forma, assim como as estações se repetiam, as formas de governo, limitadas por natureza,⁸ se sucedem e se repetem, dentro de um ciclo. Assim, o sentido de revolução, no século XVII, remetia a conceitos da astronomia e física, se referindo tanto aos ciclos das gerações (geração, corrupção e morte) como as formas de governo que não se transformam, mas se alternam em repetições e ciclos. Ou seja, embora Hobbes esteja, em seus textos, analisando as leis civis, seus termos remetem à *physis* e a leis naturais⁹ (OSTRENSKY 2006, p. 26-29). As incursões do pensador pela história remetem a esse caráter de exemplo, de mostra da natureza humana que transparece principalmente nos momentos de guerra civil.

Nessa linha, a história tinha como objetivo mostrar o ciclo histórico e as melhores formas de evitá-lo, demonstrando o que ocorria caso o homem se revoltasse contra o poder soberano. O medo da morte é o que mantém os habitantes da cidade obedientes, já que se não houver um poder centralizador toda a estrutura é deteriorada.

Percebendo a importância da narrativa historiográfica, o filósofo, no decorrer de sua vida, fará incursões pela história. Para ele, ela seria importante na medida em que mostrava os acontecimentos, os erros passados e nos ensinava sobre a melhor forma de não repeti-los. Sem reflexões sobre as possibilidades de representar o passado, o pensador acreditava que pelo elencar dos fatos seria possível alcançar a sabedoria política.

Seu primeiro contato com a disciplina ocorreu através da tradução da *Guerra do Peloponeso*, de Tucídides. A tradução, entre as obras humanistas, merece destaque, já que ela ocorre do próprio grego, enquanto a prática muitas vezes

⁸ Segundo a doutrina antiga, de origem aristotélica, havia um número limitado de formas constitucionais, que substituíam alternadamente umas às outras, mas que não poderiam ser ultrapassadas. Aristóteles reconhece três tipos de Estado ou organização da pólis: monarquia, aristocracia e democracia. As transformações, nesse sentido, não são completas, já que retomam uma forma que de governo que já é antecipadamente conhecida.

⁹ "Na Inglaterra do século XVII, o conceito de revolução remete quase sempre a dois sentidos distintos, invariavelmente relacionados à astronomia e ao que hoje intitulamos física. O primeiro sentido é sinônimo de circunvolução e designa o processo cíclico de geração, corrupção e morte pelo qual passam todos os seres, mesmo os grandes corpos das repúblicas [...]. E, se genericamente a mutação própria da *physis* encontra similitude na instabilidade política, descendo aos particulares, a trajetória das esferas celestes, conforme a linguagem ptolomaica, ajuda a refletir sobre as condições pelas quais uma forma de governo muda-se noutra e sobre a trajetória dos regimes [...]" (OSTRENSKY 2006, p. 26).

era de fazer a tradução de outra já existente.¹⁰ A obra é oferecida ao filho de seu ex- aluno (recém-falecido), então com dez anos. Consagrando o livro à memória do pai do menino, o segundo conde de Cavendish, ele fez uma dedicatória ao terceiro conde, uma pequena nota intitulada *To the Readers* (Para o leitor) e ao final um breve texto intitulado *On the Life and history of Thucydide* (Vida e história de Tucídides). O momento da publicação, não poderia ser mais propício, pois foi o ano em que o Parlamento entregou a Carlos I a *Petição de Direitos* (1628), na primeira demonstração dos conflitos que então prosseguiriam entre o rei e o Parlamento.

Para Hobbes era necessário traduzir do original a obra do historiador grego, já que ela encontrava-se deturpada em língua inglesa. Segundo coloca Skinner (1999, p. 317), o filósofo foi realmente exitoso em seu trabalho, sendo a obra posteriormente reeditada em 1634 e em 1648. A tradução valia o grande trabalho necessário devido aos ensinamentos advindos da obra do historiador grego.

Para Hobbes, a figura de Tucídides traria os ecos amplificados da *Areté* (excelência) de Péricles (estadista e orador ateniense), tanto na excelência da escrita como narrativa de acontecimentos, na manifestação dos próprios fatos e não em conjunturas próprias. A narrativa apresentada por Tucídides seria, portanto, a revelação de si mesma, sem digressões do historiador (PIRES 2007, p. 75). O historiador grego não teria se preocupado com as intenções, segredos e intimidades dos personagens, atendo-se à verdade, ou seja, às causas do evento narrado e seu desenvolvimento. Esta seria, segundo Hobbes, a tarefa da história: mostrar as causas dos acontecimentos e não suas múltiplas formas de apreensão na mente dos que viveram os acontecimentos.

A tradução tinha como objetivo o ensino, o aprendizado através da história. O passado e o presente se relacionavam no entendimento da natureza humana, pois embora a história trate do particular e do momento, ela está relacionada ao universal, já que dispõe de elementos com os quais se pode estudar a natureza humana. Somente estudando o estado de guerra teríamos conhecimento sobre o caos presente no estado de natureza, demonstrando, assim, a necessidade constante de evitá-lo. Desta forma, o ser humano poderia compreender mais facilmente a necessidade de respeitar o poder soberano para a manutenção da paz.

História como mestra da vida

A história como mestra da vida carrega em si a concepção de certa imutabilidade do humano. Se o pretérito pode nos ensinar é porque existe entre

¹⁰ Foi de Lorenzo Valla a primeira tradução de Tucídides para o latim entre 1448 e 1452 por encomenda do papa Nicolau V. O italiano seria um dos maiores filólogos e historiadores do humanismo, sendo nomeado historiador oficial de Afonso Aragão, encarregado de escrever a história do pai de Afonso. Seria esta a primeira aplicação da teoria historiográfica tucidideana, graças à importante página teórica sobre o valor da historiografia na ótica clássico-humanista (ALBANESE 2009, p. 296). Do trabalho de Valla foi feita uma tradução para o francês por Claude de Seyssel nas primeiras décadas do século XVI, dedicada a Luís XII, de quem era conselheiro régio. Da versão francesa surgiram duas outras, primeiro em inglês por Thomas Nicholl, em 1550, ofertada a Sir John Checke, tutor de Eduardo VI e outra na corte imperial de Carlos V, em 1564, para o espanhol Diego Gracián de Alderete, secretário real. Em 1545, Francesco de Soldo Strazzi traduziu Tucídides para o italiano oferecendo-a a Cósimo de Médici (PIRES 2007, p. 16).

nós e os atenienses presentes na narrativa de Tucídides, por exemplo, um eixo comum, algo que nos identifica, que alguns chamam de "natureza humana". Além disso, as transformações, se existem, são lentas e o passado permanece, nessa lógica, válido. Para Thomas Hobbes isso é claro, já que as paixões que movem o homem estão presentes ao longo da história. São elas que promovem a guerra civil e, embora controladas pela vida social, permanecem somente adormecidas, encobertas pelo contrato, mas passíveis de controlar o homem caso a espada e a lei não o impeçam.

Se a história ensina e serve como "norte" para a prática política e para a formação do indivíduo, de forma alguma ela se restringe a mera repetição dos fatos narrados, pelo contrário, seguindo esta ótica, o historiador deve expressar seu julgamento sobre os fatos e sobre o que deve ou não ser lembrado. Quando Cícero fala das "leis da história", pela fala de Antônio (início do artigo), marca a diferença entre a eloquência praticada e desenvolvida em Roma e a cultivada pelos historiadores gregos.

Assim, é colocado, como ponto fundamental para a história, "não dizer algo falso", logo após afirma que a história não "deve dizer o que não é verdadeiro" e que "não haja, ao escrever, qualquer suspeita de complacência [...] nem o menor rancor" (Cícero, *Do Orador*, II). Ela devia ser neutra, verdadeira, sem partidos ou inclinações, devia narrar "a verdade", sem fingimento e sem complacências. Para Cícero, que entendia a história como parte constituinte da eloquência, ela era parte das funções do orador, embora "em si" ela nada signifique, já que precisa daquele que narra a história para fazê-la "brilhar" e tornar conhecido não só os personagens da história, mas seus escritores também.

21

[...] mas a própria construção repousa nos fatos e nas palavras: a inteligência dos fatos requer a ordem dos tempos e da descrição dos lugares. Pede também, já que em fatos importantes e dignos de memória e espera que haja primeiras deliberações, depois execução e em seguida resultados, que sobre as deliberações seja indicada qual é aquela que o autor aprova; sobre os feitos, que se declare não só o que se fez ou se disse, mas também de que modo; e, quando se fala que se devem ao acaso, à sabedoria ou à temeridade - e não se fale só dos feitos dos próprios homens, mas, com relações aos que se distinguem pela reputação e pelo nome, também da vida e do caráter de cada um [...] (Cícero, *Do Orador*, II, grifos meus).

Para Cícero, a história, tal como um trabalho de artesanato, exige do escritor o cuidado no tecer, na relação entre as palavras e os sentidos em que são colocados. Ou seja, tão importantes quanto os fatos são as formas do relato, a linha em que o narrador seguirá em seus textos. O que será apresentado passa pela escolha (deliberação), narração (execução) e persuasão (resultado). A história como pedagogia deve guiar-se pelo caminho das virtudes, escolhendo contar os atos memoráveis dos homens que eram dignos de tal menção.

Cícero foi inspiração para Hobbes para que ele estabelecesse sua própria visão sobre a história. Em tradução de Tácito, por exemplo, ele afirma que o historiador devia se deter, para relatar, no que não havia sido suficientemente

narrado por outros. Escrevendo o que é relevante, os historiadores deveriam buscar a verdade, sem adulação ou intenção de agradar, conforme versa a “lei da história”: “[...] a conhecida lei da história que diz que não se deve dizer nada de falso nem ocultar nada de verdadeiro [...]” (HOBBS *Sobre o começo dos Anais*, p. 47). De acordo com Tácito, as histórias anteriormente escritas eram falseadas pelo medo, já que os escritores estavam no poder. Desta forma, era plenamente justificável que o historiador romano se detivesse na narrativa.

Na linha de Cícero, o que devia servir de material para a historiografia não era o comum, o corriqueiro, mas o extraordinário, o que era grande “em si”. Só a natureza é imortal, nossos atos são tão transitórios e efêmeros quanto nossa existência. A humanidade, enquanto parte do mundo natural, é eterna – sendo, assim, incluída na categoria do *ser-para-sempre* - no entanto, as ações individuais são contaminadas, se não narradas, pelo mal da mortalidade juvenil. Se não lembrados, os atos heroicos são rapidamente esquecidos.

O tema da história não seria o comum, o “mortal”, mas o extraordinário, o que, por sua monumentalidade, era digno de menção (ARENDRT 2000, p. 72). Enquanto o movimento histórico estaria ligado à vida biológica, com início, meio e fim, a história, enquanto narrativa, devia ater-se ao que era grande “por si” e faria recordar o que já era glorioso. A tarefa do historiador seria, portanto, fazer lembrar os feitos memoráveis de homens virtuosos que deviam servir de exemplo às gerações posteriores.

22

Tucídides afirma que escrevera a história da guerra pela sua grandeza e porque “esse foi o maior movimento conhecido na História, não apenas nos helenos, mas grande parte do mundo bárbaro [...] e praticamente da humanidade” (Tucídides *A Guerra do Peloponeso*, VII). De acordo com Hannah Arendt (2000, p. 78), a preocupação com a grandeza está relacionada à ligação entre a natureza e a história, sendo a imortalidade o denominador comum entre ambos.

[...] Imortalidade é o que a natureza possui sem esforço e sem assistência de ninguém, e imortalidade é, pois, o que os mortais precisam tentar alcançar se desejam sobreviver ao mundo em que nasceram [...]. A conexão entre história e natureza, pois, de maneira nenhuma é uma oposição. A história acolhe em sua memória aqueles mortais que, *através de feitos e palavras, se provaram dignos de natureza*, e sua fama eterna significa que eles, em pese sua mortalidade, podem comparecer na companhia de coisas que duram para sempre (ARENDRT 2000, p. 78, grifos meus).

De acordo com Fernando Catroga (2000), a própria etimologia da palavra “*histor*”, sugere a relação entre a história, o juízo, o testemunho e a visão. Se as narrativas homéricas convenciam pela descrição do inimaginável, do sublime, do espanto, a narrativa histórica devia persuadir pelos juízos argumentativos que deveriam zelar pela verdade. Assim como o aedo, inspirado pela Musa, cantava igualmente a gesta dos aqueus e dos troianos, o historiador se sentirá, desde o início, impelido a guardar a memória dos gregos e bárbaros.¹¹

¹¹ De acordo com Afonso Gómez-Lobo, Tucídides traria em seu texto uma visão da história como justiça, já que na narração da última batalha da Guerra do Peloponeso é feita referência ao que os atenienses fizeram à ilha de Melos. Tucídides teria, dessa forma, mostrado o porquê do mal ocorrido à cidade grega (GÓMEZ-LOBO 1990, p. 265).

Pensadores como Hobbes não foram historiadores de ofício, mas a tinham como importante no estudo e compreensão da sociedade e, no caso de Hobbes, da ciência civil. Sem grandes reflexões sobre teoria historiográfica ou metodologia, a percebiam como veículo de ensino sobre a natureza humana e sobre os melhores caminhos diante do futuro incerto. Leitor de historiadores clássicos, procurou aprender sobre sua forma de narrativa. Percebemos o que a história significa para o pensador por deduções, reflexões sobre seu método e sua própria filosofia. Perceber os limites e possibilidades historiográficas de um autor que não se via necessariamente como historiador nos possibilita refletir e entender melhor a própria modernidade e sua concepção sobre o passado, o presente e o próprio futuro.

Referências bibliográficas

- AHRENSDORF, Peter J. The Fear of Death and the Longing for Immortality: Hobbes and Thucydides on Human Nature and the Problem of Anarchy. **American Political Science Review**, v. 94, n. 3, p. 579-593, 2000.
- ALBANESE, Gabriella. A Redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna. In: MURARI PIRES, Francisco (Org.). **Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 19-70.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ARISTÓTELES. **Poética, Organon, Política, Constituição de Atenas**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- CATROGA, Fernando. Ainda será a História a Mestra da Vida? **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, 7-34, 2006.
- CÍCERO. A origem da História, as leis da história e a eloquência do fórum. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 145-151.
- _____. Do orador. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 144-145.
- COLODRERO, Andrés Jiménez. Estudio preliminar. In: HOBBS, Thomas. **Discursos Histórico-Políticos**. Buenos Aires: Corla, 2006, p. 7-39.
- GOMEZ-LOBO, Afonso. El Dialogo de Melo y la vision Histórica de Tucídides. **Estudios Públicos**, n. 44, p. 247-273, 1991.
- CROOKE, William. To the Bookseller to the reader. In: HOBBS, Thomas. **Behemoth: the history of the causes of the civil wars and artifices by wich**. Oxford: Oxford Univesity, 1966, p. 160-170.

- GREENE, David. Introduction. In: THUCYDIDES. **The Peloponnesian War**. Traducing of Thomas Hobbes. Chicago: The University of Chicago Press, 1989, p. vii-xiii.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: Ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- _____. **Os Antigos, o passado e o presente**. Tradução de Sorria Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Ed. UnB, 2003.
- HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- _____. **Behemoth; or the Long Parliament**. Edição de Ferdinand Tönnies. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- _____. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- _____. Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita em verso por el autor. In: RODILLA, Miguel Ángel (Org.). **Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita en verso por el autor**. Madrid: Editorial Tecnos S. A., 1992, p. 7-12.
- _____. Sobre el comienzo de los Anales, de Tácito. In: HOBBS, Thomas. **Discursos Histórico-Políticos**. Buenos Aires, Corla, 2006, p. 39-77.
- _____. Sobre las leyes. In: _____. **Discursos Histórico-Políticos**. Buenos Aires: Corla, 2006, p. 105-117.
- LA CAPRA, Dominick. Historia Intelectual: repensar La historia intelectual y leer textos. IN: PALTÍ, Elias José. **"Giro Lingüístico" e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998, p. 105-117.
- KOSELLECK, Reinhard. **Futuro Passado**. Tradução de Wilma Patricia Mass e Carlos Almeida Ferreira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- OSTRENSKY, Eunice. Advertência ao leitor. In: HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 5-6.
- _____. **Revoluções no Poder**. São Paulo: Alameda, 2006.
- PIRES, Francisco Murari. **Modernidades Tucideanas**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

- _____. **Razão e Retórica na Filosofia de Thomas Hobbes**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- TONNIES, Fernando. **Thomas Hobbes**. Madrid: Revista de Occidente, 1932
- _____. Prefácio. In: HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: 2001, p. 25-29.
- TUCIDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário Gama Cury. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- VOGT, Débora Regina. A história como laboratório comprobatório: a luta entre o Behemoth e o Leviatã em Thomas Hobbes. **História e-História**, v. 1, n. 1, 2009.

Filosofia e História em Thomas Hobbes: uma leitura de *An Historical Narration Concerning Heresy*

Philosophy and History in Thomas Hobbes: a reading of *An Historical Narration Concerning Heresy*

João de Azevedo e Dias Duarte

jadduarte@puc-rio.br

Professor de História Moderna

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Marquês de São Vicente, 225, Edifício Cardeal Frings, Sala F512, Gávea

22451-900 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Brasil

Resumo

Este artigo discute a função da história no pensamento do filósofo inglês Thomas Hobbes. A primeira parte do artigo trata da crítica de Hobbes à importância conferida à experiência e à história pela tradição clássico-humanista e de sua defesa da superioridade epistêmica da razão e da filosofia. A segunda parte concentra-se em sua obra postumamente publicada, *An Historical Narration Concerning Heresy* (1680), buscando interpretá-la à luz das convenções do gênero da história eclesiástica e dos debates político-religiosos do período da Restauração inglesa. Argumenta-se, finalmente, que essa obra é um tipo de história teoricamente informada, concebida para se constituir como uma intervenção retoricamente efetiva em um debate contemporâneo acerca da heresia e de sua punição e da jurisdição eclesiástica.

26

Palavras-chave

Thomas Hobbes, História, Filosofia.

Abstract

This article discusses the function of history in the thought of Thomas Hobbes. The first part of the article considers Hobbes's critique of the importance placed on experience and history by the classical humanist tradition, and his defense of the epistemic superiority of reason and philosophy. The second part focuses on his posthumous work *An Historical Narration Concerning Heresy* (1680), interpreting it in the light of ecclesiastical history genre conventions and English Restoration's political and religious debates. Finally, this study argues that this work is a kind of theoretically informed history, conceived to be a rhetorically effective intervention on a contemporary debate on heresy and its punishment, and on ecclesiastical jurisdiction.

Keywords

Thomas Hobbes; History; Philosophy.

Recebido em: 15/9/2016

Aprovado em: 21/8/2017

Normalmente ignorados pela maioria dos estudantes de seus grandes tratados sistemáticos das décadas de 1640 e 1650, os trabalhos de Hobbes do período da Restauração¹ cobrem uma variedade extraordinária de gêneros e modos de escrita, tais como: diálogo, carta, panfleto, autobiografias, traduções completas da *Ilíada* e da *Odisseia* de Homero etc. Entre essas obras tardias encontram-se as três únicas histórias que Hobbes escreveu: *Behemoth ou o Longo Parlamento*, o relato de Hobbes sobre as guerras civis inglesa; e as menos conhecidas *Historia Ecclesiastica* e *An Historical Narration Concerning Heresy and the Punishment Thereof*. Por que Hobbes decidira em seus últimos anos experimentar tão extensamente com formas literárias é uma questão à qual, embora fascinante, não me dedicarei neste texto. É bem possível que essa decisão tenha decorrido do reconhecimento de que, sozinha, a ciência demonstrativa – i.e., a “razão” desamparada pela eloquência – seria impotente para persuadir; um reconhecimento que, de acordo com Quentin Skinner (1996), teria levado Hobbes ao seu retorno tardio à retórica e, portanto, também a modos mais imaginativos de escrita do que a árida prosa científica dos primeiros tratados. Seja como for, interessa-me mais, neste momento, investigar o tipo de história praticado por Hobbes, e minha estratégia aqui será focar numa leitura de sua breve história da heresia. Nessa leitura, buscarei levar em consideração alguns contextos, quais sejam: os comentários relativos à história e à filosofia, à experiência e à razão, contidos nos tratados anteriores de Hobbes; as convenções da História Eclesiástica, gênero no qual a narrativa de Hobbes é vazada; e os debates político-religiosos da Inglaterra no século XVII, especialmente no período da Restauração, e suas articulações historiográficas. O argumento que buscarei articular neste artigo é que *An Historical Narration* é uma história teoricamente informada – um tipo de história filosófica ou conceitual, se quisermos –, conscientemente desenhada para intervir efetivamente em um debate contemporâneo acerca da definição de heresia, de sua punição e da hierarquia relativa entre Estado e Igreja.

História e filosofia

Embora Hobbes tenha escrito histórias apenas em suas últimas décadas de vida, desde cedo em sua carreira, interessou-se ativamente pela quarta das disciplinas humanistas, o estudo da história, como é possível verificar em suas autobiografias (cf. SKINNER 1996, p. 235). Com efeito, a primeira publicação de Hobbes, em 1629, foi uma tradução erudita do original grego para o inglês da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (*Eight bookes of the Peloponnesian Warre*). É interessante notar que as razões aduzidas por Hobbes para traduzir e publicar o trabalho do historiador grego foram, conforme apontado por Skinner, “de um tipo eminentemente humanista”, i.e., pragmáticas e didáticas (SKINNER 1996, p. 242).² Escrevendo no contexto deflagrado das

¹ Convencionalmente, o período da história política inglesa que começa com o restabelecimento da monarquia e da Igreja da Inglaterra, sob Carlos II, em 1660, e termina com a deposição de Jaime II, em 1689, na sequência da chamada “Revolução Gloriosa”.

² Salvo indicado, todas as traduções de citações neste texto são de minha autoria.

disputas entre a Coroa e o Parlamento no final da década de 1620, Hobbes pretendia ensinar a seus contemporâneos a respeito dos perigos representados pela democracia e pelos seus oradores por meio do estabelecimento de uma comparação histórica entre antigos “democratas atenienses” e parlamentares modernos. Desse modo, no prefácio de sua tradução, Hobbes louva Tucídides não apenas por ter sido o historiador que “de todos menos gostava da democracia”, mas também por sua habilidade de realizar melhor do que qualquer outro “o trabalho principal e próprio da história”, i.e., “instruir e capacitar (*enable*) os homens, pelo conhecimento das ações passadas, a portarem-se prudentemente no presente e providencialmente em relação ao futuro” (*apud* SKINNER 1996, p. 242). Como bem notou Karl Schuhmann (2000, p. 14), “o primeiro (*early*) Hobbes compartilhava assim a convicção dos humanistas relativa à *Historia Magistra Vitae*, tal como expressa pela fórmula de Cícero”. Porém, em seus trabalhos de maturidade, Hobbes expressaria uma visão muito mais cética em relação à capacidade de instrução das histórias e ao valor da prudência na vida política e moral. Isso é consistente com a hipótese de Skinner (1996, p. 250) de que “ao passo que Hobbes fora inicialmente formado pela cultura retórica do humanismo renascentista, não há dúvida de que, na década de 1630, ele começou a desertar os *studia humanitatis* em favor de um tipo diferente de *scientia* e ao mesmo tempo a reagir com veemência contra as suas afinidades (*allegiances*) intelectuais anteriores”.

28

Já em seu primeiro tratado em política e direito, *The Elements of Law* (1640), Hobbes dedicou-se a estabelecer uma distinção entre dois tipos de conhecimento, a prudência e a sapiência. A primeira, que possui sua origem na sensação e é modelada pelas operações da memória, é um conhecimento derivado da experiência, sendo a experiência “nada mais do que a lembrança de quais antecedentes foram seguidos por quais consequências” (HOBBS *apud* SKINNER 1996, p. 259). A prudência implica uma habilidade para “conjecturar, pelo presente, aquilo que é passado e aquilo que é porvir” (HOBBS *apud* SKINNER 1996, p. 260). A ser contrastado com a prudência há, porém, um outro tipo de conhecimento: a sapiência. Embora essa também tenha seus começos na sensação (como, para Hobbes, todo o conhecimento deve ter), ela consiste não em experiência dos fatos, mas em “conhecimento da verdade das proposições, e de como as coisas são nomeadas” (HOBBS *apud* SKINNER 1996, p. 260). A sapiência, ou o conhecimento verdadeiro, apenas pode ser adquirida por meio daquilo que Hobbes chama “filosofia” ou “ciência”, i.e., o método de derivar consequências necessárias e universais de proposições baseadas em definições inequívocas, acuradas e, portanto, confiáveis dos termos.

Uma vez estabelecida essa distinção, Hobbes prossegue, em *The Elements*, com um ataque à suposição que reside no coração mesmo do pensamento humanista – suposição que, como vimos, ele próprio parece ter sustentado em sua juventude: a ideia de que o estudo da história é o modo apropriado para se adquirir sabedoria em assuntos políticos e morais. Em vez de empregar a tópica humanista/ciceroniana tradicional para enaltecer a história (*historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae...*), Hobbes

simplesmente a define como “o registro que mantemos nos livros” a respeito “da experiência dos efeitos das coisas”, acrescentando que essa experiência “nada conclui de forma universal” (HOBBS *apud* SKINNER 1996, p. 260). Na medida em que a sapiência requer conclusões universais, segue-se que a história não pode ser uma mestra desse tipo de sabedoria. Naturalmente, é consabido que, para o pensamento humanista, a história era uma fonte não de *episteme* ou *sophia* (conhecimento dos primeiros princípios), mas de sabedoria prática ou prudência, amiúde referida como *auriga virtutum* (ou “condutora das virtudes”) por seu papel central e diretor em um caráter moral excelente. Ainda que Hobbes concorde que a história é uma fonte de prudência, longe de conceber a prudência em termos tão elevados, ele a trata desdenhosamente como “nada mais que conjectura a partir da experiência”, não uma virtude intelectual superior, a ser cultivada por estadistas e generais, mas uma habilidade que compartilhamos com as “feras selvagens (*brute beasts*)” (HOBBS *apud* SKINNER 1996, p. 262).

Se nos voltarmos para o *Leviatã*, o último dos grandes tratados políticos de Hobbes, não encontraremos nenhuma mudança em sua visão sobre esses temas. A despeito de seu endosso parcial das artes retóricas, o *Leviatã* ainda trata a experiência com suspeição e contrasta o conhecimento dela derivado com a verdadeira sabedoria. “Assim como a muita experiência é prudência”, diz Hobbes, “também a muita ciência é sapiência [...] ambas úteis, mas apenas a segunda infalível” (*Lev.* 1.V; 1983, p. 31).³ Enquanto mera “suposição do futuro, tirada da experiência dos tempos passados”, a prudência permanece para sempre incerta, “porque observar pela experiência e lembrar todas as circunstâncias que podem alterar o sucesso é impossível” (*Lev.* 1.III e V; 1983 p. 18 e 31). O futuro, diz Hobbes, é “apenas uma ficção do espírito”, que se constrói “aplicando as consequências das ações passadas às ações que são presentes, o que é feito com muita certeza por aquele que tem mais experiência, mas não com certeza suficiente” (*Lev.* 1.III; 1983: 18 – grifos meus). Embora seja verdade que quanto mais experientes somos, mais sábios nos tornamos em termos de capacidade de previsão prudencial, também é verdadeiro que a prudência é apenas um tipo de conhecimento “quantitativo e atuarial” (POCOCK 1989, p. 155). A experiência pode ser acumulada indefinidamente, trazendo consigo graus de certeza cada vez maiores, sem, contudo, jamais se tornar segura. Se o conhecimento do futuro não é senão presunção – “pois a previsão das coisas que estão para vir, que é providência, só compete” a Deus, que é autor e não observador das coisas (*Lev.* 1.III; 1983, p. 18) –, o conhecimento do passado não é menos incerto. Tentar determinar o que pode ter acontecido numa determinada situação a partir daquilo que se observou ter acontecido em situações similares é tão presunçoso quanto tentar prever o futuro:

Pois aquele que tiver visto por que graus e fases um Estado florescente primeiro entra em guerra civil e depois chega à ruína, ao observar as ruínas de qualquer outro Estado, pressuporá uma guerra semelhante e

³ Utilizo, para as citações do *Leviatã*, a tradução brasileira de João Paulo Monteiro e Beatriz Nizza da Silva indicada na bibliografia. Reservei-me, porém, a liberdade de fazer alterações onde cri necessário.

fases semelhantes ali também. *Mas esta conjectura tem quase a mesma incerteza que a conjectura do futuro, sendo ambas baseadas apenas na experiência* (Lev. 1.III; 1983, p. 18, grifos meus).

A incerteza constitutiva da experiência é, portanto, transferida para qualquer raciocínio dela derivado, e a única maneira de suprimi-la consiste em não raciocinar de uma ocorrência passada para uma futura, ou de uma passada para outra passada, mas sim de premissa à consequência. O que equivale a separar, como bem notou John Pocock (1989, p. 157), “o mundo da consequência lógica do mundo da consequência temporal, o mundo da consequência necessária racionalmente percebida do mundo dos fatos observados pela sensação e pela memória à medida que ocorrem no tempo”. Essa separação estabelece uma divisão marcada entre a história e a filosofia, entre “conhecimento dos fatos” e “conhecimento das consequências de uma afirmação para a outra” (Lev. 1.IX; 1983, p. 51). Há, porém, uma assimetria nessa dicotomia, pois a primeira jamais será conhecimento verdadeiro, para Hobbes. Afinal, diz ele, “nenhum discurso pode terminar no conhecimento absoluto dos fatos, passados ou vindouros” (Lev. 1.VII; 1983, p. 40). O único modo de conhecer é conceitual e condicionalmente, operando não “da consequência de uma coisa para a outra, e sim do nome de uma coisa a outro nome da mesma coisa” (Lev. 1.VII; 1983, p. 40). Se seguirmos corretamente os quatro passos do método científico – começando com definições apropriadas das palavras, juntando-as em afirmações gerais, e essas em silogismos, até chegarmos a conclusões sólidas – lograremos verdades universais, válidas em quaisquer circunstâncias porque independentes da experiência, particular e duvidosa.

30

A separação estabelecida entre filosofia e história explica por que Hobbes, consistente com sua aspiração por um ciência demonstrativa da política, evita, em seus tratados sistemáticos, recorrer a fatos e exemplos extraídos da história para apoiar os seus argumentos. “Sejam quais forem os exemplos que se possa tirar da história”, diz ele, no capítulo XLII do *Leviatã*, “esses exemplos não constituem argumentos” (Lev. 3.XLII; 1983, p. 317-318). Exemplos passados não podem decidir em questões relativas ao bem e ao mal, ou ao verdadeiro e ao falso. Na melhor das hipóteses, eles oferecem uma “probabilidade de direito”, mas, no fim das contas, “exemplos não provam nada” (Lev. 3.XLII; 1983, p. 340). O mesmo princípio vale no campo do Direito – no qual a história havia se tornado, no Renascimento, uma disciplina auxiliar fundamental –, e está em pleno acordo com a crítica de Hobbes à tradição do Direito Consuetudinário.⁴ A *juris prudentia*, diz Hobbes, parafraseando o famoso jurista Sir Edward Coke, ou “aquela perfeição artificial da razão, obtida através de muito estudo, observação e experiência”, não pode ser igualada ao juízo soberano e usada para ajuizar em questões de certo e errado, “pois é possível que muito estudo fortaleça

⁴ Sobre essa tradição como um dos principais idiomas políticos na Inglaterra do século XVII, cf. Pocock (1987). Sobre a relação entre o direito consuetudinário e a história no humanismo renascentista, os trabalhos de Donald Kelley ainda são indispensáveis, cf., p. ex., Kelley (1966; 1970). Sobre Hobbes e o Direito, cf. Goldsmith (1996).

e confirme sentenças errôneas, e quando se constrói sob falsos fundamentos quanto mais se constrói maior é a ruína” (*Lev. 2.XXVI*; 1983, p. 164). Segue-se que, em Hobbes, “nem a história nem precedente passarão [...] por lei” (*EW VI, Dialogue*; 1840, p. 109 *apud* SCHUHMANN 2000, p. 7).

Há ainda uma outra razão, ética e política, mais do que epistemológica, para diminuir a importância da história. Para Hobbes, “uma das causas mais frequentes de [rebelião contra a monarquia] é a leitura de livros de política e de história dos antigos gregos e romanos” (*Lev. 2.XXIX*; 1983, p. 194). Isso porque os autores desses livros (com a provável exceção de Tucídides) “em vez de fazerem derivar [os direitos do Estado] dos princípios da natureza os transcreviam para seus livros a partir da prática de seus próprios Estados, que eram populares” (*Lev. 2.XXI*; 1983, p. 132). Sendo a abordagem dos autores antigos baseada na experiência, e a sua experiência republicana ou “popular”, segue-se *eo ipso* que também os seus princípios são dessa natureza. Assim, ao lerem as histórias daqueles antigos “autores democráticos”, “os jovens, e todos aqueles que são desprovidos do antídoto de uma sólida razão”, impressionados com as grandes façanhas narradas, absorvem inconscientemente uma falsa teoria da soberania e, ensinados a detestar a monarquia, acabam levados à sedição e à guerra civil, “com uma imensa efusão de sangue” (*Lev. 2.XXIX e XXI*; 1983, p. 195-196 e 132). Em resultado, “jamais uma coisa foi paga tão caro como estas partes ocidentais pagaram o aprendizado das línguas grega e latina” (*Lev. 2.XXI*; 1983, p. 132).

Essa última frase deixa claro que os argumentos de Hobbes contra a experiência, a prudência e a história equivalem a um ataque direto à tradição clássica-humanista. Parece correta, portanto, a conclusão de Karl Schuhmann (2000, p. 7-8) de que:

[...] em Hobbes, a arte da escrita da história perdeu a função central que havia adquirido no humanismo. Enquanto o humanismo havia exaltado a obra histórica acima da filosofia meramente conceitual em vista de sua vívida e efetiva contribuição para a vida moral, exibindo exemplos de bom e mau comportamento e expondo-nos a um teatro da ação moral e imoral – um tipo de laboratório moral – o filósofo Hobbes atém-se à [...] visão de que o conhecimento histórico permanece para sempre imperfeito porque não pode ser exaustivo. [...] Assim, o fim moral da escrita da história, que, para os humanistas, era a sua principal *raison d'être*, é transferido por Hobbes para a filosofia.

Não obstante, Hobbes escreveu histórias.

An Historical Narration Concerning Heresy

An Historical Narration Concerning Heresy and the Punishment Thereof foi publicada postumamente, primeiro em 1680 e, então, em 1682. No entanto, fora escrita muito antes, provavelmente na segunda metade da década de 1660, e é sabido que circulou em forma manuscrita durante os anos 1670 (CHAMPION 2007). Não tendo sido publicada durante a vida de seu autor, *An Historical Narration* teve o mesmo destino de suas outras duas histórias, *Behemoth*

(1680) e *Historia Ecclesiastica* (1688) e de outros escritos contemporâneos que lidam com temas cognatos, tais como: *A Dialogue between a Philosopher and a Student of the Common Laws of England* (1681), *An Answer to Bishop Bramhall's Book, called The Catching of the Leviathan* (1682) e *On the Law of Heresy*.⁵ Esses trabalhos atestam o clima de intolerância e de perseguição religiosa vigente durante a Restauração.⁶ Explicando por que decidira não publicá-los, Hobbes escreveu em uma de suas autobiografias: “*non sinebant tempora ut publicarentur*” (“os tempos não permitiriam que fossem publicados”) (*Vita apud LESSAY* 2000, p. 147). Restabelecida no poder, a facção realista e anglicana derrotada na guerra civil de 1640 encontrava-se, então, em uma disposição extremamente reacionária, decidida a extirpar quaisquer opiniões religiosas e políticas suspeitas, e Hobbes tornou-se um alvo favorito. Como coloca Noel Malcolm: “durante os anos 1660 e 1670, Hobbes foi frequentemente atacado, na imprensa e do púlpito, pelo seu suposto ateísmo, negação de valores morais objetivos, promoção da devassidão e assim por diante” (1996, p. 35). Essas acusações tornaram-se mais sérias, quando, em 1666, um comitê foi criado na Câmara dos Comuns para investigar livros acusados de serem heréticos, nomeando “em particular [...] o livro do Sr. Hobbs chamado O Leviatã” (*apud Malcolm* 1996, p. 36). Graças a um antigo decreto de Henrique IV (*de Haeretico comburendo*), abolido apenas em 1678, a punição prevista para a condenação por heresia ainda incluía a morte na fogueira (cf. WILLMAN 1970, p. 608; CHAMPION 2007, p. 221-222). Embora essas ameaças não tenham gerado maiores consequências, Hobbes, temendo por sua vida, tomou-as seriamente.

32

An Historical Narration é parte de um conjunto de escritos contemporâneos nos quais Hobbes procurou defender-se publicamente, ainda que não pela imprensa, dessas acusações. A estratégia seguida, nesse texto, envolvia enfrentar os seus inimigos em seu próprio campo, o que significava, para Hobbes, não apenas tornar-se um especialista em heresia e na sua legislação, mas também verter os seus argumentos no modo usual de argumentação de seus adversários, i.e., como uma história da igreja cristã primitiva. *An Historical Narration* é, portanto, uma História Eclesiástica ou da Igreja (do mesmo modo que sua *Historia Ecclesiastica*, mais explicitamente, o é), uma bem estabelecida e muito praticada forma de historiografia na época. .

De acordo com Arnaldo Momigliano, dois elementos se destacam como características definidoras da historiografia eclesiástica: a inter-relação entre doutrina e fato, teologia e história, e o sentido transcendental atribuído às origens. “Em nenhuma outra história”, diz Momigliano, “os precedentes significam tanto como na história eclesiástica [...] na Igreja, a conformidade com as origens é prova de verdade” (2004, p. 192). Se um senso do passado, e da continuidade do presente em relação a ele, é um elemento identitário central em qualquer sociedade, isso é talvez ainda mais verdadeiro para uma sociedade cristã, dado que essa tem de se definir em termos do legado de Cristo, avaliando o presente

⁵ Em relação a esse último trabalho, publicado apenas no século XX, cf. Mintz (1968) e Willman (1970).

⁶ Recentemente caracterizada por um especialista como “o pior período de perseguição religiosa da história britânica” (HARRIS 2006, p. 29).

segundo uma concepção desse evento histórico (e espiritual). Isso é evidente na *Historia Ecclesiastica* de Eusébio de Cesareia, considerada a primeira e o modelo para toda história eclesiástica subsequente. Eusébio definiu um padrão para a escrita da história da nova nação cristã e de sua igreja baseado nos pilares gêmeos da ortodoxia doutrinária e da sucessão apostólica. Sua narrativa era uma narrativa acerca do triunfo da igreja sobre a perseguição e a heresia e de sua continuidade no tempo através da sucessão dos bispos nas sés apostólicas como herdeiros legítimos de Cristo. De acordo com Momigliano, o foco de Eusébio nas noções de “heresia” – uma noção ausente tanto da historiografia judaica quanto da Bíblia (sendo mencionada apenas de passagem nos Atos dos Apóstolos) – e de “sucessão” (*diadoche*) era tributário da historiografia pagã, em particular, dos relatos sobre as escolas gregas de filosofia (tal como encontramos em Diógenes Laércio, por exemplo). Jamais abandonado inteiramente, porém um tanto ou quanto eclipsado durante a Idade Média, o modelo eusebiano de história eclesiástica experimentou uma intensa retomada após a Reforma, sendo usado tanto por protestantes quanto por católicos romanos em suas disputas relativas a qual igreja possuía a autoridade das origens em seu favor, sendo, portanto, a única e verdadeira igreja universal de Cristo.

Se, na Inglaterra do século XVII, histórias constituíam um modo central de argumentação política⁷, e dada a ausência de “uma separação conceitual entre questões de Igreja e de Estado, de religião e de política” (CHAMPION 1992, p. 6), pode-se, então, dizer que histórias eclesiásticas eram um instrumento privilegiado de controvérsia. Com efeito, trabalhos recentes têm insistido no protagonismo da religião nas disputas políticas inglesas ao longo do século XVII, e mesmo do XVIII, contra a persistente tendência “whig” da historiografia de tratar a política desse período de uma perspectiva “secular”.⁸ O padrão peculiar assumido pela Reforma na Inglaterra – um movimento desencadeado por um decreto real que, rompendo com o bispo de Roma, instituiu o Estado como suprema autoridade civil e eclesiástica – e pela Igreja anglicana – equilibrada entre elementos doutrinários e litúrgicos reformados e remanescentes da Igreja medieval – determinou os contornos das disputas subsequentes. Como coloca Justin Champion, insistindo sobre a indissociabilidade de questões teológicas, eclesiológicas e político-filosóficas nesse período, “debates sobre a natureza da soberania monárquica necessariamente cruzavam-se com discussões sobre a competência e independência da Igreja. Conformidade ao arranjo eclesiástico era análogo à obediência política, ao passo que inovações teológicas eram amiúde consideradas como uma forma de sedição secular” (CHAMPION 1992, p. 6). De acordo com Jonathan Scott (1990, p. 110), a história política inglesa do século XVII pode ser vista como uma sequência de (três) “crises do papismo e do governo arbitrário” (1937-42, 1678-83, 1687-9), que “eram fundamentalmente sobre religião”.⁹ O que estava em jogo nessas crises não era

⁷ Como demonstrou John Pocock (cf. 1987; 2003) de forma seminal em relação aos idiomas jurídicos e civis da historiografia inglesa do início da época moderna.

⁸ Cf., p. ex., Morril (1984), Goldie *et al.* (1990), Champion (1992), Harris (1993; 2005; 2006) e Duarte (2017).

⁹ “Papismo” era um conceito polêmico, pragmaticamente flexível, que denotava práticas associadas ao

apenas a ameaça representada pelo modelo do absolutismo católico continental, mas fundamentalmente a própria relação entre a Igreja e o Estado.

Durante a Restauração, o estabelecimento político-eclesiástico estava outra vez no centro dos debates, à medida que uma forma agressiva de anglicanismo, herdeira do laudianismo de 1630, lograva aos poucos impor a sua visão autoritária e excludente da Igreja, convertendo a monarquia restaurada em um intolerante Estado confessional que negava direitos religiosos e civis a boa parte da população, submetendo “dissidentes” ou “não conformistas” (como ficaram conhecidos aqueles que discordavam dos artigos de fé, liturgia e forma de governo anglicanos) a uma violenta política persecutória. As tensões entre essa visão teocrática, “*High-Church*”, das relações entre Estado e Igreja e as demandas crescentes por compreensão, tolerância religiosa e liberdade de consciência, misturando-se e alimentando as disputas constitucionais e sucessórias, estão na base do surgimento da polaridade partidária Tories/Whigs na década de 1680. Combinando argumentos filosóficos, bíblicos e históricos, as posições ideológicas em disputa buscavam se legitimar apresentando-se não apenas como mais “racionalis”, mas também como mais “puras” e “ortodoxas”, i.e., conformes à “verdadeira religião”, o que implicava conformidade às origens. Compreende-se, portanto, o recurso frequente a histórias da Igreja. Narrativa e erudição histórico-filológica não eram meros exercícios acadêmicos, mas, sim, poderosos instrumentos de combate ideológico.

34

Segundo Justin Champion (1992, p. 22), um dos pontos centrais de dissensão nas histórias eclesiásticas publicadas na Inglaterra no século XVII e, especialmente, no período da Restauração, era justamente aquele das “hierarquias relativas da Igreja e do Estado”. Balizado pela teorização eclesiológica pós-Reforma, o campo historiográfico dividia-se entre, de um lado, aqueles que, como o historiador e polemista *High-Church* Peter Heylyn, em obras como *Ecclesia Restaurata* (1661), defendiam a independência da Igreja baseada na origem *de jure divino* da autoridade espiritual da hierarquia episcopal, negando a leigos e à monarquia qualquer competência teológica ou controle sobre o ritual, e, de outro, aqueles que defendiam a supremacia real e a submissão da ordem espiritual ao poder civil, como Edward Stillingfleet ou Gilbert Burnet, em obras como *Irenicum* (1666) ou *The History of the Reformation* (1679-1714), respectivamente. Ao passo que os defensores da autoridade sacerdotal *de jure divino* costumavam invocar o modelo da Igreja primitiva pré-Constantiniana, a concessão direta de Cristo e a sucessão apostólica a seu favor, denunciando as implicações erastianas dos argumentos de seus adversários (sua tendência a reduzir a moralidade ou verdade da religião às determinações do Estado), os defensores da supremacia real retorquiam mobilizando frequentemente os exemplos do Imperador Constantino ou de Henrique VIII, como príncipes piedosos, restauradores da “verdadeira religião” contra os desvios da idolatria, da superstição e do domínio clerical “papista”.

catolicismo romano, entre as quais a tendência do clero a assumir um papel político, disputando a soberania com o poder civil. Nesse sentido, não se restringia à Igreja de Roma, sendo frequentemente imputado ao alto clero protestante, fosse ele presbiteriano ou episcopal.

A questão da "heresia" e de sua punição tinha um lugar de destaque nesse debate. Com base na autoridade patrística, em especial de Santo Agostinho, a Igreja Romana, desde os primeiros tempos de sua conversão em religião pública, recorreu ao braço armado do poder temporal para perseguir as 'heresias' e garantir a uniformidade da doutrina e do ritual considerados 'católicos' (universais), da qual se supunha depender a unidade e estabilidade da cristandade. Rompendo essa unidade, a Reforma protestante não significou, como se poderia pensar, um abandono do ideal de uniformidade religiosa, mas, sim, a multiplicação de 'catolicismos', cujos sacerdotes recorriam aos mesmos argumentos patrísticos para dirigir a espada do príncipe piedoso contra aqueles que consideravam heréticos e apóstatas (sempre os outros). A heresia, tal como meticulosamente anatomizada por uma longa e copiosa tradição heresiográfica – compartilhada tanto por católicos romanos quanto por protestantes de diferentes matizes, e que tinha em *Gangrena* (1646), do presbiteriano Thomas Edwards, um célebre expoente inglês – era sinônimo de licenciosidade moral, cisma e sedição política, ao mesmo tempo uma ofensa a Deus e uma ameaça à ordem civil.¹⁰

Segundo Mark Goldie (1991), durante a Restauração, a típica posição anglicana *High-Church* em relação à heresia consistia na defesa veemente da punição à dissensão e na consequente recusa de quaisquer propostas de compreensão e/ou tolerância religiosa. Para isso, autores como Richard Perrinchief, em *Indulgence not Justified* (1668), ou Thomas Long, *The History of the Donatists* (1677), estabelecendo paralelos entre os não conformistas contemporâneos e os heréticos e cismáticos arianos e donatistas dos primeiros séculos, repetiam os *dicta* de Crisóstomo, Nazianzo, Ambrósio e, sobretudo, de Agostinho em favor da perseguição aos dissidentes. De acordo com essa visão, a Igreja (pelo que se entendia os bispos) seria a única autoridade teológica competente (porque divinamente instituída) e, portanto, responsável pela pureza doutrinária e disciplina moral, na manutenção das quais o príncipe deveria atuar apenas sob sua orientação. No campo adversário, partidários da supremacia real, separavam dissensão teológica e dissensão política, propondo esquemas de compreensão e tolerância religiosa, baseados na antiga noção de que na âmbito da prática e doutrina cristã havia muitas "coisas indiferentes" (*adiaphora*), não prescritas por Cristo como necessárias à salvação. Sendo, portanto, *de jure humano*, a definição de certas cerimônias e credos, em nome da ordem e da decência do culto público e não da salvação pessoal, seria uma prerrogativa do magistrado civil, e punições seriam injustificadas, a menos que houvesse perigo à segurança do Estado.

Seguindo o padrão habitual no século XVII, essas diferentes posições ideológicas articulavam-se através de grossos volumes consagrados ao tratamento histórico erudito de práticas e de instituições do passado judaico-cristão. Longe de lhe serem um estorvo, o elã polêmico e o viés partidário dessa historiografia eram, ao contrário, um estímulo à crítica histórico-filológica. À

¹⁰ Sobre a prática e racionalidade da intolerância religiosa na Europa do início da época moderna, especialmente na Inglaterra, e a persistência da identificação da heresia à pestilência, sedição, comunismo, "libertinismo" e "sodomia", cf. Marshall (2007) e Goldie (1991).

medida que as posições divergentes buscavam persuadir seus leitores acerca da verdade dos seus argumentos, construindo sua autoridade textual por meio da mobilização regular de um conjunto de dispositivos eruditos de prova (citações, notas de rodapé, apêndices com transcrições de manuscritos antigos etc.), uma ideia empírica de evidência provável ou correta ganhava, cada vez mais, importância no interior da concepção humanista, ético-retórica, da história – concretizando, assim, o lento movimento, saudado pelos historiadores dos séculos XIX e XX, da antiga *res gestae* à moderna *disciplina*.¹¹

De que modo *An Historical Narration* se insere nesse padrão? Claramente, Hobbes estava operando com o modelo eusebiano. Como esperado em uma história da igreja, o relato regressa ao distante passado cristão de modo a dele extrair implicações normativas para o presente. Também é mantido o padrão de tratar de forma conjunta questões doutrinárias e factuais. Assim como Eusébio, Hobbes destaca os empréstimos da igreja primitiva às escolas gregas de filosofia, embora, ao contrário do historiador romano, interessado em preservar o legado pagão no interior do cristianismo, insista em sua influência corruptora. Com efeito, *An Historical Narration* não é uma narrativa sobre o triunfo de uma instituição divina, com seus princípios verdadeiros e ministros puros, sobre a heresia e a perseguição, mas sim uma narrativa sobre a corrupção de uma instituição secular (nada é dito sobre a sua suposta origem divina) por uma casta sacerdotal interesseira e desejosa de poder, disposta a definir doutrinas teológicas abstrusas (não contidas nas Escrituras e derivadas das noções “absurdas” da filosofia pagã) como artigos de fé obrigatórios à salvação e a perseguir inocentes com o único objetivo de estabelecer o seu próprio domínio sobre os homens. Em relação às disputas inglesas contemporâneas, Hobbes colocava-se, assim, decididamente, no campo dos defensores da supremacia real, articulando uma posição erastiana radical, segundo a qual definições de ortodoxia e de heresia seriam meramente o resultado de convenções humanas e uma prerrogativa da autoridade civil (que intervém no campo teológico com o propósito exclusivo de garantir a paz e a ordem do corpo político), não possuindo os clérigos qualquer tipo de mandato divino para punir dissensões doutrinárias.

Há ainda um outro sentido, temático-formal, pelo qual *An Historical Narration* dá continuidade ao padrão contemporâneo da historiografia eclesiástica. Trata-se de uma história da *palavra* heresia, ou, como Hobbes a descreve, “uma relação histórica relativa à palavra heresia, desde o seu primeiro uso entre os gregos até o tempo presente” (EW IV, *Answer*; 1840, p. 384). A etimologia – essa antiga arte praticada em obras com *De Lingua Latina*, de Varrão, e retomada entusiasticamente na cultura filológica humanista – desempenha um papel importante no texto de Hobbes, que procede diacronicamente, traçando a evolução dos sentidos das palavras “heresia” e “herético” por meio do exame dos seus usos em diferentes contextos sociolinguísticos. Nesse

¹¹ Para um tratamento não teleológico dessa transição na prática historiográfica no início da época moderna, entendida não como uma ruptura epistemológica radical, mas sim como um sutil deslocamento de ênfase, operado no interior do regime retórico, cf. Grafton (2007). Sobre a contribuição decisiva das disputas político-religiosas do século XVII para esse movimento, cf. Champion (1992).

sentido, *An Historical Narration* poderia ser lida como oferecendo o que Justin Champion (2007, p. 228) chamou de “uma teoria estagiária (*stadial theory*) do desenvolvimento histórico da heresia” .

Isso significa que deveríamos atribuir a Hobbes algum tipo de proto-historismo, seguindo a definição de Ankersmit (1995, p. 144) do historismo como a visão de que “a natureza de uma coisa reside em sua história”? Certamente, não. A noção de caráter idealista, fundamental ao historismo em sua formulação alemã clássica, de um substrato metafísico de sentido revelando-se progressivamente através dos fenômenos históricos (mesmo na forma não anacrônica do providencialismo) seria totalmente inconsistente com o nominalismo radical de Hobbes e sua consequente rejeição de essências não materiais ou espirituais.¹² Não obstante, o procedimento etimológico hobbesiano parece tornar a distinção entre filosofia e história examinada anteriormente mais flexível, apontando, assim, para um caminho mais plausível para a compreensão da prática historiográfica tardia de Hobbes: talvez, a sua desvalorização da história como forma de conhecimento, tal como habitualmente entendida pela tradição preceptiva humanista, fosse compatível com uma adesão, ao menos parcial, aos procedimentos contemporâneos da crítica erudita, histórico-filológica.

É verdade que algum tipo de diacronia, desempenha um papel naquilo que Hobbes chama filosofia ou ciência, ao menos em seu primeiro passo metodológico, aquele da definição conceitual. Embora insista que “etimologias não são definições”, Hobbes concede que, “quando verdadeiras, elas dão muita luz para a descoberta de uma definição” (EW VI, *Dialogue*; 1840, p. 80). Com efeito, Hobbes amiúde emprega etimologias em seus tratados para chegar a definições. Por exemplo, na discussão sobre o conceito de justiça, em *The Elements of Law*, ele começa examinando as origens e usos dos termos “justo” e “injusto” como predicados de ações e conclui definindo “justo” como um ato feito com um direito ou *ius* e, vice versa, “injusto” como aquilo que é feito *sine iure* (cf. SKINNER 1996, p. 310).

An Historical Narration segue um procedimento similar. Uma definição de heresia é apresentada logo nas primeiras frases do texto, e de acordo com a sua etimologia: “a palavra heresia é grega e significa uma assunção de algum coisa, em particular, a assunção de uma opinião”. Em sua origem, nas escolas gregas de filosofia, a heresia “não significava mais do que uma opinião privada, sem referência à verdade ou à falsidade” (EW IV, *Narration*; 1840, p. 387). No restante do texto, Hobbes traça uma série de mudanças histórico-semânticas experimentadas pela noção de heresia desde os primeiros séculos do cristianismo até o século XVII. Ele descreve como a noção, transposta, nos primeiros séculos, do seu contexto filosófico pagão original à igreja cristã primitiva, adquiriu um significado pejorativo na forma de um adjetivo (“herético”) oposto a outro (“católico”) e aplicado a pessoas e ideias. Descreve ainda como o imperador Constantino, no intuito de conter o derramamento de sangue causado, em

¹² Subscrevo a definição de nominalismo oferecida por John Pocock (1989, p. 184): “por nominalismo pode ser entendido [...] uma filosofia que afirma que nosso conhecimento é de palavras, denotando coisas que não devem ser entendidas em si mesmas”.

Alexandria, pelas disputas cristológicas entre Ário e Alexandre, tornou, pela primeira vez, a heresia um crime passível de punição civil no clero, ao mesmo tempo que sancionou, com sua autoridade, o primeiro credo ortodoxo (o Credo Niceno). Trata também da conversão da heresia ao mesmo tempo em um crime capital e em um pecado mortal, quando da usurpação do poder eclesiástico das mãos dos imperadores pelo Papa – um desenvolvimento, infelizmente, seguido pelas Igrejas protestantes.

No entanto, todas essas mudanças não são senão circunstanciais, na medida em que são incapazes de alterar a natureza fundamental e original da heresia que é ser “não mais do que opinião privada”, como o filósofo já a havia definido, de forma clara e perspicua, no *Leviatã* (*Lev. 1.XI*; 1983, p. 63). Desta definição básica é possível deduzir algumas consequências necessárias que independem da história semântica do conceito, tais como: não há nenhum parâmetro teológico absoluto de verdade a partir do qual se possa condenar a heresia; ou essa não pode ser um crime se não representar ameaça à ordem pública. Pode-se dizer, portanto, que a definição correta da heresia, lograda com a ajuda da etimologia, e as consequências lógicas dela derivadas oferecem uma perspectiva crítica, racional, da qual é possível organizar e avaliar a sua própria história.

Nesse caso, poderíamos, então, estender à historiografia hobbesiana aquilo que Ankersmit disse a respeito da historiografia do Iluminismo de uma maneira geral: que ela é sustentada por uma “ontologia da sentença” (*ontology of the statement*): “a ontologia da sentença de modo algum exclui a mudança, mesmo a mudança radical. Apenas, quando a mudança ocorre, seremos sempre capazes de identificar um sujeito imutável da mudança ao qual essa pode ser imputada” (1995, p. 146). Há apenas um senão nessa caracterização: o termo “ontologia” aplica-se mal a Hobbes, pois seu nominalismo impede o corolário substancialista – que Ankersmit atribui ao Iluminismo – de que o termo-sujeito em um enunciado constativo se refere necessariamente a uma entidade na realidade extralinguística. Não obstante, a lógica proposicional, de fato, subjaz o pensamento histórico de Hobbes.

Há porém uma diferença importante entre o procedimento de Hobbes em seus tratados e em suas histórias. Ao passo que, em *The Elements*, uma vez definidas a justiça e a injustiça, Hobbes procede *more geometrico*, em *An Historical Narration*, ele quase nunca abandona a exposição narrativa. Isso não significa que Hobbes estivesse buscando “conhecimento dos fatos”, nem no sentido de um interesse antiquário pelo passado *qua* passado nem no sentido de antevisão prudencial. Certo, seu interesse era prático. Ele estava, afinal de contas, intervindo em um debate relativo à heresia e a sua punição, no qual, como vimos, tinha fortes razões pessoais para se envolver. No entanto, embora sua “ansiedade pessoal o tenha incitado a prestar uma atenção mais circunstanciada à questão da natureza da heresia e de sua punição”, como bem notou Champion (2007, p. 224), “também não há dúvida de que as questões nucleares relativas à relação entre opinião privada, autoridade clerical e jurisdição civil eram uma preocupação perene sua”. Com efeito, as principais ideias articuladas em *An Historical Narration* – como, p. ex., o argumento erastiano acerca da

impossibilidade de existirem duas jurisdições independentes (civil e eclesiástica) em um mesmo Estado ou a denúncia da enorme responsabilidade da politicagem clerical (*priestcraft*)¹³ pelos tumultos políticos em todos os tempos – também podem ser encontradas em outros textos do mesmo período, bem como nos grandes tratados anteriores. O que é diferente aqui é o modo de exposição, que é narrativo e histórico. Assim como em sua *Historia Ecclesiastica*, “os pontos que [Hobbes] quer articular são ou expostos e, então, exemplificados ou deduzidos das situações e eventos relatados” (LESSAY 2000, p. 151).

É importante enfatizar, porém, que Hobbes não estava raciocinando de ocorrência à ocorrência, de fato a fato. Sua interpretação do passado da Igreja cristã era de ponta a ponta informada por ideias articuladas demonstrativamente por sua ciência civil. Ao mesmo tempo, essas ideias ganhavam em visibilidade e poder persuasivo quando colocadas em um modo histórico. Creio, portanto, que a conclusão de Frank Lessay (2000, p. 153) a respeito do procedimento intelectual adotado tanto em *Behemoth* quanto na *Historia Ecclesiastica*, as duas outras histórias de Hobbes, é também válido aqui: “através de um dispositivo de mão dupla, as doutrinas conferem alguma medida de inteligibilidade à história, e a história dá maior visibilidade às doutrinas”.

Logo, parece correto dizer, com Karl Schuhmann (2000, p. 10), que, para Hobbes, o filósofo é, afinal, o melhor historiador. Embora a história em si mesma (como *res gestae*) não tenha nenhum sentido intrínseco – de modo que uma filosofia ou teologia da história são inconcebíveis –, ela pode todavia ser tornada significativa pelo filósofo, que a interpreta de forma consciente com a ajuda de teorias, i.e., da perspectiva de “sistemas conceituais consistentes e bem definidos que não podem ser derivados das fontes, mas que tornam possíveis a identificação, exploração e explicação de objetos históricos” (KOCKA *apud* ANKERSMIT 1995, p. 158). Na história filosófica de Hobbes, a dinâmica temporal de instituições humanas, como a Igreja, o Estado, a linguagem e as leis, é explicada mediante recurso a um vocabulário conceitual estabelecido pela ciência civil hobbesiana, e essa explicação é modelada narrativamente de uma maneira calculada para produzir implicações normativas para o contexto de sua composição. É, portanto, significativo que a narração histórica de Hobbes conclua-se com uma denúncia estridente da “ferocidade” de clérigos e teólogos, “desde antes do Concílio de Niceia até o tempo presente”, sempre prontos a vociferar “crucifique!” quando se sentem ofendidos em seu saber ou poder, ignorando tanto as leis quanto os preceitos evangélicos. Se, ao invés, ouvissem a admoestação de São Paulo, em 2 Timóteo 2: 24-25,¹⁴ e atentassem a história

¹³ Sem tradução direta para o português, o termo “*priestcraft*” é um neologismo do século XVII, criado para denunciar uma suposta tendência congênita do clero, em qualquer uma de suas roupagens, a corromper a religião em benefício próprio. Como tal, o conceito, senão o termo, foi empregado por autores de inclinações políticas díspares, tais como o republicano James Harrington (aparentemente, o primeiro a grafá-lo), John Locke e o próprio Hobbes. É tido como um dos elementos centrais responsáveis pela emergência da ideologia “Whig” no final do século (cf. GOLDIE 1993).

¹⁴ “[...] o servo do senhor não deve brigar; deve ser manso para com todos [...]. É com suavidade que deve educar os opositores, na expectativa de que Deus lhes dará não só a conversão para o conhecimento da verdade, mas também retorno à sensatez” (citado em HOBBS EW IV, *Narration*; 1840, p. 407-408). Hobbes utiliza a versão autorizada do Rei Jaime, adotada pela Igreja Anglicana. Para o português, recorri à Bíblia de Jerusalém.

da heresia e de suas leis, reconheceriam que a razão e a eloquência, e não a violência, são as armas legítimas e apropriadas para lidar com as “heresias”, ou melhor, com as diferenças (inevitáveis) de “opinião” religiosa.

À guisa de conclusão podemos retomar a sugestão anterior de que as críticas de Hobbes à experiência e à história fossem, de algum modo, compatíveis com um alinhamento, talvez até mesmo sub-reptício, aos procedimentos eruditos da *scholarship* histórica contemporânea. Afinal, até que ponto a prática historiográfica tardia de Hobbes estava de acordo com o padrão de sua época? Se é verdadeiro que “escritores políticos do início do Época Moderna combinavam elementos históricos e teóricos de modo deveras impensado (*quite unselfconsciously*)” (SOMMERVILLE, 2000), usando ideias abstratas para iluminar a história e exemplos históricos para ilustrar alegações teóricas, em Hobbes a balança pende significativamente na direção da teoria. Embora as conclusões das suas histórias eclesiásticas sejam muito semelhantes àsquelas de historiadores e eruditos renomados como Paolo Sarpi, John Selden, ou Roger Twysden, também erastianos como Hobbes, seu uso das ferramentas da crítica histórica-filológica parece bastante tímida se comparado ao desses autores.¹⁵ Ao passo que obras como o monumental *De Synedriis* (1750-55), de Selden, são repletas de notas de rodapé, citações e referências eruditas a manuscritos antigos e a *scholars* antigos e modernos, os textos de Hobbes, relativamente curtos para os padrões contemporâneos, são também pobres de semelhantes recursos. Hobbes ignora tópicos importantes, não usa notas, citações ou apêndices, e sua exegese bíblica, como notado recentemente por Sommerville (2000, p. 179), é frequentemente perfunctória e da “variedade protestante antiquada”, i.e., toma a Escritura literalmente, “ignorando contexto histórico e sutilezas linguísticas”, afastando-se do sentido literal apenas quando esse diverge daquilo que a (sua) filosofia diz ser verdadeiro. Ao ler *An Historical Narration, Historia Ecclesiastica*, ou *Behemoth*, é difícil evitar a sensação de que “Hobbes encontrou na história o que a teoria já havia provado” (SOMMERVILLE 2000, p. 179).

40

Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank. Historicism: An Attempt at Synthesis. **History and Theory**, v. 34, n. 3, p. 143-161, 1995.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2006.

CHAMPION, Justin. An Historical Narration Concerning Heresie: Thomas Hobbes, Thomas Barlow, and the Restoration Debate over ‘heresy.’ In: LOEWENSTEIN, David; MARSHALL, John (Org.). **Heresy, Literature and Politics in Early Modern English Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 221-253.

¹⁵ Embora não os cite (procedimento recorrente em sua obra), Hobbes provavelmente baseou seu relato nesses e em outros autores erastianos. Sobre Twysden, cf. Champion (1992, p. 93-94). Sobre Sarpi, cf. Wooton (1983) e Kainulainen (2014). Sobre Hobbes e Selden, cf. Sommerville (2000).

- _____. **The Pillars of Priestcraft Shaken:** The Church of England and Its Enemies, 1660-1730. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1992.
- DUARTE, João. **O Progresso do Peregrino:** Religião e Política na Gênese do Iluminismo Inglês. Curitiba: Prismas, 2017.
- GOLDIE, Mark. Priestcraft and the Birth of Whiggism. In: SKINNER, Quentin; PHILLIPSON, Nicholas (Org.). **Political Discourse in Early Modern Britain.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1993, p. 209-231.
- _____. The Theory of Religious Intolerance in Restoration England. In: GRELL, Ole Peter; ISRAEL, Jonathan; TYACHE, Nicholas (Org.). **From Persecution to Toleration:** The Glorious Revolution and Religion in England. Oxford; New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1991, p. 331-368.
- GOLDIE, Mark; HARRIS, Tim; SEAWARD, Paul (Org.). **The Politics of Religion in Restoration England.** Oxford; Cambridge: Basil Blackwell, 1990.
- GOLDSMITH, M. M. Hobbes on Law. In: SORELL, Tom (Org.). **The Cambridge Companion to Hobbes.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996, p. 274-304.
- GRAFTON, Anthony. **What was History?** The Art of History in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HARRIS, Tim. **Politics under the Later Stuarts:** Party Conflict in a Divided Society, 1660-1715. London; New York: Longman, 1993.
- _____. **Restoration:** Charles II and His Kingdoms, 1660-1685. London; New York: Allen Lane, 2005.
- _____. **Revolution:** The Great Crisis of the British Monarchy, 1685-1720. London; New York: Allen Lane, 2006.
- HOBBS, Thomas. An Answer to Bishop Bramhall's Book, Called 'The Catching of the Leviathan.' In: MOLESWORTH, William (Org.). **The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury.** London: John Bohn, 1840, p. 279-384. v. IV.
- _____. A Dialogue between a Philosopher and a Student of the Common Laws of England. In: MOLESWORTH, William (Org.). **The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury.** London: John Bohn, 1840, p. 1-160. v. VI.
- _____. An Historical Narration Concerning Heresy, and the Punishment Thereof. In: MOLESWORTH, William (Org.). **The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury.** London: John Bohn, 1840, p. 385-408. v. IV.
- _____. **Leviatã.** Traduzido por João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **Leviathan.** Ed. by J. C. A. Gaskin. Oxford: Oxford University Press, 1998.

- KELLEY, Donald. **Foundations of Modern Historical Scholarship**: Language, Law, and History in the French Renaissance. New York: Columbia University Press, 1970.
- _____. Legal Humanism and the Sense of History. **Studies in the Renaissance**, v. 13, p. 184-199, 1966.
- LESSAY, Franck. Hobbes and Sacred History. In: ROGERS, G. A. J.; SORELL, Tom (Org.). **Hobbes and History**. London ; New York: Routledge, 2000, p. 146-158.
- MALCOLM, Noel. A Summary Biography of Hobbes. In: SORELL, Tom (Org.). **The Cambridge Companion to Hobbes**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996, p. 13-44.
- MARSHALL, John. Defining and Redefining Heresy up to Locke's Letters Concerning Toleration. In: LOEWENSTEIN, David (Org.). **Heresy, Literature and Politics in Early Modern English Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 254-281.
- MINT, Samuel. Hobbes on the Law of Heresy: A New Manuscript. **Journal of the History of Ideas**, v. 29, n. 3, p. 409-414, 1968.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da pHistoriografia Moderna**. Traduzido por Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- MORRILL, John. The Religious Context of the English Civil War. **Transactions of the Royal Historical Society**, n. 34, p. 155-178, 1984.
- POCOCK, J. G. A. **The Ancient Constitution and the Feudal Law**: A Study of English Historical Thought in the Seventeenth Century. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1987.
- _____. **The Machiavellian Moment**: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. 2th ed. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2003.
- _____. Time, History and Eschatology in the Thought of Thomas Hobbes. In: _____. **Politics, Language and Time**: Essays on Political Thought and History. New York: Atheneum, 1971, p. 148-201.
- SCOTT, Jonathan. England's Troubles: Exhuming the Popish Plot. In: HARRIS, Tim; SEAWARD, Paul; GOLDIE, Mark (Org.). **The Politics of Religion in Restoration England**. Oxford; Cambridge: Basil Blackwell, 1990.
- SCHUHMANN, Karl. Hobbes's Concept of History. In: ROGERS, G. A. J.; SORELL, Tom (Org.). **Hobbes and History**. London; New York: Routledge, 2000, p. 3-23.
- SKINNER, Quentin. **Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996.

SOMMERVILLE, John. Hobbes, Selden, Erastianism, and the History of the Jews.
In: ROGERS, G. A. J.; SORELL, Tom (Org.). **Hobbes and History**. London;
New York: Routledge, 2000, p. 159-187.

WILLMAN, Robert. Hobbes on the Law of Heresy. **Journal of the History of
Ideas**, v. 31, n. 4, p. 607-613, 1970.

Nietzsche: proposições acerca de uma história genealógica e afirmadora da vida

Nietzsche: Propositions about a genealogical and life-affirming history

Raylane Marques Sousa

marques.raylane@gmail.com
Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais
Rua Doutor Pergentino Maia, 1448, Messejana
60840-045 - Fortaleza - Ceará
Brasil

Eduardo Ferreira Chagas

ef.chagas@uol.com.br
Professor Associado
Bolsista do CNPq
Universidade Federal do Ceará, Departamento de Filosofia
Rua Abdenago Rocha Lima, s/n, Campus do Pici
60455-320 - Fortaleza - Ceará
Brasil

44

Resumo

O objetivo de nosso artigo orienta-se com base em duas linhas temáticas de investigação. A primeira delas ocupa-se com a crítica de Nietzsche à filologia clássica e, em alternativa, a criação de uma filologia das surpresas. A segunda linha focaliza a crítica de Nietzsche à genealogia clássica e aos genealogistas ingleses e, em alternativa, a proposição daquilo que, em nossos próprios termos, denominamos de "história genealógica e afirmadora da vida". No que diz respeito a esse ponto em específico, deter-nos-emos fundamentalmente em sua obra *Genealogia da moral* (1887), sobretudo por entendermos que na mesma estão depositadas as chaves interpretativas de seu pensamento genealógico.

Palavras-chave

História; Filologia; Genealogia.

Abstract

This article is guided by two basic lines of investigation. The first one deals with Nietzsche's critique of classical philology and, alternatively, the creation of a philology of surprises. The second line focuses on Nietzsche's criticism of classical genealogy and English genealogists and, alternatively, on the proposition of what we call — according to our terms — a 'genealogical and life-affirming history'. Regarding this point, we shall dwell fundamentally on his work *On the Genealogy of Morality* (1887), since it is our understanding, above everything else, that it holds the keys to the interpretation of his genealogical thought.

Keywords

History; Philology; Genealogy.

Recebido em: 4/3/2017

Aprovado em: 31/8/2017

Nietzsche é um filósofo intempestivo, como atesta o próprio título das suas quatro *Considerações Intempestivas*, mas é, especialmente, em sua *II Consideração Intempestiva* (1874) que ele revela a sua intencionalidade. Nessa obra de juventude, Nietzsche apresenta-se como filólogo e aponta como pretende atuar em seu presente. Ele considera que o sentido da sua formação como filólogo é este mesmo: “agir contra a sua época, sobre sua época e em benefício de uma época vindoura” (NIETZSCHE 2005, p. 70). Também em *Ecce homo* (1888), ele proclama a sua intempestividade, tanto no que diz respeito à sua profunda crítica à racionalidade moderna quanto à sua oposição ao clima triunfante que caracteriza o seu próprio tempo. A este respeito, ele afirma: “Eu mesmo não sou ainda atual; alguns nascem póstumos” (NIETZSCHE 2007, p. 67). Nesse sentido, fica evidente que Nietzsche é um pensador preocupado com seu presente, porém oposto ao seu modo de ser e de pensar, e isso para proveito de uma época posterior.

Em que contexto Nietzsche é um filósofo intempestivo? O que significa, pois, ser um pensador intempestivo? Como pontua Céline Denat, intempestivo não é ser “intemporal”, não é ser abstraído do tempo presente. Intempestivo quer dizer não concordar com o “espírito do seu tempo”. O pensador intempestivo é aquele que toma certa distância de sua época, e tal distância não diz respeito à temporalidade ou à historicidade, mas refere-se apenas ao seu tempo, isto é, à atualidade e aos valores que lhe são próprios. O pensador intempestivo tem a capacidade de pensar de outro modo, de enxergar a partir de outros ângulos e de se desprender da sua cultura; ele não permanece preso ao que a sua época louva e se orgulha – a cultura, os valores, as conquistas militares. Ele é capaz de estar em sua época e adotar pontos de vista de outras épocas, de outros lugares, de outros povos, de outras culturas, e isso em benefício de um tempo e de uma cultura futura (DENAT 2010).

Citemos, portanto, algumas das principais razões que fazem de Nietzsche um pensador intempestivo:

Em primeiro lugar, Nietzsche critica o método da filologia clássica, mas toma-o emprestado e aperfeiçoa-o à sua maneira, tornando-o capaz de perceber diferenças mais sutis, alterações e variações mais complexas, tanto de épocas passadas quanto de épocas mais próximas, que aquelas concebidas, normalmente, pelo método filológico tradicional.

Em segundo lugar, e essa é nossa consideração pessoal, a principal razão que atesta a intempestividade do pensamento de Nietzsche é a que ele critica a genealogia clássica e, em particular, os genealogistas ingleses, e a partir de então, cria um novo “método” e institui uma historicidade autêntica, a história genealógica crítica, questão que trataremos nas páginas seguintes.

A partir dessas considerações iniciais, explicaremos, então, o objetivo de nosso artigo, o qual se orienta com base em duas linhas temáticas de investigação, a saber:

1. A crítica de Nietzsche à filologia clássica e, em alternativa, a criação de uma filologia das surpresas. Nossa abordagem destacará, nesse primeiro ponto, a crítica de Nietzsche ao método da filologia clássica e, como solução

para os problemas que ele encara no que tange aos limites de investigação do método filológico tradicional, demonstraremos passo a passo a formulação do seu método filológico das surpresas.

2. A crítica de Nietzsche à genealogia clássica e aos genealogistas ingleses e, em alternativa, a proposição daquilo que, em nossos próprios termos, denominamos de “história genealógica e afirmadora da vida”. Nossa análise enfatizará, nesse segundo ponto, a crítica de Nietzsche à abordagem genealógica clássica e ao modo como os genealogistas ingleses tratam os valores morais, e, como saída para os problemas que ele detecta no que se refere à abordagem genealógica tradicional, demonstraremos a sua abertura para um tipo de história genealógica e afirmador da vida. No que concerne a esse último ponto em específico, deter-nos-emos em sua obra *Genealogia da moral* (1887), sobretudo por entendermos que na mesma estão as chaves interpretativas de seu pensamento genealógico.

Da filologia clássica à filologia das surpresas

Em *Aurora* (1886), Nietzsche escreve como ele gostaria de ser lido. No prefácio a esse texto, o filósofo alemão afirma que quer ser lido com lentidão, paciência e profundidade. Segundo ele,

[...] Este prefácio chega tarde, mas não demasiado tarde; que importam, por fim, cinco ou seis anos? Tal livro e tal problema não têm pressa; e, além disso, nós somos amigos do ‘lento’, eu, assim como o meu livro. Não fui, em vão, filólogo, e ainda o sou talvez. Filólogo quer dizer mestre na leitura lenta, e que acaba por escrever lentamente. Mas não é que seja isto somente um hábito em mim, é um prazer mau, um prazer maligno talvez? Não escrever outra coisa senão o que poderia desesperar aos homens que ‘se apressam’. Pois a filologia é essa arte venerável que antes de tudo exige uma coisa de seus admiradores: manter-se à parte, ir devagar, tornar-se silencioso, tornar-se lento; como uma arte de ourivesaria e uma perícia no conhecimento da ‘palavra’, uma arte que exige um trabalho delicado e que não realiza nada se não trabalhamos com lentidão. [...] Esta arte, a que me refiro, não termina facilmente nada; ensina a ler ‘bem’, quer dizer, a ler de trás para frente, a ler devagar, com profundidade, com pensamentos íntimos, com dúvidas e precauções, com dedos e olhos delicados... Amigos pacientes, este livro somente pede leitores e filólogos perfeitos: ‘aprendei’ a ler-me bem (NIETZSCHE 2008, p. 14).

De acordo com Werner Stegmaier, Nietzsche teria aprendido a ler com cautela, vagareza e profundidade, procurando alcançar as sutis “nuances” do texto, isto é, aquilo que não foi conceitualizado, durante a sua formação como filólogo. A filologia o teria conduzido à arte de ler e escrever “bem”, “sem pressa” e “com profundidade”, de modo que essa mesma arte, a que ele foi iniciado durante a sua educação como filólogo, ele exigia ver também entre os seus comentadores e leitores. Para Stegmaier, a filologia de Nietzsche contrasta com uma forma de trabalho apressado e que quer terminar logo com tudo facilmente, de maneira que não sobra espaço para a emergência de surpresas. A filologia de Nietzsche é radicalmente o oposto disso, pois ela não quer terminar facilmente nada, ela não procura o definitivo, o decisivo, mas sim as “segundas intenções”;

ela deixa as portas abertas para a chegada do novo, do inesperado. A filologia de Nietzsche é definitivamente diferente, porque exige do leitor “dedos e olhos delicados” (STEGMAIER 2013).

Ao apontar como gostaria que fossem os seus leitores, Nietzsche quer prepará-los para as “surpresas filológicas” (STEGMAIER 2013, p. 289) depositadas na sua *Genealogia da moral* (1887). Nesse texto de maturidade, como veremos no próximo ponto, Nietzsche põe sob questionamento pensamentos cristalizados, verdades essenciais, tidos até então como dados inquestionáveis. Com isso, Nietzsche quer mostrar aos seus leitores que os pensamentos e as verdades que eles acreditam não poder viver sem eles são, na realidade, pensamentos e verdades dispensáveis e transitórias. No entanto, como afirma Stegmaier, Nietzsche não quer mostrar as suas “surpresas filológicas” a partir do campo estreito da ciência filológica clássica. De certo modo, Nietzsche deixa de lado os elementos científicos, as teses e leis científicas, os argumentos ordenados de forma lógica e hierárquica, a erudição e o pedantismo do cientista, as citações, as notas e as terminologias fixas. Ele pretende fazer isso a partir de sua própria “filosofia filológica”, isto é, de uma “filosofia das surpresas” (STEGMAIER 2013).

Nietzsche quer levar o seu leitor a questionar e a interrogar certas verdades tomadas como indispensáveis para a sua sobrevivência. Para isso, ele exige que o seu leitor tenha coragem e seja como um animal de rapina. Na sua obra *Ecce homo* (1888), que é uma espécie de genealogia sobre ele mesmo, Nietzsche traça um perfil do seu “leitor perfeito”: “Se tento afigurar-me o tipo de um leitor perfeito, faço-o sempre um monstro de coragem e de curiosidade, com algo mais de agilidade, astúcia e circunspeção: um aventureiro e explorador nato” (NIETZSCHE 2007, p. 71). Com isso, Nietzsche afirma que o seu leitor perfeito deve ser esperto e aventureiro, isto é, que não tem medo de descer aos abismos do pensamento, que não tem receio de conhecer as novidades do pensamento, que não se poupa nunca, mas, antes, corajosamente, renuncia às estabilidades, às atemporalidades e à metafísica (STEGMAIER 2013).

O Nietzsche da maturidade, por meio de sua “filosofia filológica”, enfatiza a temporalidade e a transitoriedade de todas as coisas e de todo pensamento a respeito das coisas. Nessa fase de seu pensamento, Nietzsche é um claro opositor da metafísica e dos pressupostos essenciais subjacentes a ela. Em sua *Genealogia da moral* (1887), ele claramente apresenta a base da sua “filosofia filológica”. No Prefácio a esse texto, Nietzsche trata de expor que não existe nenhum “puro” sujeito do filosofar com um “puro” autoconhecimento. Nesse sentido, ele afirma:

Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos desconhecidos – e não sem motivo. Nunca nos procuramos: como poderia acontecer que um dia nos encontrássemos? Com razão alguém disse: ‘onde estiver o teu tesouro, estará também teu coração’ Nosso tesouro está onde estão as colmeias do nosso entendimento. Estamos sempre a caminho delas, sendo por natureza criaturas aladas e coletoras do mel do espírito, tendo no coração apenas um propósito – levar algo ‘para casa’. Quanto ao mais da vida, as chamadas ‘vivências’, qual de nós pode levá-las a sério? Ou ter tempo para elas? Nas experiências presentes, receio,

estamos sempre 'ausentes': nelas não temos o nosso coração – para elas não temos ouvidos. [...] Continuamos necessariamente estranhos a nós mesmos, não nos compreendemos, temos que nos mal entender, a nós se aplicará para sempre a frase: 'Cada qual é o mais distante de si mesmo' – para nós somos 'homens do desconhecimento' (NIETZSCHE 1998, p. 7-8).

Nietzsche afirma, com isso, a temporalidade e a transitoriedade de todo pensamento. Segundo ele, na sua busca constante por um "puro" sujeito do filosofar com um "puro" autoconhecimento, os homens do conhecimento ignoram a si mesmos, tornam-se desconhecedores acerca de si mesmos, pois, ao buscarem apenas acumular conhecimento, eles deixam de lado as experiências que envolvem todo conhecimento. No entanto, quando os homens do conhecimento pensam sobre tais experiências, na realidade, refletem sobre si mesmos, conhecem e interpretam a si mesmos. Para Nietzsche, nisso consiste a novidade de seu pensamento filológico, a saber, poder descobrir-se e conhecer-se a si mesmo, poder autocriticar-se e autossuperar-se, sem precisar recorrer a uma força suprassensível, essencial, exterior a si mesmo.

Qual é a filologia que Nietzsche reivindica e a qual tipo de ciência filológica ele se opõe? O que Nietzsche compreende então por filologia? Conforme Nietzsche, uma filologia compatível com o seu filosofar não pode ser atemporal, não pode basear-se em dados a *priori* e metafísicos. Nietzsche compreende "filologia" no padrão da Escola Ritschl, isto é, como distanciar-se do texto - e filosoficamente dos fatos empíricos – e, mais ainda, como distanciar-se das interpretações que se afirmam involuntariamente (STEGMAIER 2013). Nesse sentido, a filologia a que Nietzsche se opõe é aquela feita por Ulrich von Wilamowitz-Möllendorf, aquela que se restringe à pesquisa e à análise de fragmentos isolados de textos antigos. Nietzsche observa nela apenas um trabalho cego, de toupeira, técnico e, por isso, incapaz de descobrir um ponto de vista novo sobre uma dada questão e de apreender na totalidade o seu objeto de estudo (MACHADO 2005; WOTLING 2013).

Na obra *O anticristo* (1888), Nietzsche então define o que ele compreende por filologia:

Eu entendo aqui por filologia, em sentido geral, a arte de ler bem, de saber distinguir os fatos, sem os falsear com interpretações, sem perder, no desejo de compreender, a precaução, a paciência e a delicadeza; a filologia como ceticismo na interpretação: trata-se de livros ou de notícias de jornais, de destinos ou de fatos meteorológicos, para não falar da "salvação da alma [...]" (NIETZSCHE 2000, p. 91).

No entendimento de Nietzsche, a filologia não pode se apegar a textos considerados canônicos, muito embora não os recuse totalmente. Na filologia nietzschiana, os textos chamados canônicos não são, na realidade, canônicos, mas se referem a determinados textos que se têm em vista. A filologia nietzschiana não elabora antecipadamente as regras de seu método, porém responde às novas descobertas com métodos inusitados. Com isso, a filologia

nietzschiana não está completamente livre de erros diante dos textos, pelo contrário, ela assume que pode, sim, cometer equívocos, mas que tais equívocos podem ser inconscientes, pois as regras do seu método não são formuladas aprioristicamente (STEGMAIER 2013).

De acordo com Stegmaier, um pré-requisito para a filologia nietzschiana é ser um "bom amigo", isto é, ser "amigo" das suas "palavras". Nietzsche afirma, em *Além do bem e do mal* (1886), que aquele que é um bom amigo já conhece o seu amigo e já se acostumou com a sua amizade, o que o leva a tratá-lo sem distanciamento e sem reservas. Para Nietzsche, isso é bom, mas também é um risco. Os bons amigos podem, por causa da comodidade e da falta de distanciamento de tal amizade, não compreender corretamente o seu amigo ou tratá-lo com indolência (NIETZSCHE 1992). No seu caso, Nietzsche sugere que os seus "bons amigos" leiam os seus textos com vontade e confiança próprio a todo bom amigo, mas sempre desconfiando e suspeitando da amizade que ele lhes oferece (STEGMAIER 2013). A filologia de Nietzsche é, portanto, uma filologia da distância e da desconfiança; é uma filologia da suspeita. É essa forma de filologia que Nietzsche reivindica que seja feita em seu tempo e que ele mesmo aplica em sua *Genealogia da moral* (1887).

Na mesma linha de pensamento de Werner Stegmaier está Patrick Wotling. Segundo este, a filologia que Nietzsche reivindica tem um alcance metodológico mais ousado. Em sua concepção de filologia, Nietzsche substitui o conceito de "explicação" pelo conceito de "interpretação". Nietzsche recusa o conceito de explicação dos metafísicos porque tal conceito pressupõe a ideia de "verdade" absoluta. Para Nietzsche, a noção de verdade dos metafísicos refere-se à questão do sentido do texto em termos idealistas, ou seja, dualistas e essencialistas. Aborda-se o sentido do texto de forma dualista ao considerar a existência de dois valores indispensáveis e opostos, quais sejam, verdade e falsidade, de forma que de cada texto só é possível extrair uma única interpretação considerada verdadeira; por outro lado, aborda-se o sentido do texto de forma essencialista ao considerá-lo como contendo um sentido absoluto e imutável. Segundo Wotling, Nietzsche, desde muito cedo, recusa esse tipo dualista e idealista de análise e decifração dos textos filológicos. Nietzsche exige, portanto, que essa forma de tratamento dos textos filológicos feita até então seja substituída por uma forma de tratamento mais honesta e justa (WOTLING 2013).

De acordo com Wotling, Nietzsche utiliza a metáfora filológica para denunciar três grandes equívocos metodológicos que os filósofos metafísicos cometem frequentemente. A primeira infração metodológica que Nietzsche quer denunciar tem a ver com a forma desrespeitosa com que os filósofos tratam o texto (filológico, da natureza, do passado, etc.). Segundo Nietzsche, eles manipulam ou falsificam o estatuto do texto tendo em vista fins partidários. Nietzsche quer denunciar esses filósofos que, desprovidos de probidade em relação ao sentido do texto, aceitam a falsificação da realidade desde que o resultado esteja de acordo com os seus preconceitos.

A segunda infração que Nietzsche quer denunciar tem a ver com a confusão que tais filósofos fazem entre o texto e a sua interpretação, o que acaba apagando

as diferenças entre os dois. Nietzsche considera que, na filologia, no que diz respeito ao plano metodológico, o texto sempre tem prioridade em relação à sua interpretação. Para Nietzsche, por exemplo, as ciências exatas, em específico a física, sempre cometem essa confusão. Nesse caso, a física sempre confunde o texto original, isto é, os fenômenos naturais, com a sua interpretação. Ela sempre impõe um texto segundo sobre o texto primeiro, de modo que o texto segundo se confunde com o texto primeiro e este acaba desaparecendo. Nesse sentido, o texto segundo acaba se tornando uma explicação destinada a elucidar e, por fim, substituir o texto primeiro.

A terceira infração metodológica que Nietzsche quer denunciar tem a ver com a interpretação "mentirosa" e "delirante" que os cristãos, por exemplo, fazem do texto bíblico. Este último equívoco, segundo Nietzsche, consiste em interpretar um texto já munido previamente de uma interpretação, que será, seguidamente, posta no lugar do texto a ser interpretado. Com isso, Nietzsche quer chamar atenção para duas questões: a imposição de interpretações e o valor de tais interpretações. Com efeito, Nietzsche almeja eliminar o acréscimo de sentido que os cristãos, os padres, os filósofos e até mesmo os filólogos injetam no texto. Para ele, tal excesso de sentido é uma interpretação mentirosa do texto, interpretação essa que pode falsificá-lo e, por fim, corrompê-lo completamente. Esses são os falsos procedimentos filológicos que Nietzsche visa denunciar, estabelecendo com isso uma verdadeira caça aos palimpsestos (WOTLING 2013).

50

Nietzsche pretende, na realidade, a partir dessas denúncias dos erros praticados pela filologia tradicional, preparar os filósofos, os filólogos, os leitores, em geral, para o entendimento de um fenômeno sobre o qual ele se debruçará em sua *Genealogia da moral* (1887), a saber: a criação e a imposição dos valores morais. Nesse texto, Nietzsche quer, entre outras coisas, eliminar as interpretações que se interpõem à leitura e que impedem que o texto original da moralidade, que não é outra coisa senão submissão cega aos costumes, seja então lido e conhecido.

Com isso, Nietzsche não quer, no entanto, também impor ao texto um excedente de sentido, tal como fizeram os filólogos tradicionais. Ele está, pelo contrário, ciente de que seu primeiro dever metodológico é, portanto, não corromper o texto que ele interpretará. Tanto é dessa forma que ele mesmo fala, em um trecho do seu livro *O anticristo* (1888), já mencionado aqui, que ele entende por filologia "a arte de ler bem", ou melhor, a arte de ler um texto com coragem, lentidão e paciência, sem desrespeitá-lo e sem corrompê-lo com explicações falsas e interpretações mentirosas. Portanto, por meio de seu procedimento filológico, Nietzsche tem o cuidado de interpretar o texto original sem fazer oposição à sua teoria de interpretação infinita do texto e sem colocar em questão a sua crítica à noção de verdade absoluta e à noção dualista da explicação metafísica. Nesse sentido, a filologia nietzschiana apresenta-se como um verdadeiro trabalho de interpretação, pois ela pressupõe um enfrentamento com o texto original da moralidade (WOTLING 2013).

Proposições acerca de uma história genealógica e afirmadora da vida

Em *Nietzsche, a genealogia e a história*, Michel Foucault começa dizendo que a genealogia de Nietzsche é cinza e rigorosa. Ela é cinza porque trabalha com a coisa documentada, o efetivamente constatável, o que realmente sucedeu; e é rigorosa porque é um procedimento minucioso, pormenorizado e metódico. Nesse artigo, Foucault demonstra a diferença existente entre gênese e genealogia na obra de Nietzsche. Para o filósofo francês, ao passo que o procedimento genético perscruta a "origem" de todas as coisas, pressupondo com isso que elas teriam uma essência, o genealógico visa fazer uma crítica à noção de essência, questionando sobre o valor que se atribui às coisas ao longo do tempo. Com isso, Foucault demonstra que entende a genealogia de Nietzsche como exame da proveniência e história das emergências. Para Foucault, a proveniência (*Herkunft*) não remete ao fundamento de algo, não sinaliza para a igualdade, para a continuidade, mas, antes, busca encontrar as diferenças e as heterogeneidades, as fissuras e as brechas, os desvios e os acidentes de percurso, sob aquilo que se tem como linear, homogêneo, como conforme a si mesmo. A emergência (*Entstehung*), por outro lado, não remete aos termos finais de um processo, mas, antes, ao "princípio e à lei singular de um aparecimento" (FOUCAULT 2015, p. 65). Ao se questionar sobre a emergência de determinadas normas, por exemplo, não se almeja uma explicação das causas que as teriam feito surgir, mas a revelação do ponto de seu surgimento enquanto norma (FOUCAULT 2015; MARTON 2009).

Os moralistas ingleses organizaram, segundo Foucault, toda a história da moral de maneira linear e contínua, classificando, ordenando e mostrando somente o que, para eles, era útil de tal história. Dessa forma, a história da moral descrita pelos ingleses ocultava o conflito de sentimentos, disfarçava a luta em torno do estabelecimento dos significados das palavras, escondia as intenções e as direções dos desejos. A genealogia de Nietzsche aparece como oposição a essa história da moral dos ingleses. A sua principal característica é a exigência de um saber demorado, lento, vagaroso. O seu trabalho é capturar a singularidade dos acontecimentos, deixando de lado a utilidade que tais acontecimentos possam ter. O instrumento genealógico de Nietzsche é radicalmente diferente porque ele procura história lá onde os moralistas ingleses jamais pensaram que poderia existir, como nos sentimentos, no amor, no ódio, na dor, na compaixão, no ressentimento. O método genealógico de Nietzsche não tem a intenção de capturar a evolução desses sentimentos ao longo do tempo, mas quer perceber, historicamente, como se estabeleceram as lacunas, ou melhor, os momentos nos quais esses sentimentos foram ocultados, esquecidos ou até mesmo mudaram de sentido. Desse modo, afirma Foucault: "A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo" (FOUCAULT 2015, p. 62-63). O procedimento genealógico de Nietzsche é, ao contrário, um método histórico-crítico que pretende fazer a investigação e a avaliação da criação, do nascimento, da proveniência e do estabelecimento do significado dos conceitos "bom" e "mau" e "bom" e "ruim" ao longo do tempo (FOUCAULT 2015).

Gilles Deleuze, em seu livro *Nietzsche e a Filosofia*, principalmente nas três primeiras partes do capítulo "O trágico", ao comentar sobre a obra *Genealogia da moral* (1887), afirma que Nietzsche, ao instaurar o seu procedimento genealógico, faz uma espécie de "inversão crítica", quer dizer, ele deixa de lado a noção de "origem" e torna operatórias as noções de "sentido" e de "valor", para empreender uma "crítica total", para fazer uma "filosofia a marteladas" (DELEUZE 1976, p. 4). É, pois, a partir desses dois conceitos que Nietzsche coloca sob suspeita o valor dos valores (morais, religiosos, científico, filosóficos, etc.), a apreciação da qual deriva o valor deles e as condições de sua criação, de sua modificação ao longo do tempo e de seu estabelecimento. Com isso, Nietzsche deseja acabar com a atribuição de valor e destruir, por conseguinte, a manutenção das avaliações.

A apreciação do valor dos valores é, segundo Deleuze, o elemento diferencial dos valores então estabelecidos, pois é tanto elemento crítico quanto elemento criador. As apreciações acerca do valor dos valores não são valores, mas expressam o modo de ser, de viver e de agir dos que apreciam, valendo para eles como ponto de partida para o julgamento de tais valores. Nesse sentido, existem valores que só podemos compreender se avaliarmos "baixamente", a partir de um modo de viver, de pensar e de entender "baixamente". Assim, afirma o referido comentador, para Nietzsche, os opostos alto e baixo, nobre e vil, não são propriamente valores, mas apreciações das quais advém o valor dos valores (DELEUZE 1976).

52

De acordo ainda com Deleuze, quando Nietzsche introduziu as noções de sentido e de valor em sua filosofia, ele operou uma "inversão crítica" pelo fato de esses dois conceitos não considerarem o valor como algo efetivo, dado, mas suspeitarem do valor dos valores morais. Desse modo, a filosofia dos valores de Nietzsche passou a operar dois movimentos inseparáveis: de um lado, relacionar todas as coisas e a sua origem a valores; de outro, relacionar esses valores à sua origem e às avaliações que os instituíram como valores. Com isso, Nietzsche opôs-se principalmente aos moralistas ingleses, aos eruditos e aos utilitaristas, que se esquivaram de fazer uma crítica séria dos valores ou que criticaram as coisas em nome de valores instituídos, cristalizados e tidos como resultantes de fatos presunçosamente objetivos. Nietzsche critica tanto a ideia de fundamento, que não relaciona os valores à sua origem, quanto a ideia de que os valores estão relacionados a uma origem sem interesses, isto é, indiferentes. Por meio da sua filosofia dos valores, Nietzsche prova que o problema dos valores é a sua criação e que a solução para tal problema está em discutir de onde derivam as avaliações que estabeleceram tais valores (DELEUZE 1976).

Com efeito, a mais reveladora reflexão de Nietzsche, na qual ele apresenta o seu novo conceito de genealogia, precisa a tarefa genealógica e se empenha em discutir a emergência, a evolução e o enraizamento dos valores morais no "palco dos acontecimentos", está na obra *Genealogia da moral* (1887), um escrito chocante e polêmico, como o próprio subtítulo da obra sugere. Nessa obra, Nietzsche replica discussões com o Dr. Paul Rée e com os genealogistas ingleses, rejeita o método empregado por estes para "reconstituir a gênese da

moral”, o utilitarismo inglês, e adota uma postura não de juiz ou de utilitarista, mas de filósofo genealogista, que busca mostrar que “as morais têm uma genealogia, o que significa dizer que elas têm uma ascendência e evoluem e não são ditadas a partir de uma instância superior por um legislador supremo e sobre-humano” (DANTO *apud* FONSECA 2007, p. 31). Assim, nessa obra, Nietzsche investiga a “origem” da moral e dos preconceitos morais, a fim de provar que ela não é eterna e que as suas leis, então tidas como constantes e invariáveis, não têm, de forma alguma, fundamento metafísico, transcendente. No entanto, para conseguir provar a “origem” histórica da moral e dos preconceitos morais, Nietzsche não pretende fazer como o iluminista, isto é, desnudar os véus que envolvem uma “origem” escondida, mas sim por meio de sua educação filológica e histórica, como ele mesmo faz questão de lembrar, empreender uma incursão ao passado para compreender as condições que engendraram a criação e a atribuição de valores a determinados valores e, só a partir de daí, desmistificar a “origem” de tais valores e as verdades que eles sustentam (FONSECA 2007).

Depois de explicar, no Prólogo à *Genealogia da moral* (1887), a perspectiva genealógica que ele pretende adotar para tratar a “origem” da moral e dos problemas morais, Nietzsche analisa, na primeira dissertação, os valores “bom” e “mau” e “bom” e “ruim” e como eles foram criados e instituídos pela maneira nobre e escrava de avaliar. Na segunda dissertação à referida obra, ele examina o modo de agir do homem de ressentimento, demonstrando como surgiram a “culpa”, a “justiça”, o “castigo”, a “má consciência” e coisas afins. Feito isso, na terceira dissertação desta obra, ele reflete sobre a intervenção dos ressentidos na arte, na filosofia, na ciência e na religião, explicitando que todas elas buscam inspiração no ideal ascético. Nas três dissertações, ele submete a moral, o comportamento do homem de ressentimento e a sua produção ao exame genealógico, constatando com isso que se trata de uma doença perniciosa e maléfica (MARTON 2014).

No Prólogo da obra *Genealogia da moral* (1887), Nietzsche escreve claramente a que ela veio e qual a sua nova exigência:

Necessitamos de uma *crítica dos valores morais*, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão - para isto é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram (moral como consequência, como sintoma, máscara, tartufice, doença, mal-entendido; mas também moral como causa, medicamento estimulante, inibição, veneno), um conhecimento tal como até hoje nunca existiu nem foi desejado (NIETZSCHE 1998, p. 12, grifos do autor).

Na história da moral, nunca houve, segundo Nietzsche, um questionamento sequer acerca de se atribuir ao “bom” valor mais elevado que ao “mau”. Nesse sentido, ele pergunta: e se o mau tivesse valor mais alto que o bom? E se no bom houvesse uma droga capaz de deixar o presente dependente do futuro? (NIETZSCHE 1998). Na percepção de Nietzsche, os moralistas ingleses nunca pensaram em tais questionamentos porque nunca se dispuseram a percorrer, de fato, a extensa região da moral, da moral que efetivamente existiu e se

viveu. Eles sequer cogitaram direcionar novos olhares e novas perguntas para o subterrâneo e os recônditos dessa longínqua região porque, em nenhum momento, em todo o seu trabalho como genealogistas, pensaram valer a pena levar realmente a sério os problemas da moral.

Na visão de Nietzsche, em momento algum na história da moral, os pares de valores "bom" e "mau" e "bom" e "ruim" foram colocados sob suspeita e interrogados, para que então o seu valor e as suas circunstâncias de criação fossem conhecidos, porque simplesmente "tomava-se o valor desses 'valores' como dado, como efetivo, como além de qualquer questionamento" (NIETZSCHE 1998, p. 12). Se o valor desses valores não foi colocado sob suspeita e desconfiança até o momento, é porque eles foram tomados como pressupostos intocáveis, como existentes desde sempre, isto é, eles foram instituídos e justificados num mundo além, eles foram anteriormente dados ora por Deus, ora pela natureza, ora pela razão. Ao serem postos em questão, entretanto, esses valores se mostraram completamente "humanos, demasiado humanos", isto é, criações muito humanas (MARTON 2014; PASCHOAL 2000).

Tendo em vista que os valores são invenções humanas, Nietzsche queria que os estudiosos da moral se sensibilizassem e atentassem para a abertura de perspectiva que ele viu descortinar-se para ele e, da mesma forma, abraçassem outra maneira de pensar a crença na moral e nos valores morais. E, para isso, Nietzsche queria que eles se inquirissem a respeito das seguintes questões:

54

Sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor 'bom' e 'mau'? E que valor eles têm? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indícios de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro? (NIETZSCHE 1998, p. 9).

Segundo Vânia Dutra de Azeredo, em seu livro *Nietzsche e a dissolução da moral*, amparada principalmente em Deleuze, para Nietzsche, os estudiosos da moral, no que tange ao tratamento dos valores, sempre flutuaram entre aquilo que valeria em si e aquilo que valeria para a coletividade. Atribuir um valor a determinada coisa significa compreender que esse valor é algo dado, ele não pode ser colocado sob suspeita e, tampouco, pode ser interpretado a respeito da sua instituição enquanto valor. Esse valor tem validade em si mesmo e, nesse sentido, é inquestionável acerca de seu próprio valor. A autora ainda coloca que, para Nietzsche, apesar daquilo que vale em si divergir do valor como algo válido para todos, o ato de atribuir valor é oriundo de uma avaliação referida a todos, como também a recusa de questionar tais avaliações (AZEREDO 2000).

De acordo ainda com Azeredo, ao tecer essas críticas aos moralistas ingleses, o projeto de Nietzsche é justamente introduzir na filosofia os conceitos de "sentido" e de "valor", promover com isso a expulsão de fatos morais e afirmar a existência de uma apreciação moral dos fatos (AZEREDO 2000, p. 34-35). Para a comentadora, se Nietzsche considera essa possibilidade, é porque ele sabe que existem os que interpretam e os que avaliam os fatos morais. Assim,

a interpretação constitui-se como apresentação de uma perspectiva acerca dos fatos morais e a avaliação como instituição de um valor. Para empreender o exame dos valores morais, a fim de explicitar as suas circunstâncias de criação e de estabelecimento, a questão "Quem?" é fundamental. Em Nietzsche, a pergunta "Quem?" instaurou o procedimento genealógico como método orientador, o qual permitiu desnudar as condições de criação das avaliações e, dessa forma, estabelecer o valor dos próprios valores (AZEREDO 2000).

Na obra de Nietzsche, essa interrogação "Quem?" inevitavelmente sinaliza para o procedimento genealógico, que opera então um mergulho na região profunda e recôndita da moral não em busca do valor que se esconde por trás da avaliação, mas da avaliação que institui o valor dos valores morais. Essa é a alternância crítica que Nietzsche opera, pois ele tem o cuidado de não fazer do seu método genealógico apenas um instrumento para inventário e registro de valores dados ou ferramenta que critica as coisas a partir de valores dominantes, tido como verdadeiros. Nietzsche, pelo contrário, faz do seu método genealógico um instrumento de suspeita, que descredencia antigas posições de valor, que desmonta antigas criações de valor, as quais se tornaram dominantes e, ao logo do tempo, tornaram-se verdades petrificadas (AZEREDO 2000).

Para Nietzsche, os moralistas ingleses em tempo nenhum se perguntaram, como frisado, pelo valor dos valores morais, porque tinham como critério de avaliação a utilidade de tais valores, e não a criação de valor de tais valores. Nietzsche é severo e afirma que a avaliação dos moralistas ingleses também será posta sob suspeita, a fim de esclarecer questões como: quem toma a utilidade como critério de avaliação? O que quer aquele que toma a utilidade como critério de avaliação? Tendo em vista a falha dos moralistas ingleses de não atentarem, como dito, para a noção de valor dos valores e não se referirem à questão fundamental "Quem?", Nietzsche diz que a eles falta o espírito histórico e os acusa então de fazerem uma genealogia essencialmente a-histórica (NIETZSCHE 1998, p. 18). Assim, embora sábios conhecedores, Nietzsche os classifica como "homens do desconhecimento" (NIETZSCHE 1998, p. 18), pois não compreendem a dimensão moral de todas as coisas e não entendem a genealogia como método que proporciona a sua compreensão. Nietzsche fala isso acerca dos moralistas ingleses porque ele observa que eles se esquivam de se questionarem sobre a criação de valor dos valores morais, procurando apenas debruçarem-se sobre determinado dado do conhecimento e analisá-lo de maneira superficial e rasteira. Para Nietzsche, ao agirem assim, os moralistas ingleses desconhecem a capacidade do homem de produzir interpretações, de fazer avaliações e, sobretudo, de criar valores. Sendo assim, é compreensível que Nietzsche os tenha denominado de "homens do desconhecimento" (AZEREDO 2000).

Em sua obra *Genealogia da moral* (1887), a questão principal que Nietzsche coloca em discussão é, portanto, o "valor da moral" (NIETZSCHE 1998, p. 11). Ele percebe que os instintos de abnegação, sacrifício e de compaixão, que, por exemplo, Schopenhauer tanto idealizou e divinizou, depreciam o homem e negam a própria vida, porquanto são "valores em si", que escondem a "vontade de nada", ou melhor, o niilismo (NIETZSCHE 1998). Nesse sentido, ele coloca

também sob suspeita o valor da moral do altruísmo e da piedade que acomete a cultura europeia e que se encontra na base de toda a civilização ocidental, e então o interroga, para identificar e explicitar de qual “solo” o valor da moral proveio, de onde ele nasceu, como ele se desenvolveu, como ele se modificou e sob quais condições ele se enraizou. Nietzsche quer fazer uma crítica não apenas do valor da moral da abnegação e da piedade, mas de toda moral e de seu sentido valorativo. Para isso, ele sabe que precisa primeiro conhecer o valor da moral, como ele surgiu, como se metamorfoseou e se estabeleceu para, em seguida, fazer a crítica do valor dos valores morais. Tendo em vista a possibilidade do valor dos valores se metamorfosear e se disfarçar ao longo do tempo, o que dificulta a sua apreensão, compreensão e crítica, Nietzsche fala da moral como sendo consequência, sintoma, máscara, mal-entendido e, também, como sendo causa, remédio, entrave ou veneno (NIETZSCHE 1998).

Desse modo, enfatizando o que foi apresentado anteriormente, Nietzsche examina os valores morais a partir de duas perspectivas, a saber: por um lado, os valores aparecem como princípios para a apreciação dos valores; por outro lado, no entanto, os valores pressupõem apreciações, supõem “‘pontos de vista de apreciação’ dos quais deriva o seu próprio valor” (DELEUZE 1976, p. 4). Desconfiar do valor dos valores, fazer uma interpretação dele, tendo como parâmetro unicamente a vida, é o ponto de partida para instituir um valor como sendo ou não valor. Nesse sentido, Nietzsche põe sob questionamento o valor dos valores morais e utiliza o procedimento genealógico para investigá-lo, interrogá-lo e interpretá-lo, a fim de conhecer a sua criação, as circunstâncias históricas de sua invenção e de sua efetivação enquanto valor. Nietzsche usa, portanto, o seu método genealógico para empreender uma crítica ao valor dos valores e interpretar como se deu a instituição de determinados valores como valor ao longo do tempo. Ao questionar sobre o valor dos valores e o seu estabelecimento, o procedimento genealógico nietzschiano coloca então sob desconfiança os próprios valores morais.

Dessa maneira, a genealogia de Nietzsche caracteriza-se como um instrumento de interpretação e, ao mesmo tempo, como apreciação dos valores. A apreciação é, portanto, o elemento diferencial dos valores, pois é da apreciação dos valores que provém o seu próprio valor. Nesse sentido, Deleuze define a genealogia de Nietzsche da seguinte forma:

Genealogia quer dizer ao mesmo tempo valor da origem e origem dos valores. Genealogia opõe-se ao caráter absoluto dos valores tanto quanto a seu caráter relativo ou utilitário. A genealogia significa o elemento diferencial dos valores do qual decorre o valor destes. Genealogia quer dizer, portanto, origem ou nascimento, mas também diferença ou distância na origem. Genealogia quer dizer nobreza e baixeza, nobreza e vilania, nobreza e decadência na origem. O nobre e o vil, o alto e o baixo, este é o elemento propriamente genealógico ou crítico (DELEUZE 1976, p. 5).

Os valores provêm, segundo Deleuze, dos elementos “nobre” e “vil”, “alto” e “baixo”, e esses elementos determinam as apreciações, pois expressam o modo de ser e de viver dos avaliadores. Nesse sentido, tais elementos não podem ser

tomados como valores propriamente ditos, mas como elemento diferencial do qual surge o valor dos valores morais.

Para Nietzsche, foi a partir do "pathos da distância" que os "bons" mesmos, os nobres, os poderosos, os superiores em posição e pensamento em relação a tudo o que eles consideravam baixo, de pensamento baixo e vulgar, autodenominaram-se bons e arrogaram para si a prerrogativa de criar valores. Os nobres sentiram-se no direito de julgar e inventar valores por pensar que estavam distantes do outro e por se sentirem maiores e melhores que o outro. Segundo Nietzsche, os nobres criaram valores não por uma questão de utilidade, tampouco por sentirem compaixão pelo outro, mas tão somente por nutrirem um sentimento de superioridade em relação ao outro, o que fez com que se sentissem no direito de estipular e inventar valores. Nas palavras de Nietzsche, portanto: "Desse pathos da distância é que eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes de valores: que lhes importava a utilidade!" (NIETZSCHE 1998, p. 19).

No entanto, tendo em vista que os valores podem se metamorfosear ao longo do tempo, o mesmo questionamento "Quem?" que se fez ao elemento genealógico nobre e que lhe permitiu ser identificado como elemento superior que inventa valores, quando feito a outros valores, por exemplo, os valores nobres que se modificaram no decorrer do tempo, pode ser relacionado a um elemento inferior. Dessa maneira, os valores, ao serem questionados acerca da sua criação e do seu estabelecimento, podem ser provenientes tanto do elemento superior quanto do elemento inferior. Por essas indefinições e apreciações divergentes em torno da criação dos valores morais, é que a genealogia, a partir do sentimento de aproximação e distanciamento de tais valores, ocupa-se em buscar o começo do valor dos valores morais para, finalmente, examinar se a criação dos valores morais provém de uma apreciação nobre ou vil. Portanto, a dificuldade maior é identificar o que impulsiona uma determinada apreciação e qual o aspecto que define o seu valor ou não.

Dito isso, a história genealógica e afirmadora da vida, tal como a denominamos, é uma espécie de nova história dos valores morais. Como se define, então, essa nova história de Nietzsche? Eis o que, por último, nos empenharemos em demonstrar. Em primeiro lugar, acreditamos que a nova história de Nietzsche reúne elementos da história científica¹ e está, ao mesmo tempo, para além dela. Ou seja, o novo modelo de história de Nietzsche não prescinde de elementos presentes na história científica, mas se nutre antes de tais elementos para se constituir. Um ponto de aproximação entre Nietzsche e a história científica, talvez, esteja dado por meio do método crítico-textual, que ambos tomam emprestado da filologia clássica. Consideramos que Nietzsche critica a história científica, mas, ao mesmo tempo, aproxima-se dela, estratégica e perigosamente, para se apoderar do método crítico-textual. Nietzsche aproxima-se da história científica porque o trabalho da filologia clássica resume-se a reunir documentos antigos sobre um passado remoto, sem fazer uma leitura

¹ A título de esclarecimento, história representa, ao longo deste artigo, a disciplina científica, não é empregada no sentido da história real, vivida.

crítica deles. Inclusive Nietzsche se afasta da filologia clássica e funda uma nova filologia (filologia histórica/filologia das surpresas) por esse motivo.

Em segundo lugar, Nietzsche aproxima-se da história científica porque sabe que sem o seu auxílio não é possível fazer o questionamento da gênese dos valores morais. Nietzsche deseja, por meio do seu novo método (método genealógico/método da suspeita), fazer a crítica do valor dos valores, conhecer as condições históricas de nascimento e estabelecimento dos valores morais modernos, mas deseja também, em terceiro lugar, arriscamos dizer, estabelecer uma verdade, científica e transitória, sobre essas questões. Supomos isso, precisamente porque Nietzsche percorre o campo da moral e faz uma pesquisa científica, ele levanta documentos, ele investiga fatos, ele procura evidências que atestem o começo e o estabelecimento dos valores morais. De certa forma, ele reconstrói, com os instrumentos da própria ciência histórica, isto é, fixando-se em documentos e fatos, alguma coisa que podemos chamar de "verdade". Está claro para nós que Nietzsche sabia que a sua nova genealogia da moral só teria sentido se ele permanecesse no terreno sólido da história. Ele tinha convicção que apenas com os instrumentos da ciência histórica ele conseguiria chegar até às particularidades mais concretas da moral.

Em quarto lugar, e para concluirmos este artigo, a nova abordagem da história proposta por Nietzsche, nos termos em que ele a coloca, não faz oposição entre conhecimento e vida, já que ela mesma é um tipo de saber que visa afirmar a vida em todas as circunstâncias. Insistindo na relação entre conhecimento e vida, poderíamos pensar assim mesmo: a ciência e a vida como instâncias autônomas e coexistentes. Uma precisa da outra para subsistir. A ciência não é um conhecimento em busca do semelhante e universal, nem um saber fechado, frio e meramente factual, mas um conhecimento aberto à vida diferente e singular, um saber que absorve a contingência da vida e trabalha para apreender efetivamente a sua complexidade, sem com isso deixar de ser rigoroso, sistemático e documentado. A vida aceita o favor da ciência e serve de objeto para a ciência, sem com isso deixar de ser espontânea e circunstancial.

No decurso deste artigo, a tese que pretendemos justificar é esta: Nietzsche é o criador de uma nova concepção de história, do tipo genealógico e afirmador da vida.

Referências bibliográficas

- AZEREDO, Vânia Dutra de. **Nietzsche e a dissolução da moral**. São Paulo: Unijuí, 2000.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. Tradução de Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Rio, 1976.
- DENAT, Céline. A filosofia e o valor da história em Nietzsche. Uma apresentação das Considerações Extemporâneas. **Cadernos Nietzsche**, n. 26, p. 85-96, 2010.
- FONSECA, Thelma S. M. Lessa da. História e crítica na genealogia. In: _____. **Nietzsche e a auto-superação da crítica**. São Paulo: Humanitas, 2007, p. 31-87.

- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 2. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015, p. 55-86.
- MACHADO, Roberto (Org.). Introdução: Arte, ciência, filosofia. In: _____. **Nietzsche e a polêmica sobre O nascimento da tragédia**. Tradução e notas de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 7-34.
- MARTON, Scarlett. Foucault leitor de Nietzsche. In: _____. **Extravagâncias**. Ensaio sobre a filosofia de Nietzsche. 3. ed. São Paulo: Discurso Editoria e Barcarolla, 2009, p. 199-211.
- _____. Genealogia da Moral: Do zelo didático aos fins estratégicos. In: _____. **Nietzsche e a arte de decifrar enigmas** - Treze conferências europeias. São Paulo: Loyola, 2014, p. 157-180.
- NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 76-178.
- _____. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Além do bem e do mal**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. **Aurora**: reflexões sobre os preconceitos morais. Tradução de Mário D. Ferreira Santos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Ecce homo**: como cheguei a ser o que sou. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- _____. **O anticristo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- PASCHOAL, Antonio Edmilson. O procedimento genealógico de Nietzsche. **Revista Diálogo Educacional**, v. 1. n. 2, p. 1-21, 2000.
- STEGMAIER, Werner. Depois de Montinari – Sobre a filologia-Nietzsche. In: VIESENTEINER, Jorge Luiz; GARCIA, André Luis Muniz (Org.). **As linhas fundamentais do pensamento de Nietzsche**: coletânea de artigos: 1985-2009. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 287-306.
- WOTLING, Patrick. A filologia como metáfora fundamental. In: _____. **Nietzsche e o problema da civilização**. Tradução de Vinícius de Andrade. São Paulo: Barcarolla, 2013, p. 65-81.

O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938)*

Managerial activity in the *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938)

Mariana Ladeira Osés

mariana.l.oses@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social

Universidade de São Paulo

Rua Duílio, 79 - Água Branca

05043-020 - São Paulo - São Paulo

Brasil

Resumo

Este artigo toma por objeto os expedientes de trabalho adotados por Marc Bloch e Lucien Febvre na administração da Revista dos *Annales* entre 1929 e 1938. Interpretadas a partir das cartas trocadas entre ambos, as formas de trabalho diretorial são mobilizadas como possíveis meios de apreensão de constrictões às quais a revista e seus diretores estavam submetidos, bem como das tomadas de posição de Bloch e Febvre diante dessas constrictões. Objetiva-se, dessa forma, demonstrar o potencial das fontes e dos problemas abordados para trazer à luz dimensões menos visíveis, mas não secundárias, do funcionamento da revista em seus primeiros anos e das condições objetivas inscritas nesse funcionamento. Avança-se, nessa chave, a hipótese de que a instabilidade à qual os *Annales* estão submetidos no período é um elemento central para a compreensão de escolhas editoriais tomadas pelos diretores, que imprimem à revista um tipo de coesão particular, possivelmente relacionada à posterior elevação do periódico à condição de “mito disciplinar”.

60

Palavras-chave

Annales; Cartas; Historiografia Francesa.

Abstract

This article analyzes the devices of managerial work to which Marc Bloch and Lucien Febvre resorted for the administration of the *Revue des Annales* between 1929 and 1938. Identified through the letters exchanged between them, such devices are interpreted as potential ways of apprehending the constrictions that weighed on the journal and its directors and of perceiving how Bloch and Febvre handled such constrictions. The aim is to demonstrate the potential of these sources and problems, which can shed light on the less visible — although not less important — journal's working mechanisms in its first years and objective constrictions embedded in these mechanisms. In that sense, the instability that marked the *Annales* during this period becomes a key element to the understanding of some crucial directorial decisions that conveyed a particular type of cohesion to the journal, which could be related to how the 'myth' of the *Annales* was built.

Keywords

Annales; Letters; French Historiography.

Recebido em: 21/10/2016

Aprovado em: 31/8/2017

* Este artigo é baseado em resultados parciais de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Agradeço os comentários generosos e precisos de Felipe Brandi e os apontamentos do grupo de seminário de pesquisa no qual este texto foi discutido, bem como as revisões e indicações cruciais de Rafael Benthien e Miguel Palmeira (coorientador e orientador, respectivamente, da pesquisa em curso). Quaisquer equívocos são, evidentemente, de minha responsabilidade.

O lugar ocupado pela “escola dos *Annales*” na história da historiografia transformou-se, ao longo do século XX, em conhecimento tácito no mundo social dos historiadores. A simples referência à palavra *Annales* basta, via de regra, para invocar a imagem, mais ou menos difusa de acordo com o interlocutor, de um empreendimento de grande magnitude nascido em 1929 e que se agigantaria para ocupar lugar incontornável na disciplina. Essa noção socialmente compartilhada, que críticos e apologetas da “escola” revestem de sentidos diversos, deve-se, evidentemente, ao êxito notável atingido pelos *annalistes*, sobretudo entre os anos 1950 e 1970, em termos de poder disciplinar.¹ Em outras palavras, a relação estabelecida entre os *Annales* e o espaço social dos historiadores é moldada pela posição à qual a revista e seus colaboradores foram alçados décadas após a fundação do periódico. Por consequência, os primeiros anos do empreendimento são usualmente interpelados sob a lente desse êxito posterior, sendo o sucesso alçado à condição de destino manifesto da revista desde 1929.²

Nesse processo, ignora-se que o êxito dos *Annales*, nos moldes assumidos na segunda metade do século XX, não era evidente e tampouco necessário. A análise da correspondência trocada entre os dois diretores na primeira década de vida da revista aponta, pelo contrário, que o fracasso foi, ao longo da “primeira geração”, não apenas uma possibilidade real, mas um medo constante que impactou de forma definitiva as dinâmicas e formas do trabalho diretorial. À luz de um *telos* retrospectivamente projetado, esse trabalho é acomodado em uma narrativa orientada para o êxito e, dessa forma, deslocado de suas condições originais de produção, significa dizer, das possibilidades objetivas às quais estava submetido nas décadas de 1930 e 1940.

Este artigo propõe-se a retomar esse trabalho cotidiano empreendido por Marc Bloch e Lucien Febvre entre 1929 e 1938, ou seja, na revista sob sua primeira roupagem e sob seu primeiro título, *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Trazendo à luz o modo como ambos trabalham no período, sua intenção é acessar três aspectos cruciais do funcionamento do periódico: as possibilidades de ação, tanto simbólicas quanto materiais, abertas aos diretores; o tipo de manejo que fazem dessas possibilidades e os impactos desse processo sobre o resultado publicado da revista. Ainda que não se busque aqui restituir as condições de produção dos *Annales* em sua plenitude, defendemos que algumas de suas facetas menos óbvias, posto que inscritas no trabalho dos agentes, têm sua análise viabilizada pela abordagem proposta: é o caso, por exemplo, do impacto da instabilidade material da revista sobre os expedientes de trabalho diretorial nela adotados.

¹ Deve-se notar que esse “poder disciplinar”, apesar de não prescindir do prestígio intelectual angariado pelos *Annales*, relaciona-se também a outros elementos, notadamente a institucionalização do grupo, sua penetração nos meios de comunicação franceses e seu impacto sobre historiografias estrangeiras (entre as quais se encontra a historiografia brasileira). Esse aspecto é amplamente explorado pela historiografia crítica aos *Annales*, notadamente em Bourdê e Martin (1997).

² A bibliografia clássica sobre os *Annales*, na qual manifestações distintas dessas noções cristalizadas podem ser identificadas, é excessivamente extensa para que se empreenda aqui uma revisão satisfatória. De todo modo, estudos de grande impacto e de referência obrigatória sobre os anos iniciais da revista são os de Burke (1997), Burguière (1979), Carbonell (1983), Dosse (1987) e Revel (1979).

A correspondência trocada entre Bloch e Febvre durante o recorte selecionado, organizada e comentada por Bertrand Müller (1994b; 2004),³ é o material sobre o qual se apoia a análise aqui empreendida. Esse material apresenta-se como ponto de observação privilegiado para os problemas propostos por permitir a análise de um aspecto chave da administração do periódico no período estudado: o cerrado controle que os diretores exercem não apenas sobre a estrutura da revista e os textos de sua autoria, mas também sobre os textos de seus colaboradores, submetidos a um processo sistemático de reescrita, adequação e correção. As colaborações recebidas, como nota o próprio Müller na introdução ao primeiro tomo de cartas, passam pelo crivo dos diretores, que não apenas opinam diretamente sobre a forma e o conteúdo dos textos como empreendem neles alterações significativas. Compreender quais adequações são essas e a que tipo de mudança os textos são submetidos permite vislumbres não apenas do “projeto intelectual” em jogo, mas principalmente das constringências às quais os diretores e a revista estavam simbólica e materialmente submetidos, bem como do manejo dessas constringências e de seus efeitos sobre o produto final do periódico.

Com vistas a esses objetivos, os resultados obtidos a partir da análise das cartas encontram-se, aqui, classificados em três modos de intervenção diretorial sobre as contribuições dos colaboradores: a dosagem da combatividade, o controle sobre a estrutura da revista e sobre o conteúdo dos textos publicados. Dentro dessas três categorias, descreveremos uma série de expedientes de trabalho diretorial que cumprem papel central na administração da revista, percebidos pelos diretores como fundamentais à sua sobrevivência e, portanto, férteis para a análise dos problemas aqui propostos.

62

O combate revisitado

A associação entre o trabalho diretorial de Marc Bloch e Lucien Febvre e a combatividade da revista dos *Annales* é um tópico recorrente na historiografia, sendo a noção de “história combate”, que nomeia a suposta orientação do programa dos *Annales* no sentido de um afrontamento aberto a concepções históricas “oitocentistas”, constantemente evocada como um dos traços distintivos do empreendimento. As referências a esse *topos* são numerosas: em seu artigo publicado no cinquentenário do periódico, André Burguière afirma que “o tom polêmico das numerosas resenhas assinadas pelos diretores” era, desde os anos iniciais, o elemento que diferenciava e afastava os *Annales* das

³ Diante do recorte temporal selecionado, os três tomos da correspondência organizada por Müller foram o foco da análise aqui empreendida, resultando em um corpo documental composto por 420 cartas (1928-1938) entre as 530 (1928-1944) compiladas, editadas e datadas pelo autor. O conjunto de fontes primárias adotado inspira, portanto, alguns comentários: tratando-se de material reunido por Müller a partir de acervos diversos e por vezes desconectados, há lacunas na documentação, resultantes de cartas perdidas, extraviadas ou não encontradas. A própria natureza das trocas epistolares contribui, ainda, para o caráter lacunar do corpo documental: há períodos de maior intensidade de troca de cartas (geralmente os de distanciamento geográfico entre os dois diretores) intercalados a períodos de menor intensidade; em contrapartida, há assuntos e casos tratados pessoalmente e, portanto, apenas parcialmente registrados na correspondência. A consciência sobre essas características do material foi determinante para a seleção dos casos que fundamentam este artigo: foram priorizados casos que puderam ser acompanhados do início ao desfecho por meio das cartas, de modo a manter sob controle e, na medida do possível, minimizar o efeito dos pontos cegos impostos pelas lacunas documentais.

revistas contemporâneas. (BURGUIÈRE 1979, p. 1350). Massimo Mastrogregori, de forma semelhante, afirma que “desde o início de suas carreiras, Febvre e Bloch conduziram um áspero *combat* para impor um certo modo de escrever a história” (MASTROGREGORI 1983; 2010, p. 430), fazendo referência aos trabalhos de André Burguière, Jacques Revel e John Craig para sustentar a noção de que esse *combat* cumpriria na revista uma função estratégica. Essa noção de combate cristalizada, no entanto, parece-nos exigir qualificação: ainda que o processo de legitimação do “movimento” certamente não prescindia dos embates intelectuais, a imagem dos *Annales* como uma “revista de combate” tende a tratar como excepcional a dimensão conflitiva que é, de fato, intrínseca ao processo de circulação de ideias. Furta-se, assim, a compreender os canais, os momentos e os tons que atribuem contornos específicos à combatividade empreendida por Bloch e Febvre, ignorando o fato de que o combate travado pelos *Annales* possui limites e formas específicas, modulados por uma busca constante do que se pode e não pode dizer, quem e o quê se pode criticar.

Ilustraremos as potencialidades dessa visada por meio de dois dos casos identificados na correspondência analisada,⁴ os quais registram um trabalho delicado de mensuração do combate que *pode* ser travado, originando uma forma discreta e circunstancial de combatividade, estabelecida dentro de limites que são objeto de disputa constante entre os agentes envolvidos: diretores, editores, resenhistas e resenhados. O primeiro caso selecionado refere-se à polêmica em torno de um texto escrito por Pierre Duclaux, que tem seu primeiro registro em carta de 5 de março de 1933 e estende-se até o dia 25 do mesmo mês (MÜLLER 1994b, p. 331-341). O autor escrevera para os *Annales* um artigo associando a crise agrícola francesa à formação camponesa e ao ensino no campo, premissa considerada temerária pela editora do periódico, que previu uma oposição forte dos professores primários e consequentes danos comerciais. Os diretores, no entanto, creem que, além de não contar com ter que fazer mudanças no artigo já aceito, Duclaux não aceitaria reduzir o texto às suas observações econômicas, como a editora propunha.

Temendo que o impasse resultasse na perda da contribuição, já que, como demonstraremos à frente, a revista lutava contra uma escassez crônica de textos, os diretores optaram pela alteração das formulações mais polêmicas, feita por eles mesmos, e pela submissão dessas alterações para aprovação do autor, quando prontas. A frase “Os programas não são satisfatoriamente concebidos”, por exemplo, passa pela forma “De modo geral, a curiosidade não é satisfatoriamente despertada” e chega, na forma final da publicação, a “De modo geral, os alimentos que a escola fornece aos pequenos camponeses não excita suficientemente sua curiosidade” (MÜLLER 1994b, p. 331).⁵ O foco

⁴ Dada a economia argumentativa deste texto, a análise recairá sobre os contornos gerais desses conflitos, sobretudo seus aspectos de forma, e não sobre a depuração dos conteúdos sociais e intelectuais dos casos citados. Esse trabalho de aprofundamento, conscientemente não reproduzido aqui, integrará um capítulo específico da dissertação de mestrado resultante da pesquisa que origina este artigo.

⁵ As frases originais, na ordem das alterações: “Les programmes ne sont pas suffisamment conçus”, “D’une façon générale, la curiosité n’est pas suffisamment éveillée” e “D’une façon générale, les aliments que l’école fournit aux petits paysans n’excitent pas suffisamment leur curiosité”. Todas as traduções listadas ao longo deste artigo são de nossa autoria.

da crítica na concepção dos programas escolares é neutralizado, tornando-a menos aberta e mediada por uma construção mais conciliadora. Desenha-se, assim, uma disputa entre editores e diretores para a definição da fronteira entre “discussão” e “polêmica”,⁶ um confronto que não é frontal, mas mediado por negociações, recuos táticos, busca de territórios comuns. É o mesmo tipo de combate discreto que se observa no segundo caso selecionado, que envolve diretamente um texto redigido por Lucien Febvre.

Esse caso refere-se a uma resenha mencionada pela primeira vez em setembro de 1933, mas a polêmica a ela associada desenrola-se a partir de abril de 1934 (MÜLLER 2004a, p. 76). O texto em questão, uma crítica a *La chambre des comptes de Paris au XVe siècle*, de Henri Jassemin, é mal recebido pelo autor, que encaminha uma carta de resposta à revista, acusando-a de atacar a *École des Chartes*, da qual ele fazia parte. A publicação da carta nos *Annales* é obrigatória, e os diretores optam por fazê-lo com um *chapeau*.⁷ A redação do texto fica, inicialmente, por conta de Febvre, mas uma sequência de cartas arroladas nos anexos do segundo tomo da correspondência revela um processo cuidadoso de reescrita da nota, efetuado por Bloch e pelos editores, que consideraram a fórmula inicial de Febvre muito agressiva.

Da forma original – uma repreensão severa ao fato de Jassemin tentar transformar a crítica ao seu livro em crítica a todos os *chartistes*, esquivando-se das objeções de método colocadas por Febvre – o texto passa, nas mãos de Jolis,⁸ a uma forma mais branda, que convida os leitores a decidirem sobre a pertinência ou não da crítica de Febvre, reforçando a presença de *chartistes* entre os amigos e colaboradores da revista e, dessa forma, expondo a resenha como uma crítica pontual ao autor, e não um ataque à *École des Chartes* (MÜLLER 2004a, p. 499-501). Expressa-se, novamente, um tipo de combate que não se trava em batalha aberta e irrestrita, estando fechadas certas vias do circuito de injúrias. O que se infere da polêmica é que o ataque frontal à *École des Chartes* não era um dos movimentos possíveis, limitação que o exemplo anterior demonstra estender-se a outros agentes e coletividades (a categoria dos professores primários). Em cada caso, como demonstrado, as soluções adotadas diferem: neste, a crítica só é mantida mediante redirecionamento para um alvo individual, o que parece servir a mantê-la em território seguro.

A imagem que se desenha nos dois casos citados ecoa, de forma mais discreta, ao longo de toda a documentação, sendo numerosas mesmo as situações nas quais os diretores suprimem a crítica, não se lançando a qualquer tipo de combate. Em carta do dia 19 de maio de 1934, na qual Bloch comenta um livro de Henri Hauser, membro do comitê de redação ao qual os *Annales* dedicam algumas de suas resenhas mais elogiosas, diz-se: “Eu fiquei incomodado, e

⁶ A inclusão do autor (no caso, Duclaux) apenas na aprovação do texto final e não no processo de reescrita, apesar de não ser excepcional dos *Annales*, era, via de regra, reservada a resenhistas de menor expressão. Pierre Duclaux era um engenheiro agrônomo filho de Émile Duclaux e irmão de Jacques Duclaux, ambos professores universitários e cientistas naturais de grande expressão, e, portanto, de um dos muitos autores de contribuições eventuais recrutados por Bloch e Febvre desde fora das fileiras dos historiadores profissionais.

⁷ Nota introdutória ao texto, de teor explicativo.

⁸ Editor que assume a Armand Colin após a morte de Max Leclerc, em 1931.

achei, para ser sincero, o volume bastante insignificante, mas eu não podia dizê-lo” (MÜLLER 2004a, p. 96-97).⁹ Febvre, que havia resenhado o mesmo livro, *La prépondérance Espagnole*, para a *Revue Historique*, responde demonstrando solidariedade ao amigo: “Eu acalmo sua consciência: tive [em minha resenha] que adotar o tom épico da *Revue Historique* (onde eu não poderia ter feito de outra forma)” (MÜLLER 2004a, p. 97).¹⁰

Em novembro do mesmo ano, Bloch critica o excesso de diplomacia de uma resenha que Febvre escrevera sobre A. Grenier: “Você tem, creio eu, uma opinião negativa desse livro; você é obrigado a falar bem dele (estou em pleno acordo com você neste ponto). E então você carregou muito nas cores – um pouco demais, na minha opinião” (MÜLLER 2004a, p. 97).¹¹ Cabe notar que Grenier era, nesse momento, concorrente direto de Bloch às eleições do *Collège de France*. Também era, no entanto, colaborador da revista, o que aclara o delicado jogo exposto aqui, em que se busca a intensidade certa da crítica. Febvre acaba concordando com as observações do amigo e co-diretor, observando: “Eu me investi demais, realmente demais, no desejo político de nos garantir um proceder elegante” (MÜLLER 2004a, p. 174).¹² O texto final, no entanto, não conta com críticas particularmente duras, tendo Febvre mantido a ênfase nos méritos da obra.

Chamamos atenção para o fato de que em diversos dos casos elencados a atenuação da crítica é reservada a colaboradores importantes da revista, como Hauser, Grenier e Espinas. O sucedido com Espinas é particularmente interessante: ao longo da correspondência, Bloch e Febvre criticam duramente os escritos do autor, tornando-o, em certa altura, um parâmetro de texto de baixa qualidade. É comum o uso, por exemplo, da expressão “prolixidade espinasiana”, ou de observações como “O resultado é pior que o pior Espinas em estado nativo” (MÜLLER 1994b, p. 455).¹³ Em todo o material analisado, nenhuma menção elogiosa é feita ao autor, que é, também, membro do comitê de redação. As resenhas dedicadas a ele nos *Annales* são, no entanto, exclusivamente elogiosas.

Todas essas situações ilustram recuos táticos: a combatividade é, em certas situações, inteiramente suprimida ou modulada para encaixar-se nos limites considerados pertinentes a cada situação, a cada caso específico de correlação de forças, como já sugerimos acima. Os casos de supressão são especialmente interessantes, na medida em que sugerem a interdição de determinadas vias do circuito de injúria: críticas a colaboradores importantes e membros do comitê editorial, apesar de serem feitas na correspondência pessoal entre Bloch

⁹ No original: “J’ai été gêné, je trouve, pour tout dire, le volume assez insignifiant: mais je ne pouvais pas le dire”.

¹⁰ No original: “J’apaise vos scrupules, j’ai dû emboucher la trompette épique de la *Revue Historique* (où je ne pouvais du reste pas faire autrement)”.

¹¹ No original: “Vous pensiez, crois-je, du mal de ce bouquin; vous êtes obligé d’en dire du bien (tout à fait d’accord avec vous sur ce point). Alors vous y êtes allé largement de votre pot de couleur “un peu trop largement à mon sens”.

¹² No original: “J’en avais trop mis, beaucoup trop mis, dans le désir politique de nous assurer l’avantage d’un procédé élégant”.

¹³ No original: “Le résultat est pire que le pire Espinas à l’état natif”.

e Febvre, não se tornam públicas. Um segundo aspecto dessas interdições é igualmente interessante: mesmo à injúria a figuras reconhecidas pela historiografia como “inimigos exemplares” dos *Annales* são impostas condições específicas. Destacamos, por exemplo, o diálogo que se inicia em carta de 12 de setembro de 1933, na qual Febvre menciona uma resenha que escrevera sobre *Histoire sincère de la Nation française. Essai d’une histoire de l’évolution du peuple français*, de Charles Seignobos:

Já que me foi dada a chance de dizer abertamente minha opinião sobre o homem e seus métodos, não posso me resignar a deixá-la escapar. Incomoda-me dar [o texto] à *Revue de Synthèse*. Mas, nos *Annales*, ele não é nem um pouco *Annales* (MÜLLER, 1994b, p. 406).¹⁴

Tratava-se, com efeito, de “Entre l’histoire à thèse et l’histoire manuel: deux éssquisses recentes d’histoire de France: M. Benda, M. Seignobos”, publicada na *Revue de Synthèse* em 1933 e republicada por Febvre nos *Combates pela História* com um título mais agressivo do que o original, como nota Gérard Noiriél (1996). Noiriél empreende um trabalho sofisticado ao identificar nos *Combates* o que ele denomina “tradição escritural”: na década de 1950, Febvre teria empreendido uma reescrita da própria trajetória intelectual, organizando uma coletânea de artigos que os retirava da ordem cronológica e intensificava a agressividade de seus títulos. Apagava, dessa forma, as marcas processuais da própria produção, alinhando-a ao mito do “combatente pela história” ao qual buscava se associar. Escapa a Noiriél, no entanto, o fato de que Febvre não se permite, em 1933, criticar Seignobos nos *Annales*: não considerava que o texto fosse, naquele momento, apropriado para publicação na revista ou, em outras palavras, adequado a seu “espírito”. Note-se que a crítica não é, nesse caso, suprimida, mas transferida para a *Revue de Synthèse*: de fato, nenhum dos textos que compõem a parte mais áspera dos *Combates* (“Les pour et les contre”)¹⁵ foram originalmente publicados nos *Annales* do entreguerras. Trata-se, no entanto, do conjunto dos textos que ele elegeria posteriormente como símbolos maiores de um projeto de vida organizado em torno do combate.

A constatação das condições específicas nas quais se desenrola o combate empreendido por Bloch e Febvre permite, portanto, requalificar o argumento de Noiriél. Se é possível que, na década de 1950, Febvre revise os próprios textos, organizando-os de forma a fazer crer que sua vida e seu trabalho foram ordenados em torno do fomento à “história combate”, isso não é uma operação feita no vazio. Há, de fato, condições específicas nas quais o combate é admitido, e o que se parece fazer nos anos 1950 é, apagando a existência dessas condições, elevar a combatividade à condição programática, e não inventar um combate inexistente. Convertem-se, assim, a acomodação e o compromisso em confronto direto e irrestrito, apagando-se, nesse processo, o minucioso

¹⁴ No original: “Et pour une fois que l’occasion m’est donnée de dire carrément ma pensée sur l’homme et ses méthodes, je ne peux me résigner à le laisser échapper. Ça m’ennuie de le donner à la *Revue de Synthèse*. Mais aux *Annales*, ce n’est guère *Annales*”.

¹⁵ A favor e contra.

trabalho diretorial empreendido, na primeira década da revista, no sentido de tatear sobre quem se podia falar, como se podia falar e o quê se podia falar, sugeridos pela análise documental aqui desenvolvida. O que está em jogo é um processo constante de identificar os momentos de falar e os momentos de calar: nos *Combates*, Febvre escamoteia seus silêncios, transformando, no processo, suas intervenções em declarações de guerra.

O trabalho diretorial sobre a estrutura da revista

Em que pese a centralidade da seção crítica dos *Annales*, alvo de um esforço notável de controle por parte dos diretores, pôde-se demonstrar que não há elementos que permitam associar a redação e revisão de textos críticos a um projeto intelectual e de vida centrado no combate, como Febvre faz em 1953. Há, no entanto, conflitos e lutas de fato em operação, e as condições específicas nas quais eles se desdobram são indícios importantes das possibilidades de ação abertas a Bloch e Febvre e do modo como ambos circulam por elas. Outra via de acesso a esse espaço de possibilidades e ações é o trabalho sobre a estrutura da revista, focado sobre a atribuição de coerência e estabilidade morfológica. Essas operações concretizam-se em dois métodos principais: a fabricação de rubricas críticas e o remanejamento classificatório de textos. Analisá-los—demanda um entendimento geral da morfologia da revista, ao qual dedicaremos uma breve digressão.

No período analisado, os *Annales* dividem-se em dois grandes blocos de textos: os artigos e os textos críticos, sendo os primeiros impressos em caracteres grandes (*grand texte*) e os demais em letras pequenas (*petit texte*). Os artigos encabeçam a revista e, tratando-se de poucos textos (em média três por edição), não são organizados em rubricas específicas. É na seção crítica, portanto, que a instabilidade morfológica se manifesta: até 1932, essa porção do periódico é morfológicamente inconstante, com rubricas e sub-rubricas sendo criadas, desaparecendo ou absorvendo umas às outras. No quarto ano do periódico, a seção crítica estabiliza-se em três rubricas: *Problèmes d'ensemble*, *Questions de fait et de méthode* e *Courriers Critiques*,¹⁶ sendo que esta última conta ainda com uma série de subdivisões internas que nunca chegam a alcançar estabilidade. Em cada número, as curtas resenhas que compõem os *courriers* são organizadas de maneira diferente, dependendo da natureza dos textos recebidos: as poucas seções relativamente recorrentes, como “economia alemã”, convivem com temas flutuantes que mudam a cada nova edição.

Como nota Bertrand Müller na análise do material epistolar que organizou (1995), os primeiros anos dos *Annales* são marcados por incertezas e uma instabilidade profunda: desde a qualidade dos textos até a dificuldade de conquistar assinantes, uma série de elementos faz os diretores temerem pela sobrevivência da revista. Entre as condições dessa instabilidade, uma das mais gritantes é a falta de colaboradores: nas sequências de cartas escritas em períodos de fechamento de números, Bloch e Febvre mencionam com frequência

¹⁶ Problemas gerais (ou Problemas de conjunto), Questões de fazer e de método, Notícias críticas.

a escassez de textos para publicação, situação referida por ambos como *eaux basses*.¹⁷ Em um contexto como esse,¹⁸ as resenhas que compõem os *courriers* são organizadas em subdivisões depois de recebidas, em um trabalho diretorial que busca imprimir coerência à publicação de conjuntos de textos heterogêneos.

Tome-se como exemplo a carta de Febvre a Bloch escrita em fevereiro de 1929, na qual se pondera: “Poderíamos fazer uma rubrica de ‘Técnica’, talvez juntando A Seda e A Imprensa, mas é pouca coisa. Poderíamos talvez guardar o Tramond + Chevalier café para uma rubrica ‘Antilhas’ e ‘América Central’ no próximo número?” (MÜLLER 2004a, p. 130).¹⁹ Outra forma de registro do mesmo tipo de trabalho é encontrado em carta de 6 de outubro de 1929, na qual Febvre reporta a organização de um conjunto de resenhas enviadas por Maurice Baumont, acerca do qual diz ter tido “muita dificuldade em organizá-las e em compor uma ‘Economia alemã’ com subdivisões racionalmente constituídas” (MÜLLER 2004a, p. 215).²⁰

Como aponta Müller (1994a), o espaço tipográfico específico no qual as resenhas estão inseridas é central no universo em que Bloch e Febvre atuam, por condicionar os modos de acesso ao texto. O que está em jogo na fabricação dessas subdivisões da rubrica de resenhas é, assim, o estabelecimento de uma espécie de topografia da revista, que passa, necessariamente, por um ordenamento específico dos textos que visa a conferir aos diretores algum nível de controle sobre como eles serão lidos. Lida *a posteriori* como evidência da abrangência dos temas que interessavam os diretores, o grande número de sub-rubricas de resenhas parece-nos também marca de um trabalho que busca imprimir coerência a um material inconstante, instável, dependente de colaborações irregulares e esparsas.

O mesmo tipo de operação se revela na segunda categoria de construção de coerência estrutural aqui identificada, à qual chamamos remanejamento classificatório. Para a identificação desse tipo de operação, partimos da constatação de que os textos publicados na revista nem sempre o são em sua classificação original: é comum que textos recebidos como artigos sejam publicados como *Problèmes d'ensemble* ou *Questions de fait et de méthode*, textos recebidos como *Problèmes* tornem-se artigos e assim por diante. Esse tipo de operação de reclassificação de textos, que passa, via de regra, por alterações em sua estrutura, foi identificada na documentação a partir das referências dos diretores ao tipo de

¹⁷ Águas baixas, referindo-se a uma estiagem de contribuições.

¹⁸ Note-se que a instabilidade à qual a Revista dos *Annales* está submetida em seus anos iniciais está potencialmente ligada ao momento então enfrentado pelo mundo das revistas especializadas na França. Como apontado por Thomas Loué (2016), as décadas de 1920 e 30 assistem a uma desaceleração dessas revistas, que haviam tido no século XIX sua *belle époque*. Trata-se, portanto, de um período de retração, e não de expansão, do poder social dos periódicos, e da ocorrência de uma crise editorial marcante, que levaria até mesmo periódicos tradicionais como a *Revue Historique* a enfrentarem sérios problemas financeiros (MÜLLER, 2003). O interesse aparentemente contraditório de Bloch e Febvre em fundar e manter uma revista nessas condições também será foco da análise de nossa dissertação de mestrado. A respeito do universo editorial francês e das revistas especializadas de história, ver, além do texto de Loué, Charle (1990; 2004), Charle e Jeanpierre (2016) e Müller (1994a; 2003).

¹⁹ No original: “On peut faire une rubrique ‘Technique’, peut-être, avec La soie +L’Imprimerie, mais c’est maigre. On peut retenir le Tramond + Chevalier café pour une rubrique Antilles et Amérique Centrale dans le prochain numéro?”.

²⁰ No original: “J’ai eu beaucoup de mal à les organiser, et à en composer une ‘Économie allemande’ avec subdivisions, rationnellement constitués”.

caracteres nos quais deveriam publicar os textos recebidos – a já mencionada divisão entre *petit texte* e *grand texte*. Quando um diretor pergunta ao outro “*petit texte ou grand texte?*”,²¹ a questão é decidir se o original será, portanto, publicado na seção de artigos ou na seção crítica, decisão usualmente norteada por questões muito pragmáticas. Os interesses nesse tipo de operação, bem como as discordâncias iniciais entre os diretores em relação a ele, são exemplarmente expressos em carta de Febvre a Bloch de 23 de maio de 1933. Na esteira de um debate sobre como publicar alguns textos recebidos, o remetente comenta:

No fundo (vou escandalizá-lo!), eu não me deixaria constranger pelas categorias lógicas. Um texto “contemporâneo” é vivo, interessante, útil: que ele tenha cinco páginas ou dez, que entre em tal classificação, logicamente, mais do que em outra, eu o colocaria na frente: *artigo*. Eu teria colocado, sem constrangimento, o Piganiol nos “Problèmes d’Ensemble” e (com outro título) “A evolução rural dos Alpes” nos artigos. Tomo dois exemplos de um mesmo número, reconhecendo que apenas o primeiro é bom – mas ele é bom. Você tem, mais do que eu (e, por consequência, não resisto à tentação de dizer: sou eu que tenho razão – naturalmente!), você tem mais do que eu o senso e o cuidado das classificações. Nove entre dez vezes, está perfeito: na décima vez, uma entorse pode ser útil [...] (MÜLLER 2004a, p. 378).²²

Entre as múltiplas ocorrências do remanejamento classificatório, duas, ambas do ano de 1935, documentam o tipo de pragmatismo envolvido na “entorse” defendida por Febvre. A primeira delas data de 9 de dezembro e revela que, se em 1933 Bloch ainda era avesso a esse mecanismo, dois anos mais tarde já havia naturalizado a operação. Discutindo as possibilidades de classificação de um texto de A. Bougouin, diz que poderiam publicá-lo como artigo (caracteres grandes) ou *Problème d’ensemble* (caracteres pequenos). Estima-se que, como só possuíam espaço para a publicação de textos em caracteres pequenos nos números seguintes, poderiam prorrogar a publicação de Bougouin para julho se optassem por publicá-lo como artigo, o que seria duplamente vantajoso: o texto assemelhava-se mais a um artigo do que a um *Problème*, “e a experiência nos ensina, além disso, que perto do começo do verão as águas estão sempre baixas. Eu preferiria, então, imprimi-lo como artigo, guardando-o como reserva para esse momento crítico” (MÜLLER 2004a, p. 349).²³ Assiste-se, portanto, à manipulação da classificação do texto para garantir uma reserva de publicação no período em que os diretores sabiam que as colaborações seriam mais escassas.

Na segunda carta, datada de 20 de dezembro do mesmo ano (MÜLLER 2004a, p. 357), quem escreve é novamente Bloch, consultando Febvre sobre

²¹ “Caracteres grandes ou caracteres pequenos?”.

²² No original: “Au fond (je vais vous scandaliser!) moi, je ne m’embarrasserais pas de catégories logiques. Un papier ‘contemporain’ est vivant, intéressant, utile: qu’il ait cinq pages ou dix, qu’il rentre sur tel cadre, logiquement, plutôt que dans tel autre, je le collerais en tête: *article* J’aurais collé sans vergogne le Piganiol aux ‘Problèmes d’Ensemble’ e (sous un autre titre) ‘L’évolution rurale des Alpes’ aux articles. Je prends deux exemples dans un même fascicule, en reconnaissant que le premier seul est bon; mais il est bon. Vous avez plus que moi (et, par conséquent, je résiste mal à la tentation de dire: c’est moi qui ai raison! ‘naturellement!’) vous avez plus que moi le sens, et le souci des classifications. Neuf fois sur dix, c’est parfait; la dixième fois, une entorse serait souvent utile [...]”

²³ No original: “Et l’expérience, par ailleurs, apprend que vers le début de l’été les eaux sont toujours basses. [...] Je préférerais donc imprimer comme article, en le tenant en réserve pour ce moment critique”.

a rubrica na qual publicariam um texto de I. Ferenczi. Três alternativas são aventadas: a contribuição poderia aparecer em janeiro, como *Problème*, no mesmo mês como artigo ou em março, também como artigo. Há diversas implicações em cada uma das possibilidades, incluindo a necessidade de adiamento de outros textos e a perturbação do equilíbrio temático e da proporcionalidade das rubricas já conquistados para outros números. Bloch demonstra, analisando esse quadro, preferência pela primeira alternativa, visto que, segundo suas estimativas, ainda faltavam *Problèmes d'ensemble* para que se atingisse um número equilibrado em janeiro.

Identificamos nesses procedimentos uma lógica análoga àquela observada na produção de rubricas: trata-se de imprimir coerência e coesão à inconstância, de trabalhar sobre a instabilidade da revista de forma a lhe atribuir uma aparência de estabilidade. E a instabilidade figura, aqui, como obstáculo, mas também como ferramenta: por meio da maleabilidade de classificação dos textos, possibilitada em parte pela instabilidade das rubricas, Bloch e Febvre são capazes, em muitos momentos, de garantir a sobrevivência material da revista, tornando publicáveis números que, se não tivessem sido remanejados internamente pelas operações aqui descritas, teriam tido sua publicação inviabilizada. A fabricação de sub-rubricas críticas e o remanejamento classificatório dos textos representam essa articulação específica entre instabilidade e coerência no plano da estrutura da revista. Há, no entanto, um terceiro tipo de trabalho diretorial verificado, caracterizado pela reescrita dos textos, e que permite a identificação de outra estratégia de construção de coerência.

70

O trabalho diretorial sobre o conteúdo dos textos

No processo de intervenção sobre os textos de colaboradores para adequá-los à publicação, Bloch e Febvre interferem, não raro, no próprio conteúdo das contribuições. Contrariando o que se esperaria tradicionalmente dessa interferência, no entanto, na documentação analisada não há nenhuma alusão à intensificação da combatividade de algum texto, ou ao redirecionamento de sua abordagem para atacar uma metodologia ou concepção de história específica (o que não significa, evidentemente, que essa dimensão estivesse ausente). A característica que perpassa todo o trabalho de reescrita é, pelo contrário, uma suavização dos textos no sentido de torná-los mais curtos, mais leves e menos herméticos. Abundam, por exemplo, as menções a parágrafos suprimidos, títulos simplificados e encurtados, desenvolvimentos excessivamente densos cortados e notas de rodapé incluídas para lançar luz sobre trechos, termos ou conceitos menos acessíveis ao leitor não especialista, processos que os diretores agrupam em um procedimento que denominam *alléger le texte*.²⁴

Duas cartas, ambas de Febvre a Bloch, ilustram o interesse que se tem, em dois momentos distintos, na manutenção dos textos curtos. Em 31 de agosto de 1928, ao frisar a importância de reduzir substancialmente um artigo longo de G. Le Bras, Febvre afirma:

²⁴ Tornar o texto mais leve.

Eu digo: em uma revista como a nossa, 18 páginas em caracteres pequenos para apresentar a obra de um erudito, ou, se você quiser, de um historiador! Eu não estou depreciando Maitland. Eu digo: em uma revista como a nossa, 18 páginas de caracteres pequenos consagrados a uma notícia sobre esse historiador, por mais fecunda que tenha sido sua obra, é loucura. E é trair o espírito de nossa rubrica (MÜLLER 1994b, p. 193).²⁵

A questão do tamanho dos textos volta a aparecer de forma explícita em carta de 23 de março de 1936. Nela, Febvre diz:

Quando nós fazemos um número pesado, composto de três ou quatro massas compactas, nós traímos nossa missão, que é a de excitar os espíritos, à direita e à esquerda, e de oferecer ao público muito variado que nos lê um menu variado e não indigesto²⁶ (MÜLLER 2004a, p. 411).

O trabalho empreendido no sentido de encurtar, aerar e tornar acessíveis os textos aparece, assim, como forma de atender a um público diversificado, que passou a ser visado pelos diretores em grande medida após pressão da editora para que se aumentasse substancialmente o número de assinantes, em 1929. A necessidade de atender ao público não especialista reaparece em diversas cartas, como a que Bloch envia a Febvre em 2 de agosto de 1934 e na qual, elencando as mudanças a serem feitas em um artigo recebido de autoria de Jacques Lemoine (entre as quais adaptações não especificadas de forma e uma condensação da expressão), cita a necessidade de “algumas palavras explicativas, destinadas aos homens de negócio queridos de Philippon, sobre Vonck e os Estatistas” (MÜLLER 2004a, p. 128).²⁷

Note-se que, se nessa carta Bloch atribui a necessidade de clarificar o texto a uma demanda de René Philippon (assistente de edição na Armand Colin) pela atenção aos homens de negócio, as cartas de 1928 e 1936 caracterizam tais mudanças como uma adequação ao “espírito” e à “missão” da revista. Essa associação é expressiva tanto da incorporação e ressignificação das restrições do espaço editorial pelos diretores quanto da maleabilidade com a qual ambos adotavam o conceito de “espírito”: adequar algo ao “espírito dos *Annales*” englobava uma série heterogênea de procedimentos, que ia desde a dosagem da combatividade até a supressão de parágrafos muito densos. A coerência do “espírito da revista” é, dessa maneira, enunciada pela reiteração da expressão pelos próprios diretores. Trata-se, no entanto, de uma enunciação de coerência que reveste um conteúdo caracterizado pela inconstância: o “espírito dos *Annales*” é uma expressão única que pode fazer referência a uma gama ampla de procedimentos, disposições intelectuais, formas de publicação. Nessa inconstância parece residir parte do fracasso constante da historiografia em atribuir contornos claros a esse conceito.

²⁵ No original: “Je dis: dans une revue comme la nôtre, 18 pages de petit texte pour présenter l’oeuvre d’un érudit, ou si vous voulez d’un historien! Je ne déprécie pas Maitland. Je dis: dans une revue comme la nôtre, 18 pages de petit texte consacrées à une notice sur cet historien, si féconde qui ait été son oeuvre, c’est fou. Et c’est trahir l’esprit de notre rubrique”.

²⁶ No original: “Quand nous fabriquons un numéro pesant, fait de trois ou quatre grosses masses compactes, nous trahissons notre mission qui est d’exciter des esprits, à droite et à gauche, et de prétenter aux gens très divers que nous lisent un menu varié et non point indigeste”. O grifo consta no original.

²⁷ No original: “Un mot explicatif, destiné à l’homme d’affaires chéri de Philippon, sur Vonck et les Statistes”.

O último tipo de intervenção textual identificado em nossa análise vai ao encontro dessa hipótese: trata-se da explicitação do caráter social e econômico dos artigos e resenhas publicados, promovida ora pela inclusão de *chapeaux*,²⁸ ora pelo ajuste de foco do próprio conteúdo dos textos. A carta enviada de Febvre a Bloch em 4 de outubro de 1928 é uma introdução interessante a esses procedimentos, na medida em que se discutem as alterações a serem feitas em uma resenha escrita por Henri Labouret para que ela possa ser publicada. Ali, Febvre diz que:

Sob essa forma, ele não se alinha ao programa da revista. Seria necessário pelo menos, se nós o inseríssemos, um 'chapeau', mostrando que ele é, apesar de tudo, ligado ao 'social' [...] O difícil é fazer os Labourets compreenderem sob que forma se pode atuar na nossa revista, e o que há de verdadeiramente interessante naquilo que eles nos oferecem. Nós poderíamos, talvez, começar essa educação 'corrigindo' suas elucubrações e propondo-lhes, em seguida, que avalizem essas correções? (MÜLLER 1994b, p. 97).²⁹

O interesse dessa carta é a exposição clara que ela faz dos dois mecanismos de intervenção diretorial que mencionamos. O primeiro deles é o da inclusão de um *chapeau*, uma nota introdutória geralmente redigida pelos diretores, mas nem sempre assinada por eles, o que torna difícil identificar nos números publicados os *chapeaux* diretoriais. Orientamos nossa busca, portanto, pelos casos diretamente citados nas cartas, buscando identificar a finalidade do acréscimo dessas notas. Identificamos tratar-se, via de regra, de sublinhar o interesse econômico e social do texto, reforçando, assim, a construção de um jargão. A introdução que Febvre esboça para a resenha de Labouret, reproduzida na própria carta, é exemplar:

À primeira vista, um livro sobre tal assunto não parece se encaixar nos quadros de uma revista como esta. Mas os problemas colocados pela criação e orientação, no país das colônias e dos protetorados, de um sistema de ensino estabelecido para o uso dos indígenas pela nação europeia colonizadora, apresentam interesse demais aos olhos do historiador, e suas soluções dependem demais de consequências, algumas econômicas, outras sociais, para que nós o deixemos de lado (MÜLLER 2004a, p. 98).³⁰

As implicações do conteúdo desses *chapeaux* ficam mais claras quando analisamos o ajuste focal ou *remise au point*,³¹ segundo expediente de alteração direta do conteúdo dos textos que enunciamos acima. Adotamos aqui o termo

²⁸ Notas introdutórias.

²⁹ No original: "Sous cette forme, il n'est pas du programme de la revue. Il faudrait tout au moins, si on l'insérait, un 'chapeau', montrant qu'il est, tout de même, au titre du 'social' [...] Le difficile est de faire comprendre aux Labouret, sous quelle forme on peut le faire chez nous, et ce qu'il y a de vraiment intéressant dans ce qu'ils nous offrent. On peut peut-être commencer cette éducation en 'corrigeant' leurs elucubrations et en leur proposant ensuite d'avaliser ces corrections?"

³⁰ No original: "À première vue, un livre sur un tel sujet ne paraît pas entrer dans le cadre d'une revue comme celle-ci. Mais les problèmes que posent la création et l'orientation, dans le pays des colonies et des protectorats, d'un système d'enseignement établi à l'usage des indigènes par la nation européenne colonisante, présentent trop d'intérêt aux yeux de l'historien, et de leurs solutions dépendent trop de conséquences, les unes économiques, les autres sociales pour que nous le laissons de côté".

³¹ Reorientação, readequação.

utilizado pelos próprios diretores, que mobilizam com frequência a expressão "remettre un texte au point" ou suas variáveis ("un texte remis au point", por exemplo),³² para nos referir ao ato de reorganizar os textos ou pedir que os autores os reorganizassem colocando ênfase nos interesses sociais e econômicos da pesquisa. Trata-se, portanto, de um expediente de finalidade parecida com a inclusão de *chapeaux*, e a ele Febvre se refere quando fala de uma "educação" a ser imposta aos colaboradores na segunda parte da carta referente à resenha de Labouret.

Em carta de 3 de setembro de 1931, por exemplo, Febvre comenta uma proposta de colaboração de Victor de Meyere, que se oferecera para contribuir com um breve artigo sobre folclore belga. Reporta que escreverá uma carta ao autor informando que o folclore em si não lhes interessa, mas que o texto pode ser aceito se for reescrito no sentido de "mostrar, por alguns exemplos típicos, em que sentido as coleções aí reunidas lançam luz, e uma luz muito particular, sobre certos fatos da história econômica e social da Antuérpia" (MÜLLER 1994b, p. 295).³³ Demandas da mesma natureza podem ser identificadas em carta de 21 de setembro de 1932, na qual, comentando um pedido de *remise au point* de um texto que haviam feito a Duclaux, diz ter enviado junto ao manuscrito "uma nota para precisar, conforme os seus sentimentos e os meus, que nós não pedimos uma redução fotográfica de sua memória, mas que lhe pedíamos que insistisse sobre os aspectos sociais das questões que levanta" (MÜLLER 1994b, p. 318).³⁴

A inclusão das palavras "econômico" e "social" em todos os *chapeaux* dessa natureza que pudemos identificar nos *Annales*, bem como os pedidos de *remise au point* dos textos recebidos, com ordens expressas aos autores para que reorganizassem suas contribuições em torno de questões "de história econômica e social", demonstram o estabelecimento de um jargão para a revista. Trata-se antes de um processo de construção de coerência e de enunciação de uma "identidade" do que da definição substancial dessa identidade por meio de indicações teóricas ou metodológicas, por exemplo. Observa-se, assim, um mecanismo de mesma natureza da fabricação de rubricas e do remanejamento classificatório, voltado à procura de fios comuns para costurar textos que, oriundos de contribuições esparsas e inconstantes, nem sempre compunham conjuntos coerentes para publicação.

Considerações finais

A correspondência trocada entre Bloch e Febvre é, em diversos aspectos, um testemunho do impacto que a instabilidade da revista em seus primeiros anos (principalmente no que concerne ao número de assinantes e colaboradores) exerceu sobre as decisões diretoriais. Não se trata de sugerir que essa

³² Reorientar um texto; um texto reorientado.

³³ No original: "Montrer par quelques exemples typiques [...] en quoi des collections qui y sont réunies jettent de la lumière, et une lumière toute particulière, sur certains faits de l'histoire économique et sociale anversoise".

³⁴ No original: "Une note pour bien préciser, conformément à votre sentiment comme au mien, qu'on ne lui demandait pas une réduction photographique de son mémoire, mais qu'on le priaît d'insister sur l'aspect social des questions qu'il soulève".

instabilidade seja responsável pelo resultado final da revista, mas de identificar em quais pontos desse resultado ela se manifesta, reconvertida e ressignificada pelo trabalho diretorial. Sugerimos que a administração da instabilidade, aliada a outros tipos de constrações, como a interdição de certas vias do circuito de injúrias, incidiu de maneiras diversas sobre os textos e a estrutura da revista, produzindo um efeito de coesão particular.

O que a documentação epistolar analisada sugere é que o manejo dessas condições instáveis de publicação tenha gerado antes a enunciação de uma identidade, de um "espírito" da revista, do que sua definição substantiva; antes um trabalho sistemático de atribuição de coerência à instabilidade do que a formulação, de fato, de um programa teórico. Essa constatação permite uma retomada dos textos publicados nos *Annales* como fontes primárias a partir de uma gama renovada de questionamentos, não mais voltados à identificação de uma "história combate" ou de uma "teoria *annaliste*" escondida pelos diretores nas entrelinhas, mas norteados pelo entendimento do modo como o trabalho sistemático de construção de uma coesão do projeto manifesta-se na revista. Nesses termos, o êxito dos *Annales* no pós-guerra deixa de configurar um destino manifesto do periódico, passando a ser enxergado como uma das possibilidades nele inscritas graças ao manejo que seus diretores fizeram das condições objetivas às quais estavam submetidos.

Referências bibliográficas

74

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Uma história dos Annales (1921-2001)**. Maringá: EDUEM, 2004.
- AYMARD, Maurice. The *Annales* and French historiography. **Journal of European Economic History**, v. I, n. 2, p. 491-511, 1972.
- BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. Chapeau. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, v. 8, p. 433, 1936.
- BLOT, Jacques. Le révisionnisme en histoire ou l'école des *Annales*. **La Nouvelle Critique**, n. 3, p. 46-60, 1951.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 2-3, p. 88-104, 1976.
- _____. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **Science de la science et réflexivité**. Paris: Raisons d'Agir, 2001.
- BURGUIÈRE, André. Histoire d'une Histoire : la naissance des Annales. **Annales, Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 34, n. 6, p. 1347-1359, 1979.
- _____. Marc Bloch, Lucien Febvre et l'aventure des Annales, **L'Histoire**, n. 119, p. 66-68, 1989.
- _____. **The Annales School: An Intellectual History**. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- _____. Reflections on the historical revolution in France: the Annales school and british social history. **Review**, v. I, n. 3-4, p. 147-164, 1978.
- CARBONELL, C.; LIVET, G. **Au berceau des Annales**. Toulouse: Presses de l'Institut d'Études Politiques de Toulouse, 1983.
- CHARLE, Christophe. **Le siècle de la presse**. Paris: Seuil, 2004
- _____. **Naissance des "intellectuels"**. 1880-1900. Paris: Minuit, 1990
- _____; JEANPIERRE Laurent (Org.). **La vie intellectuelle en France**. Paris: Seuil, 2016. 2 v.
- CHARTIER, Roger; LE GOFF, Jacques; REVEL, Jacques (Ed.). **La nouvelle histoire**. Paris: Complexe, 1978.
- CLARK, Stuart (Org.). **The Annales School: Critical Assessments in History**. Londres: Routledge, 1999.
- COTEAU-BÉGARIE, Hervé. **Le phénomène Nouvelle Histoire: stratégie et idéologie des nouveaux historiens**. Paris: Economica, 1983.
- DOSSE, François. **L'histoire en miettes: des 'Annales' à la 'Nouvelle Histoire'**. Paris: La Découverte, 1987.
- DUMOULIN, Olivier. **Profession historien, 1919-1939: un métier en crise?** Thèse (Histoire) - Multigraphiée EHESS, Paris, 1983.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1985
- KEYLOR, William R. **Academy and Community: The Foundation of the French Historical Profession**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- LOUÉ, Thomas. Les revues dans la vie intellectuelle. In: CHARLE Christophe; JEANPIERRE Laurent (Org.). **La vie intellectuelle en France**. Paris: Seuil, 2016. v. 1.
- MÜLLER, Bertrand. Critique bibliographique et construction disciplinaire: l'invention d'un savoir-faire. **Genèses**, n. 14, p. 105-123, 1994a.
- _____. **Lucien Febvre, lecteur et critique**. Paris: Albin Michel, 2003.
- _____. **Marc Bloch, Lucien Febvre et les Annales d'histoire économique et sociale: correspondance**. Paris: Fayard, 1994b. v. 1.
- _____. **Marc Bloch, Lucien Febvre et les Annales d'histoire économique et sociale: correspondance**. Paris: Fayard, 2004a. v. 2.
- _____. **Marc Bloch, Lucien Febvre et les Annales d'histoire économique et sociale: correspondance**. Paris: Fayard, 2004b. v. 3.
- _____. "Une espèce de petite révolution intellectuelle": la correspondance Bloch-Febvre. **Espaces Temps**, v. 59, n. 1, p. 123-129, 1995.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

REVEL, J. Histoire et sciences sociales: les paradigmes des *Annales*. **Annales, Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 34, n. 6, p. 1360-1376, 1979.

RINGER, Fritz. **Fields of Knowledge**: french academic culture in a comparative perspective, 1890-1920. Cambridge: University of Cambridge Press, 1992.

¿Un “revisiónismo popular”? Criollismo y revisionismo histórico en Argentina

A “popular revisionism”? Criollismo and historical revisionism in Argentina

Ezequiel Adamovsky

e.adamovsky@gmail.com

Profesor

Universidad Nacional de San Martín y Universidad de Buenos Aires

Camarones, 2025

1416 - Buenos Aires

Argentina

Resumen

Desde sus inicios hasta su declive como fenómeno de circulación masiva, el criollismo ofreció un marco propicio para la formulación de miradas críticas respecto de las narrativas de la historia nacional que difundía el sistema escolar. La romantización del gaucho con frecuencia se combinó con la reivindicación de las montoneras federales y de algunos caudillos y con la condena de ciertos episodios como la Conquista del desierto o la Guerra del Paraguay. Vector de memorias populares y productor de nuevas visiones sobre el pasado, el criollismo es analizado aquí en sus posibles relaciones con el “revisiónismo histórico” generado en el campo intelectual, concluyendo que se trata de un fenómeno cultural previo e independiente que pudo haber tenido una influencia directa en los intelectuales de ese movimiento.

Palabras-clave

Cultura historiográfica; Formación histórica; Historia de la historiografía.

77

Abstract

From its inception to its demise as a mass-culture phenomenon, the *criollismo* offered a fertile soil for criticism on the State versions of Argentine history, as they were taught in the local schools. The romantic celebration of Gauchos often appeared combined with the vindication of the Federal party warriors and 19th century Caudillos, and with the condemnation of certain episodes, such as the extermination of the indigenous peoples and the war against Paraguay. As a vector of popular memories and producer of new visions of the past, *criollismo* is analyzed in its possible connections with the school of historians that presented ‘revisionist’ visions of the past in the 1930s, concluding that they must be considered as an independent phenomenon — although connected in diverse ways —, including the possibility of the former influencing the latter.

Keywords

Historiographical culture; Historical formation; History of historiography.

Recibido el: 14/10/2016

Aceptado el: 28/6/2017

La historiografía argentina nació con la obra de Bartolomé Mitre. La narrativa que él propuso otorgaba un protagonismo central en la independencia y en el progreso nacional a la burguesía de Buenos Aires y a los políticos de esa ciudad. En cambio, el espacio rural y las provincias del Interior aparecían como sitio del localismo estrecho, del atraso y de una democracia turbulenta e inorgánica que sólo encontraría canalización institucional gracias al impulso porteño. Los caudillos del partido federal (enemigos de los unitarios a los que Mitre ensalzaba) aparecían o bien ignorados, o bien considerados en términos fuertemente negativos. Algunos historiadores complejizaron o cuestionaron parcialmente este relato en vida de su autor. Sin embargo, la interpretación de Mitre y el panteón de héroes y villanos que él propuso tuvieron una influencia incuestionada y perdurable en el sistema escolar al menos hasta mediados del siglo XX. Ese influjo se vio reforzado por las poderosas imágenes que aportó Domingo F. Sarmiento en su *Facundo* (1845), que contaba la historia argentina como una lucha entre “civilización” y “barbarie” en la que las clases letradas urbanas (especialmente las porteñas) y lo europeo representaban el polo positivo, y las clases plebeyas criollas, el espacio provincial y los caudillos federales el negativo. Autores como Vicente Fidel López o Juana Manso, también de gran presencia en el ámbito escolar, abonarían ese tipo de visiones, reforzadas luego los intelectuales positivistas del cambio de siglo. De este modo, no sólo Juan Manuel de Rosas sino también caudillos como José Artigas, Estanislao López, Francisco Ramírez, Facundo Quiroga, Ángel “el Chacho” Peñalosa (y por supuesto sus huestes montoneras) aparecieron como los villanos de la historia nacional (BUCHBINDER 2005).

78

Frente a tales visiones se erigió un “revisionismo histórico” que buscó reivindicar el papel de los caudillos federales y de las masas rurales y provinciales y llegó a proponer una verdadera contrahistoria, denunciando la de cuño mitrista como una “falsificación” al servicio del imperialismo y de las élites locales. Aunque reconociendo algunos antecedentes incluso de fines del siglo XIX, los especialistas han tendido a situar el momento decisivo de surgimiento del revisionismo en torno de 1934, año de aparición de obras y de iniciativas que marcaron un parteaguas en el debate sobre la historia nacional. El contexto cultural de esa época es fundamental en la explicación. Por entonces el liberalismo se encontraba en su momento de máximo descrédito. La crisis económica, que había golpeado fuertemente a la Argentina, convocaba a un reexamen de su curso histórico, volviendo a los intelectuales más receptivos a las ideas de derecha que proliferaban en Europa. Desde esta explicación, el revisionismo sería sobre todo un movimiento iniciado entre intelectuales de la derecha nacionalista y antiliberal que, influidos por Maurras, imaginaban en el pasado un proyecto de nación autóctono y un orden social orgánico –encarnado en Juan Manuel de Rosas, caudillo bonaerense y la autoridad dominante del país entre 1835 y 1852– que luego sería frustrado por el imperialismo y las élites liberales. En este sentido, como apuntó Halperín Donghi, se trataba de una visión “decadentista” de la historia (HALPERIN DONGHI 1996; DEVOTO; PAGANO 2009; GOEBEL 2013; CATTARUZZA; EUJANIAN 2003). Matizando esta visión, varios autores señalaron que había habido esfuerzos previos por

recuperar la figura de Rosas no necesariamente asociados a un pensamiento antiliberal. Diana Quattrocchi mostró ya en 1996 que la reivindicación de Rosas surgió algunos años antes, relacionada no tanto con la crisis del liberalismo como con la irrupción de la política democrática luego de 1916. Las masas que apoyaron a Yrigoyen desde ese año despertaron memorias sobre la época de Rosas, tanto positivas como negativas. Este rosismo tuvo así dos vertientes desde el comienzo: una elitista, que destacaba la capacidad del caudillo de mantener a la plebe bajo control, y otra “popular”, que valoraba la participación política del pueblo que Rosas habría prohijado (QUATTROCCHI 1995). El planteamiento, sin embargo, no consiguió cambiar la interpretación dominante sobre la historia del revisionismo, que incorporó las evidencias de Quattrocchi en la lista de “antecedentes” para la irrupción de un movimiento intelectual que seguía visualizándose como hijo de los años treinta. Más recientemente, varios investigadores mostraron una serie de aportes de historiadores provinciales que, ya desde fines del siglo XIX, cuestionaron el relato mitrista y plantearon reivindicaciones parciales de algunos caudillos (EUJANIAN 2013; BREZZO *et al.* 2013). Por caso, María G. Micheletti aportó evidencias sobre la notable receptividad que encontró la reivindicación de Facundo Quiroga – epítome del mal en la pluma de Sarmiento – que propuso David Peña en 1906. En opinión de Micheletti, entonces, corresponde reconocer los ya numerosos antecedentes registrados como un verdadero “primer revisionismo”, anterior al “segundo” de los años treinta (MICHELETTI 2015). María L. Reali agregó que el “primer revisionismo” tenía una dimensión regional, conectando esfuerzos de intelectuales argentinos, paraguayos y uruguayos (REALI 2016). En lo que todas estas obras coinciden, sin embargo, es en caracterizar al revisionismo como un movimiento surgido entre intelectuales que sólo con posterioridad penetraría entre las clases populares. Tanto la de Quattrocchi como las obras que sitúan en 1934 el año decisivo coinciden en que, en sus inicios, la revisión de la historia era un asunto limitado a círculos minoritarios que sólo hallaría eco en la sociedad luego de 1945 o incluso con posterioridad a 1955, como parte de la experiencia del peronismo y su proscripción (Micheletti, en cambio, registró en 1906 una receptividad entre el público que no parecía reducirse a círculos intelectuales).

En este trabajo indagaremos sobre la posibilidad de que las fuentes de generación y los canales de circulación del revisionismo fuesen más heterogéneos. ¿Es posible que existiesen visiones sobre el pasado generadas o transmitidas entre las clases populares con independencia de las que emanaban de ámbitos intelectuales? Alejandro Cattaruzza y Alejandro Eujanian llamaron la atención sobre el hecho de que la celebración de la figura del gaucho entre las clases bajas llevaba implícitas visiones sobre el pasado que no se conjugaban bien con las que proponía la historiografía mitrista (CATTARUZZA; EUJANIAN 2003, p. 231, 236, 261-62). En este artículo retomaremos la pregunta por la productividad intelectual de esa divergencia. ¿Pudieron esas visiones haber tenido alguna influencia en el surgimiento y recorrido del revisionismo histórico?

La cultura popular y el pasado: el caso del criollismo

En otro trabajo (ADAMOVSKY 2017) argumenté que, en la cultura de consumo popular de fines del siglo XIX y de la primera parte del siguiente, existían elementos de una crítica al relato mitrista-sarmientino que pudieron haber favorecido la receptividad del mensaje revisionista o incluso aportado elementos propios que pudieran listarse entre los condicionantes de su surgimiento. Esos elementos se hacían particularmente visibles en el fenómeno del criollismo (no es este el lugar para indagarlo, pero seguramente pueda hallárselos también en otros registros, particularmente en los espacios provinciales).

A partir de la década de 1880 se difundió en Argentina un discurso “criollista” por el que el mundo rural, los gauchos y la cultura criolla previa a la gran inmigración fueron presentados como depositarios privilegiados de lo auténticamente nacional. Los versos y canciones populares que narraban los padecimientos de los gauchos y evocaban con nostalgia un mundo que se iba proliferaron en Buenos Aires y otras ciudades. La historia de Juan Moreira, un gaucho injustamente perseguido que se rebeló ante las autoridades, funcionó como modelo para decenas de relatos similares que alcanzaron enorme circulación (PRIETO 2006).

Uno de los rasgos menos atendidos del criollismo es el modo en el que las historias protagonizadas por los héroes del género –los gauchos matreros– aparecieron conectadas con las figuras del montonero y del caudillo federal. En un sentido muy amplio, esa conexión estaba ya presente en la época de la poesía gauchesca. Y no es casual que la que es considerada la obra “bisagra” entre el período de la gauchesca y el de la literatura criollista, el *Martín Fierro*, haya sido escrita por un federal conspicuo como José Hernández.

80

La literatura criollista, desde las primeras obras de Eduardo Gutiérrez, reforzó esta conexión de varias maneras. En primer lugar, por contigüidad, produciendo historias sobre caudillos y montoneras escritas por los mismos autores y publicadas en las mismas colecciones que se especializaban en las de matreros. En segundo lugar, por analogía, comparando explícitamente las trágicas historias de éstos con las de los líderes y las huestes federales. Y finalmente, mediante la reivindicación abierta y explícita de los montoneros y de algunos caudillos, contruidos como héroes que defendían la libertad gaucha injustamente abatidos por el Estado. Así, a contramano de los relatos sobre el pasado que difundía el sistema escolar, la cultura de circulación popular proponía visiones románticas sobre las luchas del pasado, reivindicaba a los montoneros como baluarte de las libertades y de lo auténticamente nacional, e incluso exaltaba la figura de algunos caudillos federales.

Pero a diferencia del revisionismo histórico, las evocaciones positivas del federalismo en los textos criollistas no se centraron en la figura de Rosas. La reivindicación solía apuntar más bien a las huestes montoneras antes que a los caudillos, y los líderes que merecieron más atención a la hora de plantear reivindicaciones fueron otros. Rosas, de hecho, apareció con insistencia como parte de historias que retomaban la tradicional mirada condenatoria. Hubo algunas reivindicaciones, pero fueron la minoría. En cambio, otros caudillos sí merecieron

Figura 1 - Un Chacho Peñaloza “gaucho” (izq.) y el matrero Barrientos (der.), ambos enfrentando a los militares en las portadas de una popular colección gauchesca de la década de 1910



Fonte: Colección del autor.

reivindicaciones más enfáticas y unánimes. El que ocupó el lugar central en este sentido fue el Chacho Peñaloza, vindicado por una larga serie de autores del género que comienza con José Hernández y Eduardo Gutiérrez, y se prolonga con numerosas historias aparecidas hasta mediados de siglo. En estas narrativas el Chacho aparecía como una figura noble y de tintes gauchescos, un defensor de la justicia y la igualdad, injustamente asesinado por obra de los ejércitos nacionales, descritos como una fuerza de violencia y barbarie porteña. Con bastante menos frecuencia, desde fines del siglo XIX otros caudillos merecieron encomios por parte de escritores que frecuentaban el género criollista, incluyendo a Manuel Dorrego, Justo José de Urquiza, Nazario Benavidez, Estanislao López, Francisco Ramírez. También Facundo Quiroga, pero en este caso desde miradas menos unánimes, algunas condenatorias, otras reivindicativas.

En referencia al pasado y al caudillismo, la literatura criollista se interesó también por la política uruguaya y, en menor medida, por la Guerra del Paraguay. Como es bien sabido, el conflicto bélico que Bartolomé Mitre libró a partir de 1865 generó un enorme malestar entre la población sometida a levadas. El descontento federal se reforzó además porque el conflicto se entrecruzó con las alternativas de la política oriental, por entonces en íntima conexión con la argentina. El Partido Colorado acababa de derrocar allí al presidente Berro, del Partido

Nacional (los "blancos"), aliados tradicionales de los federales argentinos. Uno de los desencadenantes del ingreso de Argentina a la guerra contra el Paraguay, de hecho, fue la intención del gobierno de ese país de apoyar militarmente a los blancos uruguayos. La Guerra del Paraguay se transformaría más tarde en uno de los puntos más contenciosos de la querrela del revisionismo histórico, que vio en ella un crimen alentado por el imperialismo británico. Pero entre los autores criollistas fue motivo de críticas desde mucho antes, comenzando con las que en su momento dirigieron José Hernández y Francisco Fernández. La glorificación de los "héroes de Paysandú" estuvo muy presente entre algunos de los cultores del género, como el payador Gabino Ezeiza. Y más generalmente, la evocación de los blancos uruguayos en relación con la figura del gaucho también se hizo presente en algunas de las historias de matreros para consumo popular. Algunos héroes ficticiales del canon criollista se destacaron por sus proezas en la lucha contra los colorados en tierras orientales.

Pero lo más notable fue la fascinación que suscitó la figura de Aparicio Saravia, heredero de la larga tradición de caudillos del Partido Nacional. Para los uruguayos de la década de 1890 Aparicio representaba la cultura y la identidad rurales y la continuidad de las viejas tradiciones blancas; lo apodaban "el gaucho", imagen que él mismo cultivaba. Tras su muerte en medio de la revuelta que promovió en 1904, se transformó en una leyenda popular en su país. De este lado del Plata, generó numerosas resonancias especialmente en medios criollistas. Antes y después de su muerte, algunas de las principales revistas populares de motivos gauchescos le dedicaron alabanzas. Los más prolíficos autores de historias de matreros también narraron las gestas y la vida de Saravia para las colecciones gauchescas de venta popular hasta bien entrada la década de 1940.

Junto con la exaltación de montoneros y caudillos, la literatura criollista con frecuencia aportó miradas críticas sobre el curso de la historia nacional y sobre el modo en que se la narraba. Frente a discursos que invitaban a celebrar el progreso argentino y evocaban el pasado "bárbaro" como prueba de los avances de la "civilización", el criollismo se plantaba en una mirada nostálgica que romantizaba justamente los aspectos que aquellos discursos se congratulaban de haber superado. En algunos casos canalizó impugnaciones más frontales. La "civilización" fue desde muy temprano sometida a crítica de manera explícita y considerada un argumento falaz o un cambio negativo para los criollos, por ejemplo en "Solané" (1872), del entrerriano Francisco Fernández, pionero del teatro de motivos gauchescos. Varios escritores criollistas posteriores pusieron diatribas contra "el progreso" o "la civilización" en boca de sus propios matreros ficticiales. La mayor parte de las quejas se relacionaba con lo que se percibía como la injusta postergación del criollo y los privilegios que tuvieron en cambio los inmigrantes europeos. Además de este tipo de crítica, muy extendida, desde fines de los años veinte algunos pocos autores del género, de ideas libertarias, sumaron la denuncia del exterminio de los indígenas, el que asociaron con una política de apropiación de las tierras y sometimiento de la población local por parte del Estado y de los estancieros. El famoso payador anarquista Martín

Castro llegó a presentar lo que sin exageración puede caracterizarse como una verdadera contrahistoria en su notable *Los gringos del país*, escrito en 1928 y publicado por una editorial especializada en la literatura criollista barata. Se trata de un poema gauchesco en el que el héroe central, un gaucho matrero descrito como descendiente directo de los indígenas pampeanos, encarnación de las libertades gauchas perdidas, narra una historia que comienza con la conquista de América en la que “el hombre civilizado”, las clases altas y el Estado son agentes de la peor barbarie. La figura victimizada del gaucho se identifica así con una historia Argentina narrada como tiempo de opresión, violencia y despojo (ADAMOVSKY 2017).

Criollismo y revisionismo

Los hallazgos presentados anteriormente permitieron percibir varios puntos de contacto entre las miradas sobre el pasado que proyectaba el criollismo y las propias del revisionismo. Ambos postularon la necesidad de revisar la historia. En ambos encontramos una revalorización de los caudillos y de las montoneras federales, asociada a una visión crítica sobre el presente y sobre el curso que tomó el desarrollo nacional. Esa crítica coincidía en apuntar al excesivo peso de lo extranjero en desmedro de lo criollo, reflejo de la imposición de los intereses de ciertas élites por sobre los del resto de la población. Sin embargo, también hay importantes diferencias. Como señalamos al comienzo, los llamados a la revisión que partieron del campo intelectual se centraron primeramente en la figura de Rosas y en menor medida en la de Facundo Quiroga. Lo que esos caudillos ejemplificaban era especialmente un camino alternativo de construcción de la nación y de defensa de sus intereses, frente al que terminó prevaleciendo, encarnado en el unitarismo y en personajes como Bernardino Rivadavia. Pero justamente esos dos caudillos fueron los que generaron menos unanimidad entre los autores criollistas, que tendieron en cambio centrarse en figuras de otras provincias o posteriores que hasta entonces no habían motivado demasiado interés historiográfico, como el Chacho Peñaloza, o que ni siquiera pertenecían del todo al pasado (ni a la Argentina), como Aparicio Saravia. Lo más reivindicable de esos personajes no era que representaran un modelo de autoridad nacional orgánica, antiliberal o antiunitaria, sino su defensa de la plebe criolla frente a un nuevo orden social que se percibía como excluyente. El foco de la reivindicación criollista, de hecho, fue más el montonero/gaucho que el caudillo. Del mismo modo, la crítica al peso de lo extranjero apuntaba a momentos diferentes: en la literatura gauchesca lo que molestaba era menos el imperialismo inglés que la invasión de inmigrantes y el desplazamiento social y cultural de la población nativa. Los autores criollistas rara vez identificaron a los primeros unitarios como enemigos. De hecho, varios de ellos escribieron textos elogiosos sobre Rivadavia o José María Paz e incluso Sarmiento. El momento que concentraba las críticas era en cambio el del pasado reciente, aquel en el que el Estado había convocado a la inmigración esperando que reemplazara a la población criolla y el que marcaba un nuevo predominio porteño asociado a la expansión del capitalismo y al recrudescimiento de la

presión sobre el criollo en el campo. La figura del gaucho montonero era para ellos atractiva no tanto porque simbolizara una grandeza nacional alternativa, sino por su potencial antioligárquico. Las memorias evocadas y la nostalgia no implicaban entonces una visión "decadentista" de la historia nacional, sino, en todo caso, una que buscaba la redención del sufrimiento del pasado a través de una posible reforma social. Puesto en perspectiva, antes que al decididamente derechista de los años treinta, los mensajes sobre el pasado en las plumas criollistas se parecían al revisionismo de orientación más izquierdista de las décadas de 1960 y 1970, que también se interesó por los caudillos tardíos antes que por la figura de Rosas, por el contenido social de las montoneras antes que por la ilusión de un gobierno fuerte, y por el significado de la Guerra del Paraguay. La notable contrahistoria de Martín Castro, tiene más de un punto de comparación con el giro "indoamericano" de la izquierda de los años setenta (ADAMOVSKY 2017).

El perfil político de los cultores del criollismo popular confirma la distancia respecto del derechismo de los revisionistas de los años treinta. Un número muy importante de ellos fueron simpatizantes o militantes de la UCR. Varios sostuvieron ideas obreristas. Entre los payadores predominaron también los de ideas progresivas, como el socialista Evaristo Barrios o Martín Castro y Luis Acosta García, que eran libertarios. Y Buenaventura Luna, uno de los más entusiastas defensores del gaucho y las montoneras en la radiofonía argentina de los años treinta, había sido militante del bloquismo sanjuanino (ADAMOVSKY en prensa). La dimensión política de las evocaciones a las montoneras a veces era explícita. En una compilación de sus obras de 1921, por ejemplo, el payador anarquista Edmundo Montagne celebró al "gaucho de antes" como precursor de la democracia, con "su continua montonera" dirigida contra toda opresión; dedicó también un poema de añoranzas por las luchas de un "caudillo" no identificado (MONTAGNE 1921).

¿Cuál es entonces la relación que pudiera trazarse entre criollismo y revisionismo? Como hemos visto, la crítica de la historia tal como se enseñaba en las escuelas está presente en el primero mucho antes de los años treinta. Entre las fuentes posibles de quienes reivindicaban a los montoneros o a figuras como el Chacho hay algunas menciones a Juan B. Alberdi, Olegario V. Andrade y José Hernández, pero ninguna a historiadores. En cambio, para los caudillos que menos unanimidad suscitaron –Rosas y Quiroga– sí se percibe una incidencia directa de los precursores lejanos del revisionismo, Adolfo Saldías para el primero y David Peña para el segundo. Sin embargo, no he encontrado menciones a los intelectuales derechistas que reivindicaron a Rosas en los años treinta. No es posible sostener entonces que éstos hayan tenido una influencia apreciable; de hecho, la producción historiográfica en su conjunto parece haber tenido sobre el criollismo una influencia más bien marginal.

¿De dónde procede entonces el impulso a revisar la historia entre los cultores del criollismo? A título de hipótesis, podrían sugerirse dos procedencias complementarias. Por un lado, de las propias memorias socialmente conservadas que pudieran haber habido entre los antiguos partidarios de los federales y sus

descendientes. Diana Quattrocchi llamó la atención sobre la importancia que tuvieron los legados familiares en las primeras reivindicaciones de Rosas en el campo intelectual. ¿Podría hacerse esto extensivo a las clases populares? Como mostró Ariel de la Fuente, las huestes analfabetas del federalismo tardío en zonas como La Rioja construyeron una visión propia del espacio político nacional, de los clivajes sociales y étnicos que se ponían en juego en el enfrentamiento entre unitarios y federales y de su propio papel en la nación en ciernes. La derrota de los suyos no pudo sino ser interpretada a partir de esa visión y la cultura oral produjo y transmitió por un amplio espacio interprovincial historias épicas de figuras como el Chacho Peñaloza, que todavía fueron recogidas en 1921 en la Encuesta Nacional de Folklore. Ya que las narraciones registradas ese año difieren de las que diseminó la cultura impresa (incluyendo la del criollismo), queda claro que no proceden de fuentes letradas sino de la transmisión oral. Si alguna influencia hubo fue en sentido contrario: como demostró De la Fuente, Eduardo Gutiérrez se apoyó en relatos orales recogidos in situ para componer sus folletines sobre el Chacho (DE LA FUENTE 2011; 2007, p. 166-70, 216, 253). Para el espacio de Mendoza y San Juan, Diego Escolar demostró la persistencia de historias sobre héroes populares como Martina Chapanay y Santos Guayama (quienes pertenecieron a las huestes de Chacho Peñaloza y Felipe Varela), reproducidas popularmente pero también por letrados, y reelaboradas en lo que él llamó un “revisionismo histórico subalterno” (ESCOLAR 2007, p. 214 y 85-107). Para el caso Salteño, Andrea Villagrán también observó la capacidad de las clases subalternas de producir y preservar visiones propias sobre el pasado, asociadas al culto al gaucho, que se plantaban en disidencia respecto de las “oficiales” (VILLAGRÁN 2012). No hay estudios equivalentes para el espacio rioplatense, pero allí podría haberse dado un proceso equivalente. En las primeras tres décadas del siglo XX todavía estaban con vida algunos de los que habían participado de las últimas montoneras de los llanos (y por supuesto también de las más recientes del Uruguay) y existen al menos algunos contactos empíricos con el mundo del criollismo. Entre quienes trabajaron como actores de dramas gauchescos en el circo de los Podestá –vector crucial del criollismo, nodo de encuentro entre payadores, escritores populares y futuros dramaturgos– hubo un veterano de las luchas de caudillos Orientales (afecto a relatar sus hazañas en los entretiempos) y también un montonero del Chacho Peñaloza (PODESTÁ 1930, p. 47-48; SIRI 1937). Gabino Ezeiza estaba casado con una bisnieta del Chacho Peñaloza, con quien se conoció en un pueblo de la Prov. de Buenos Aires (DI SANTO 2016, p. 387). Buenaventura Luna conocía desde pequeño a un peón criollo “del tiempo’ e la montonera”, con quien también militó en el bloquismo (SEMORILE 2008, p. 130). No es imposible que a partir de esas memorias pudieran transmitirse visiones críticas respecto de la historia nacional, capaces de combinarse con las nostalgias y admiraciones por la figura del gaucho alzado. Que las memorias transmitidas entre las clases populares pudieran contener visiones críticas respecto de la historia nacional lo sugiere una copla anónima de origen desconocido cuyos versos decían:

Así se escribe la historia
de nuestra tierra, paisanos.
En los libros, con borrones,
y con cruces en los llanos.

Tanto Atahualpa Yupanqui como Buenaventura Luna aseguraron haberla escuchado. Luna sostuvo que procedía de Tucumán, sin precisar cuándo supo de ella (LUNA 1945). Yupanqui dio dos versiones diferentes: en una dijo haberla aprendido antes de 1925 en la provincia de Buenos Aires, de un payador de apellido García, que “hablaba de las revueltas, de las montoneras del siglo pasado, de antes de Rosas y después de Caseros”; en otra, sostuvo que la escuchó por vez primera a comienzos de la década siguiente, de boca de Telémaco Morales, cantor uruguayo de visita en Buenos Aires, quien solía “historiar las luchas orientales” (incluyendo las de Saravia). Su canto, que narra “los caminos de la derrota”, tuvo en Yupanqui un efecto profundo, “quemante” (YUPANQUI 1984, p. 31-32; YUPANQUI 1965, p. 122-123). Además de ellos, un investigador la escuchó en la década de 1960 de boca de un anciano criollo que vivía en el paraje riojano del que era originario el Chacho Peñaloza, a propósito de la leyenda del propio caudillo.¹ Cualquiera haya sido su origen, la imagen de los borrones en los libros transmite claramente el sentido de una “historia falsificada”, para ponerlo en los términos de los revisionistas de los años treinta, relacionada con una memoria sobre las gestas federales.

86

Complementariamente, el impulso a la revisión de la historia pudo venir también de la mera disposición antioligárquica del criollismo, que emergía a su vez de la peculiar experiencia de las clases populares del cambio de siglo. Habiéndose visto excluidos de la vida política y desplazados por los inmigrantes, algunos criollos bien pudieron producir, como parte de su antagonismo respecto de las élites gobernantes, la impugnación de la narrativa sobre el pasado que ellas sostenían. Para ello, no había necesidad de una memoria empíricamente transmitida: bastaba con recuperar información sobre el pasado que estaba disponible o sencillamente invertir la valoración sobre caudillos y eventos. Pero ni siquiera hacía falta que los agentes fueran criollos descontentos. Como sostuvo Horacio Legrás, el atractivo del criollismo en aquellos tiempos radicaba en su capacidad “articulatoria”. En efecto, ese discurso no fue tanto (o sólo) una expresión de sujetos sociales preexistentes, como una práctica cultural novedosa que permitió producir un “pueblo” (entendido como sujeto político opuesto a la élite) a partir de la asimilación de un conjunto heterogéneo. En un contexto de triunfo de las clases altas que implicó la exclusión política de las clases populares y la imposición de una cultura, una estética y valores liberales y europeizantes, la identificación con el gaucho matrero tenía una dimensión antagónica evidente. Lo mismo vale, por supuesto, para el recuerdo de las montoneras federales y el modo insistente en que se las conectaba discursivamente con las “guerras gauchas” por la independencia. Al representarse como pueblo (auténtico) a partir de esas características y esas memorias, la multitud así articulada se

¹ Comunicación personal con León Pomer, abril de 2016.

afirmaba precisamente en el legado de “barbarie” criolla que las élites venían intentando extirpar. Esta estrategia *representacional* tenía sentido no tanto por su capacidad de expresar pervivencias reales de la sociedad anterior a la gran inmigración (que como vimos también las había), como por su valor a la hora de recortar un mundo popular en oposición a los proyectos político-culturales de la élite. En ese sentido, que las personas que participaran en ella tuvieran o no un vínculo directo, “real”, con el pasado criollo, era lo de menos (LEGRAS 2010).

¿Una incidencia popular en el revisionismo intelectual?

El análisis de las fuentes e impulsos de la revisión criollista de la historia nos permite plantear algunos interrogantes sobre la propia tradición del revisionismo tal como se manifestó en el campo intelectual. ¿Es posible pensar que aquella pudiera haber tenido alguna influencia sobre esta? El caso del caudillo que mereció mayores atenciones por parte de los autores criollistas –el Chacho– es interesante en este sentido. Posiblemente por haber sido él mismo antirosista, su figura generó poco interés entre los revisionistas de los años treinta. El primer estudio histórico de relevancia que produjo esa tradición sobre el caudillo riojano data de 1947 (LÓPEZ 1947); la precedencia de la reivindicación criollista en este caso queda muy clara.² Pero más allá de la mera cronología, ¿existen huellas *empíricas* que permitan sospechar una influencia directa? Responder esta pregunta cabalmente requeriría investigaciones que este trabajo no está en condiciones de aportar. Pero vale la pena dejar anotados, en vistas de futuras investigaciones, algunos indicios en ese sentido.

Varios de los revisionistas con intervenciones cruciales en el campo intelectual –en particular los de orientación más popular, antes que elitista– dejaron constancia o indicios de la importancia que tuvo, en su visión de la historia, el contacto con memorias de sectores plebeyos y/o con voces del campo criollista. Para algunos casos tenemos apenas información incidental. Uno de los pioneros de la reivindicación de Rosas, el radical Dardo Corvalán Mendilaharsu –cuyo abuelo, por otra parte, había sido general rosista–, colocó como epígrafe de uno de sus textos un poema que un prolífico escritor criollista, Francisco A. Riú, le había dedicado al caudillo (CORVALAN MENDILAHARSU 1929, p. 39). Sobre otra figura clave como Jorge Abelardo Ramos, responsable de la combinación del revisionismo con el marxismo, sabemos que las influencias intelectuales que le permitieron realizar esa síntesis fueron las del anarquismo (que recibió de su padre), los debates del marxismo sobre la cuestión nacional y otros introducidos por el indoamericanismo peruano. Sin embargo, no es imposible que el criollismo también fuera relevante en su cosmovisión. No es posible documentar una influencia directa –Ramos nunca parece haberlo mencionado en sus textos públicos o privados– pero cabe mencionar que su abuelo paterno fue un conocido payador criollo.³ Su primera obra, *América Latina, un país* (1949), venía ilustrada

² Sin desmedro de ello cabe señalar que Corvalán Mendilaharsu (s/f) le dedicó un breve ensayo en 1914 y que el grupo FORJA prohibió una reedición del texto de Hernández sobre el Chacho en 1943.

³ El dato figura en algunas biografías y fue confirmado por su hija Laura Ramos en comunicación personal (marzo de 2015). Puede que se tratara de Esteban Ramos, conocido payador de fines del XIX, pero no he podido confirmarlo.

con el dibujo de un gaucho portando una tacuara, autoría de Osvaldo Gasparini, prolífico dibujante de temática gauchesca. El dibujo lleva por título “El último montonero” y es esa asimilación –la del gaucho con el montonero federal– la que caracterizará toda su obra. José Hernández aparece allí como portavoz de una línea política truncada, la de un federalismo democrático (ejemplificada en el *Martín Fierro* leído como la voz de los montoneros vencidos por la oligarquía), lo que será una constante en sus textos posteriores. La denuncia de Hernández de la responsabilidad de Sarmiento en el asesinato del Chacho Peñaloza será evocada también con insistencia (RAMOS 1949, p. 108-111). La Guerra del Paraguay, último episodio en el proceso que él interpreta como una larga disgregación de la nación latinoamericana, ocupará un lugar central en su revisión de la historia. Y aunque está claro que los textos del anarquista Rafael Barret son nodales en su visión sobre ese acontecimiento, Ramos también menciona las canciones de Gabino Ezeiza como fuente de conocimiento (RAMOS 1957, p. 182).

Otros casos permiten establecer conexiones mucho más claras. El de Ricardo Caballero, activo participante en círculos revisionistas, es uno de ellos. A fines de los años veinte su agrupación política comenzó a publicar el periódico *El Nativo*, que se promocionaba como la primera publicación antiimperialista del país. La reivindicación de los trabajadores criollos y la queja por su desplazamiento a manos de los extranjeros eran allí constantes. En ocasiones, la suerte de aquellos quedaba asimilada a la de los personajes de las historias criollistas, los que, a su vez, al menos en una oportunidad aparecieron asociados a la figura de Rosas. Así, en 1928 propusieron cambiar el nombre de la calle Ramón Falcón por el de Juan Moreira, merecedor del homenaje por ser el exponente del gaucho que defiende a cuchillo su libertad amenazada. Entre las justificaciones del caso, el periódico comparó al matrero mítico con Rosas, “el hombre que con más ahínco defendió la soberanía de la república”.⁴ Poco antes, en 1926, el mismo Caballero había pronunciado en la Cámara de Senadores un discurso que ya contenía los ingredientes más revulsivos del revisionismo de los años treinta. Defendiendo a los representantes de la provincia de La Rioja, cuestionados en la Cámara, se embarcó en una furibunda crítica contra Rivadavia, Mitre, Sarmiento y los “vencedores de Pavón”, por haber llevado a cabo una “política de exterminio” contra los riojanos, últimos defensores de la “vieja patria” contra “el avance de esta civilización trivial y feroz” que se impone “al mando de jefes extranjeros”. Recordó entonces al Chacho Peñaloza y defendió la memoria de los caudillos, que para él no eran “desenfrenados y bárbaros”, sino hombres que resistían políticas extranjerizantes. Como parte de su alocución afirmó:

[...] la verdad histórica es distinta de la que han escrito los vencedores al día siguiente de la victoria; la verdad histórica ensangrentada y vejada, duerme todavía bajo el sudario de la llanura lívida. De allí la arrancarán las nuevas generaciones para reparar la injusticia brutal que hasta hoy la ha obscurecido, para iluminar con sus luces el pasado espiritual de nuestra nacionalidad, hoy desconocido y obscurecido. Las grandes sombras de

⁴ *El Nativo*, n. 6, 10/11/1928, p. 3; ver tb. n. 13, 5/1/1929. Agradezco a Martín Müller y Oscar Videla por facilitarme esta revista.

los caudillos asesinados van a levantarse de nuevo, envueltas en el polvo de sus entreveros trágicos y legendarios, para concurrir a un tribunal más justiciero que el que las llamara un día para herirlas de nuevo a mansalva con el puñal acerado de una pluma extranjerizante e inmoral (CABALLERO 1929, p. 219-251).

Vástago de una familia criolla de un distante rincón rural de provincia, Caballero, de hecho, se había acercado a la UCR por considerarla continuadora de la causa del federalismo. Lo interesante del caso es que, años más tarde, explicaría el origen de sus reflexiones en su contacto con las memorias populares desde su tierna infancia, que entraban en colisión con las visiones sarmientinas que aprendía en la escuela:

Mi contacto con la realidad histórica tuvo por primer escenario los campos de las cercanías de Paraná, empapados por la sangre gaucha. Allí observé lo que había impresionado mi alma de niño en las campañas del sur de Córdoba donde he nacido: el espectáculo de una población laboriosa sumergida en las sombras de sus grandes recuerdos, pugnando por adaptarse a las nuevas condiciones de vida, que le eran impuestas por la violencia y por el orgullo. Lo que había observado en Córdoba en mi niñez, lo encontraba en Entre Ríos en mi juventud. En la campaña de Córdoba toda la población auténticamente argentina profesaba el credo federal; y en Entre Ríos, a pesar del inmenso prestigio de Urquiza, también la población se abrazaba a él (CABALLERO 1951, p. 231).

Caballero también manifestó haber recibido de su padre y de allegados a él una mirada crítica sobre las versiones de la historia propuestas por Sarmiento y los vencedores de Pavón (SÁNCHEZ 2008).

El caso de Manuel Gálvez es incluso más sintomático. Su aporte al revisionismo fue de enorme importancia. Su *Diario de Gabriel Quiroga* (1910) tiene el mérito de haber estado entre las primeras reivindicaciones del federalismo y de los caudillos que se combinaba con una impugnación global del legado del unitarismo y del liberalismo (especialmente por la inmigración y europeización cultural que propugnaron). En 1940 él mismo publicó una biografía de Rosas que fue el mayor éxito de ventas de esa corriente hasta esa fecha (a la que deberían sumarse sus novelas sobre la vida de Quiroga y sobre la Guerra del Paraguay). Los estudios sobre el revisionismo no suelen reparar en el hecho de que Gálvez dedicó también su pluma a escribir una *Vida de Aparicio Saravia* (1942) impulsado, como él mismo apuntó, por sus recuerdos de adolescente. En 1897, cuando el caudillo condujo su primer levantamiento, “todos los chiquillos argentinos –yo tenía quince años– idolatrábamos al gaucho de la libertad, al gran caudillo que combatía contra un gobierno al que considerábamos tiránico” (GÁLVEZ 1942, p. 7). ¿Cuánto de esa temprana afición por el caudillo gaucho pudo estar preparada por el clima cultural del criollismo? Como Gálvez recuerda en sus memorias, desde los nueve años concurrió con frecuencia a ver dramas criollos en el circo de los Podestá, de quienes poco después se haría amigo personal. Numerosas veces vio representadas allí las historias de Juan Moreira, Santos Vega, Martín Fierro y Julián Giménez; las tonadas camperas que las acompañaban en los picaderos lo impresionaron especialmente:

“No me cabe duda de que los espectáculos gauchescos y las dolientes canciones nativas me impregnaron el alma de sentimientos tradicionales”. En el camarín de José Podestá, entre vestuarios gauchos y payadores, “oíase contar a algunos de sus visitantes, entre los que figuraba tal cual dirigente desterrado del Partido Blanco uruguayo, las hazañas guerreras de aquel genial gaucho que fue Aparicio Saravia”. Con esas historias, imágenes y sonidos en su mente, a los dieciocho años el joven Gálvez no soñaba con otra cosa que con ser autor teatral. Según recuerda, la primera obra que garabateó fue posiblemente “El Destino”, una historia de gauchos escrita en verso y pensada para ser musicalizada, cuyo manuscrito no conservó. Entre sus siguientes ensayos, a fines de 1900, después de haber leído la *Historia de la Confederación Argentina* de Adolfo Saldías, escribió otra, “La conjuración de Maza”, sobre un episodio de la época de Rosas. Gálvez no lo recordaba con certeza, pero suponía que quizás ya se notaba en ella una incipiente simpatía por el caudillo (GÁLVEZ 1944, p. 16-24). Queda así clara la matriz común que nutrió intelectualmente al joven Gálvez, en la que criollismo, memorias populares e historiografía crítica se interconectaban y potenciaban.

90

Un revisionista más tardío como Arturo Jauretche –igual que Corvalán, Gálvez y Caballero, de orientación popular antes que elitista– manifestó algo parecido. Recordando su infancia en la localidad bonaerense de Lincoln, dejó vívidas descripciones del desacople entre lo que aprendía en la escuela y los saberes que absorbía de su contacto con los criollos pobres. La escuela –observó– les enseñaba todo sobre el río Danubio, pero nada sobre el Salado y sus lagunas y mucho menos sobre sus habitantes. Fuera de las enseñanzas escolares, el niño Jauretche compartía furtivamente con otros niños historias de gauchos matrones inspiradas en *Martín Fierro* o *Juan Moreira*, transmitidas oralmente y también escenificadas en los circos criollos que solían pasar por allí. En sus mentes infantiles, esas historias se interpretaban como la resistencia frente a “alguna injusticia básica” hecha contra esos “Robin Hood paisanos”. Escuchando las historias de un viejo del pueblo que había sido cautivo, comenzó a percibir que sus mayores, interesados en socializarlos como gente “culto”, ocultaban información sobre “ese ayer próximo” de Lincoln en el que los indios llegaban a sus puertas (JAURETCHE s/f, p. 55, 189-96, 249, 253, 256). De ese contacto con el mundo popular Jauretche también recibió sus primeras nociones sobre la Guerra del Paraguay, sobre las levas forzosas y sobre su “impopularidad”, a través de relatos de tres veteranos que paraban en la plaza del pueblo. Y también reconocía su deuda con el “Heroico Paysandú” de Gabino Ezeiza, canción que le reveló “los primeros atisbos de verdad histórica” (JAURETCHE 2002). La seducción por el criollismo y su conexión con la política, por otra parte, se hace evidente en el primer libro que publicó Jauretche, *El paso de los libres* (1934), un largo poema gauchesco de exaltación de la revolución yrigoyenista del año anterior.

Fermín Chávez –un autor bisagra entre el revisionismo de los años treinta y el de orientación más izquierdista de las décadas de 1960 y 1970– construyó en su primera obra relevante una genealogía de su propia estirpe intelectual que reconocía todos estos legados. Su “Cronología cultural de los Heterodoxos argentinos” comenzaba con el fundador de la poesía gauchesca Bartolomé

Hidalgo, incluía a Luis Pérez, y continuaba reconociendo el aporte de poetas federales como Olegario V. Andrade y José Hernández, de Eduardo Gaffarot (el nieto de Facundo Quiroga que en 1905 publicó una notable vindicación de su memoria), de Francisco Fernández y de cultores del género criollista como el autor del *Martín Fierro*, Manuel Olascoaga y Antonio Lussich. Junto con todos ellos, por supuesto, menciona también a los precursores historiográficos del revisionismo, Adolfo Saldías y Ernesto Quesada (CHÁVEZ 1965, p. 187-205). Su encuentro con todos ellos estuvo precedido, como en los casos anteriores, por contactos con la memoria popular. Chávez había estado expuesto a recuerdos del federalismo en el pueblo entrerriano en el que había nacido en 1924. Su tío Santiago Moreira, hijo de un teniente del caudillo Ricardo López Jordán, de gran influencia en su temprana formación, solía contarle historias del levantamiento jordanista. Su padre, modesto agricultor y ferviente yrigoyenista, prefirió en cambio no compartir las historias que atesoraba:

Recién de grande, cuando conoció mis libros, empezó a recordar y a recuperar esas vivencias de lo que decía la abuela Martiniana y su tía Balbina..., “que Leandro Gómez [el defensor de Paysandú, E.A.] tenía razón”, “que don Ricardo [López Jordán, E.A.]...”. Pero en mi niñez de esas cosas no se hablaba porque ellos también estaban presionados por la educación y no se animaban a romper con la versión oficial de los hechos. Nosotros la descubríamos a la historia real un poco por criollos como tío Santiago, que ni habían pasado por la escuela ni sabían leer y escribir, y entonces te contaban, un poco como cuento, como viejos cuenteros, cosas que eran historias reales, según pude comprobar después a través de los documentos de la época (CHÁVEZ 1975).

91

Cabe destacar que el propio Chávez, que como historiador fue conocido por sus estudios sobre el Chacho Peñaloza y sobre López Jordán, fue también un prolífico estudioso y recopilador de poesía gauchesca y de la obra de José Hernández.

Finalmente, encontramos influencias similares en León Pomer, a quien debemos una de las primeras investigaciones de largo aliento sobre la Guerra del Paraguay. El modo en que llegó a interesarse por ese conflicto es muy significativo. En un viaje turístico que realizó en 1964 desde Misiones hasta Asunción escuchó reiteradamente cantores populares que cantaban sobre la guerra, con “letras y melodías impregnadas de dramatismo”. Hasta entonces no sabía prácticamente nada de ella, apenas “la insignificancia que le era dedicada en el manual de historia” de la escuela. En Asunción consultó con académicos locales sobre el tema y al regresar de su viaje emprendió la investigación que cuatro años después daría lugar a su obra más conocida, *La Guerra del Paraguay igran negocio!* (1968). Su encuentro con el Chacho Peñaloza fue similar: durante un viaje por La Rioja hacia 1960, escuchó por primera vez sobre el caudillo de boca del descendiente de uno de sus montoneros. Poco después realizó entrevistas a criollos pobres en Huaja, el paraje riojano donde nació el Chacho, que serían material para el estudio preliminar que en 1968 escribió para *Proceso al Chacho*, una reedición de los textos de José Hernández y de Sarmiento sobre el caudillo.⁵

⁵ Comunicación personal con León Pomer, abril de 2016.

Conclusiones

En síntesis, este trabajo, sumado a los hallazgos presentados con anterioridad, permiten trazar una conexión factible entre las memorias y experiencias políticas y sociales del siglo XIX y el impulso de revisión de la historia. En primer lugar, está claro que intelectuales de provincia vinculados al federalismo tardío –como José Hernández– o al menos detractores del gobierno de Mitre –como Francisco Fernández– tuvieron un papel central en el surgimiento de la literatura criollista (que a su vez retomaba elementos de la poesía gauchesca, de intenso contacto con el partido federal). Ambos escritores combinaron la denuncia de las postergaciones que sufrían los gauchos con visiones críticas sobre el curso que había tomado la política nacional, incluyendo una reivindicación del Chacho Peñaloza en el caso del primero, invectivas contra la “civilización” en el caso del segundo, y el repudio de la Guerra del Paraguay en ambos.

En segundo lugar, hemos comprobado que autores posteriores del fenómeno criollista continuaron combinando la glorificación del gaucho matrero con visiones críticas sobre el pasado que incluyeron la reivindicación de algunos caudillos, la crítica por el desplazamiento de los criollos a manos de los extranjeros y por la Guerra del Paraguay y, en unos pocos casos y más tardíamente, la formulación de contrahistorias que denunciaban el exterminio indígena. Más aún, como parte de esas visiones, produjeron la asimilación de la figura del gaucho y la del montonero de los llanos (o incluso la de los propios caudillos). Aunque la mayoría de estos autores no tenía contacto directo con el pasado federal o siquiera con el mundo rural criollo, sus obras se conectaban con memorias y con sentimientos de postergación que efectivamente estaban presentes en las clases populares del cambio de siglo. A través de algunos ejemplos –como el de los dos actores de los Podestá que habían sido montoneros, o el del peón amigo de Luna– hemos visto que existieron vectores empíricos que pudieron transmitir esas memorias y experiencias a quienes no las habían vivido en carne propia. Pero en cualquier caso, la situación de exclusión social y política que compartían tanto los criollos como los recién llegados invitaba tanto a la identificación con el gaucho rebelde como a la impugnación de las narrativas optimistas de la historia nacional en las que las élites locales buscaban fundar su propia legitimidad. En ese marco, las memorias disidentes respecto del pasado se reprodujeron en un nuevo contexto, transmitiéndose a un público variado –criollo y de origen inmigratorio, con y sin recuerdos *proprios* del pasado reciente– durante las primeras décadas del siglo XX.

En tercer lugar, hemos mostrado que, aunque algunos autores del criollismo se nutrieron de historiadores tempranos (Saldías, Quesada y Peña), el revisionismo histórico de los años treinta, de orientación derechista y centrado en la figura de Rosas, no tuvo una influencia apreciable en el criollismo. Por el contrario, las visiones disidentes sobre el pasado que éste habilitaba transitaban por carriles propios y tenían una historia previa y fuentes alternativas. Contrariamente a la visión según la cual las miradas críticas sobre la “historia oficial” entre las clases populares se habrían

diseminado a partir de esfuerzos previos del campo intelectual, este trabajo ha propuesto la hipótesis de que los canales de influencia fueron mutuos y de doble circulación. En efecto, hemos mostrado que las memorias populares –tanto las transmitidas por sus depositarios directos y por vía oral, como las reformuladas por los autores criollistas– tuvieron un impacto visible en la formación intelectual de varios historiadores revisionistas, especialmente los de orientación más “popular”.

En otros trabajos he sostenido que, más que fruto de ansiedades pasajeras propias de un momento de rápida “modernización”, como argumentó Adolfo Prieto, el criollismo debe analizarse como un episodio central del proceso de etnogénesis, es decir, la conflictiva definición del perfil del *ethnos* nacional a partir de la heterogénea población que ocupó el territorio argentino. De ese proceso participaron, como productores de visiones acerca del “nosotros” nacional, tanto personas del campo político o intelectual como habitantes del común (ADAMOVSKY 2014). Los hallazgos aquí presentados sugieren que también las visiones críticas sobre la historia que ese discurso canalizó pueden analizarse en esa clave. El propio revisionismo histórico, como corriente intelectual, ameritaría una reevaluación bajo este lente. Ya Diana Quattrocchi había sostenido que las polémicas entre letrados alrededor de la figura de Rosas podían ser analizadas, antes que como el reflejo local de ideas de la derecha europea en el marco de la crisis mundial del liberalismo, como expresión “del desajuste existente entre las representaciones de una Argentina percibida como el país más civilizado y más europeo del continente sudamericano y una realidad histórica que se obstina en demostrarnos lo contrario” (QUATTROCCHI 1995, p. 22). Los canales de doble circulación de imágenes y temáticas históricas entre la cultura popular y de masas y el campo intelectual que hemos mostrado en este trabajo refuerzan esa hipótesis e invitan a reconsiderar el revisionismo como un fenómeno cultural de raíces más profundas, que deben rastrearse más allá del mundo de los historiadores, los políticos o los ensayistas.

Referencias bibliográficas

- ADAMOVSKY, Ezequiel. La cuarta función del criollismo y las luchas por la definición del origen y el color del *ethnos* argentino. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, n. 41, p. 50-92, 2014.
- _____. El criollismo como canal de visiones críticas sobre la historia argentina (desde el *Martín Fierro* hasta c. 1945). **Anuario IEHS**, v. 32, n. 1, 2017. (En prensa).
- _____. El criollismo popular en Argentina ¿Hasta cuándo? Personajes, autores y editores de un fenómeno de literatura masiva. **Cuadernos de Literatura**. (En prensa).

- BREZZO, Liliana M., María Gabriela Micheletti y Eugenia Molina, eds. **Escribir la nación en las provincias**. Buenos Aires: IDEHESI - IH, 2013.
- BUCHBINDER, Pablo. Caudillos y caudillismo: una perspectiva historiográfica. In: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. (Comp.). **Caudillismos rioplatenses**. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 32-39.
- CABALLERO, Ricardo. **Discursos y documentos políticos del Dr. Ricardo Caballero**. Buenos Aires: Sociedad de Publicaciones El Inca, 1929.
- _____. **Yrigoyen: la conspiración civil y militar del 4 de febrero de 1905**. Buenos Aires: Raigal, 1951.
- CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. **Políticas de la historia: Argentina 1860-1960**. Buenos Aires: Alianza, 2003.
- CHÁVEZ, Fermín. **Civilización y barbarie: el liberalismo y el mayismo en la historia y en la cultura argentinas**. 2. ed. Buenos Aires: Theoría, 1965.
- _____. Entrevista a Fermín Chávez. **Crisis**, mayo 1975. Disponible en: <http://www.elhistoriador.com.ar/entrevistas/c/chavez.php>.
- CORVALÁN MENDILAHARSU, Dardo. **Rosas, el Chacho, Quesada**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas, s/f.
- _____. **Rosas**. 2. ed. Buenos Aires: Gleizer, 1929.
- DE LA FUENTE, Ariel. **Los hijos de Facundo**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- _____. Tradiciones orales y literatura en el siglo XIX Argentino: Los casos del Facundo y el criollismo. **Cadernos de Seminarios de Pesquisa**, n. 2, p. 8-43, 2011.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- DI SANTO, Víctor. **Gabino Ezeiza, precursor del arte payadoril rioplatense**. Buenos Aires: Quevedo, 2016.
- ESCOLAR, Diego. **Los dones étnicos de la Nación: identidades huarpe y modos de producción de soberanía en Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- EUJANIAN, Alejandro. El pasado de las provincias. Actores, prácticas e instituciones en la construcción de identidades y representaciones de los pasados provinciales en la Argentina entre la segunda mitad del XIX y la entreguerra., **Historiapolitica.com**, 33, p. 1-11, 2013.
- GÁLVEZ, Manuel. **Vida de Aparicio Saravia**. Buenos Aires: Imprenta López, 1942.
- _____. **Recuerdos de la vida literaria (1900-1910)**. Buenos Aires: Kraft, 1944.
- GOEBEL, Michael. **La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia**. Buenos Aires: Prometeo, 2013.

- HALPERIN DONGHI, Tulio. El revisionismo histórico como visión decadentista de la historia nacional. In: _____. **Ensayos de historiografía**. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1996, p. 107-126.
- JAURETCHE, Arturo. **De memoria**. Pantalones cortos. Buenos Aires: Corregidor, s/f.
- _____. **Los profetas del odio**. Buenos Aires: Corregidor, 2002.
- LEGRÁS, Horacio. Hacia una historia del populismo. In: Soria, C.; Cortés Rocca, P.; Dieleke, E (Ed.). **Políticas del sentimiento**. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 163-180.
- LÓPEZ, Santos. Estudio preliminar sobre el Chacho y su época. In: HERNÁNDEZ, J. **Vida del Chacho**. Buenos Aires: Antonio dos Santos, 1947, p. 9-101.
- LUNA, Buenaventura. Nos hace falta todavía una buena novela de costumbres. **Crítica**, 23 de julio, p. 10, 1945.
- MICHELETTI, María Gabriela. “Facundo Quiroga rehabilitado”. Una aproximación al contexto de producción, repercusiones y aportes historiográficos del libro de David Peña (1906). **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, n. 42, p. 125-153, 2015.
- MONTAGNE, Edmundo. **La guitarra del pueblo**. Buenos Aires: Serantes, 1921.
- PODESTÁ, José. **Medio siglo de farándula (memorias)**. Río de la Plata: Imprenta Argentina de Córdoba, 1930.
- PRIETO, Adolfo. **El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna**. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2006.
- QUATTROCCHI WOISSON, Diana. **Los males de la memoria**: historia y política en la Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1995.
- RAMOS, Jorge Abelardo. **América Latina, un país**. Buenos Aires: Octubre, 1949.
- RAMOS, Jorge Abelardo. **Revolución y contrarrevolución en Argentina**: las masas en nuestra historia. Buenos Aires: Amerindia, 1957.
- REALI, María Laura. Al margen de “El Relato”. Circulación transnacional de lecturas revisionistas sobre el pasado en América Latina (1900-1930). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, julio, p. 1-15, 2016.
- SÁNCHEZ, Santiago J. Ricardo Caballero: nacionalismo y telurismo del Litoral. **Anuario del Centro de Estudios Históricos «Prof. Carlos S. A. Segreti»**, v. 8, n. 8, p. 343-360, 2008.
- SEMORILE, Carlos, ed. **El canto perdido y los Manseros del Tulum**: Buenaventura Luna y el canto de las tradiciones populares argentinas. Buenos Aires: De la Tropicilla, 2008.
- SIRI, Eros Nicola. El cabo Santillán, reliquia viviente del viejo ejército y del teatro nacional. **Sintonía**, n. 229, s/p. , 1937.

VILLAGRÁN, Andrea Jimena. **Un héroe múltiple**: Güemes y la apropiación social del pasado en Salta. Salta: Universidad Nacional de Salta, 2012.

YUPANQUI, Atahualpa. **Confesiones de un payador**. Buenos Aires: Galerna, 1984.

_____. **El canto del Viento**. Buenos Aires: Honegger, 1965.

Tempo Presente: entre operações e tramas

Present Time: between operations and plots

Reinaldo Lindolfo Lohn

reilohn@gmail.com

Professor Universitário

Universidade do Estado de Santa Catarina - Departamento de História

Av. Madre Benvenutta, 2007

88035-001 - Florianópolis - Santa Catarina

Brasil

Emerson Cesar de Campos

ecdcampos@yahoo.com.br

Professor Universitário

Universidade do Estado de Santa Catarina - Departamento de História

Av. Madre Benvenutta, 2007

88035-001 - Florianópolis - Santa Catarina

Brasil

Resumo

O foco deste artigo está em apresentar um quadro das discussões operadas nas últimas três décadas acerca das noções de tempo e de presente em sua junção naquilo que vem sendo chamado de História do Tempo Presente. A elaboração do texto buscou aproximações com a reflexão historiográfica que entende a História do Tempo Presente como o estudo do tempo histórico vivido. As operações e as tramas que envolveram sua constituição acadêmica são o pano de fundo para discutir as redefinições no campo historiográfico acerca das temporalidades e das periodizações. Trata-se de estudo conduzido em função da problemática proposta pela História do Tempo Presente, destacando sua emergência como parte de uma trajetória que não é estranha às experiências sociais aos movimentos historiográficos das últimas décadas.

97

Palavras-chave

História do Tempo Presente; Temporalidades; Historiografia.

Abstract

The focus of this article is to present a framework of discussions over the last three decades on the notions of time and present in their junction in what has been called the History of Present Time. The elaboration of the text sought approximations with the historiographic reflection that understands the History of Present Time as the study of the historical time that is lived. The operations and the plots that involved his academic constitution are the background to discuss redefinitions in the historiographic field over temporalities and periodization. It is a study conducted according to the set of issues proposed by the History of Present Time, highlighting its emergence as part of a journey that is no stranger to social experiences and to last decades' historiographic movements.

Keywords

History of the Present Time; Temporalities; Historiography.

Recebido em: 22/12/2016

Aprovado em: 31/8/2017

[...] vão à mesma companhia velhos e meninos pequenos, uns que, tendo vivido, gastaram todas as suas forças e agora não podem mais fingir que as têm, outros que, por não saberem governar as que começam a ter, as esgotam em duas horas de carreiras desatinadas, como se o mundo estivesse para acabar e valesse a pena aproveitar os últimos instantes dele.
(José Saramago).

O tempo presente e suas operações

Na expressão "História do Tempo Presente" a atenção, tanto de historiadores/as profissionais quanto do público não especializado, é normalmente direcionada para a palavra "presente". Afinal, dada a forma adquirida pela disciplina ao longo do século XIX, principalmente, quando de sua sistematização como área de saber científico, esta passou a ser apresentada como a "ciência do passado". Tal configuração ganhou ainda mais consistência na medida em que se firmou uma periodização da História a partir de um modelo quadripartite francês que se tornou referência para diferentes historiografias nacionais, a exemplo da brasileira, que mantém ainda, produtiva ou não, estreita ligação com aquela periodização francesa. Ao constituir-se como uma "cartografia" do que seria o tempo histórico universal, o quadripartismo tem óbvias implicações intelectuais e socioculturais ao firmar uma determinada ordem ocidental que se fia no progresso linear e ascendente. Outras tentativas de mapear o que seria a História mundial, como aquelas derivadas do materialismo histórico, não escapariam de um modelo análogo e sucessivo de grandes etapas, saltos evolutivos e teleologias.

98

Nas narrativas históricas assim tracejadas, como aponta Jean Chesnaux (1995, p. 96-97), em particular a História contemporânea viria encerrar a construção de uma longa linha do tempo e "celebrar a aptidão dos historiadores ocidentais para apresentar um quadro coerente e global do mundo dos séculos XIX e XX, para ser os guias naturais da História africana, asiática ou americana". Diante dessa construção tão coerente quanto frágil em suas pretensões universalizantes, afirmar a possibilidade de uma História do Tempo Presente pode soar estranho ou contraditório, somado à desconfiança quanto à validade de tal empreendimento, objeto ainda considerado muito fugidio e opaco. Entendemos, contudo, que ainda é possível acrescentar elementos a um debate que é certamente um dos que mais mobilizaram contribuições aguçadas e produtivas e que fazem parte da melhor cultura historiográfica desde, pelo menos, o último século.

Consideramos que a possibilidade de elaborar uma História do Tempo Presente traz a oportunidade de refletir sobre outro primado da historiografia, enunciado por Marc Bloch (2001, p. 54-55), o de que a História seria "a ciência dos homens no tempo". Segundo Jacques Le Goff (1994, p. 23-47), com isso Bloch pretendia pontuar três características que considerava essenciais: a produção de uma "história humana", na qual as interações e relações sociais ganham centralidade; daí a necessidade de uma "história social", com intensas relações entre passado e presente; por fim, o trabalho historiográfico deveria recusar sua

estrita ligação com a cronologia. A partir destas três dimensões, é possível até mesmo estabelecer um diálogo aberto e abrangente com proposições como as de Benedetto Croce, para quem “toda história é história contemporânea”, evitando perder-se na ausência de densidade temporal. Para Le Goff, a interação entre passado e presente é a condição para uma história viva e da vida, que se proponha a interrogar o tempo incessantemente, por meio de novas interrogações. Esta seria a própria condição do trabalho histórico em sua relação com a influência cultural das atividades que buscaram uma espécie de domesticação do tempo por meio da invenção de calendários e outros mecanismos de contagem linear, enquanto que os historiadores viriam a preocupar-se por outras dimensões, como a relação entre a história e a memória coletiva.

A relação entre história e tempo tornou-se problemática, envolvendo questões tão abrangentes como a do “sentido da história” e os interesses por diferentes “durações”, desde a do tempo muito longo e estrutural até a do passado mais imediato. Nesta dimensão, duas definições fundamentais, aquela referida aos pontos de partida e outra que diz respeito à periodização, com a formação de unidades mensuráveis equivalentes em duração, ganharam contornos menos pronunciados, pois o tempo histórico encontra-se e é atravessado pelo tempo da memória. Constatações que se abrem para compreender que “o historiador está submetido ao tempo em que vive” (LE GOFF 1994, p. 13). Isso significou que a demanda de que passado pudesse explicar o presente por si só tenha se tornado insuficiente para os historiadores, os quais se voltaram para discutir o quanto o presente tem de passado, mas também o quanto este tem de presente. Desde a chamada Escola dos Annales, as diferentes e possíveis concepções de tempo histórico referidas à historiografia acompanham os questionamentos teóricos e metodológicos e as diferentes posições assumidas nos debates acadêmicos e nas abordagens de temas, objetos e processos. Duração, repetibilidade, movimento, estruturas e conjunturas, singularidade e universalidade, diacronia, sincronia e anacronia, memória e imaginação, constituíram-se, por si próprios, em objetos historiográficos, ao passo em que também suscitaram a reflexão quanto a métodos e abordagens adequados à documentação pesquisada e às escalas temporais adotadas. O tempo deixa de ser um pano de fundo para tornar-se a própria trama social construída em distintas dimensões e tensões.

Se a História do Tempo Presente tem sua configuração inexoravelmente ligada à “dimensão temporal” (DELGADO; FERREIRA 2014, p. 7-12), pode-se questionar se o “tempo” referido na expressão que nomeia esta nova abordagem corresponde a um tempo histórico diferente, naquilo que contém em termos de experiências sociais e culturais, ou seja, como dimensão do que se costuma chamar de temporalidade. Do que seria composta esta temporalidade presente? Compreende-se que pode ser demarcada a partir de critérios ainda em construção, naquilo que diz respeito ao vivido tal como se apresenta a cada um ou cada uma, em suas contingências e significados, e que venha a definir episódios e articular o que se passa individual ou coletivamente ao tempo histórico abrangente. Se os últimos movimentos do campo historiográfico voltam-se para o desafio, longe de qualquer zona de conforto, de interrogar os fenômenos sociais do presente com

vistas a configurar sua temporalidade, então parece ser indispensável questionar elementos característicos deste tempo naquilo que informa as experiências de homens e mulheres, ainda que sob o risco do abandono de “cartografias” do tempo histórico consagradas, em relação às quais a própria História do Tempo Presente permanece tributária. Entendemos que elaborar uma História do Tempo Presente requer, entre outras problemáticas ainda mais complexas, dar-se conta do desafio que subjaz à própria expressão que define esta nova dimensão historiográfica e explorá-la em termos ainda não suficientemente abordados. Pensar o tempo presente e, em particular, este tempo vivido no momento em que se elabora este texto, requer um esforço de reflexão que põe em discussão alguns dos limites de nossa compreensão do “tempo e suas temporalidades”, em particular do campo historiográfico como tal.

100

Portanto, ao empreender este esforço intelectual, é necessário considerar que o próprio tempo histórico em suas implicações para a escrita historiográfica está em questão. Sem pretender simplesmente questionar o quadripartismo, ademais alvo de críticas contundentes há décadas, o que se quer dizer é que uma História do Tempo Presente não deve ser compreendida como mais um pilar na construção do grande e consagrado edifício do tempo histórico, cujo projeto estrutural foi configurado pela historiografia ocidental predominante nos séculos XIX e XX. Uma História do Tempo Presente pode propor-se a discutir este “mapeamento” usual do tempo e evitar aparecer como sua continuidade necessária. Assim, de antemão, o Tempo Presente não seria “mais um período”, como se a uma História contemporânea tivesse sequência uma quinta idade, uma quinta era, que necessariamente dará seu lugar a mais um período em um futuro previsível. Pelo contrário, uma História do Tempo Presente compreende uma nova atitude metodológica diante dos problemas enfrentados pela historiografia e pela necessidade de formular reflexões que procurem abarcar sociedade e interações humanas que não mais cabem num mapa histórico desenhado pelo século XIX. Uma História do Tempo Presente pode ser uma contribuição importante para a discussão de fundamentos críticos da área. Por outro lado, como pontua Le Goff (1994, p. 51-53), a história não deixa por isso de ser contemporânea “na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo.” Se o passado histórico é “passado e presente”, este último não deixa de ser também parte da história, ao ser atravessado por experiências de tempo que dizem respeito às formas de registro e de transmissão das informações históricas que se tornaram predominantes desde meados do século XX e que promoveram a emergência do acontecimento e da singularidade.

Acentue-se: não se trata de outra História, tampouco de uma exótica experiência ou aventura em relação ao que seria uma estrutura consolidada. A reflexão sobre uma História do Tempo Presente pode trazer elementos a mais em um processo de discussão e renovação do campo historiográfico que tem como marco evidente a proposta de uma Nova História há cerca de 40 anos. A partir das indicações de Henry Rousso (2012, p. 188-194) em uma de suas mais recentes produções, a denominação História do Tempo Presente surgiu a partir

do que se pode descrever como uma operação histórica, quando um grupo de historiadores franceses procurou angariar distinção para um campo de interesses específico no interior da historiografia de seu país, ao passo que desejavam legitimidade e cobertura institucional para investigar a História da França da Segunda Guerra Mundial e das décadas da descolonização, em particular a Guerra da Argélia. Ao diferenciar-se da História contemporânea então praticada, logo a organização de um Instituto de História do Tempo Presente demonstraria que uma estratégia acadêmica poderia ser base de uma discussão ampla sobre como apreender processos históricos em movimento e inacabados.

Como aponta Rouso (2012, p. 186), “os historiadores do Tempo Presente, tendo trabalhado sobre questões terrivelmente sensíveis, tiveram de inventar, senão métodos, pelo menos uma maneira de se colocar na paisagem.” Uma História engajada em seu tempo, uma História dos vivos e para os vivos, que se recuse a ser a soma de Histórias nacionais e menos ainda um apêndice de grandes cronologias consolidadas, concebendo novas maneiras de fazer e escrever, a partir de interrogações que discutam a própria estruturação do tempo histórico tal como definida desde o Iluminismo. Embora sem admitir a devida referência, os historiadores franceses, a partir de suas próprias necessidades institucionais, buscaram uma denominação que se aproximou daquela existente desde 1949 na Alemanha, no *Institut für Zeitgeschichte* de Munique (ROUSSO 2012, p. 212-213). O fato do instituto francês não ter resultado de uma grande discussão teórica que levaria à formação de um conceito e daí à sua institucionalização, mas justamente o contrário, não é empecilho, antes é uma vantagem para uma reflexão que diga respeito a não apenas o presente, mas à própria temporalidade tal como se afigura no âmbito da historiografia. Isso quer dizer que a reflexão daí ensejada não se limitou a uma pretensão conjuntural e específica, mas deve dizer respeito às relações mais amplas envolvidas no trabalho do historiador, ao considerar que a distância e o movimento sejam dimensões indispensáveis na relação com objetos, fontes e problemáticas. Por não se tratar de um conceito que se antecipe à investigação, a História do Tempo Presente abre-se à atitudes metodológicas diversas e, ainda que muitas vezes inadvertidamente, possibilita estratégias que põem em causa a necessária discussão sobre o tempo como experiência social e o quanto os fenômenos culturais abarcados pelas investigações historiográficas dependem do reconhecimento das interações entre o que François Hartog (2013, p. 37-41) chama de “regimes de historicidade”.

Tramas narrativas

A partir desse enquadramento, cabe debruçar-se sobre algumas das possibilidades abertas pela proposição, inicialmente como uma operação histórica, de uma História do Tempo Presente que se insinua enquanto possibilidade de pesquisa e reflexão. Considerando o “lugar social” em que a operação foi desencadeada, no Instituto de História do Tempo Presente, na França, e levando em conta a trajetória descrita e analisada por Rouso, na qual não faltam determinações e pressões próprias aos interesses envolvidos

na institucionalização de um campo de saber historiográfico que se afigurasse distinto e desviante da “História contemporânea”, é necessário questionar as implicações sociais desta prática, deste fazer histórico. Isto posto, como pontua Michel de Certeau (2006, p. 80), “quando o historiador supõe que um passado já dado se revela em seu texto, situa-se dessa forma no comportamento dos consumidores. Recebe passivamente os objetos distribuídos pelos produtores”. A operação compreende, entre outras práticas, uma “instituição técnica” que age em conformidade com roteiros, modelos e linguagens, os quais atuam como pressões e interditos. Compreendendo a proposta de História do Tempo Presente no interior dessa maquinaria, da qual não escapa o estabelecimento e seleção de fontes, pode-se então acentuar que o tempo a que historiadores e historiadoras do presente remetem suas investigações não será aquele de uma temporalidade fixada a priori, exigindo que a operação técnica possibilite também a observância das fendas nas estruturas científicas predominantes, aquelas que organizam o tempo histórico, e a submetê-las à discussão sobre seus limites. Este último esforço abrange justamente passar do instituído à prática historiográfica, ou seja, no caso, tomar uma História do Tempo Presente tanto como reflexão conceitual quanto como atitude metodológica. Iniciada como operação histórica, a discussão sobre o Tempo Presente passa a envolver então um conjunto de problemáticas que suscita aquilo que talvez seja a mais notória e sólida dificuldade da narrativa sobre o passado: as diferentes percepções de tempo histórico que se cruzam nos objetos estudados, particularmente aquelas que envolvem o próprio pesquisador.

102

Sabe-se que as narrativas constituem os tramados necessários nos quais são operadas as configurações do tempo histórico, em suas diferentes manifestações e apropriações, situadas entre o vivido e os ritmos da natureza, a ponto de confundi-los. Nesse sentido, pode-se questionar, quanto ao tempo que está presente diante de nós neste início de século XXI, se este demandaria outras formas narrativas e outros delineamentos, distintos daqueles que vêm presidindo a organização do tempo histórico desde a modernidade ocidental. A formulação dessa questão traz implicações não só para objetos próprios ao presente, mas às maneiras de conceber o tempo histórico. Para Paul Ricoeur (2007, p. 456), a História do Tempo Presente é “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”.

Esta proposição torna indispensável retomar as proposições de Dominick LaCapra, segundo as quais, considerando as problemáticas relações entre história e memória, pode-se questionar: eventos traumáticos bloqueiam a emergência de memórias e a tentativa de compreensão de processos históricos que afetam, de diferentes maneiras, suas vítimas no presente, com questões morais e representacionais? E os temas sensíveis que dizem respeito às identidades nacionais e aos dilemas que envolvem dívidas históricas? Apenas tardiamente, após certo período de latência, tais assuntos poderiam ser abordados? Estes temas foram extensivamente tratados em sua obra sobre a história e a memória da chamada *shoah*, palavra hebraica atribuída ao genocídio provocado pela

Alemanha Nazista contra a população judaica sob seu domínio durante a Segunda Guerra Mundial. Para LaCapra (1998, p. 6-20), não por mera razão cronológica, tanto os eventos ocorridos posteriores à *shoah*, como também especialmente aqueles que lhe antecederam, não poderiam mais deixar de ser compreendidos e percebidos da mesma forma. Tal evento alterou a apropriação e a experiência do tempo histórico, ao estabelecer um limiar através do qual foi cruzada uma fronteira que deslocou os padrões mínimos de discussão sobre se tal evento pode ser comparável ou sobre sua radical singularidade. Isso quer dizer que algo único ocorreu, dado que os próprios meios de comparação existentes passaram a ser revistos. Pode-se afirmar que tais condições não afetam apenas os relatos testemunhais, mas a própria escrita da história, em especial aquela que se volta para o tempo presente. De tal modo que o binarismo de história e memória ganha outra dimensão, na qual a oposição cede lugar à composição e interação narrativa e ética que possibilita representar um passado doloroso que se faz presente na forma de ensaio e a superação de um insistente “modelo documental restritivo ou objetivista” (LACAPRA 2013, p. 100).

Referências a esta discussão tem sido muito frutífera no Brasil, a partir de diferentes perspectivas, mas cabe destacar o trabalho de reflexão elaborado por Carlos Fico acerca das relações entre história e memória da ditadura militar brasileira. Entre as várias facetas de um trabalho histórico como este, o autor destaca, o constante processo de confrontação entre investigação historiográfica e a memória dos coetâneos, as diferenças entre perspectiva histórica e recuo temporal e as tensões entre a estrita metodologia da história e a memória de eventos traumáticos. Tais problemas constituem um feixe de limites e possibilidades num momento em que a história do tempo presente, como história do vivido, passou a ser necessariamente retomada, dada a demanda por compreender processos históricos que fazem parte da sociedade brasileira pós-ditadura, tais como o aparato repressivo, os conflitos políticos, as vítimas e temas “tabus” como o ingresso de jovens ativistas, oriundos do movimento estudantil, em organizações clandestinas cujos dirigentes mais experientes conheciam os riscos a que os primeiros estavam se submetendo, favorecendo uma “memória traumática” do período da ditadura, tendencialmente reduzida aos episódios da luta armada (FICO 2017, p. 42-51). Contudo, para o autor, a generalização de uma percepção de que a história seria o resultado de constantes, sucessivas e extensivas experiências traumáticas, pode conduzir a determinados exageros, não só retóricos, preferindo identificar fatores como a difusão de uma percepção do tempo marcada pelas mídias e, em particular, a informática e seus desdobramentos na sensação de viver-se em um tempo acelerado que está em pleno desenvolvimento desde, pelo menos, o terço final do século XX (FICO 2012, p. 73-82).

A difusão do rádio, da fotografia, da gravação sonora, do cinema e da televisão, processos vinculados à recente propagação de computadores pessoais e dos meios telemáticos de comunicação viria a somar-se aos meios impressos, tornando-os progressivamente obsoletos e, de certa forma, a desconcertar uma recepção antes dependente do domínio da cultura escrita ou,

ao menos, da proximidade com círculos de leitores em potencial. No caso das práticas políticas, a necessidade de dirigir-se a multidões diversas e saturada de conflitos sociais e culturais tornou indispensável dar conta de informações as mais abrangentes a respeito do público e de seu comportamento. Os meios de comunicação ascenderam e mantêm sua posição central nos jogos políticos. Pierre Nora (1988, p. 181-188) considera que tendem alimentar “uma fome de acontecimentos”, o que impõe “imediatamente o vivido como História”, ensejando a promoção do “imediato ao histórico”.

Não é necessário insistir que tal configuração afeta o ofício historiográfico de diversas formas. Carlo Ginzburg (1991) considera que do descuido para com a reflexão metodológica e aquela voltada a discutir a validade epistemológica de suas premissas e conclusões deriva um movimento ambíguo entre historiadores que em certas ocasiões aderem a atitudes positivistas e cientificistas e, em outros momentos, passam a considerar a História como nada mais do que uma forma literária de expressão. Esta ambiguidade, por vezes, é criativa, mas em outras parece tornar a investigação incapaz de interrogar o que há de experiência vivida nas atitudes e escolhas que envolvem os objetos historiográficos. Em particular, entendemos que há uma inquietação em quase todas as pesquisas que desenvolvem os historiadores: o período. Ao defini-lo de modo “a priori”, assumimos também uma série de condições iniciais que tendem, por vezes, a nos gritar: *isto não faz parte do meu período*. Assim, deliberadamente, é inviabilizada a análise enriquecedora das ocasiões e, em particular, do que há de experiência e temporalidade nos objetos. Essa limitação pode induzir a uma concepção homogênea do social em que parece haver uma única e constante permanência, como se o tempo fosse nada mais do que uma linha que se divide e é cortada em pedaços, ou ainda, o que quase sempre é mais danoso, mal costurada por diferentes meios.

104

Tal atitude pode muitas vezes ser uma barreira para a compreensão de que em determinado fenômeno social investigado não se está diante apenas de circunstâncias e contextos que explicam e enquadram, mas também diante de “nós” de processos diversos. Esses “nós”, na forma como são tramados, dão a entrever indícios de experiências temporais que podem apontar para um vivido próprio de homens e mulheres ali envolvidos. Essas tramas são mais comumente percebidas em momentos que emergem como crises, conflitos, guerras ou mesmo catástrofes. Na forma de tragédias, saltos, recuos e amargores, aquelas mudanças ou transições que a todos impeliriam, ao invés de se mostrarem como esculturas irretocáveis, polidas e acabadas, podem aparecer — numa perspectiva em que se procura o movimento, o inacabado e a indeterminação — como parte integrante da reflexão historiográfica alcançada no entrecruzamento de tempos, ao acelerar experiências e tomadas de posição, ao passo em que contribuem para ampliar as possibilidades de compreensão por parte dos próprios agentes históricos sobre o significado do que se está experimentando. Muito além de mero deslocamento retórico, podem indicar uma crise de paradigmas até então predominantes. Como aponta Emília Viotti da Costa (1998, p. 13-14), “crises são momentos de verdade. Elas trazem à luz os conflitos que na vida diária

permanecem ocultos sob regras e rotinas do protocolo social, por trás de gestos que as pessoas fazem automaticamente, sem pensar em seus significados e finalidades. Nesses momentos expõe-se as contradições existentes por trás da retórica da hegemonia, consenso e harmonia social”.

Tais momentos de verdade dão a entrever o presente de um modo próprio e único, mas carregado de temporalidade. Acostumado à extensão diacrônica dos processos e mesmo de longas durações, o pesquisador é surpreendido com o presente. Uma opção que foi abandonada aos poucos pelos historiadores ao longo do século XX foi a de relegar o presente assim emergido ao que deveria ser uma avaliação posterior, quando houvesse distância dos “fatos”. Não é mais possível obedecer confortavelmente às advertências sobre a impossibilidade de pensar o que ainda está a ocorrer, pois é tão necessário questionar quanto de presente há no passado, quanto o oposto. Concebendo o passado e o futuro como poderosas invenções sociais, a historiografia é instada a articular uma análise sincrônica dos fenômenos — mais evidente na aproximação com a Antropologia — à persistente preocupação diacrônica, de modo a dar consistência à própria temporalidade.

Novos enredos interpretativos são necessários para buscar o cruzamento do sincrônico (relativo à simultaneidade ou concomitância) com o diacrônico (referente aos processos ao longo do tempo). Contudo é necessário extrapolar a noção categórica que a matemática impõe. Ou seja, do cruzamento destes eixos o que se obtém é muito mais do que um ponto e um plano. Sim, pois, tomando em consideração o ponto e o plano definidos pelo cruzamento destes eixos como determinantes de ações sociais, teremos no primeiro a continuidade — na qual se encontra a reincidência — e, no segundo, a totalidade que a longa duração pode suscitar — na qual se busca fragmentos. Portanto, ao invés de pensarmos em apenas dois eixos, contemplamos a possibilidade de se considerar uma pluralidade deles, tantos quantos possamos identificar ou sugerir, permitindo análises multidimensionais que constroem sentidos.

Outra possibilidade, entre tantas que se apresentam, é o livre exercício de pesos equilibrados entre a sincronia e a diacronia. Nicole Loraux (1992, p. 57-70) incita os historiadores a uma prática distinta e faz um convite formal ao anacronismo: “o pesadelo do historiador, o pecado capital contra o método, do qual basta apenas o nome para constituir uma acusação infamante, acusação – em suma – de não ser historiador, já que maneja o tempo e os tempos de maneira errônea”. Temendo esta possibilidade, o historiador corre o risco de ser impedido de audácia, de analogias e comparações. Em geral, proposições como esta são estigmatizadas como imprudências metodológicas. Há, contudo uma boa carga de perspicácia nesta imprudência, pois permite que outras temporalidades sejam inseridas no tempo dos historiadores. É um tempo que, para a autora, se faz necessário postular, ainda que “fosse apenas para dar um estatuto a tudo aquilo que, em uma época, se pensa adiante dela, no modo da antecipação”. Embora invulgar, não é tarefa impossível aquela de identificar trabalhos em que o investigador com rigores metodológicos relativos ao tempo (ou sua periodização) tenha a sensação de estar lidando com realidades e resultados que remetem a outros tempos.

É preciso, além de compreender o presente pelo passado, interrogar este último com inquietações do presente. Mais: é indispensável compreender a que tempo vivido se está referindo (LOWENTHAL 1998). Por certo, não se conseguirá *ressuscitar* um passado ao ensaiarmos uma aprendizagem de seu "idioma" (sempre distinto e em mutação). Mas, e quando o objeto de investigação é o próprio tempo do historiador? O que este tem a dizer a respeito de um "país" que não lhe é estranho, pelo contrário, é sua parte viva? Neste caso, parece ser a dimensão do vivido e da própria experiência temporal compartilhada que interessa e não exatamente o ser "presente". Dito de outro modo, e na esteira de Ricoeur (2007), não se trata de se recolher ao trabalho de luto de traumas coletivos de modo a que a sociedade possa seguir em frente. A esta importante e pesada atribuição, a historiografia também pretende abordar o tempo da vida, não só por sua qualidade de estar presente, mas exatamente por ser vivido. De uma narrativa dos mortos, passa-se a uma tentativa de compreender os vivos em seu tempo, em suas experiências. Ao buscar processos em movimento e trajetórias não encerradas, a História do Tempo Presente é uma História da vida e do existir.

106

Com Hans-Georg Gadamer (1997, p. 436-444) passamos a entender que a interpretação pressupõe uma antecipação de sentido, na medida em que intérprete procura partilhar os significados de um texto com seu autor: "quem quer compreender está vinculado com a coisa em questão que se expressa na transmissão". Há então "uma polaridade entre familiaridade e estranheza" e é nesta intermediação que emergem "as condições sob as quais surge a compreensão". A compreensão dos fenômenos não é limitada, portanto, pela distância temporal, pelo contrário: esta assegura "uma possibilidade positiva e produtiva do compreender" porque permite o surgimento constante de "novas fontes de compreensão que tornam patentes relações de sentido insuspeitadas". Entendido desta forma, o esforço de interpretar compreende um processo inacabado e, em certo sentido, indeterminado. Esta atitude é própria de uma historiografia que pretende compreender a distância e a pertença como partes necessárias de um trabalho de interpretação inacabado e tenso, aberto para a temporalidade e para o acontecimento, tomado, como aponta François Dosse (2001, p. 51), em sua característica de "risco", de "rasgo temporal", como uma "aventura nova". Trata-se de uma postura metodológica que, ao pretender abordar os processos sociais em movimento, conduz ao abandono de formas fixas de descrição do tempo histórico e abre-se para compreender as experiências do passado em suas condições de possibilidade e de imprevisibilidade, privilegiando a ação. É preciso, mais que compreender o presente pelo passado, dotar o passado das características de um presente, em particular a indeterminação, o acaso, as pluralidades e as agências. Eric Hosbsbawm (1995, p. 263), a quem não se deve desconsiderar o quanto sua obra está articulada ao tempo vivido, apontou que uma experiência fundamental dos que viveram grande parte do século XX foi erroneamente a de alimentar certezas, logo desvanecidas, pois o que aconteceu foi, quase sempre, totalmente inesperado, como no caso do triunfo do capitalismo após "perecer à beira da ruína".

Desde a Reforma Protestante, para Reinhart Koselleck (2006, p. 21-39), a "temporalização da História" produziu uma "forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade". O "fim dos tempos" deu lugar a um futuro em que "a aceleração do tempo é tarefa do homem" e é campo de possibilidade probabilidade. Daí surgiu o prognóstico racional e a filosofia da História, esta derivada de uma crença no progresso na forma de "planejamento temporal". A junção dessas duas experiências temporais permanece como vetor cultural indispensável para uma sociedade que se vê fazendo sua própria História. Nessa dimensão, traços, sinais e representações evidenciam a urdidura de "experiências" e "expectativas", entendidas aqui como categorias históricas. Koselleck (2006, p. 305-327) considera que "não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa" e o tempo histórico é constituído por tais dimensões, as quais "entrelaçam passado e futuro" e "dirigem as ações concretas no movimento social e político" por meio de relações e configurações assimétricas. Depreende-se que o tempo é uma experiência social que preside trajetórias individuais e coletivas. Krzysztof Pomian (1993, p. 104-105) entende que ao longo do século XX, o tempo histórico deixou de ser tomado como um "fluir uniforme" e preestabelecido, o que dotou de importância a observação dos processos sociais, de modo a compreender suas singularidades, variações e ritmos próprios, em períodos curtos ou longos, na forma de modelos que estabelecem uma "sucessão de ciclos, de períodos de desenvolvimento, de declínio, de estagnação, de recomeço". É o caso das cadeias de eventos ordenados e discerníveis que preveem movimentos futuros, próprios dos chamados ciclos econômicos.

107

Por meio desta tessitura do tempo histórico, conforme Ricoeur (1994, p. 25-26) "narramos as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como havíamos antecipado". Esta constatação deixa à historiografia a tarefa justamente de privilegiar e acentuar o indeterminado, bem como tomar eventos, processos e personagens em sua condição de vir-a-ser e em sua provisoriedade. Nem presente perpétuo e nem eterno retorno, mas uma conjunção de temporalidades por meio de "agenciamento dos fatos", cuja ordenação depende das intencionalidades dos atores que tecem a trama narrativa e reúnem incidentes e fragmentos, por vezes discordantes, numa cadeia de eventos ordenados e discerníveis, com a qual se habilitam a perceber-se neste ciclo narrativo e mesmo prever movimentos futuros. Por meio desta tessitura do tempo histórico, "narramos as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como havíamos antecipado" (RICOEUR 1994, p. 63).

Assim, para uma historiografia atenta ao Tempo Presente, este não é apenas um simples lugar de passagem, mas uma lacuna e uma possibilidade inacabada entre o passado e o futuro (PEREIRA 2009, p. 230). Isso implica em um trabalho de hermenêutica dos textos pesquisados que pressupõe o diálogo entre o pesquisador e seus testemunhos, a sugerir que os relatos de experiências vividas respondam às indagações do presente, sem que isso signifique esvaziar o passado de sua dimensão singular. As muitas possibilidades das ações humanas

passam a compor um quadro narrativo que agrega, aos campos de experiência social, os horizontes de expectativa que supõem formações coletivas: “é preciso lutar contra a tendência a se considerar o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, do irretocável” (RICOEUR 1997, p. 372). Por outro lado, tal atitude pode favorecer a análise do presente, entendido como parte de um processo histórico aberto e indeterminado.

Obviamente, isto está na dependência de atos interpretativos como parte fundamental da operação historiográfica e que realizam o trabalho “de compreender o todo a partir do individual e o individual a partir do todo” num “movimento circular”, como aponta Gadamer (1997, p. 436-444). A interpretação pressupõe uma antecipação de sentido, na medida em que intérprete procura partilhar os significados de um texto com seu autor: “quem quer compreender está vinculado com a coisa em questão que se expressa na transmissão”, embora não haja um vínculo contínuo e direto com o texto, como uma “unidade inquestionável”. Isso implica em que “existe realmente uma polaridade entre familiaridade e estranheza” e é nesta intermediação que emergem “as condições sob as quais surge a compreensão”. No caso de uma interpretação histórica, a compreensão não é limitada pela distância temporal, pelo contrário: esta assegura “uma possibilidade positiva e produtiva do compreender” porque permite o surgimento constante de “novas fontes de compreensão que tornam patentes relações de sentido insuspeitadas”.

108

Fazer entrar em suspensão algumas categorias que levamos para frente ou para trás — passados e futuros, no plural — no vai e vem do pesquisador, não é novidade. É ainda salutar à pesquisa e mesmo indispensável o chamado distanciamento. Contudo, uma condição necessária não significa necessariamente suficiente — quase sempre não o é — e, assim, uma pesquisa não termina, ao contrário, talvez esteja mais próxima do início, de um interessante início, quando arriscamos a não suspender previamente algumas referências que pareçam pertinentes, caminhando no sentido de, conforme Loraux, “ir ao passado com questões do presente, para voltar ao presente com o que se pode compreender do passado”. Tal procedimento pode tornar mais visíveis interdições outras, as quais um distanciamento — por estar em demasia vinculado às questões da época — tende a torná-las opacas. Por outro lado, inversamente, não é de toda desordenada. Ou seja, é preciso pensar uma prática controlada do anacronismo, aceitando submeter as referências concebidas como passadas, ou próprias de uma época ou período, às inquietações e indagações que àquela época não foram feitas, ou “pelo menos não formuladas, ou melhor, não recortadas como tais” (LORAU 1992, p. 61).

Desta forma, a ocasião, reincidência, crise, ou ainda, diacronia, sincronia e anacronismo, nesta oportunidade, se articulam e acabam denunciando a necessidade de pensarmos, ainda uma vez mais, o próprio tempo. Talvez seja produtivo para os historiadores, um contato mais próximo com a física, no sentido de lapidarem suas ideias em relação ao tempo. Evidentemente não se trata de recuperar uma situação desgastada e enfadonha, proposta por uma concepção fortemente influenciada pelo positivismo, tentando aplicar à História,

a mecânica clássica, que a partir de Newton, impele a uma concepção absoluta do tempo. Trata-se de empreendermos um esforço para buscarmos senão uma compreensão, ao menos um renovado exercício reflexivo sobre o tempo. Laçar uma História, ou Histórias, na dinâmica plural do tempo, é um grande desafio, e pensá-lo numa dimensão de pluralidade e simultaneidade — como fizeram Einstein e Planck, com a teoria da relatividade e todo o escopo da física quântica — é inserir-se nesta perspectiva.

Aprofundando ainda mais tais questionamentos, é indispensável recorrer a Norbert Elias (1998, p. 7) que, ao citar um sábio ancião, sentencia: “quando não me perguntam sobre o tempo, sei o que ele é. Quando me perguntam, não sei”. Pensar sobre o tempo em suas dimensões plurais, em seus diversos estratos e camadas que convivem no presente, tendo em vista o que se insinua em tal tarefa, é tanto mais estimulante e fértil quanto forem as perguntas fabricadas por tal empenho. “O que é a experiência do tempo?” (THOMPSON 1998, p. 269). Podemos abordar um tempo sem nos preocuparmos com as diversas maneiras de nos situarmos nele? Que implicações derivam de uma perspectiva reducionista das relações sociais, forjadas a partir de uma única dimensão temporal? Como pensar a natureza do contemporâneo: “tempo fragmentando, tempo deslocado, tempo modelado, tempo representativo-veloz-volátil?” (NOVAES 1992, p. 9). Para mencionar algumas inquietações pertinentes.

Segundo Elias (1998, p. 9), da coexistência entre homens provém algo que eles não entendem, que lhes parece enigmático e misterioso: o tempo. Entender, por exemplo, que um relógio é um instrumento construído e utilizado pelos homens em função das exigências de sua vida comunitária — e que tenha adquirido uma importância quase absoluta — não é muito difícil, se considerarmos a perfeita distinção entre tempo e relógio, bastante dissimulada a partir da revolução industrial. Contudo, “que o tempo tenha igualmente um caráter instrumental é algo que não se entende com facilidade”. Estas concepções, embora distintas quanto à objetividade (Newton) e subjetividade (Kant), entendem o tempo em sua forma natural, ou naturalizadora, e como tal, absoluto.

Por outro lado, podemos pensar a pluralidade de tempos sociais construídos por meio de relações sociais que se cruzam e que também se recusam. A pluralidade evidencia a fragilidade de uma narrativa histórica que se preocupe apenas com o caráter único dos acontecimentos que estuda. O tempo apareceria aí como uma poderosa ferramenta para a formação daquilo que nas Ciências Sociais se chama de configuração social. Há em tais perspectivas a configuração de atores muito bem enredados, mas na qual a “magia social” (BOURDIEU 1996) é simplificada ou até mesmo ignorada. Assim, nessas condições, o tempo é pensado e mostrado como um decalque da realidade, no qual experiências sociais distintas ou práticas e representações sociais são reduzidas a semelhanças estendidas e pretensamente presentes à tonalidade dos atores sociais. Depreende-se disto a atenta desconfiança de uma historiografia renovada com abordagens que impõem divisões e classificações apriorísticas e estruturadas ao social. As formações culturais são múltiplas, como múltiplas (e distintas) são suas concepções de tempo. E, sem dúvida, valores sociais são

construídos, e destruídos nestes embates temporais: trabalho, lazer, disciplina, projetos políticos, etnicidade, memória, desejos e sonhos.

Temporalidades e indeterminações

Salvador Dali deixou em uma de suas obras o registro peculiar de um sonho com um queijo camembert derretido. Afirmava não reconhecer a existência senão daquilo que ele conseguisse comer, ouvir, tocar, sentir e ver, ou seja, daquilo que fizesse parte dos sentidos humanos. Daí o seu esforço em compreender o tempo através de uma alusão a relógios que se derretem, como se fossem ser devorados na obra *Persistência da Memória*, produzida em 1937. Uma referência a um tempo que come e pode ser comido. Podemos pensar, além de um tempo que come — voltado aos eventos da natureza, mesmo que sujeito a ação humana —, e de outros tempos que podem ser digeridos — por práticas e estratégias próprias dos ambientes sociais. Cabe mais uma vez atentar para a observação de Elias (1998, p. 12): “não basta fazer do tempo um objeto tanto da sociologia quanto da física, ou em outras palavras, como muitas vezes se faz, contrastar um tempo ‘social’ com o tempo ‘físico’”.

Para Certeau (2006, p. 311), “o tempo que passa, separa ou liga (e que se dúvida jamais foi pensado), não é o tempo programado”. Enunciado que se apresenta inicialmente elementar, tem nele uma contundência vantajosa e complexidade de sobra. É lugar comum, em se tratando de tempo, e mesmo se admitindo possibilidades múltiplas, deixar em suspensão um tempo que, por insistir em se comportar fora de uma programação racional, é visto como um acidente, um espaço vazio que a razão cuida de imediatamente ocupar. Uma História do Tempo Presente, como atitude metodológica que se situa no tempo da ação, retira vantagem justamente do acidental, imprevisível e ocasional. Naquelas circunstâncias em que o “acidentado” provoca “falhas no sistema” ou falhas numa estrutura pretensamente acabada, tornando necessário considerar “o ponto cego que (nos) faz ter acesso a uma outra dimensão, a de um pensamento articulado com o diferente como sua inapreensível necessidade”.

Uma valiosa contribuição para a abordagem aqui proposta, e que encaminha uma possível síntese das premissas aqui levantadas, é aquela sugerida por Serge Gruzinski (2003, p. 323), ao acentuar a necessidade de histórias múltiplas e conectadas, que não estejam presas a uma única cartografia temporal e especial, “em vez de falar de uma História única e unificada com “h” maiúsculo”. Procedendo desta forma, seria possível “a observação de que estas histórias estão ligadas e que se comunicam entre elas”. Realidades e temporalidades que se apresentam como elementos constituintes das vivências compartilhadas por diferentes sociedades demandariam ao historiador “converter-se numa espécie de electricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e as histórias culturais desligaram ou esconderam”, bem como as grandes narrativas lineares e as classificações abrangentes do tempo histórico. Mais do que a necessária tarefa de pensarmos uma “heterogeneidade multitemporal”, compreendida a partir das “contradições e discrepâncias expressadas na heterogeneidade sócio cultural e

nos conflitos entre diferentes temporalidades históricas que convivem em um mesmo presente” (CANCLINI 1998, p. 83), faz-se mister pensar a pluralidade do tempo de modo relacional, em cruzamentos que se afirmam, se negam e se afastam. Esta proposição nos leva a considerar o tempo como trama de muitas vidas e a experiência do olhar como elemento indispensável, o que importa em considerar não apenas o texto escrito, mas a imagem e o imaginário como possibilidade de apreensão de seus desdobramentos sociais. Neste aspecto da discussão, Georges Didi-Huberman (2015, p. 16) sugere que “o presente pode, de repente, se ver capturado e, ao mesmo tempo, revelado na experiência do olhar”, ao surpreender-se com elementos pictóricos abstratos em obras de arte renascentistas, correspondentes a um período histórico bastante documentado e, aparentemente, determinado. Nesta proposição, em uma temporalidade que pode ser apreendida como anacrônica, as imagens podem oferecer outro regime de percepções e aparecer como cruzamentos de tempos e vivências concretas, embora provisórias, por meio de experiências que se operam no tempo presente.

É preciso, portanto, escapar de situações que entendem e afirmam que o “o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos” (SANTOS 1997, p. 160). A distinção vulgar, e estavelmente aceita, que “designa como ‘concretos’ ou ‘reais’ apenas os indivíduos de carne e osso e trata como abstrações as formas sociais que se ligam uns aos outros”, como aponta Elias (2001, p. 14), contribui decisivamente para um considerável empobrecimento do real. A realidade do tempo histórico pode ser assegurada por uma historiografia atenta às tramas da ação e que não se recuse à imprevisibilidade que é própria dos que vivem no Tempo Presente e percebem que a estabilidade é, por vezes, uma mera impressão, própria de uma forma de narrar o tempo histórico que, apesar de consolidada, deve ser questionada em seu edifício de certezas. Uma História do Tempo Presente que assegure a legitimidade do vivido como parte do tempo histórico, de modo aberto e capaz de suportar as demandas metodológicas de tal empreitada, tão indeterminada e provisória quanto a própria vida. Ao tentar libertar-se das operações que se fizeram necessárias para sua institucionalização, esta nova atitude diante de antigos temas e desafios pode contribuir para a criação de meios para abordar temas difíceis e densos sem deixar de considerar o quanto há de indeterminado e frágil naquilo que constitui as relações sociais, uma historiografia engajada em seu tempo, inquieta e desenvolta, por vezes fugaz, como a vida. Relembrando Saramago, “como se o mundo estivesse para acabar e valesse a pena aproveitar os últimos instantes dele”.

111

Referências bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHESNAUX, Jean. **Devemos fazer tábua rasa do passado?** Sobre a História e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas da glória, lágrimas de sangue**: rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Mores (Org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do Tempo**: História da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.
- 112 _____ História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia *et al.* (Org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 67-100.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GINZBURG, Carlo. Apontar e citar. A verdade da história. **Revista de História**, n. 2, p. 91-106, 1991.
- GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACAPRA, Dominick. **History and memory after Auschwitz**. New York: Cornell University Press, 1998.
- _____. Retórica e história. **Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 97-118, 2013.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

- LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 57-70.
- LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madri: Akal, 1998.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193.
- NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **A máquina da memória: o Tempo Presente entre a História e o jornalismo**. Bauru: Edusc, 2009.
- POMIAN, Kryzstof. Ciclo. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.) **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993, p. 103-163. v. 29.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- _____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. t. I.
- _____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. t. III.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a História, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SARAMAGO, José. **O Evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes e comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Rodolfo Garcia esboçado em cartas: tensões entre o erudito e o intelectual*

Rodolfo Garcia outlined in letters: Tensions between the erudite and intellectual

Gabriela D'Avila Brönstrup

gabidbronstrup@gmail.com

Mestre

Universidade Estadual Paulista

Rua Oratório, 1578, apto 06, Parque das Nações

09280-000 - Santo André - São Paulo

Brasil

Resumo

As demandas que um indivíduo recebe no exercício de seu ofício por meio de correspondências possibilitam a análise dos papéis atribuídos e da construção de sua imagem. Neste artigo, trataremos de algumas das consultas feitas a Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), um autodidata que produz história durante as décadas de 1930 e 1940, por meio de correspondências enviadas pelos pares. As variações na forma com que os remetentes identificaram Garcia, ora como erudito, ora como intelectual, provocaram algumas inquietações: que atividades os chamados eruditos desenvolviam? Quais as motivações daqueles que se dirigiram a Rodolfo Garcia como intelectual? Que contribuições daria ele ao trabalho de integrantes da chamada tradição ensaística, emergente no Brasil durante a primeira metade do século XX? Tais reflexões servirão como fio condutor na investigação dos usos dos saberes em um período de investimentos na formação de profissionais e delineamento de um novo modelo de historiador no Brasil.

114

Palavras-chave

Historiador; Erudição; Intelectual.

Abstract

The demands a person handles on letters over his crafts enable the analysis of the roles this person assumes and the building of his personal image. This paper deals with some queries that were asked to Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), an autodidact who produced history during 1930s and 1940s through letters to his pairs. The different manners Garcia is identified — sometimes erudite, sometimes intellectual — raised some questions: What were the activities the so-called erudites carried out? What reasons led some of them to call Garcia an intellectual? What contribution could be assigned to him on the so-called essayistic tradition that emerged in Brazil during the first half of the 20th century? Such reflections will guide the research on the use of knowledge in a period of investments on professional training and of shaping a new model of historians in Brazil.

Keywords

Historian, Erudition, Intellectual.

Recebido em: 21/10/2016

Aprovado em: 31/8/2017

* A pesquisa contou com financiamento do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP)/Biblioteca Nacional e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Os primeiros esforços que resultaram na constituição dos cursos universitários de História no Brasil na década de 1930 possibilitaram uma importante mudança na produção dessa área. No entanto, as novas formas de se relacionar com o conhecimento histórico e seus produtores se configuraram lentamente e contaram com a participação de muitos dos chamados homens de letras. Tais letrados eram autodidatas no conhecimento histórico e necessitavam de determinados requisitos para tornarem-se reconhecidos como historiadores. A maneira de conceber a identidade e nomear os que se dedicavam aos estudos históricos no Brasil também ganhou novas possibilidades durante a primeira metade do século XX. Assim, as mudanças nas regras desse saber com pretensões de cientificidade abriram caminho para a coexistência da figura antiga do erudito com a do intelectual.

Neste artigo, trataremos de algumas das “encomendas” feitas a Rodolfo Garcia por meio de cartas enviadas por seus pares, amigos e autoridades estatais durante as décadas de 1930 e 1940. Essas narrativas, integrantes de projetos de construção identitária da figura de Rodolfo Garcia, são repletas de relações de alteridade, as quais perpassam o lugar social, as práticas do ofício e seu produto que é o texto histórico (CERTEAU 1982). Considerando as correspondências como representantes desse lugar social de fala, o qual confere posições aos que dele participam, tais fontes abrem caminhos para a análise das incumbências destinadas a Garcia nos contextos institucionais e disciplinares específicos, bem como para o estabelecimento dos critérios utilizados por seus pares, em relação ao que é ser erudito, intelectual e historiador. Para adentrar nesses critérios, buscamos investigar as hierarquias de virtudes atribuídas a Garcia no que se refere à produção do conhecimento histórico, atentos também às demandas recebidas, pois possibilitaram que priorizasse determinadas virtudes em detrimento de outras. Nesse sentido, aliás, Herman Paul (2016, p. 31) sugere: “Não se pode especificar o quanto se aperfeiçoou o conhecimento histórico sem prestar atenção às demandas de uma situação historiográfica específica”.

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, historiador autodidata, graduou-se em direito em Recife, onde trabalhou como jornalista, professor de história, geografia, francês e português nos Colégios Wolf e Santa Margarida. Mais tarde, mudou-se para o Rio de Janeiro, atuando inicialmente como bibliotecário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas décadas de 1930 e 1940, esteve inserido nos principais locais de produção do conhecimento histórico: foi membro da Academia Brasileira de Letras, sócio benemérito do IHGB e diretor do Museu Histórico Nacional de 1930 até 1932, ano em que iniciou o primeiro Curso de Museus do Brasil e passou a ocupar o cargo de diretor na Biblioteca Nacional, trabalhando na reabertura do curso de Biblioteconomia. Dentre as “encomendas” que recebeu por correspondência estão a anotação de textos históricos e a participação em inquéritos com temas relacionados aos projetos na área da cultura. Por meio da análise desse material, investigaremos alguns dos papéis atribuídos a ele e a seus pares nesse período no qual se delineava um novo modelo de historiador no Brasil.

Rodolfo Garcia entre os "intellectuaes mais autorizados"

Comecemos pelas encomendas feitas por Gustavo Capanema. Eram geralmente datilografadas em papel timbrado do Ministério da Educação e Saúde, instituição de que esteve à frente desde 1934 até 1945 – quase os mesmos longos anos em que Rodolfo Garcia ocupou também um cargo público, subordinado ao mesmo Ministério, enquanto diretor da Biblioteca Nacional, entre 1932 e 1945. A permanência de Garcia naqueles anos de incerteza nos quais o golpe do Estado Novo foi planejado e executado parece justificar-se tanto pelo conjunto de saberes de "cultura geral", e especialmente da história do Brasil, que possuía e dispunha para a edificação da nação quanto pelas boas relações que procurou manter com os representantes do poder político.

Por essa época, ocorrem modificações na forma de recrutar os chamados intelectuais para os cargos públicos. A dependência das relações familiares e pessoais que dava acesso a esses postos na Primeira República começa a ser substituída por outros critérios, como a exigência do diploma universitário, acompanhada de determinada especialização na área de atuação. No entanto, tal processo se configura lentamente, e mesmo com a burocratização dos aparatos estatais as formas tradicionais de contratações e alterações no quadro de funcionários não deixam de coexistir. Nessa jornada dupla de trabalho, muitos contavam com a viabilização do próprio Estado, que promovia a difusão das obras que lhes interessavam. Garcia integrou o grupo de funcionários-historiadores e, por meio das letras, garantiu seu posto no projeto cultural ambíguo que Gustavo Capanema dirigiu, o qual combinou a criação de um mecenato estatal para a valorização dos chamados eruditos a investimentos na substituição dos formalismos da República pela produção de símbolos culturais do Estado Novo (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA 2001).

116

Ao cercar-se de nomes ligados a diversas áreas e perspectivas do conhecimento que reconheceu como intelectuais, Capanema concedeu-lhes cargos ou enviou inquéritos, uma de suas práticas recorrentes para obter pareceres a respeito de assuntos que considerava relevantes. Em novembro de 1936, enviou para Rodolfo Garcia uma circular de interesse da Comissão de Teatro Nacional, que fora criada naquele mesmo ano, indicando o início de um processo de constituição de uma política governamental para o teatro. Dentre as principais atribuições da Comissão estava a promoção de estudos a respeito da história da literatura dramática estrangeira e a seleção de obras para a tradução, que ficou a cargo de Sérgio Buarque de Hollanda. A circular enviada a Rodolfo Garcia solicitava a indicação de vinte peças que correspondessem aos seguintes critérios: a) serem obras-primas da literatura; b) terem sentido universal e harmonioso; c) serem capazes de despertar interesse no grande público. Mas, antes de apresentar esse inquérito, redigido por Sérgio Buarque, havia uma identificação do grupo a quem se destinava: "Para a escolha dessas obras opina a Comissão de Theatro Nacional que nenhum processo será mais adequado e seguro do que organizar-se um inquérito entre nossos intellectuaes mais autorizados para falar sobre o assumpto".

Se os destinatários eram os “intellectuaes mais autorizados” para tratar de “teatro universal”, que virtude incluiria Rodolfo Garcia nesse rol? Suas pesquisas, dedicadas principalmente à publicação comentada de documentos e anotação de obras de história do Brasil Colônia, pouco ou nada trataram de teatro. A dificuldade na demarcação de fronteiras entre as áreas do conhecimento que participavam de um projeto de constituição da “cultura brasileira” no período e a insipiência do teatro enquanto área do conhecimento no Brasil são algumas possibilidades, que, no entanto, valeriam para a escolha de qualquer outro. O acesso privilegiado à literatura dramática estrangeira enquanto diretor da BN foi, provavelmente, critério definidor na inclusão de Garcia entre os capacitados para tratar do teatro universal, mas também esse cargo devia-se ao reconhecimento que adquirira como historiador erudito.

Seja como for, nessa condição, Garcia ganhou autoridade para também definir quem era erudito. Afonso de Escagnolle Taunay é um dos que escreve para Garcia com intuito de sanar uma dúvida nesse sentido. Da mesma forma que Garcia, Taunay integrou um grupo de letrados dedicados à busca documental e à escrita metódica conforme a concepção moderna de história, orientada por Capistrano de Abreu na historiografia brasileira. Guiado pelo princípio da busca da verdade, Taunay indaga acerca da procedência de um autor: “O que o senhor sabe a respeito de Frei João de Arronches? Seria realmente um erudito?” (TAUNAY 23 abr. 1926) A pergunta de Taunay, vinda por carta, sinaliza que considerar um autor como erudito implicava em atestar virtudes que conferiam credibilidade ao resultado de seu trabalho. Tal questionamento nos provoca dúvidas mais amplas: De que maneira se tornava um erudito no Brasil naquele período? Que atividades os chamados eruditos desenvolviam?

117

Conhecedores das “provas” do passado

“Erudito” foi um dos termos utilizados entre os homens de letras brasileiros nas primeiras décadas do século XX para referir-se a um sujeito dotado de vastas informações, que, de modo geral, circulava por diversas áreas do conhecimento, em seus principais locais de produção e possuía formação autodidata ou em área diferente daquela a que se dedicava: as humanidades. Pode-se considerar ainda o domínio da linguagem literária e o interesse pelo estudo da Antiguidade, ou do que se relacionasse ao “antigo”, como uma de suas marcas. Tal atenção ao antigo é associada também à figura do antiquário. Esse “perfil” do erudito anterior ao século XIX, que se dedicava à Antiguidade Greco-romana, foi constituído de autoridade no estudo do passado por venerar peças originais, como cartas, selos, brasões, e voltar-se ao estudo de instituições políticas, costumes, religiões, invenções e línguas caídas em desuso, por exemplo. Para lidar com esses materiais e informações, os antiquários desenvolveram métodos críticos de pesquisa visando a obter um conhecimento sistemático, situar essas peças cronologicamente e praticar a exegese documental, acumulando, deste modo, um vasto saber pautado em detalhes (MOMIGLIANO 2004; GRAFTON s.d., p. 109-135).

É possível, portanto, relacionarmos a prática de pesquisa dos antiquários à conformação do método de crítica documental que fundamenta a historiografia

moderna, especialmente no que se refere às fontes como via de comprovação de um passado, talvez não tão longínquo para o antiquário como para o historiador moderno. Mas, qual a percepção dos que concebiam o conhecimento histórico a partir de suas variedades modernas, instauradas desde fins do século XVIII, a respeito da maneira que os antiquários lidavam com o passado? Os antiquários pareciam ter uma experiência específica com o passado, pois os materiais investigados por eles não significavam apenas meios de chegar à verdade dos fatos pretéritos: eles continham uma espécie de passado perpetuado, estabelecendo assim uma forte relação de continuidade com o presente. Já no regime historiográfico moderno, a história é entendida como processo no qual o tempo se move para um fim, o que faz com que o futuro ganhe mais espaço no presente que o passado. Nesse sentido, Arnaldo Momigliano aponta que o antiquário era visto pelos modernos como “aquele que se interessa pelo passado sem se interessar pela história” (MOMIGLIANO 2004, p. 85).

Para além de certo desdém, essa nova experiência de tempo, em que passado e presente são articulados em função do futuro, rendeu um novo estatuto à tradição e às práticas eruditas. A importância que foi atribuída por países europeus ao conhecimento do passado em busca de avaliar o presente e projetar o futuro visando ao progresso, impulsionou um novo interesse pelas “antiguidades nacionais” no campo da história; promoveu, também, a incorporação de técnicas eruditas como a exegese documental, bem como uma aproximação às chamadas ciências auxiliares, dentre elas a filologia, a arqueologia e a cronologia, fazendo com que alguns dos saberes dos chamados antiquários fossem utilizados na produção do conhecimento histórico (GUIMARÃES 2000).

118

Diversos usos do passado na formulação de projetos com vistas ao futuro e à conformação de uma identidade nacional também foram constantes na historiografia brasileira e aumentaram a busca de fontes desde o século XIX. Mesmo que não tenha sido nomeado antiquário e que suas aspirações em relação aos vestígios do passado tenham lhe dado o *status* de historiador, Rodolfo Garcia figurou entre os conhecedores de um suporte de “antiguidade nacional” privilegiado pelos que se dedicavam à escrita da história do Brasil: o documento escrito. No entanto, seu interesse pelos vestígios do passado centralizado nos suportes textuais não se reduziu a eles. Em algumas das incumbências recebidas por correspondência, percebe-se que a experiência obtida enquanto diretor da Biblioteca Nacional é que o tornou habilitado por seus contemporâneos a desenvolver algumas atividades próximas do chamado antiquário. Vejamos esse pedido de Antonio da Silva Ferreira Costa:

Possuo varios livros com data bastante antiga e de vários autores, e entre eles existe um que aqui não apareceu quem podesse decifrar o ano da edição. E são como segue: Primeiro: Um dicionário encyclopedico, (2 volumes), por D. Jose Maria de Almeida Correa de Lacerda, Quinta edição, ano 1878. Segundo: A Biblia Sagrada, “O Velho e Novo Testamento”, tradução do Padre Antonio Pereira de Figueiredo, ano 1852. Terceiro: Biblia (em latim) ano de -M.D> LXIII. Quarto: Arte poética de Q. Horacio Placo. Escrita em latim e português por Candido Luzitano, ano D.CC.LVIII. Quinto: Intitucione de Verborum significatione et Regulis Juris [...]. Junto

Remeto fotografias para melhor avaliar. Éra todo meu desejo que V. Ex^a me elucidasse do valor desses livros inclusive o material de cada um. Também possuo um bronze estilo Romano do qual junto também uma fotografia, assim como de Cristo, também em bronze conforme fotografia e obra de Teixeira Lopes, português. Para esses também pedia a V. Ex^a bondade de vossas referencias (COSTA 6 abr. 1945).

Além de avaliar obras, Costa confiou também a Garcia a análise de materiais iconográficos, ampliando a aposta em seu conhecimento de tipologias textuais para outros suportes. Sem uma política nacional orientadora na qualificação de acervos, os critérios de raridade que agregam valor simbólico e monetário às obras também variavam em cada instituição naquele tempo; a Biblioteca Nacional, no entanto, tornara-se referência nesse sentido desde o século XIX. Na atribuição de valor às obras, diversos elementos eram tomados como parâmetro, dentre eles a autoria, o período da impressão, existência de comentários ou dedicatória do autor, qualidade do papel, da encadernação e tipo de edição: especiais, clandestinas, censuradas, esgotadas ou com tiragem reduzida, etc. Mesmo partindo de alguns parâmetros, essa atividade requeria uma virtude importante também para o antiquário: a experiência, obtida pela prática de adquirir materiais nos quais se identificava “valor” cultural e histórico. Por um lado, essas “consultorias” exigiam de Garcia esforços análogos àqueles realizados na ampliação dos acervos da BN e do MHN, em que também ocupou o cargo de diretor no ano de 1932; por outro, avaliar materiais que compunham um acervo iconográfico e bibliográfico em diálogo com a museologia e biblioteconomia, saberes de cuja institucionalização também participa durante a década de 1930,¹ eram atividades diferentes de emitir parecer a respeito de materiais isolados, pois o valor de um acervo era estimado pela configuração do todo que os materiais compunham. Essa visão de conjunto não foi exercida por Rodolfo Garcia apenas no que se refere ao acervo da BN e do MHN:

119

Meu Prezado Rodolpho Garcia: Há tempos dirigi-lhe dois cartões de visita numerados, no mesmo envelope, solicitando a sua opinião sobre a classificação, em importância, de algumas brasileiras, públicas e particulares, que existiram e ainda existem no Brasil. Tendo examinado algumas delas mais de perto do que eu, encontra-se você nas condições de me fornecer tal subsídio, ou informação autorizada, para firmar meu conceito, em ligeiro estudo comparativo, produzido por mim. Perguntava-lhe eu, mais ou menos, qual a ordem de valor ou supremacia, que deveriam ser colocadas as seguintes coleções: 1) a da Biblioteca Nacional, havida pela primeira do Brasil e do Mundo; 2) a do Instituto Histórico Brasileiro; 3) o antigo acervo, monograficamente catalogado pelo Dr. José Carlos Rodrigues e hoje incorporado à Biblioteca Nacional; 4) a reunião dos livros dos assumptos, contidos no Itamaraty; 5) a Biblioteca que pertenceu a Alberto Lamego, a que foi vendida, á municipalidade de São Paulo, pela viúva Felix Pacheco (GÓES 4 nov. 1937).

¹ Enquanto diretor do Museu Histórico Nacional e da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia encaminhou as propostas de criação do Curso de Museus e da reativação do Curso de Biblioteconomia. Além disso, ministrou a disciplina História Política e Administrativa do Brasil (período colonial), parte da grade curricular do Curso de Museus. A configuração desses saberes especializados para o trabalho com acervos buscou tornar científicas suas práticas e partilhar da missão de desenvolver a cultura nacional pela via da ilustração.

Rodolfo Garcia provavelmente atribuiu ao acervo da instituição que dirigia a primeira colocação na resposta dada a Eurico de Góes, diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo por muitos anos. Mas, o que interessa percebermos, para além do parecer de Garcia que não encontramos, é o valor simbólico atribuído às “brasilianas” e sua relação com o conhecimento histórico.

Em meio à ânsia pelo “moderno”, que acelerou as transformações presenciadas pelos letrados desde o início do século XX nos modos de vida, no espaço público ou mesmo nas profissões, as coleções abrigadas em prédios como o da BN e o Palácio do Itamaraty pareciam estar em direção oposta à novidade. No entanto, essas “antiguidades” a que tais materiais e espaços remetiam não eram entulhos, mas preciosidades. Tinham função fundamental na construção de um Brasil “civilizado”, que deveria compartilhar da valorização às letras, aos moldes dos países europeus. Além disso, sem as “provas” do passado, por meio das quais era possível escrever a história, o futuro não teria seu devido destaque na constituição dessa nação promissora.

A figura de Rodolfo Garcia tornou-se, de tal forma, referência para todo tipo de conhecimento dessas “provas” do passado, desde a orientação a respeito do paradeiro de um documento e sua credibilidade até a indicação de profissionais para restaurar manuscritos. Afinal, o diretor da BN, incumbido de garantir a conservação de um grande acervo, era um dos poucos que saberia indicar um bom zincógrafo:

120

Meu eminente coetâneo: Mais uma vez lhe bato ao ferrolho com afetuoso importuno. Recorro a sua bondosa assistência para haver um informe que ninguém me sabe fornecer. Preciso de zincografar um manuscrito, mas este se acha com as letras mui apagadas. Indica-me artista capaz de fazer o restauro, com absoluto respeito ao que consta em tal documento? (VARELA 28 fev 1942).

Nessa carta enviada por Alfredo Varela, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Rio-grandense, nota-se que, além da restauração do manuscrito, há uma preocupação com a fidelidade ao documento original. Como é sabido, esse aspecto foi fundamental não só para Varela como para Garcia e todos os que compartilhavam de uma concepção moderna da história, na qual o documento deveria ser submetido a procedimentos críticos que comprovassem sua autenticidade. Assim, trabalhar para e na conservação dos documentos era também colaborar para a escrita da história do Brasil em bases sólidas e confiáveis. Tanto na carta de Costa quanto na de Varela, Rodolfo Garcia é solicitado como conhecedor das “provas do passado”: se Costa reclama que não encontrou alguém que pudesse “decifrar” o ano de edição de uma das suas obras, Varela também aponta que ninguém soubera fornecer a informação de que precisava. Dentre os letrados dedicados aos estudos históricos, aqueles que se dedicavam a um trabalho mais técnico com os documentos, mapeando coleções documentais e estudando os sistemas de classificação, restauração e conservação desses materiais, compunham um grupo seleto. Essas práticas, com raízes inclusive no saber antiquário, também ganharam novas formulações

com os cursos de Biblioteconomia e de Museus, que incluíram os saberes antigos entre as novidades profissionais daquele período de transições.

Como vimos, apenas a descrição de possíveis características do chamado erudito não nos guiará, no caso brasileiro, até essa figura que é multifacetada. A análise das atividades de sujeitos considerados como tal, contudo, pode apontar para alguns desdobramentos do que a palavra significou naquele período, ou mesmo para a utilização simultânea dos termos “erudito” e “intelectual” para designar um mesmo perfil. Diante de inquietações tão amplas, retorno para a “caixa de correio” de Rodolfo Garcia, vasculhando as encomendas enviadas por Capanema e as motivações dos que se dirigiram a Garcia como erudito ou intelectual.

Dessa vez, encontramos uma oferta de Cr\$10.000,00 como pagamento de uma encomenda já entregue. Trata-se da reedição anotada da *História da República Jesuítica do Paraguai*, de autoria do cônego João Pedro Gay, feita a pedido de Capanema. Alfredo Varela, quando soube que Garcia iniciaria esse trabalho, em 1941 lhe escreveu: “Folgo com a notícia de que vai anotar o Gay. Faço idéia das eruditas, suculentas notas que nos promete.” (VARELA 8 out. 1941). Varela associa a figura de Garcia à erudição pelo elogio às anotações, expressando como sua maneira de produzir o conhecimento histórico legitimou sua figura e a de muitos dos chamados homens de letras como eruditos. As anotações, de fato, foram uma prática constante na produção de Rodolfo Garcia, ao lado da divulgação documental e de uma escrita pautada nos procedimentos metódicos, de acordo com a concepção moderna de história orientada, especialmente, por Capistrano de Abreu, com quem anotou obras como a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, e *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador. Desta última publicação, revisada em 1918, coube a Capistrano escrever a nota preliminar na qual agradece aos colaboradores, dentre eles Garcia, por prestar os melhores serviços na “correção das provas”. A resposta de Garcia chegou por carta:

Meu caro Dr. Capistrano, amigo e mestre,
Acaba de chegar-me às mãos sua carta de 1º deste, pela qual lhe sou muito obrigado. Recebi há dias o exemplar da História de Fr. Vicente do Salvador que me destinou. Como lhe agradecer a oferta e mais ainda a menção de meu apagado nome no prólogo desse livro imortal, não sei francamente: creia apenas que considero aquela página o melhor diploma de minha carreira literária (GARCIA s. d.).

Garcia demonstra a satisfação de ter uma meta de sua carreira literária alcançada: participar da revisão de uma obra estimada e receber o reconhecimento do mestre pelo trabalho. A autoridade para identificar “falsas provas” do passado e corrigi-las com “provas legítimas” tinha o aval do mestre e seria reafirmada pelos pares nas décadas seguintes.

Nesse sentido, muitos dos chamados eruditos do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX partilharam de uma nova erudição histórica. Esta fazia com que se diferenciassem dos antecessores pela busca de uma história científica em que não bastava acumular os vestígios do passado, mas sim submetê-

los a procedimentos rigorosos de verificação documental, priorizando as virtudes da fidelidade, objetividade e neutralidade na classificação desses materiais.

Os mesmos tipos de atividades e virtudes que fundamentaram a constituição da imagem de Rodolfo Garcia enquanto erudito foram também motivações para Capanema se referir a ele como intelectual. Nesse caso, a elaboração de notas em obras de história com “absoluta fidelidade” ao original:

De como o ilustre historiador realizou esse trabalho, dí-lo a bela publicação hoje distribuída, em que o original do cônego Gay nos é apresentado com a absoluta fidelidade à edição de 1863, enriquecida por 514 anotações de pé de página e 39 notas complementares. A proficiência do organizador e o esmero posto na tarefa justificam os melhores louvores ao douto intelectual, a quem já os transmiti, em nome de V. Exc. (CAPANEMA 7 jun. 1943).

Para investir em iniciativas de profissionalização e especialização, o ministro envolveu sujeitos que lidavam de diferentes formas com o conhecimento histórico: tanto aqueles que possuíam o saber abrangente e autodidata e produziam grandes sínteses, ou possuíam um conhecimento que se fundamentava pelos dados documentais relativos à história do Brasil, como também com os considerados intérpretes do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior, mais próximos à figura do intelectual. Portanto, o termo intelectual se tornou usual no Estado Novo, configurando-se como uma noção abrangente que deu uma roupagem nova aos que representavam a ilustração. Assim, uma só designação abarcou formas diversas de atuação e compreensão dos saberes representados.

122

Em meio a essas tensões entre a figura do erudito e do intelectual que se adensaram na década de 1930, Garcia parece adequar-se mais ao perfil do erudito, seja por conhecer minuciosamente um grande número de fontes documentais, dedicando-se ao seu tratamento e divulgação, seja por desempenhar a função de funcionário público e ter os estudos históricos como ofício paralelo, mesmo que as atividades estivessem associadas, ou ainda pela “cara fechada” e conhecimento amplo. No entanto, tais características não o impediram de estabelecer uma troca de saberes com os chamados intelectuais – aliás, seu conhecimento factual foi uma das maiores motivações para que nomes como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sergio Buarque de Holanda “cruzassem” com ele por correspondência. Esses integrantes da chamada tradição ensaística, emergente no Brasil durante a primeira metade do século XX, descentralizaram os aspectos cronológicos e os vários “detalhes” eruditos que constituíam a maioria dos estudos monográficos para cunhar, cada um com suas especificidades, interpretações do processo histórico nacional a partir de novas maneiras de entender o país e outro estilo de escrita da história.

Mas, que contribuições daria Rodolfo Garcia ao trabalho daqueles a quem foi atribuída a instituição das modernas ciências sociais no Brasil? Mesmo sem a pretensão de adentrar a operação historiográfica complexa desses autores, algumas cartas endereçadas a Garcia podem guiar-nos nesse sentido.

Destinatário de um “bombardeio” de perguntas

Prezado Sr. Rodolfo Garcia: Saudações
Escrevo para pedir-lhe um esclarecimento relativo à nossa história: Trata-se do seguinte: Na devassa a que se procedeu em consequência dos acontecimentos de 21 de abril de 1821 na Praça do Comércio (publicada nos Documentos para a História da Independência – Biblioteca Nacional), figura uma testemunha, José Joaquim da Rocha, que era aliás um dos eleitores. Muito me interessava saber se este é o mesmo que o mais tarde Conselheiro José Joaquim da Rocha, que tamanho papel desempenhou na independência. (PRADO JÚNIOR 13 dez. 1942).

A relevância que Caio Prado Jr. deu para a pesquisa solicitada nessa carta datada de 13 de dezembro de 1942, ano em que publicou a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, parece também uma forma de valorizar a prática e empolgar aquele que foi incumbido dela. Na continuação da carta, o historiador paulista, cuja obra é associada à promoção da nacionalização do marxismo, fez questão de pontuar que a informação requerida ia além de um “pormenor curioso”, característica geralmente atribuída pela historiografia moderna à perspectiva da pesquisa antiquária, considerada restrita ao passado e desvincilhada da história. Caso Rodolfo Garcia levantasse informações que confirmassem sua hipótese, elas trariam contribuições para a história da independência, acrescenta o autor, pois o depoimento dado pelo leitor Rocha ganharia novo significado vindo do Conselheiro Rocha.

Essas justificativas dadas por Caio Prado Jr. para sua “encomenda” nos remete a uma definição do ofício de Rodolfo Garcia. Não se tratava “simplesmente” de um erudito, pois as informações que tinha potencial para fornecer vinculavam-se a uma das temáticas fundamentais da historiografia brasileira. Em pouco tempo, Garcia tinha a resposta. Um dos Rocha era contador fiscal do Hospital Real Militar e prócer da independência e o outro homônimo cartógrafo e testemunha da Inconfidência Mineira.

Desfazer esse tipo de dúvida exigiam práticas metódicas, como o confronto do mesmo assunto em diversos documentos e a certificação de sua proveniência e sinceridade, além do conhecimento do período histórico e dos personagens em questão, que ajudariam a eliminar várias hipóteses até alcançar a resposta considerada verdadeira. Caio Prado Jr. também compartilhou de uma sistematização na escrita da história conforme a concepção moderna, mas, enquanto Garcia trabalhou para tornar-se um grande “leitor” de documentos e por essa via metódica preencher lacunas na história, ele desejou compor e compartilhar uma “leitura” do Brasil pautada no materialismo histórico. Nesse sentido, considerou a história como “um presente de nossos dias”, por identificar sucessões dos mesmos ciclos no tempo e espaço, e privilegiou a economia em busca de interpretar a realidade formadora da nacionalidade brasileira. Os métodos para observá-la iam além do gabinete: “é muitas vezes preferível uma viagem pelas nossas diferentes regiões, à compulsão de documentos e textos” (PRADO JÚNIOR 1954, p. 30).

A viagem como experiência que possibilita encontrar e conhecer foi uma questão que perpassou a historiografia brasileira desde o século XIX. Também em Gilberto Freyre o sentido da viagem ganha destaque. Entre suas idas e vindas pelo Brasil e pelo mundo, ele enviou de Lisboa a seguinte carta para Garcia:

Ilustre amigo e conterrâneo: Soube pelo meu querido amigo Manuel Bandeira da sua nomeação para Diretor do Museu Histórico. Ótima. Havia o Brasil de escrever sempre tão certo com a mão esquerda... Aqui estou desde os primeiros dias de novembro. Tenho estado sempre com o João Lúcio de Azevedo, que anda doente, mas sempre vivo de espírito. E na Biblioteca Nacional tomei assinatura. Estou agora de partida para os Estados Unidos, passando antes um mês na Espanha, da qual desejo conhecer aspectos do Sul, já tendo atravessando o Norte da outra vez que estive na Europa. Dos Estados Unidos, da Universidade de Stanford, Califórnia, recebi um convite para dar curso de história social do Brasil, na Faculdade de Ciências Sociais. Devo partir a 17 de março para New York. Ficaria muito agradecido se o ilustre amigo enviasse seus trabalhos de história, para aquela Universidade. O endereço é: Gilberto Freyre, Department of History, Stanford University, Cal., U.S.A. O mesmo pedido faço, por seu intermédio, ao Dr. Max Fleiuss e outros distintos investigadores [...] (FREYRE 18 fev. 1931).

124

Para demonstrar seu contentamento com a nomeação de Rodolfo Garcia como diretor do MHN, Freyre expressa também uma visão otimista de um Brasil que fazia escolhas certas, mesmo que por acaso. O otimismo, além de adjetivo, funcionou como crítica de pesquisadores da escravidão que discordaram do caráter amistoso com que Freyre concebia a relação entre senhores e escravos. O estilo ensaístico de sua produção, que possibilitava burlar a dicotomia entre poético e científico, também abriu caminhos para interpretações tidas como ousadas. Nesse estilo de história, as viagens de Freyre ganharam, com frequência, um estatuto de autoridade daquele que *viu*, legitimando sua perspectiva a respeito de questões norteadoras de sua produção, como a mestiçagem tratada em *Casa-grande & senzala* a partir da relação entre raças e culturas.

Alguns escritos de Garcia já haviam viajado para Nova Iorque antes de Freyre, com Rüdiger Bilden. Esse jovem veio de Eschweiler, na Alemanha, para os Estados Unidos e iniciou o mestrado na Columbia University em 1920, onde estabeleceu contato com o colega Freyre e o professor Franz Boas. Antes de Freyre, Bilden já apontava para um equilíbrio social e fusão de elementos étnicos no Brasil. Suas pesquisas a respeito da "influência da escravidão no desenvolvimento do Brasil", tema pouco abordado até então, impulsionaram sua vinda ao país em 1925, onde permaneceu até abril de 1927. Em maio do mesmo ano, escreveu de Nova Iorque para Garcia. Além da saudade do Brasil, das conversas com Garcia e Max Fleiuss e das pesquisas no IHGB, Bilden inicia aquela carta escrita em inglês com um "bombardeio" de perguntas e pedidos:

Você me enviaria, por gentileza, o número da Revista (84, 1918), que contém o seu artigo "A Capitania de Pernambuco no Governo de José Cesar de Menezes", o qual eu estou ansioso para ler. Além disso, assim que o livro do Dr. Calógeras estiver disponível no Instituto, me envie uma cópia, preciso muito desse trabalho para a minha escrita. Mostrei

seu Glossário de palavras indígenas em Claude d'Abbeville para Professor Franz Boas, Chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia. Ele estava muito interessado nela e solicita através de mim para enviar-lhe uma cópia, se isso é possível. (BILDEN, 25 mai. 1927).

O texto de Garcia que interessou a Franz Boas, reconhecido como fundador da moderna pesquisa etnográfica nos Estados Unidos, foi, na verdade, uma edição crítica e anotada feita da obra escrita em 1614 pelo frade francês Claude D'Abbeville a respeito dos tupis do Maranhão: *Histoire de la mission des pères capucins en l'isle de Marignan et terres circonvoisines où est traicté des singularitez admirables & des moeurs merueilleuses des indiens habitans de ce pais*. Garcia selecionou palavras e frases da língua Tupi contidas no livro e formou um Glossário que acompanhou a primeira edição da obra publicada no Brasil, em 1922 (D'ABBEVILLE 1945). Mas, esse não foi o único esforço de Garcia para criar "inventário das palavras", como definiu o objetivo de seu *Diccionario de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)* (GARCIA 1913, p. 638). As pesquisas linguísticas que acompanharam todo seu percurso e merecem estudo específico filiaram-se a uma matriz que reconhecia os regionalismos como evolução e não deturpação da língua. Por esse viés, o vocabulário regional correspondente às *peculiaridades pernambucanas* era parte de um vocabulário brasileiro, os *brasileirismos*.

No início de 1931, quando Garcia recebeu o pedido de Freyre, ainda não havia escrito sua *História Política e Administrativa do Brasil*, mas, além do *Glossário* e do *Diccionario de brasileirismos*, que teve a primeira publicação em 1913, tinha textos avulsos na área de história, etnografia e pequenas biografias publicadas em revistas. Havia participado também na escrita coletiva do *Diccionario Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* com os capítulos "Etnografia Indígena" e "História das Explorações Científicas no Brasil", além da anotação de importantes obras do período colonial e publicações comentadas de conjuntos documentais. Não sabemos se Freyre utilizou alguns desses materiais no curso de história social do Brasil, mas, na obra publicada dois anos mais tarde, *Casa-grande & senzala*, fez sete referências aos escritos de Garcia, três delas a respeito das notas aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Nesses "monólogos" estabelecidos em uma espécie de "segundo plano" do texto, as notas de rodapé de Freyre a respeito das anotações de Garcia tinham a função de legitimar e complementar a narrativa. Se no texto Freyre tratava do aumento da produção do açúcar em Pernambuco no início do século XVII, por exemplo, Garcia informava a quantidade de engenhos na nota (FREYRE 2003, p. 558). A respeito das superstições e medos de animais monstruosos entre os chamados "selvagens", o comentário de Garcia traz exemplos contando do agouro atribuído ao canto da peitica, um tipo de pássaro que, segundo ele, permanecia temido por seus contemporâneos nos Estados do Norte (FREYRE 2003, p. 250).

Mas é a prática de esclarecer a quais pessoas correspondiam os nomes e apelidos mencionados em documentos que parece estar entre as atividades que os chamados intérpretes do Brasil da década de 1930 mais delegaram à Garcia.

O nome de Garcia foi citado por Freyre para confirmar a hipótese de que Mangué La Bote correspondia ao conhecido capitão-mor Baltasar de Aragão, falecido no mar (FREYRE 2003, p. 264) – investigação semelhante àquela pedida por Caio Prado Jr. em relação a José Joaquim da Rocha. É possível dizer, assim, que constituir um estilo de escrita diferente das monografias predominantes até então não significava ignorar a necessidade de investigar e dar a conhecer a credibilidade dos dados, mas talvez ampliar as modalidades dessa verificação. Delegava-se a confirmação e retificação de informações documentais aos que tinham maior domínio da prática do método crítico enquanto buscava-se interpretar a realidade, que já não era suficientemente inteligível pelas fontes escritas e oficiais do passado, pois reclamava por uma investigação mais atenta ao presente, em diálogo com os métodos das Ciências Sociais.

Também para Rüdiger Bilden, Garcia era o modelo de historiador com tirocínio metodológico e, no entanto, pouco reconhecido por suas atividades, o que demonstrava o atraso cultural do Brasil e sua incapacidade de valorizar as realizações científicas dos próprios brasileiros. Segundo ele, Garcia era uma “figura um tanto patética, vivendo em relativa pobreza e num meio superficial, não tendo oportunidade de viajar ou debater com seus iguais” (BILDEN apud BURKE 2012, p. 169). Mas, talvez fosse nas conversas que tinha em seu gabinete da BN que Garcia sentia-se à vontade para “debater com seus iguais”. Costumava viajar, sim, para pesquisar o passado nos documentos, não sem antes certificar-se que o “trajeto” era seguro. Essas viagens de gabinete, próprias da história erudita, eram insuficientes, porém, para ensaístas que buscavam apreender a experiência histórica do povo como Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre.

126

Considerações finais

As várias possibilidades que o período ofereceu para inventariar o Brasil e escrever sua história guardavam um compromisso comum com a especialização dessa área do saber e com a promoção do status de uma profissão, seja por meio dos resultados de pesquisa que testavam os limites das regras estabelecidas até então ou mesmo pelos esforços, como os de Rodolfo Garcia, para reafirmá-las. Investigando os modos com que seus pares o narraram e as demandas que recebeu no exercício de historiador, pudemos vislumbrar algumas das características que correspondiam ao perfil do erudito e do intelectual naquele período e compreender as motivações dos que assim o consideraram. Tais esboços de Garcia que identificamos nas correspondências analisadas conferiram a ele um ar assertivo a respeito das “provas” do passado. O amplo conhecimento de história do Brasil, aliado a um saber arquivístico e bibliotecário, possibilitou que Garcia sanasse as mais diversas dúvidas dos que recorriam a ele, frequentemente em busca de informações pontuais.

Assim, o ofício polivalente desempenhado por Garcia, ao lado de outros tantos historiadores autodidatas como Capistrano de Abreu e Afonso d'Escagnolle Taunay, desempenhou um importante papel na especialização dos saberes, promovida de modo crescente em uma sociedade que passa a recorrer constantemente à palavra “moderno” para significar seu presente e

suas aspirações. Com isso, o Garcia erudito foi denominado por representantes do poder político como intelectual, designação que dava uma roupagem nova aos que representavam a ilustração brasileira e se dispunham a colaborar com a política cultural da Era Vargas.

Enfim, os esboços de Garcia localizados nas cartas nos apontam um período de coexistências. Promover a especialização e ser denominado intelectual não significou necessariamente desapegar-se de uma concepção do saber abrangente, do mesmo modo que figurar entre os eruditos não implicou em uma postura reclusa em relação à modernização dos estudos históricos.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. Muniz de. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. **Lócus - Revista de história**, v. 10, n. 2, p. 53-72, 2004.

_____. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. **Trajetos. Revista de História da Universidade Federal do Ceará**, v. 3. n. 6, p. 3-66, 2005.

ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história do Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco *et al.* (Org.) **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco, 2015, p. 233-246. v. 1.

BILDEN, Rüdiger. Carta a Rodolfo Garcia. Nova York, 25 mai. 1927. Coleção Rodolfo Garcia. Biblioteca Nacional do Brasil, caixa sem identificação.

PALLARES-BURKE, Maria.Lúcia.Garcia. **O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Em busca de uma política para o desenvolvimento do teatro brasileiro: as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CAPANEMA, Gustavo. Carta a Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro, 7 jun. 1943. Coleção Rodolfo Garcia. Biblioteca Nacional do Brasil, caixa sem identificação.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Antonio.da Silva.Ferreira. Carta a Rodolfo Garcia. Pelotas, 6 abr. 1945. Coleção Rodolfo Garcia. Biblioteca Nacional do Brasil, caixa sem identificação.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Tradução de Sérgio Milliet, introdução e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Livraria Martins, 1945.

FREYRE, Gilberto. Carta a Rodolfo Garcia. Lisboa, 18 fev. 1931. Coleção Rodolfo Garcia. Biblioteca Nacional do Brasil, caixa sem identificação.

- _____. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- FURET, François. O nascimento da história. In: _____. **A oficina da história**. Trad. Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, s.d, p. 109-135.
- GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. Carta a Capistrano de Abreu. sl, sd. In: RODRIGUES, J. H. (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, p. 103-104. v. 3.
- _____. Dicionário de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas). **Revista do IHGB**, t. LXXVI, parte I, p. 638, 1913.
- GÓES, Eurico de. Carta a Rodolfo Garcia. São Paulo, 4 nov. 1937. Coleção Rodolfo Garcia. Biblioteca Nacional do Brasil, caixa sem identificação.
- GOMES, Angela de.Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- GRAFTON, Antony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998.
- GUIMARÃES, Manoel. Luiz. Salgado. Reinventado a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. **Humanas**, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.
- HARTOG, François. **Memória de Ulisses**: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- _____. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- PAUL, Herman. **Historicismo fraco**: sobre hierarquia de virtudes e de metas intelectuais. **História da historiografia**, n. 21, p. 25-42, 2016.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Carta a Rodolfo Garcia. São Paulo, 13 dez. 1942. In: DAMASCENO, D. (Org.). **Cartas a Rodolfo Garcia**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, p. 145-146.
- _____. **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1954.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena. Maria. Bousquet; COSTA, Vanda. Maria.Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. Gilberto Freyre e a História colonial: uma visão otimista do Brasil. In: Joaquim Falcão e Rosa Maria Barboza Araújo (Org.). **O imperador das idéias**: Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 1-107.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SEVCENKO, N. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513-619. v. 3.

TAUNAY, Afonso.de Escragnoille. Carta a Rodolfo Garcia. São Paulo 23 abr. 1926. In: DAMASCENO, D. (Org.). **Cartas a Rodolfo Garcia**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, p. 59.

VARELA, Alfredo. Carta a Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro, 8 out. 1941. In: DAMASCENO, D. (Org.). **Cartas a Rodolfo Garcia**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, p. 139.

_____. Carta a Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro, 28 fev. 1942. Coleção Rodolfo Garcia. Biblioteca Nacional do Brasil, caixa sem identificação.

Alexandre Herculano e a construção do historiador*

Alexandre Herculano and the historian's construction

Michelle Fernanda Tasca

michelle.tasca@gmail.com

Doutoranda em História

Universidade Estadual de Campinas

Rua Ermelino Battisti, 64, Jardim Santa Teresa

13311-052 - Itu - São Paulo

Brasil

Resumo

Este artigo busca apresentar a trajetória do historiador português Alexandre Herculano, sua formação e escolhas profissionais. Para tal objetivo, salientamos os anos iniciais de aprendizado e a importância da experiência do exílio, para então, adentrar ao seu desenvolvimento profissional e à junção dos afazeres de bibliotecário aos de historiador. Pretendemos demonstrar a conciliação entre as duas instâncias, ao mesmo tempo em que discutimos o processo de construção da historiografia oitocentista em que o historiador, para escrever sua síntese histórica, deveria antes de tudo reunir os materiais necessários através de incessantes buscas, catalogações e estudos de documentos que ainda não haviam sido adequadamente manuseados para servir a tais propósitos. Por fim, apresenta a forma como Alexandre Herculano foi lido ao longo dos anos e a mudança no viés crítico dos estudos analíticos.

Palavras-chave

130

Historiografia portuguesa; Historiografia do século XIX; Alexandre Herculano.

Abstract

This article aims to track the history of the Portuguese historian Alexandre Herculano, his education and career choices. For this purpose, we emphasize his early years of learning and the importance of his exile experience, before entering his professional development and the junction of his affairs as librarian and historian. We want to show the conciliation between the two stages, while discussing the construction process of the 19th century historiography — when a historian, in order to write his historic summary, should firstly gather the necessary materials through unremitting researching, cataloging and studying documents that had not been properly handled to serve such purposes. Finally, we show how Alexandre Herculano was read over the years and the change of the analytical studies' critique perspective.

Keywords

Portuguese historiography; Historiography of the nineteenth century; Alexandre Herculano.

Recebido em: 21/10/2016

Aprovado em: 26/6/2017

* Esse texto faz parte de uma pesquisa de doutorado desenvolvida com o apoio da Capes.

O objetivo desse artigo não é elaborar uma biografia detalhada sobre Alexandre Herculano. Sua vida já foi muito abordada a partir dos mais diferentes aspectos, desde análises que partiam das características físicas do autor para entender sua personalidade, de obras que se centraram em momentos mais intensos de sua vida, a exemplo de sua juventude e os anos de exílio, e mesmo outras que tentaram entender os motivos para o seu retiro final em Vale de Lobos. Cabe-nos, entretanto, ressaltar alguns pontos da vida do historiador que parecem relevantes para construir a imagem do autor que nos propomos a estudar e ao mesmo tempo, compreender o processo que levou à escrita de suas obras históricas.

Sabemos que esse processo de interpretação da realidade vivida não nos garante acesso a uma realidade última, impossível mesmo de ser alcançada. Mas permite a significação da vida a partir de interpretações: "O sentido da vida é um *puzzle* que constantemente se completa e se refaz. Cada jogador que pretenda completá-lo irá introduzir peças que o implicarão a ele, ao seu meio e ao seu tempo" (MAURÍCIO 2005, p. 13). É nesse sentido que procuramos apresentar Alexandre Herculano. Para compreendê-lo é necessário pensá-lo como um grande quebra-cabeças, em que cada peça colocada acrescenta um ponto a mais de entendimento. Assim, para dar um sentido possível à sua existência optamos por algumas peças, ou seja, alguns momentos e alguns aspectos, que auxiliam nossa interpretação do autor de acordo com determinados interesses, no caso, sua relação com a história de Portugal.

Como o objetivo é, portanto, estudar o Alexandre Herculano como historiador, consideramos válido abordar sua formação intelectual de forma introdutória, apenas para nos situarmos em relação ao contexto do autor, lembrando assim a perspectiva de Quentin Skinner, de sinalização do contexto de inserção do autor para compreender seus atos de fala (SKINNER 2005). Em seguida, parece-nos impossível desligar os interesses e os trabalhos históricos de Herculano de sua profissão de bibliotecário, visto que, ao mesmo tempo em que foi atraído para o interior das bibliotecas por interesses na história de seu país, foram os acervos dessas mesmas instituições que permitiram a elaboração de sua densa obra histórica.

131

Escolhas e experiências

Nascido em Lisboa no ano de 1810, período em que Portugal andava às voltas com as invasões napoleônicas, Alexandre Herculano, conheceu desde cedo a ideologia liberal que o iria caracterizar em diversos momentos de sua vida. Já o pai do nosso autor foi um funcionário público que manteve certo contato com pessoas letradas e se interessou pelo liberalismo político. Não obstante, seus primeiros estudos foram feitos na Congregação de S. Felipe Néri no Hospício junto ao Paço Real das Necessidades, uma instituição de base religiosa, como era muito comum no período (SARIVA 1977, p. 14). Apesar de não se ter certeza sobre as datas em que Herculano frequentou essa instituição – provavelmente durante a década de 1820 – sabe-se que estudou disciplinas de humanidades e língua latina, que o preparariam para um curso superior, ao qual não ingressou por problemas familiares (NEMÉSIO 2003, p. 144-145).

Alexandre Herculano não fez parte da intelectualidade acadêmica que era muito proeminente em universidades portuguesas como a do Porto e a de Coimbra durante o século XIX, mas nem por isso seus trabalhos tiveram menor relevância. Ao invés de frequentar a universidade, ele cursou matemática na Escola Naval e participou da Aula do Comércio, que fora um curso prático criado pelo Marquês de Pombal para os filhos dos negociantes (GODINHO 2009, p. 474). Seguiu, dessa forma, por um caminho alternativo ao ensino superior, a exemplo de outras personalidades portuguesas que também estiveram fora do meio universitário, como Oliveira Martins. Tanto ele quanto Herculano, tiveram uma formação inicial para o comércio e apenas posteriormente ingressaram nos estudos históricos e literários. Como salienta Vitorino Magalhães Godinho: “Quer dizer que são homens que ficam em contacto com as realidades e que se abrem para uma problemática que era estranha à Universidade do seu tempo” (GODINHO 2009, p. 475). Nesse sentido, a Aula de Comércio teria sido preponderante nos interesses posteriores de Herculano pela história do 3º Estado, ou seja, da classe comercial e do povo. Ao estudar a história do comércio e dos mercadores Herculano fez opções que talvez não fossem possíveis dentro do meio acadêmico, em que predominava a história política tradicional (GODINHO 2009, p. 475).

132

Em seguida, e aqui encontramos um ponto crucial na sua formação, Alexandre Herculano frequentou as aulas de Diplomática no Arquivo Real da Torre do Tombo entre os anos de 1830 e 1831 (CATROGA 1998, p. 57). Nesse curso, estudou paleografia, tornando-se apto para trabalhar com documentação manuscrita quando se viu empregado na Biblioteca do Porto, o que facilitou também a abordagem dos documentos necessários para a escrita de seus textos históricos. Foi nesse período que conheceu João Pedro Ribeiro, seus trabalhos em arquivos e seus estudos históricos (FERREIRA 1998, p. 11). No entanto, apesar do curso frequentado na Torre do Tombo, a carreira de bibliotecário e posteriormente de historiador não fora uma ação planejada desde o princípio, já que esses conhecimentos o habilitariam tanto para a investigação histórica quanto para uma possível carreira no funcionalismo público (CATROGA 1998, p. 57).

O contato com círculos de pessoas intelectualizadas e influentes foi outro ponto importante na formação inicial do historiador. Participou dos salões lisboetas, dentre eles o mais importante da época, o salão da Marquesa de Alorna, onde foi iniciado ao romantismo e provavelmente também à língua alemã. Dentre as diversas personalidades que conheceu, estavam: António Feliciano de Castilho e Morgado de Assentis, antigo poeta da geração de Bocage (SARAIVA 1977, p. 14).

Foi o período dos debates sobre o classicismo e o romantismo, da recepção das novidades poéticas, novelísticas (o romance histórico) e filosóficas que vinham da Europa e, da Alemanha, influência pouco comum num país predominantemente francófilo. Para isso terá contribuído a sua facilidade para as línguas, pois é ponto assente que, embora sejam escassas as informações acerca do modo como adquiriu esses conhecimentos, falava

e lia o espanhol, o francês, o italiano e o alemão, além de, logicamente, ser perito no latim (CATROGA 1998, p. 57).

Antes do início da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), Herculano já estava inserido no círculo letrado de Lisboa, teve contato com os principais debates intelectuais do período, conheceu o romantismo e algumas das vertentes literárias e filosóficas que se desenvolviam no restante da Europa, além de um considerável conhecimento de línguas estrangeiras.

No ano de 1828, D. Miguel foi declarado legítimo rei de Portugal, assumindo a regência, restaurando a monarquia absoluta e anulando todas as decisões decretadas por D. Pedro, então Imperador do Brasil. A anulação da Carta Constitucional outorgada em 1826, após a morte de D. João VI, foi o estopim para a eclosão das batalhas civis. Alexandre Herculano, com 21 anos, deixou os estudos e se uniu aos constitucionais contra os absolutistas.

Como consequência de suas posições políticas, Herculano foi exilado de Portugal, partindo inicialmente para Inglaterra e em seguida para a França. Essa viagem forçada para o exterior trouxe, no entanto, elementos importantes para sua formação. Além de ter aprofundado o conhecimento das línguas estrangeiras, frequentou diferentes bibliotecas e conheceu novos temas de discussões intelectuais e historiográficas. De acordo com Veríssimo Serrão, a "primeira raiz" da cultura de Herculano "desabrocha no exílio" (SERRÃO 1977, p. 41), ou seja, apesar de já conhecer um pouco sobre o romantismo pelas reuniões na casa da Marquesa de Alorna e sobre o liberalismo pelo próprio contexto político português, foi na Inglaterra onde sentiu o primeiro arrebatamento romântico e liberal. A França o fez aprofundar-se no liberalismo e nos autores dessa língua, dos quais já conhecia de antemão alguns da matéria histórica.

Herculano regressou para Portugal como combatente ativo dos "7500 bravos do Mindelo", que em 8 de julho de 1832, participaram do cerco na cidade do Porto. Como nos lembra Fernando Catroga, já conquistada a cidade, o soldado deu lugar ao poeta e ao homem de história (CATROGA 1998, p. 58).

Biblioteca Porto e Real Biblioteca do Palácio da Ajuda

O retorno de Herculano para Portugal se deu em uma época ainda muito conturbada da história nacional. Com a vitória do governo liberal, seguiu-se a extinção das ordens religiosas masculinas do país¹, que eram detentoras das grandes bibliotecas. Como consequência, todas as obras passaram para a posse do Estado, que não possuía até então uma estrutura montada para armazenar e operar com essa quantidade de livros e documentação. Como agravante, as bibliotecas particulares dos religiosos também foram empossadas pelo poder público, dando origem a uma quantidade ainda maior de material a ser alocado e organizado.

Os primeiros trabalhos de Herculano com livros e documentos se iniciaram em 1832 nas "livrarias abandonadas"² das ordens religiosas e, sobretudo, na

¹ As ordens religiosas masculinas foram extintas oficialmente pelo decreto de 28 de maio de 1834, referendado por Joaquim António de Aguiar (CABRAL 2009/2010, p. 7).

² Livrarias abandonadas – bibliotecas que integrava o patrimônio das ordens religiosas, que foram consideradas

biblioteca sequestrada do Bispo do Porto, D. João de Magalhaes e Avelar. Nessa época, constam dois períodos distintos de trabalho, o primeiro como voluntário por cerca de oito meses e outro remunerado por mais quatro meses. Essas bibliotecas foram os primeiros fundos que constituíram a Real Biblioteca Pública do Porto (CABRAL 2009/2010, p. 10).

Na intenção de alocar esses acervos sob o poder do Estado, o governo liberal, através da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados, instalou livrarias e cartórios em diversos locais da cidade do Porto, que seriam reunidos posteriormente com a fundação da Biblioteca Pública. Como salienta Luís Cabral, o momento não era propício para a recolha e abrigo dessa grande quantidade de livros advinda das bibliotecas religiosas. No entanto, necessitando de uma forma de reunir e armazenar todo esse material, o governo liberal resolveu criar uma biblioteca pública na cidade do Porto (CABRAL 2009/2010, p. 7).

A biblioteca foi fundada pelo decreto de 9 de julho de 1833 sendo o primeiro bibliotecário, Diogo de Góis Lara de Andrade, nomeado já no dia seguinte (10 de julho de 1833) (CABRAL 2009/2010, p. 8). Alexandre Herculano foi um dos nomes cotados para ocupar o lugar de segundo bibliotecário, juntamente com José Rodrigo Passos e José Augusto Salgado. Na proposta de indicação dos nomes apresentada pela Câmara ao Governo, temos a passagem (CABRAL 2009/2010, p. 8):

134

Senhor. Em execução do Art.º 7.º do Decreto de 9 do presente mez cabe a esta Comm.ão a honra e satisfação de propor a V.M.I. para segundo Bibliotecario da Real Biblioteca Publica em primeiro lugar a Alex.e Herculano de Carv.º e Ar.º, natural de Lisboa, de 23 anos de idade, porque, segundo ella é informada, é conhecedor das Linguas principaes, da Diplomacia [sic], emigrado, Voluntario do Regimento da Senhora D. Maria 2ª; entrou já em algumas aççoens e principiou a servir espontaneamente no arranjo de varias livrarias abandonadas em Novembro, e por ordem de V.M.I. em Março" (CABRAL 2009/2010, p. 8).

O período em que Herculano trabalhou na biblioteca do Porto foi crucial para sua carreira de historiador e também para a escrita de muitos de seus textos publicados a partir de então. A experiência adquirida com essa atividade, assim como o desenvolvimento de suas bases históricas, foi somada ao conhecimento dos manuscritos e impressos que o historiador foi recolhendo ao longo dos anos e que utilizou não só para a escrita de suas obras históricas como a *História de Portugal* (1846-1853), a *História da origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), os *Portugaliae Monumenta Historica* (1856-1873), mas também para a escrita dos seus romances e narrativas literárias, e para a publicação de artigos em diversos periódicos.

O trabalho de montagem da nova biblioteca foi imenso, abrangendo a recolha, transporte e inventariação de uma enorme quantidade de livros, documentos e objetos da cidade do Porto e posteriormente de outras cidades

abandonadas na ocasião da entrada do exército liberal. Livrarias sequestradas – bibliotecas de pessoas particulares tidas por miguelistas e que, por essa razão, tiveram seus bens tomados pelo Estado (CABRAL 2009/2010, p. 10).

portuguesas. Herculano participou de todo esse processo: inventariação dos livros e manuscritos das bibliotecas; louvações; transporte dos acervos; seleção e custódia das obras de maior valor; catalogação de impressos³; classificação do material utilizando o método de Brunet; além da participação na escolha do Convento de Santo António da Cidade para abrigar a biblioteca. Nesse processo, deveu-se ainda a Herculano o salvamento de muitas obras importantes da cultura portuguesa, como: a livraria de mão de Santa Cruz de Coimbra, o *Diário de Vasco da Gama* e a *Crônica de D. Afonso Henriques*, dentre outros (CABRAL 2009/2010, p. 12-13).

Alexandre Herculano permaneceu na Real Biblioteca Pública do Porto até 17 de setembro de 1836, quando pediu demissão do cargo de 2º bibliotecário por se recusar a jurar a Constituição de 1822. Essa atitude foi tomada em consonância com diversas personalidades importantes da cidade, inclusive o primeiro bibliotecário com quem trabalhava, Diogo de Góis Lara de Andrade (CABRAL 2009/2010, p. 14). O período em que Herculano passou no Porto, intensamente cercado por livros e documentos históricos foi crucial no aprofundamento da cultura e história portuguesa, resultando na publicação de diversos textos.

Ao abandonar o trabalho de bibliotecário no Porto, Herculano mudou-se para Lisboa onde passou a escrever ativamente para jornais e revistas. Assumiu a direção do *Panorama* em 1837, ao mesmo tempo em que contribuiu para diversos outros periódicos, tais como: *O País*, *O Português*, *Diário do Governo*, *Repositório Literário* e *Revista Universal Lisbonense*. Como Jacinto Baptista nos diz: "... sabemos, igualmente, que o futuro historiador fazia do jornalismo, nesta fase da sua vida, a ocupação permanente e que esta era a principal e (exceptuando talvez magros direitos de autor de um estreante nas Letras) fonte única de seus meios de subsistência" (BAPTISTA 1977, p. 16).

Em 1839, Herculano foi convidado pela rainha D. Maria II (por indicação de seu marido D. Fernando) para dirigir as bibliotecas reais da Ajuda e das Necessidades no lugar do Padre António Nunes, que estava adoentado e acabara de pedir a exoneração do cargo (SANTOS 1965, p. 7-8). Com a possibilidade de um empenho estável e bem remunerado, Herculano deixou a direção do *Panorama* para se dedicar aos livros e aos estudos históricos que o novo ambiente de trabalho lhe propiciava. Ele permaneceu como Bibliotecário-Mor de Sua Majestade até o final de sua vida em 1877⁴ e ao longo desse período, passou pelo reinado de D. Maria II e regência de D. Fernando II (1834-1853), e os reinados de D. Pedro V (1853-1861) e D. Luís I (1861-1889).

A Real Biblioteca da Ajuda não foi um simples local de trabalho para Alexandre Herculano. Desde a sua nomeação, ele trabalhou intensamente para a organização e complementação da biblioteca e fez disso sua vida. Não fosse sua atividade como bibliotecário, talvez seus trabalhos históricos não adquirissem a profundidade erudita e analítica que o historiador conseguiu imprimir em suas obras.

³ Esta catalogação foi feita entre 1835 e 1836, e originou a primeira geração de catálogos chamados de catálogos de Alexandre Herculano (CABRAL 2009/2010, p. 12).

⁴ Mesmo após mudar-se para Vale de Lobos, Alexandre Herculano continua no posto de bibliotecário-mor (SANTOS 1965, p. 38).

Durante todos os anos em que efetivamente esteve presente na Biblioteca da Ajuda, Herculano morou ao lado dela, em uma casa que recebera juntamente com o novo cargo (SANTOS 1965, p. 8). Para termos uma noção da proximidade da casa do escritor e bibliotecário em relação ao seu local de trabalho, convém examinar duas plantas que apresentam a configuração da primitiva *Biblioteca de Sua Alteza Imperial e Real* (designação usada nos tempos de D. João VI e D. Pedro IV), a primeira datada de 1817 e a segunda de 1862. Essas plantas apresentam as instalações do Palácio Real, conjuntamente com a biblioteca e a posição da casa de Herculano em relação a ela (SANTOS 1965, p. 14).

Mariana A. Machado Santos, descreve as duas plantas da seguinte forma:

As plantas são de 1817⁵ e 1862, e nelas se vê em esboço, o actual Palácio Novo, e, na mais recente, a Patriarcal com a torre, as primitivas instalações da Biblioteca Real, o passadiço que ficou durante algum tempo a ligá-la ao actual Palácio, percebendo-se nitidamente o corredor que ligava a habitação de Herculano (habitação que ainda hoje existe), às salas da Biblioteca velha, sem que ele necessitasse de sair à rua, e os jardins interiores, que a iluminavam. No entanto, a topografia da Biblioteca Velha está mais nítida na planta de 1817 (SANTOS 1965, p. 15).

[...]

Saía de casa, pelo lado oposto ao do Largo da Ajuda, caminhava em frente, sem ter de ir à rua, e descendo uns pequenos degraus (que se distinguem na planta topográfica de 1822), podia penetrar na Biblioteca Real, e trabalhar sem que nada o incomodasse (SANTOS 1965, p. 21-22).

136

O padre oratoriano Vicente Ferreira de Sousa Brandão, também apresenta uma descrição da casa em relação à biblioteca:

[...] No fim dessas 3 Salas ha uma pequena Casa, que dá sahida p. ^a o quintal. Entre esta dita Casa e o Gabinete fomava o Sñr. Herculano hum paçadisso coberto, e claro para servir de comunicação entre a parte nova da Livraria, e a parte antiga, ~q he a actualmen.te existente: devendo por baixo deste paçadisso dar-se saida p. ^a as duas p. ter do seu Quintal (SANTOS 1965, p. 18).

Ou seja, tanto as plantas quanto as descrições dos autores apresentam a localização da residência de Herculano exatamente ao lado da biblioteca, o que permitia que o historiador tivesse acesso direto a ela sem precisar sair para a rua. Podemos imaginar, assim, a íntima relação estabelecida entre o escritor e seu local de trabalho, levado a uma intensa vivência de tantos anos rodeado dos materiais que foram objetos de sua profissão e também de seus interesses pessoais.

De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, Herculano fez da Biblioteca da Ajuda uma “grande oficina de investigação histórica”. Para além das fontes manuscritas e impressas que permitiam os estudos históricos, ele recebia em sua residência a visita constante de diversos jovens que viriam a se tornar nomes importantes nas letras portuguesas como: Bulhão Pato, Rebelo da Silva,

⁵ Apesar da planta de 1817 ser anterior ao período de trabalho de Herculano, percebe-se que a casa em que habitou estava integrada ao corpo da Livraria Real.

Antonio Pedro Lopes de Mendonça e Oliveira Marreca. Com esses encontros, Herculano teria ajudado a formar muitos desses jovens (SERRÃO 1977, p. 62).

Em relação à atuação de Herculano nas referidas bibliotecas, sabemos que as recebeu em um estado de considerável desordem e deterioração. Não apenas os acervos encontravam-se caóticos, mas também o prédio estava bastante comprometido. Como suas funções compreendiam ainda as de uma espécie de inspetor das bibliotecas reais e do Real Gabinete de Física, anexo à Biblioteca da Ajuda, Herculano acabou por atuar em diversas frentes: "Mais do que um simples bibliotecário, orientava, dirigia, informava as licenças pedidas (mesmo as do diretor do Real Gabinete de Física) e tinha às suas ordens funcionários (oficiais bibliógrafos e moços da biblioteca) para os diversos serviços" (SANTOS 1965, p. 9).

Um dos problemas enfrentados por ele foi a grande saída e entrada de obras de forma desorganizada que, dentre outros motivos, eram reflexos das sucessivas mudanças no governo. Logo que Alexandre Herculano assumiu seu cargo, por exemplo, D. Maria mandara restituir os livros que anteriormente eram de posse dos liberais e solicitava-se também a retirada de muitos depósitos pertencentes a particulares ou a outras instituições: "O Pe. António Nunes começara por solicitar a retirada de muitos livros depositados: os do Duque da Terceira, os dos Marquesses de Sampaio e de Ponde de Lima, dos condes de Linhares e de Óbidos e do Visconde de Laborim, que impediam a boa arrumação da "Livreria Real", dizia ele" (SANTOS 1965, p. 6-7).

Diante de tantas saídas e entradas de obras, vindas de diversos fundos e mesmo de livrarias pertencentes a conventos extintos que haviam sido ali alocadas, já não se tinha clareza dos materiais que constituíam o acervo da Biblioteca Real (SANTOS 1965, p. 7). Em vista disso, Alexandre Herculano esmerou-se no arrolamento de todas as obras pertencentes a essa biblioteca, elaborando inclusive, listas de obras duplicadas, que posteriormente seriam vendidas ou trocadas por outras no intuito complementar o acervo real.

Em uma carta escrita em 1875 ao Administrador-Geral da Casa Real, Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, Herculano refere-se à organização e catalogação das obras feitas entre os anos de 1840 e 1850, durante o reinado de D. Maria II:

A Bibliotheca Real, que se conservava em completa desordem, e as suas colleções manuscriptas a ponto de se arruinaem, foi nos anos de 1840 a 1850 ordenada e colocada methodicamente. Existe o seu catalogo em bilhetes, não se tendo reduzido a catalogo definitivo por falta de recursos materiais e pessoas necessários para se obter esse fim (SANTOS 1965, p. 75).

Alexandre Herculano se encarregou ainda, da recolha de todo o material disperso que havia sido emprestado e não devolvido, desde livros, mapas, documentos até utensílios diversos.⁶ Uma das obras mais celebres a que o

⁶ A Biblioteca da Ajuda possui em seu acervo uma série de ofícios nos quais Herculano procede dessa forma.

historiador se dedicou em recompor, e que encontra-se até hoje nessa mesma biblioteca, foi o *Cancioneiro da Ajuda*. Trata-se de uma obra em pergaminho, datado do século XIII, escrito em galaico-português e que pertencera ao Colégio dos Nobres. Chegara ao seu conhecimento que a Biblioteca Nacional de Évora possuía diversas folhas soltas que haviam sido arrancadas, motivo que o fez requisitar esse material para recompor o Cancioneiro com a maior exatidão possível (SANTOS 1965, p. 23).

Solicitou também a devolução de muitas obras retiradas por particulares, embora muitas vezes sem sucesso, como os 44 volumes do *Dicionário Geográfico de Portugal* que havia sido requisitado pelo antigo diretor da biblioteca, o Conselheiro Doutor António Nunes de Carvalho, e armazenados na Torre do Tombo. Reclamou ainda: a “Fábrica que falece á cidade de Lisboa” de Francisco de Holanda, alguns volumes da “Symmicta Lusitanica” e o “Bulario de Clemente XIV” (SANTOS 1965, p. 23-24).

Apresentamos essas atividades detalhadas apenas para exemplificar a forma como Herculano procedia em sua atividade bibliotecária, e também para salientar o conhecimento minucioso do acervo que se encontrava sob sua responsabilidade. Conjunto esse, que servirá de base para a escrita de seus principais trabalhos.

Outro empreendimento que nos permite ter uma noção das obras pelas quais o autor se interessou e considerou importantes foi a troca, venda e aquisição de livros para o acervo da biblioteca, que possuía muitas duplicatas devido ao confisco ou alienação de bibliotecas diversas. A primeira venda documentada foi feita em 6 de junho de 1843 à Real Biblioteca de Munique e com o dinheiro arrecadado, Alexandre Herculano encomendou diversas obras na livraria Viúva Bertrand & Filhos, sendo algumas delas vindas diretamente da França: *Historia de la dominacion de los Arabes*; *Histoire d’Espagne* de Rosseeuw Saint Hilaire; *Institutions de l’Espagne* e *Essai sur la domination des Arabes en Espagne* de Viardot; *Theoria de las Cortes* de Mercier (SANTOS 1965, p. 26).

A segunda venda que temos registrada foi feita para a Biblioteca Real de Berlim em 1844, e esses livros foram então trocados por 99 outros. Seguiram-se mais cinco vendas de, respectivamente: 87, 98, 20, 166 e 55 volumes. Em 1866, Herculano realizou nova venda de 74 volumes ao livreiro de Paris J. Demichelis, de quem comprou por sua vez, 9 volumes da *Monumenta Germaniae Historica*. Em dezembro do mesmo ano vendeu mais 58 volumes a António Rodrigues (SANTOS 1965, p. 26-27). Essas são apenas as transações que ainda se encontram registradas, pode ter havido outras do mesmo teor que não chegam ao nosso conhecimento.

Algumas correspondências trocadas com os editores da família Bertrand ao longo dos anos também nos dão pistas semelhantes sobre os interesses bibliográficos do autor. Na carta datada de 14 de junho de 1843, que apresentamos abaixo, Herculano cita também a requisição de obras francesas aos editores, e pede especial atenção para a entrega dos quatro volumes “do Brunet” (DOMINGOS 2000).

III^{mo} Snr.
Bertrand
Martyres

III^{mo} Snr.
Remetto a V. S^a a importancia dos livros: rogo a V. S^a declare no fim da Lista que – ficaram encomendados para França taes e taes obras – (que são aquellas que nós concordamos até perfazer a somma de 230 ou 232 mil reis) – Tambem me lembrou que não sendo precisos cá os livros já, os podia o moço vir trazendo aos poucos, quando fosse a Lisboa. Assim tenha V. S^a. a bondade de lhe arranjar um ballotezinho, para trazer hoje, e peço-lhe que venham nelle os 4 vol. do Brunet.

Sou de V. S^a.

Am^o. e C. obrig. ^{mo}

A.Herculano

Ajuda 14 de Junho 1843 (DOMINGOS 2000, p. 109).

A opção de Herculano pela compra das referidas obras reflete seu próprio interesse e o que considerava importante dentre tantos assuntos do conhecimento. Nota-se uma predileção por livros contemporâneos, dos quais o acervo real estaria defasado, e também por muitas obras estrangeiras, sobretudo francesas. As obras encomendadas da França, e que foram citadas anteriormente, demonstram a grande relevância dada pelo historiador para a formação dos reinos espanhóis, já em consonância com seu grande tema de pesquisa, que seria a constituição do reino português. Importante salientar também, a compra da *Monumenta Germaniae Historica* que começou a ser publicada em 1826 e funcionou como uma compilação de estudos e textos medievais da história germânica.

Mariana A. Machado Santos estudou de forma aprofundada o período em que Herculano trabalhou nas bibliotecas reais de Lisboa. Como bibliotecária, percebemos que ela assume uma postura em defesa da atuação de Herculano como tal, ou seja, de acordo com a autora, ele fora um bibliotecário de carreira, dedicando-se fundamentalmente a este ofício e não utilizando seu cargo apenas para ter acesso aos acervos de acordo com seu interesse como historiador e investigador.

Alexandre Herculano trabalhou muito naquelas salas, e sublinhamos muito porque temos ouvido a muitas pessoas dizer que a Herculano, como historiador, não lhe devia importar o arranjo duma biblioteca; que ele era apenas investigador e homem de letras, e não um bibliotecário de carreira, e que, por isso, aquele cargo só lhe devia ter servido como meio, para melhor poder penetrar na intimidade dos recheios livrescos de valia, e permitir-lhe escrever a História de Portugal e reunir os Portugaliae Monumenta Historica (SANTOS 1965, p. 15).

Apresentar a imagem de Alexandre Herculano como bibliotecário acima de quaisquer outras classificações que sua trajetória permite, é uma opção de representação. Como Herculano foi um autor já muito estudado, devido à sua importância na cultura portuguesa, a vastidão de sua obra fez com que fosse designado como historiador, literato, poeta, polemista, jornalista e mesmo como

político em raros casos, além, é claro, de bibliotecário. Isso fez com que muitos estudiosos, que abordaram uma dessas facetas isoladamente, colocassem tal posição como sendo a dominante: “Representamos os outros para dar sentido à sua existência, para conferir sentido ao mundo, para falar do que somos e do que desejamos ser”, escreve Carlos Maurício (MAURÍCIO 2005, p. 12).

A atividade de Herculano como bibliotecário não foi um meio para atingir seus fins como historiador, mas sua profissão e também uma etapa complementar que o levou a execução de seus trabalhos históricos. Não seria possível pensarmos nas “faces do poliedro” de Herculano, como designou Candido Beirante, de forma isolada, pois não compreenderíamos o autor. Os dois períodos de Herculano como bibliotecário foram fundamentais para a escrita da *História de Portugal*. Não fossem esses empregos talvez até tal obra (e outras do mesmo caráter histórico e literário) não tivesse sido escrita, ao menos não com mesma forma e substância.

Alexandre Herculano ao longo dos anos

Alexandre Herculano não foi apenas um historiador dedicado aos livros e documentos, as causas nacionais tiveram sempre um lugar muito importante em sua vida, e isso se refletiu na posição de destaque que, com o passar dos anos, ele acabou por ocupar dentro do imaginário português. Herculano tornou-se uma personagem nacional. Não apenas suas obras têm sido muito estudadas, mas também sua vida pessoal deu origem a diversos estudos biográficos. O historiador foi muitas vezes elevado a uma espécie de pedestal, onde permaneceu como um intocável herói nacional por muito tempo. Mas não se tornou um herói aos moldes de D. Sebastião ou D. Affonso Henrique, guerreiros de armas nas mãos prontos para defender seu país. Herculano foi um herói de penas e livros. Defendia sua terra pela educação e pelo amor à pátria. Essa foi a imagem criada pela sociedade portuguesa nos finais do século XIX e início do XX, ou seja, nas décadas que seguiram à sua morte em 1877.

Como bem referiu Antonio José Saraiva, muito já foi escrito sobre a vida anedótica de Herculano: os anos heroicos em que lutou no exército liberal, seu trabalho com a imprensa e como bibliotecário real, suas obras memoráveis, o sofrimento com a morte do jovem príncipe, a desilusão com a vida pública e o derradeiro retiro para Vale de Lobos: “É preciso, enfim, descê-lo do pedestal onde o imobilizaram, e recolocá-lo no seu meio e no seu tempo, como um homem vivente entre os outros homens” (SARAIVA 1977, p. 12).

[...] um autor deixa à sua volta um rasto indiciário (feitos de palavras e de obras, de actos e de comportamentos) que é e irá sendo apreendido e interpretado de inúmeras maneiras. Essas interpretações serão por sua vez reinterpretadas na construção de novas interpretações. Forma-se assim uma trajectória de recepção. E esta é sempre uma interacção entre diversas dinâmicas interpretativas (MAURÍCIO 2005, p. 12).

A partir desse rasto indiciário deixado por Herculano, suas obras e seus feitos, é que ele foi sendo interpretado, construído e reconstruído, por décadas

a fio até que hoje nós podemos olhar para trás e perceber as múltiplas faces dadas ao autor. Em vista da imensa quantidade de estudos sobre o tema, alguns autores foram considerados mais significativos seja pela densidade das análises ou pela permanência dessas obras como referências para escritores que vieram depois. São alguns deles: Vitorino Nemésio (1901-1978), Antonio José Saraiva (1917-1993), Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980), Jorge Borges de Macedo (1921-1996), Joaquim Verissimo Serrão (1925), Candido Beirante (1937-2010), Fernando Catroga (1945).

No entanto, para além dos autores citados, muitos outros textos foram publicados desde a morte do historiador até os dias de hoje, sendo que muitos estudos recentes têm proposto novas abordagens e novos objetos de análise dentro da obra de Herculano. A partir da leitura da bibliografia básica sobre esse tema, conseguimos ter uma ideia de como o autor foi interpretado ao longo dos anos e da imagem de cidadão exemplar e historiador ideal que foi sendo construída, até que ele se tornasse uma espécie de mito dos estudos históricos portugueses.

Nas duas primeiras décadas que se seguiram à morte de Alexandre Herculano, percebemos que as obras referentes a ele são de cunho memorial, elogios ao homem e reconhecimento pelo legado. Como exemplo, podemos citar: *À morte de Alexandre Herculano* publicado em 1877 de Gomes Leal (1848-1921) e *Elogio histórico do sócio de mérito Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo* em 1890, de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895).

Curiosamente, a década seguinte, que corresponde aos anos de 1898 a 1907, praticamente não apresenta publicações relevantes. As obras sobre Herculano começam a se tornar mais expressivas a partir do ano de 1910, ocasião do primeiro centenário de seu nascimento, quando aparecem de forma mais constante alguns textos críticos e analíticos, que estudam sua obra. No entanto, os elogios históricos ainda continuam presentes.

Os anos entre 1918-1927 são mais marcados por reedições de obras do que por estudos propriamente ditos. Não obstante, a partir da década de 1930 os textos analíticos retornam de forma preponderante. A partir desse período são publicadas análises mais aprofundadas e completas, sobretudo, na década de 1970, quando se comemorou o primeiro centenário de morte do autor.

Em relação às primeiras décadas da vida de Alexandre Herculano, a obra de Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano até à Volta do Exílio* (1934) é sem dúvida a mais completa e por isso, a mais frequentemente citada, mesmo por autores que escreveram estudos posteriores, a exemplo da "Introdução Biográfica" do livro *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, escrita por Antonio José Saraiva, que cita muitas vezes da obra de Vitorino Nemésio (embora não exclusivamente, já que o autor elenca uma série de outras fontes de acordo com o tema tratado). Uma das características da obra de Nemésio é que ela objetiva um estudo da vida do autor, e não uma análise de sua obra. Como estudo biográfico, ela é muito mais detalhada e completa em referências documentais do que outras obras que tratam das primeiras décadas de vida do historiador.

Para termos uma noção da forma como Herculano foi lido citamos duas obras que constam entre as mais representativas sobre esse tema: *Ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano* de Joaquim Barradas de Carvalho e *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, de Antonio José Saraiva.

As duas obras foram publicadas originalmente em 1949 e reeditadas na década de 1970, sendo que as *Ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano* data de 1971 e *Herculano e o Liberalismo em Portugal* de 1977. Não por acaso, o enfoque dos dois textos é bastante semelhante, ou seja, eles são guiados por preceitos políticos, econômicos e sociais, refletindo uma tendência da historiografia portuguesa nesse momento. Por outro lado, é interessante notar o olhar dos autores sobre suas próprias obras a partir dos prefácios das reedições em que eles afirmam que já não possuem o mesmo posicionamento histórico da época da primeira edição, mas que fazer certas modificações alterariam seu caráter original. Joaquim Barradas de Carvalho, inclusive assume já uma outra visão sobre a história intelectual e Antonio José Saraiva afirma já ser uma pessoa muito distante da que foi quando escreveu o livro. Dessa forma, eles preocupam-se com as ideias ou o pensamento de Herculano, embora Carvalho se identifique mais com uma vertente marxista. Defendem que o autor a ser estudado deve ser visto em consonância com o seu meio e não isolado dele.

142

Os dois autores tentam promover a humanização da figura de Alexandre Herculano, o primeiro afirmando que sua obra não foi fruto de uma genialidade, mas que deve ser vista em consonância com o momento vivido em Portugal e na Europa e o segundo afirmando que é necessário descer Herculano do pedestal que por muito tempo foi colocado.

No entanto, será que Saraiva consegue realmente tirar Herculano do pedestal? As análises e leituras críticas apresentadas nos capítulos cumprem essa função, embora na introdução biográfica o autor acabe por não se abster por completo de algumas formas de elogios, que muito provavelmente se justifiquem. Mas no geral a obra consegue se distinguir de autores do início do século que se contentavam apenas em exaltar as qualidades de Alexandre Herculano enquanto cidadão exemplar e modelo de ser português. O mérito, portanto, está em apresentar o historiador inserido em seu próprio meio e se posicionando em relação àquilo que o rodeava. Descer o autor do pedestal não implica em isentá-lo de seus méritos e esquecer suas qualidades, mas em observá-lo a partir de uma perspectiva crítica e procurar compreendê-lo a partir de diversas perspectivas que seriam limitadas pela simples exaltação meritória.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, Jacinto. **Alexandre Herculano**: Jornalista. Amadora: Bertrand, 1977.

CABRAL, Luís. Alexandre Herculano: crónica breve de um bibliotecário. **Cadernos BAD**, n. 1/2, p. 7-15, 2009/2010.

- CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico. In: _____. **História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)**. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 45-98.
- COELHO, António Borges. **Alexandre Herculano**: vida, pensamento, obra. Lisboa: Presença, 1965.
- DOMINGOS, Manuela. Herculano e os Bertrand: alguns inéditos. **Revista Portuguesa de História do Livro**, a. IV, n. 7, p. 87-118, 2000.
- FERREIRA, Ema Tarracha. Introdução. In: HERCULANO, A. **Lendas e narrativas**. 2. ed. Seleção e introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1998, p. 7-66.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Alexandre Herculano – O cidadão e o cientista. In: _____. **Ensaio e Estudos**: uma maneira de pensar. Lisboa: Sá da Costa, 2009, p. 469-485. v. I.
- HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III. 8. ed. Lisboa: Bertrand, 1875. t. I.
- MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional - A formação de Portugal na historiografia contemporânea. **Lusotopie**, v. 2, p. 123-139, 2002.
- MATTOSO, José. Prefácio. In: HERCULANO, A. **História de Portugal**: desde o começo da Monarquia até ao fim do Reinado de Afonso III. Lisboa: Bertrand Editora, 2007, p. 9-31.
- MAURÍCIO, Carlos. **A invenção de Oliveira Martin**: política, historiografia e identidade nacional no Portugal contemporâneo (1867-1960). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- NEMÉSIO, Vitorino. **A mocidade de Herculano até a volta do exílio (1810-1832)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.
- SANTOS, Mariana A. Machado. Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda. **O Instituto**, v. CXXVII, p. 1-80, 1965.
- SARAIVA. **Herculano e o Liberalismo em Portugal**. Amadora: Bertrand, 1977.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Herculano e a consciência do liberalismo português**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.
- SKINNER, Quentin. **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005.

Autobiografia de *Raízes do Brasil*: lembrança e comemoração do ensaio nos anos 1970-1980

The *Roots of Brazil*'s "autobiography": Remembrance and celebration of the essay (1970-1980)

Raphael Guilherme de Carvalho

raphaelguilherme83@gmail.com

Pós-doutorando

Instituto de Estudos Brasileiros - Universidade de São Paulo

Rua Ubaldino do Amaral, 1530, ap. 11, Jd. Botânico

80060-092 - Curitiba - Paraná

Brasil

Resumo

Nesses oitenta anos de *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, uma das fases importantes de sua história se passou entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse período, ficou consolidada, a partir da edição definitiva (1969), a posição do livro como clássico da historiografia brasileira. Se desde o início de século 21 tem sido realizado o trabalho de cotejo das suas diferentes edições, procuro chamar a atenção para a importância de alguns elementos imanentes ou complementares ao texto – que ainda hoje pesam sobre a recepção e a história do livro. Quais sejam: entre 1970 e 1980, as relações entre as lembranças autocríticas de seu autor, a incorporação de materiais paratextuais e as sucessivas comemorações da obra. Tais elementos também importaram, pois, no processo de recontextualização do ensaio naquelas décadas e na formação de densa camada de memória acerca de *Raízes do Brasil* e seu autor.

144

Palavras-chave

Homem Cordial; Memória; Sérgio Buarque de Holanda.

Abstract

Since the publication of "Roots of Brazil" in 1936 by Sérgio Buarque de Holanda, one of the most important periods in this book's wealth of critical acclaim happened between the 1970s and 1980s. During this time, after its definitive edition in 1969, the book was consolidated as a Brazilian historiography classic. Since the beginning of the 21st century, various editions have been compared as to their differences; my objective with this article is to call attention to the importance of some elements that — although immanent or supplementary to the text — remain influential until today to the reception and to the history of the book. They are the relations among the author's self-critical recollections, the incorporation of paratextual materials, and the successive celebrations of the work, between 1970 and 1980. These elements were also very important to the recontextualization process of the genre essay in those decades, and as well to the building of a thick layer of memories around "Roots of Brazil" and its author.

Keywords

Cordial Man; Memory; Sérgio Buarque de Holanda.

Recebido em: 5/9/2016

Aprovado em: 15/8/2017

Os escritores em idade madura não gostam de ser felicitados com muita convicção pela primeira obra.
Jean-Paul Sartre (1964 p. 195, trad. livre).

O nome de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), durante quase toda sua trajetória intelectual e até hoje, permanece estreitamente identificado a seu livro de estreia, *Raízes do Brasil* (1936). Trata-se do seu livro mais editado, traduzido e, ainda, comentado, devido à sua complexidade e possibilidades diversas de interpretação, talvez também pela vertiginosa atualidade de alguns de seus enunciados ou, então, em razão do *locus* privilegiado do(s) tempo(s) em que foi produzido, “negado”, revisto e, quase obsessivamente, rememorado pelo autor, além de comemorado em diversas reedições.

Desenrola-se diante do leitor atual uma gradação de interpretações de *RdB* que se situam entre polos opostos e dificilmente conciliáveis, da afirmação de um “radicalismo democrático” (CANDIDO 1969; 1986) até a proximidade do “conservadorismo europeu” dos anos 1930 (WAIZBORT 2011; MATA 2016). Desde o início do novo século vem ocorrendo um movimento de retorno crítico à primeira edição de *RdB* e cotejos com as demais.¹ O suprasumo desse movimento é a edição crítica (HOLANDA 2016) preparada na ocasião dos oitenta anos do livro. São discriminadas todas as mudanças textuais operadas entre as cinco primeiras edições, de 1936 a 1969, e a atualidade da fortuna crítica aparece contígua ao livro em posfácios. O que se pode reter minimamente do debate é que apenas em 1948 o ensaio passa a configurar uma interpretação do Brasil em chave “progressista”. Sedimenta-se, com isso, nova camada de memória sobre *RdB*.

Estudaremos, aqui, como *RdB*, já nos anos de 1970 e 1980, está situado entre história e memória. Em função de sua posição de clássico da historiografia brasileira, marco mesmo da memória da disciplina, procuro compreender, neste artigo, uma fase importante, mas praticamente desconsiderada no estudo de sua história. Realizaremos uma leitura das lembranças e autocríticas tardias de seu autor, em relação com as comemorações da obra, além da incorporação de importantes paratextos. “Autobiografia de *RdB*”,² então, porque se trata de sinalar a principal preocupação da escrita de si do historiador,³ a autocrítica de seu livro de estreia, como fator considerável na história e recepção acadêmica de *RdB*.

O estudo da escrita de si dos historiadores⁴ pode contribuir para a autocrítica da história da historiografia, desde a percepção de como eles participam da elaboração de sua própria memória até como são por eles dispostas e mobilizadas

¹ Alguns dos autores que desde então têm se debruçado sobre as mudanças entre a primeira e demais edições são: Eugênio (2011), Waizbort (2011), Castro Rocha (2012), Feldman (2012), Nicodemo (2014) e Mata (2016).

² A metáfora no título escolhido dialoga com “*Raízes do Brasil: biografia de um livro-problema*”, de Castro Rocha (2012, p. 19-39), que se atém ao estudo das mudanças no texto de 1936 no tempo. Minha proposta – que contorna as margens desse debate atual, vale precaver – se atém principalmente à leitura da autocrítica de Buarque de Holanda sobre *RdB*, a partir, portanto, de elementos exteriores ao texto.

³ O presente artigo retoma capítulo de tese “Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro: escrita de si e memória (1969-1986)” (cf. CARVALHO 2017).

⁴ Sobre a escrita de si dos historiadores no tempo presente, seu estatuto e possibilidades heurísticas, ver Dosse (2011, p. 389-396) e Garcia (2014, p. 20).

as autorrepresentações da história como disciplina (POPKIN 2005, p. 280). A partir de suportes, tais como autobiografias, memórias, correspondências, depoimentos, a crítica historiográfica ou mesmo a história da historiografia, a “memória disciplinar cristaliza momentaneamente as relações de força que se disputam em determinado campo” (MÜLLER 2005, p. 198).⁵

Buarque de Holanda, logo em 1948, decreta a “morte do homem cordial”, mas continua muitas décadas depois ocupando-se de revivificá-lo. Os autocomentários sobre as intenções primeiras de *RdB* se concentraram na polêmica sobre a verdadeira acepção de cordialidade como traço singular do “caráter brasileiro”. Desse modo, críticas potenciais ficaram, pelo tempo, asfixiadas. Contudo, a senda aberta por diversos estudos atuais tem favorecido o descerramento de outras discussões possíveis e, assim, a pluralidade interpretativa do clássico se revitaliza contra os riscos de conformação do debate, por longo tempo consubstanciado à memória.

Os estertores e a remição do homem cordial (1948-1969)

Associada a *RdB* como sendo a sua principal objeção, observaremos rapidamente a contenda com Cassiano Ricardo – em 1948 e tão somente – por ocasião de sua segunda edição, a mais profundamente modificada, para posterior apreciação dos elementos que serão rememorados pelo autor nos anos 1970 e 1980. Em seguida, consideraremos a profunda autocrítica realizada por Buarque de Holanda em uma palestra diante dos militares em 1967, que também estabelecerá os marcos da memória de *RdB*, muitas vezes repetidos nas décadas seguintes.

146

Cassiano Ricardo foi seguramente o primeiro a observar, ainda que brevemente, a profundidade das mudanças operadas por Buarque de Holanda entre a primeira e a segunda edição de *RdB*: “pretendendo explicar a palavra, Sérgio alterou, descaracterizou nosso ‘homem cordial’” (RICARDO 1948, p. 45). Ricardo não se conformou que a cordialidade, na segunda edição, ganhasse maior nitidez como o oposto da polidez e se afastasse decididamente da suposição em contrário. Para ele, pois, o brasileiro se definia pelo caráter de bondade propriamente dita, “não bondade em sentido de simples cordialidade” (RICARDO 1948, p. 53).

Buarque de Holanda responde primeiro em nota na segunda edição e, logo em seguida, em três páginas muito objetivas na revista *Colégio*. Ele anota mesmo uma certa banalidade no debate – “nossa divergência se reduz, afinal, a uma questão de palavra” (HOLANDA 1948, p. 52). A fim de delinear algumas mudanças de posição entre “minhas antigas e novas ideias” (HOLANDA 1948, p. 54),⁶ apressa-se a decretar prematuramente a morte do homem cordial. Desse

⁵ F. Nicolazzi (2014, p. 32) alerta, explicitamente, para como a história da historiografia, mesmo em sua função crítica, “acaba também por engendrar memórias disciplinares”, afastando-se ou reinventando tradições.

⁶ A linha divisória traçada pelo autor não é efetivamente tão simples. Demanda a compreensão da sua redefinição nos âmbitos político e profissional, em que está implicada a segunda edição de *RdB*. Entre os fundadores, nos anos 40, da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) e da Esquerda Democrática (depois Partido Socialista), Buarque de Holanda se engajou também pela profissionalização das letras e humanidades em nosso país – enquanto transitava entre instituições culturais, a crítica literária e a universidade. Discreto, embora resoluto, quanto às mudanças no texto, o prefácio à segunda edição de *RdB* apresentava, entretanto,

modo, o autor acaba por diminuir a importância, entre outras, de uma potencial análise mais acurada das modificações entre as edições, conforme esboçara Ricardo. A própria mudança acelerada da situação histórica faria o “homem cordial” tombar no abismo do esquecimento:

Com a progressiva urbanização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo na incorporação de áreas cada vez mais extensas à esfera da influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com o defunto (HOLANDA 1948, p. 54).

A contenda a rigor termina por aí, mas não cessará de ser evocada por Buarque de Holanda. As “Variações sobre o Homem Cordial”, de Ricardo, e a resposta em forma de “Carta a Cassiano Ricardo” são anexadas à terceira edição de *RdB*, de 1956. O apêndice poderia servir para “esclarecer um assunto diversamente interpretado pelos críticos que se ocuparam do livro” (HOLANDA 1956, p. 9). Permanecem os textos da polêmica na quarta edição, de 1963, da Universidade de Brasília (UnB), mas não na subsequente, de 1969, de volta à José Olympio Editora.

Quase 20 anos mais tarde, Buarque de Holanda retomou os autocomentários sobre *RdB*, em situação de grave seriedade. Em abril de 1967, foi convidado a proferir conferência na Escola Superior de Guerra (ESG) do Estado-Maior das Forças Armadas. A conferência integrava um ciclo de discussões intitulado “Elementos básicos da nacionalidade”, que afluía para a configuração da Doutrina de Segurança Nacional, grande objetivo da ESG. A inquietação do autor é evidente na seguinte passagem: “[...] convidado a falar-vos do ‘homem brasileiro’, não se estranhe que deva eu principiar por esta tentativa de autocrítica, incidindo sobre opiniões que provavelmente sugeriram este convite” (HOLANDA 1967, p. 3-4).

Buarque de Holanda então revisitou suas memórias pessoais, a propósito de, retrospectivamente, clarificar os aspectos determinantes da gênese e historicidade da obra. A sua experiência alemã (1929-1930), segundo o que rememorou, havia lhe despertado maior sensibilidade para a percepção dos contrastes entre indivíduos de formações culturais distintas, de modo que procurou tomar distância de um “patriotismo exclusivista” em favor da compreensãoda alteridade.

Ao voltar de minha primeira residência em país estrangeiro, precisamente da Alemanha de logo antes de Hitler, trouxera eu o meu primeiro livro, só muito parcialmente escrito, é certo, mas no essencial quase todo ele pensado. [...] Em nenhum momento, é verdade, deixara eu transparecer em suas páginas qualquer sedução pelos regimes de força. Publicado o livro em 1936, quando andava em maré alta a pregação do integralismo, oferecia ele, ao contrário, uma denúncia inequívoca do fascismo, tanto em suas manifestações europeias como na variante indígena (HOLANDA 1967, p. 2-3).

inequívoca denúncia da “ditadura pessoal de inspiração totalitária” entretempos (HOLANDA 1948, p. 11). O artigo “Novos rumos da sociologia” (1948) também sinaliza tais ajustes na sua trajetória intelectual, quando diz ter sido revisada em segunda edição a ambiçãodo ensaio original (HOLANDA 2011a, p. 514).

Em seguida, a reconsideração mais importante feita nessa conferência, porque reveladora da razão precisa do desconforto do autor com relação ao seu livro de estreia, é que são – sempre segundo ele mesmo – as próprias contradições presentes no contexto dos anos 1930, de crise das democracias liberais e ascensão dos regimes de força na Europa e no Brasil, que tornam o ensaio por vezes ambíguo e de difícil conclusão: “apenas me pergunto se os argumentos a que recorri para combater essa atração [pelas ditaduras] não pertencem rigorosamente à mesma seara onde outros, na mesma época, foram recolher seus motivos para enaltecê-la” (HOLANDA 1967, p. 3).

Erigia-se, então, um segundo pilar da autocrítica de Buarque de Holanda a *RdB*. Seguida à polêmica com Cassiano Ricardo, que se concentrava na verdadeira acepção da palavra “cordial”, o autor passava agora a melhorsituá-lo em sua historicidade, reconhecendo a proximidade, mas delimitando diferenças para com seus contemporâneos de geração. Ainda uma terceira reconsideração aparece nesta conferência: “em 1936 escrevia eu como ensaísta: mais tarde iria definir-me melhor como historiador” (HOLANDA 1967, p. 3). É interessante perceber como, ao tomar distância do ensaio, ele sugere um marco divisor – o da profissionalização no ofício de historiador – em sua trajetória. Podemos inferir que *RdB*, em 1967, eratomado por seu autor como documento de um período particular da historiografia brasileira.⁷ São os estertores do homem cordial.

148

É notável a proximidade temporal entre a palestra na ESG e o prefácio de Antônio Candido para a quinta edição de *RdB*. Publicado em 1969, mas datado de 1967, “O significado de *Raízes do Brasil*” consolidou-se como o mais importante aporte orientador e estabilizador da leitura do ensaio, ponto de se tornar ele mesmo um clássico (MONTEIRO 2008, p. 355). Desde então, nunca mais o prefácio deixou de acompanhar o livro nas numerosas edições subsequentes.⁸

Tamanho é o poder de sugestão desse prefácio de 1969, que geralmente se ignora a existência de um anterior, produzido para a quarta edição (1963), que possui a excepcionalidade de não ter sido publicada pela José Olympio Editora. O livro então fez parte dos primeiros números da Coleção Biblioteca Básica Brasileira (v. 10), edição da Universidade de Brasília (UnB), capitaneada por Darcy Ribeiro, algo significativo considerando-se a envergadura não apenas do projeto editorial, de “apresentar o Brasil aos brasileiros”, mas também das ambições democratizantes que presidiam a recente fundação da UnB (1962). Segundo consta em depoimento, Buarque de Holanda considera essa a mais importante das edições de *RdB*, devido exatamente ao prefácio de Candido. Dizia ele, na ocasião: “[...] a mais importante foi a quarta edição, da UnB, encomendada pelo Darcy Ribeiro. O prefácio foi feito pelo Antonio Candido, e

⁷ Importa frisar, porém, que o texto lido na ESG teve circulação muito restrita. Foi publicado originalmente como folheto impresso na própria ESG, classificado como documento “reservado”. Apenas recentemente o texto veio a público (EUGÊNIO; MONTEIRO 2008, p. 617-637).

⁸ Os elementos paratextuais exercem forte gravidade em relação ao texto que prolongam. Quanto aos prefácios aqui analisados, “ulteriores” e “alográficos”: são escritos por outrem que, valendo-se de sua posição de autoridade no campo específico, recomenda o livro aos novos leitores e lhes orienta a leitura – o mesmo vale para os “autocomentários tardios”, estes materialmente independentes do texto (GENETTE 1987, p. 271 e p. 372).

tenho a impressão de que isso deu sorte, porque a partir dali o livro passou a ter muita reimpressão, às vezes duas por ano” (SOUZA 2004, p. 6).

O livro em 1963 já é apontado por Candido como clássico. Mas ainda um livro que *se fez clássico* tendo subsistido ao tempo e à institucionalização universitária dos estudos históricos: “Este livro, publicado faz quase trinta anos, atravessou facilmente o período mais transformador dos estudos sociais no Brasil e *se tornou* um clássico” (CANDIDO 1963, p. ix, grifos meus). O homem cordial começa a trilhar o caminho da remição.

Em 1969, Antonio Candido assumia a voz do testemunho de uma geração intelectual, estabelecendo assim um cânone da moderna historiografia brasileira (FRANZINI; GONTIJO 2009, p. 156-7). Ele revisitava as memórias de estudante de sociologia na Universidade de São Paulo (USP) a fim de indicar a marca deixada pela leitura, não apenas de *RdB*, como também de *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr. Estes livros, que interpretaram o sentido da história brasileira e o caráter singular da brasilidade, ele os considerava como expressivos do radicalismo intelectual surgido da Revolução de 1930, especialmente para os jovens, como ele, de esquerda. Candido se lhes opunha a obra de Oliveira Vianna, que ao lado deles já parecia defasada, em função dos “preconceitos ideológicos” de que era portadora (CANDIDO 1969, p. xi).

Na conferência de 1967, Buarque de Holanda deixava transparecer sua preocupação relativa ao emaranhado de ideias e propostas que se insinuavam nos anos 1930, ao cogitar se não havia bebido na mesma fonte de autores ligados abertamente ao campo conservador. Em “O significado de *Raízes do Brasil*”, Candido, porém, não tomou conhecimento dessa dúvida ecravou que “a sua inspiração vinha de outras fontes e as suas perspectivas eram diferentes” em relação aos demais (CANDIDO 1969, p. xii).

Candido associava o método de Buarque de Holanda, antes de mais nada, à “nova história social dos franceses” (CANDIDO 1969, p. xiv). Entretanto, a afirmação de um Buarque de Holanda “*annaliste*” em *RdB* dificilmente se sustenta. Um olhar perquiridor sobre as notas de pé de página e o índice onomástico – mesmo da quinta edição, e menos ainda em 1936 – é suficiente para percebermos que nenhum dos historiadores franceses desse grupo é citado. Trata-se, fora de dúvida, de uma construção *a posteriori* (CANDIDO 1969, p. xiv). Em seguida, sim, Candido concedia justo lugar à sociologia da cultura e etnologia alemãs como referências basilares do ensaio, “constituído sobre uma admirável metodologia dos contrários” (CANDIDO 1969, p. xiv).

Após detalhada resenha, capítulo por capítulo do livro, resulta que, para Candido, o ensaio, distante de definições cabais ou soluções imediatas, “impede o dogmatismo e favorece a reflexão de tipo dialético” (CANDIDO 1969, p. xxi). Considerados tais aspectos, soa artificial que, mesmo reconhecendo a “discreta e quase remota” tomada de posição de Buarque de Holanda, Candido assevere, ao cabo e em suma, que o livro se distinguisse tão nitidamente, em 1936, pelo pensamento das condições da vida democrática no Brasil (CANDIDO 1969, p. xx). Isto não representa necessariamente, como alerta Kennedy Eugênio (2011,

p. 395), pura invenção, mas é certo que desconsidera as amplas transformações decorridas nas três décadas anteriores – na história do livro, na trajetória de seu autor. Somente desse modo é que fora possível, na sua edição definitiva, entronizar *RdB* como um “clássico de nascença” (CANDIDO 1969, p. xii).

O homem cordial redivivo (1969-1982)

Buarque de Holanda concedeu diversas entrevistas de meados da década de 1970. Em seu arquivo pessoal consta que, de um total de trinta entrevistas conservadas desde 1925, dezessete foram realizadas entre 1976 e 1982.⁹ Dessas, são três as temáticas principais, frequentemente entrelaçadas: aposentado da cátedra de História da Civilização Brasileira da USP desde 1969, revisitava a sua trajetória intelectual; comentava a situação política, entre o auge dos “anos de chumbo” e o início do processo de “abertura” do regime militar; e, ainda, a própria história do Brasil, notadamente a história política, à qual se dedicou desde *Do Império à República* (1972). Em revisitando sua trajetória, o historiador voltava a se ocupar de suas insatisfações com relação a *RdB*, no essencial as mesmas externadas em 1948 e 1967.¹⁰ É na rememoração de Buarque de Holanda, após a edição definitiva, que encontra abrigo o “homem cordial redivivo”, tensionado pelas contradições entre a sua agonia e remissão.

Observamos, nessas recordações, a autocrítica ainda muito atrelada à sua intenção com o uso da palavra “cordial”, lado a lado à atenuação da “morte do homem cordial”, pela via da imersão na historicidade da obra. Temos também que subjaz uma inquietação política com relação à autocrítica do ensaio. Não era, então, apenas autocelebração; o componente comemorativo ficava por conta de outros atores, seus próximos.¹¹ Efetivamente, acontece que, como o seu autor mesmo admitirá, pesava sobre ele a crítica de haver sustentado uma “ideologia do homem cordial”. A “crítica das ideologias” era candente entre os jovens historiadores da historiografia na universidade brasileira, que desconfiavam dos “intérpretes do Brasil” da década de 1930, aproximando Freyre, Buarque de Holanda e outros da mesma geração: “como não possuem explícita uma teoria das classes sociais no Brasil, os ideólogos da cultura brasileira podem se permitir falar do povo com tal nível de generalização que toda a história fica nivelada numa superfície com poucas manifestações de tensão” (MOTA 2010, p. 35). A escrita de si de Buarque de Holanda em boa medida responde a essas pressões, quando então se vê ameaçada sua posição na memória disciplinar. Mesmo o debate atual sobre as edições de *RdB* pouco dialoga com essas críticas abertas há quatro décadas (CARVALHO 2017, p. 189-211).¹²

150

⁹ Para Arfuch, com as novas configurações do espaço público no século 20, a mediatização e suas tecnologias, a entrevista ganhou em importância enquanto forma de escrita de si (ARFUCH 2010, p. 117).

¹⁰ Algumas dessas entrevistas foram reunidas em livro. O organizador destaca a “curiosidade quase desastrosa sobre o homem cordial”, mas reproduz: “As poucas (e boas) palavras do mestre aqui compiladas ajudam a desfazer tal engano” (MARTINS 2009, p. 11).

¹¹ Paul Ricœur nos dá a entender que o plano intermediário de referência entre memória pessoal e coletiva, entre o si mesmo e o(s) outro(s), se encontra nos *próximos*, aqueles “outros privilegiados”, entre o indivíduo e a comunidade de pertença (RICŒUR 2000, p. 161-3). Entre os pares intelectuais, coube principalmente a Candido a atestação do discurso de si de Buarque de Holanda.

¹² Entre eles, principalmente C. G. Mota (1977), com quem Buarque de Holanda polemizou sobre sua concepção, pioneira, diga-se, de escrita da história (HOLANDA 1973). Outros autores aceitavam sem maiores

Em 1976, Buarque de Holanda concedeu entrevista para as então inovadoras “páginas amarelas” da revista *Veja*, sob título “*A democracia é difícil: as observações e as conclusões de um especialista com base no exame da história*”. Em breve introdução, o jornalista traçou resumidamente o percurso e o perfil do historiador – pululavam nas entrevistas as referências ao “grande tripé básico da cultura brasileira no século XX”, e ao “pai do Chico, como adora ser chamado” (COELHO; HOLANDA 1976, p. 3). Buarque de Holanda se esforça em redirecionar o sentido geral do ensaio, quando indagado sobre o que ele mudaria no livro, passados exatos 40 anos de sua primeira edição.

Eu escrevi dois de seus capítulos na Alemanha, quando lá morei, entre 1928 [sic] e 1931. A ideia básica era de que nunca houve democracia no Brasil e de que necessitávamos de uma revolução vertical, que realmente implicasse a participação das camadas populares. Nunca uma revolução de superfície, como foram todas na história do Brasil, mas uma que mexesse mesmo com toda a estrutura social e política vigente (COELHO; HOLANDA 1976, p. 3).

Ao mesmo tempo em que afirmava o caráter revolucionário do livro, Buarque de Holanda procurava tomar distância dele, contradição que não passou despercebida por Kennedy Eugênio. Contudo, eleminora as críticas da historiografia de 1970 como meras reprises da autocrítica do ensaio, fundador que seria Buarque de Holanda, em sua visão, da própria crítica ao livro de 1936 (EUGÊNIO 2011, p. 451). Sigamos, um passo adiante disso, que indica, a meu ver, o peso de tais considerações autocríticas sobre a recepção acadêmica da obra: as reprises parecem, antes, as lembranças de Buarque de Holanda em retorno às contestações. Notaremos ainda que, a exemplo da conferência na ESG, o livro está “superado e datado”, o que, pela lembrança da historicidade da obra, nuança a severidade da negação de 1948 diante de Cassiano Ricardo sobre “a morte do homem cordial”.

151

Hoje, eu não me aventuraria mais a uma empreitada dessa espécie. Simplesmente porque os tempos são outros [...]. Há pouco tempo uma editora francesa, a Gallimard, me propôs a tradução de “*Raízes do Brasil*”. Pediram-me também um ensaio, que seria publicado na edição francesa, atualizando minhas ideias. Tentei, mas acabei desistindo. O livro está superado e plenamente datado. Não tem sentido reescrever eternamente a mesma obra (COELHO; HOLANDA 1976, p. 3-4).¹³

Mais adiante, na mesma entrevista, Buarque de Holanda repetia o argumento, colocado pela primeira vez na ESG, sobre as distâncias que procurou

dificuldades a autocrítica de Buarque de Holanda. D. M. Leite (1969, p. 323) entendia o homem cordial como “descrição intuitiva do brasileiro de classe alta”, mas considerava *RdBum* livro “isolado” no conjunto da obra buarqueana. Ainda mais diretamente, A. Marson (1971, p. 528) atenuava as críticas: “o próprio historiador de *Raízes do Brasil* já se ocupou à saciedade na demonstração do sentido textual do conceito de ‘cordial’”.

¹³ Arthur Assis, ainda que pouco preocupado com a crítica do testemunho, considera a importância dessa lembrança autocrítica, de distanciamento do ensaio: “Nesse contexto de entusiasmo geral em torno de *Raízes do Brasil*, mencionar que o próprio autor, 40 anos após a publicação do livro, o qualificou como ‘superado e completamente datado’ [...] corresponde a remar contra uma forte maré intelectual” (ASSIS 2010, p. 93).

tomar do ensaísmo de interpretação em favor da pesquisa histórica. “[...] O livro ficou no nível do ensaio. Não sou contra a ensaística ou a interpretação, mesmo hoje. Mas a pesquisa deve ser rigorosa e exaustiva” (COELHO; HOLANDA 1976, p. 6). Todavia, essa entrevista apresenta uma resposta, essa sim, muito contundente à crítica ideológica na historiografia. Buarque de Holanda mobiliza a própria historicidade do pensamento histórico, em reflexão algo afim aos desenvolvimentos posteriores da epistemologia da história:

A atual geração de historiadores considera a ideologia um pensamento falso. Mas eu pergunto: será possível assumir uma ideia que seja válida? Cada um de nós tem, no fundo, uma certa ideologia, um certo conceito de tempo. Para transcender isso, somente um gênio. E não devemos ficar externamente de braços cruzados à espera desse ser excepcional, devorador de ideologias, que assumiria o ponto de vista da eternidade (COELHO; HOLANDA 1976, p. 6)

No ano seguinte, 1977, o *Jornal do Brasil* promoveu uma enquete sobre a responsabilidade dos intelectuais na orientação do destino nacional. Buarque de Holanda disse não se ver como grande mentor da opinião pública brasileira – a resposta é indício de tal reconhecimento –, pois que nenhum intelectual seria capaz de um tal feito sozinho. Advertência feita, pôs-se o autor a ruminar as mesmas conhecidas considerações a propósito de *RdB*.

152

Entre muitas discussões, críticas de que se tratava da apologia de uma ideologia burguesa, surgiu até um livro do Cassiano Ricardo, que interpretou-a em sentido diverso do que eu lhe dava. [...] Ora, é bom lembrar que a cordialidade não é só um estado de benevolência. Pode ser também de malevolência. [...] Mas eu mesmo, na resposta a Cassiano Ricardo, cheguei a dizer que o homem cordial morreu e já se tem gasto muita cera para esse defunto (JORNAL do Brasil 1977, p. 1).

Desse discurso, importa observar atentamente a curiosa associação entre o conflito com Cassiano Ricardo e a crítica ideológica, crítica essa que somente agora se levantava, e que não se reduzia às suas intenções no uso da expressão “cordial”. Considerar a resposta enviesada de Buarque de Holanda fortalece a hipótese de que a repetição da contenda com Cassiano Ricardo visava resguardar *RdB* de outras possíveis contestações.

No ano seguinte, o historiador concedeu algumas importantes entrevistas sobre o regime militar e o início do processo de abertura. Naquele 1978 ele passava a falar sobre o assunto de forma mais enfática, agora na condição de vice-presidente do Centro Brasil Democrático (Cebrade), fundado por Oscar Niemeyer. Não deixou de lado, porém, a lembrança acerca de seu livro de 40 e poucos anos. Ele ainda era requisitado pelos jornais como “explicador do Brasil”, pois: “Como entender este país? Foi o que Sérgio Buarque de Holanda buscou responder nesta entrevista e quando escreveu um livro clássico da nossa historiografia: ‘Raízes do Brasil’, publicado nas vésperas do Estado Novo, mas atual porque ainda não superamos nossas raízes” (CARDOSO; HOLANDA 1978, p. 3). O jornalista da *Folha de S. Paulo*, *RdB* em mãos e munido de longo

arsenal de questões, encontrou um Buarque de Holanda muito à vontade, de pantufas “com o contraforte pisado” e “caixa de cigarros em mãos”. Tudo isto, bem ao largo da importância que lhe era atribuída: “o Velho Mestre é a *memória viva do país*” (CARDOSO; HOLANDA 1978, p. 3). Quase desnecessário, desse comentário, sublinhar o papel conferido a Buarque de Holanda no plano da memória social,¹⁴ em função das novas lutas democráticas (NAPOLITANO 2014, p. 315), para as quais *RdB* era convocado a orientar o sentido.

Exemplo disso, Buarque de Holanda recebia em 1980 a consagração definitiva com o troféu “Juca Pato” de “Intelectual do Ano”, concedido pela União Brasileira de Escritores (UBE) por *Tentativas de Mitologia* (1979), último livro publicado em vida. A premiação na UBE, em 1980, comportou manifestação política. Buarque de Holanda (1980), de modo a conferir profundidade e coerência a seu posicionamento, lembrou o seu engajamento no I Congresso de Escritores (1945), da então ABDE, contra a ditadura do Estado Novo. Enquanto Mota (1980), no jornal da UBE, manifestou-se contra aquele “desfile de unanimidades”, Candido (1980) afirmou que o prêmio consagrava “a mais completa organização de historiador do Brasil”. Coordenada pela afirmação de sua “vocação principal, de historiador” (HOLANDA 1979, p. 32), estabilizava-se em *Tentativas de Mitologia* uma “identidade narrativa” de Buarque de Holanda – defendendo que o livro representa efetivamente sua autobiografia intelectual. Segundo o conceito ricœuriano, o autor reconhece a si mesmo pela narrativa de si, harmonizada a mudança temporal na coerência de uma vida, e pelo diálogo com a diferença, o que é bastante pertinente para análise de *Tentativas de Mitologia*: antologia de antigas críticas (1940-1950) principalmente historiográficas, cujos alvos primeiros eram Vianna e Freyre, precedida de um “ensaio autocompreensivo”. A própria vida, enfim, “um tecido de histórias narradas” (RICŒUR 1985, p. 356). A propósito de *Raízes*, contamos aí com uma narrativa da g nese do livro, explicativa dos caminhos e desvios de seu projeto original. A compreensão histórica sobre a passagem de Buarque de Holanda pela Alemanha, vista como o elo entre o modernismo e *RdB*, temas essenciais de *Tentativas de Mitologia*, se nutre quase exclusivamente das rememora es, mesmo na historiografia especializada.¹⁵

Recomecei a ler, e recomecei mal, enfronhando-me agora em filosofias místicas e irracionalistas (Klages, etc.), que iam pululando naqueles últimos anos da República de Weimar e já às vésperas da ascensão de Hitler [...]. Foi só depois de conhecer as obras de críticos ligados ao

¹⁴ Ato pessoal de lembrança, a rememora o se insere na dimensão pública pelas rela es que entret ce com as comemora es. Estas se dirigem, por sua vez, a grupos sociais portadores de uma memória, que “preside as rela es intersubjetivas e deriva das mesmas” (SILVA 2002, p. 429).

¹⁵ Assim, para ficarmos com um único exemplo, em Roberto Vecchi (2008, p. 369): “  o próprio Sérgio que atesta o elo estrito entre o momento modernista e a concep o de *Raízes do Brasil*”. Vecchi então cita, como se autoexplicativa, resposta de Buarque de Holanda a Richard Graham (1982), sobre *RdB* como ruptura com o passado. Esses apontamentos de modo algum servem para censurar os trabalhos em questão (de Eug nio, Vecchi ou Assis), que são referenciais, senão para o reconhecimento da incidência de estratagemas memoriais sobre a fortuna crítica – sem também, de minha parte, reivindicar autonomia em rela o   memória. Em dossiê comemorativo dos oitenta anos de *RdB*, na *Revista Brasileira de História* (n. 73), Sérgio da Mata (2016) estudou as leituras e apropria es da “constela o de autores conservadores” pelo jovem autor de *RdB*, o que de certa forma questiona essa rememora o da temporada alemã.

círculo de Stefan George, especialmente de um deles, Ernst Kantorowicz, autor de um livro sobre Frederico II (Hohenstaufen) que, através de Sombart, pude afinal “descobrir” Max Weber, de quem ainda guardo as obras então adquiridas. Os livros de Weber e um pouco as lições de Meinecke, em Berlim, indicando-me novos caminhos, deixarão sua marca na minha *Teoria da América*. Quando voltei ao Brasil em 1931 trazia um calhamaço de suas 400 páginas. Dele tirei o essencial para um estudo histórico [*Corpo e Alma do Brasil*, 1935] encomendado [...]. Alguns anos depois saiu o meu livro, com quase dois capítulos tomados a esse artigo [...], já se chamava *Raízes do Brasil*, nome que ainda conserva hoje, na sua 12ª edição (HOLANDA 1979, 29-30).

Uma comitiva de pesquisadores esteve no MIS em 1981, para gravar depoimento do historiador no projeto “Estudos Brasileiros”, coordenado por Ernani S. Bruno. Em 2004 foi publicado pela revista *Novos Estudos* (Cebrap), com o título “Corpo e Alma do Brasil”, por iniciativa de Laura de Mello e Souza (2004, p. 3-14). *RdB*, é claro, ocupou boa parte das atenções. A repetição das mesmas elucubrações já conhecidas indica a presença de algo de incômodo nessa memória.

O livro foi publicado em 1936, uma época muito dura para o Brasil, quase tão dura quanto a atual. E nele afirmo que uma revolução no Brasil não pode ser uma revolução de superfície: teria de ser uma revolução que levasse em conta todos os elementos mais aptos que estão por baixo. O fato é que não pensei mais nesse assunto. Tanto que as novas edições têm saído sem mudança. Só agora, que se tem falado muito naquela questão do homem cordial – *eu tenho sido muito criticado por isso* –, resolvi pedir que na próxima edição eles incluíssem uma parte da minha polêmica com o Cassiano Ricardo. Cassiano implicava com o termo “cordial”. Para ele, o correto seria “homem bom”. Mas minha ideia não era fazer nenhuma avaliação ética. [...] Antonio Candido sugeriu que eu excluísse a polêmica, pois publicá-la seria dar crédito demais ao Cassiano. Pode ser, mas a minha parte achei que devia publicar. Ao menos *assim me defendo um pouco* (SOUZA 2004, p. 10, grifos meus).

154

O comentário acima explica a reaparição abrupta da “Carta a Cassiano Ricardo” na décima quarta edição (1981). Requentada anos depois pelas ponderações tardias de Buarque de Holanda, o *affaire* Ricardo não teria razão de reaparecer senão atrelado aos estratégias da memória. O mais importante: perceba-se o desconforto do autor com a crítica dos anos 1970. Contudo, mobilizar o debate de 1948 sobre a etimologia da cordialidade, era, como já se argumentou aqui, insuficiente para dar conta da crítica de uma “ideologia conservadora”. Já confissão de alguns expedientes editoriais e da estreita cumplicidade entre o autor e o prefaciador, Antonio Candido, é mais um indício das estratégias memoriais. Note-se, ainda, que apenas muito discretamente Buarque de Holanda se refere às mudanças no texto; menos ainda fez menção ao teor ou à profundidade das mesmas, que o debate atual minuciosa e categoricamente evidencia.

No mesmo ano, Buarque de Holanda concedia nova entrevista, conduzida por Richard Graham, para a *Hispanic American Historical Review* (HAHR). Buarque de Holanda, ciente de seu provável caráter testamentário, teve muito

cuidado com ela, revisou-a “tin-tin por tin-tin”, segundo Graham (CARTA de Graham a Buarque de Holanda, 1981). Indagado sobre o livro preferido de sua autoria, reconheceu que o ensaio de 1936 ganhou maior repercussão, mas revelou preferência por *Visão do Paraíso* (1959), trabalho de historiador, tese que lhe valeu a cátedra na USP, comentando o aprofundamento da pesquisa nas edições subsequentes (1968 e 1977) e a preparação de caprichada tradução para o espanhol (1987). *RdB*, por sua vez, Buarque de Holanda considerava como “mera coleção de ensaios” (GRAHAM 1982, p. 10).

Memória da obra: historiografia e política

Para Judith Schlanger (2008, p. 170), não coincide a data de aparição de uma obra com a sua “entrada na memória”, que geralmente acontece mais tarde e repetidas vezes. As reedições são novas inscrições de uma obra no tempo. Divisaremos, então, que, ao lado da autocrítica de Buarque de Holanda, também as comemorações de *RdB*, em reedições especiais, visavam, no período em tela, prolongar o sentido da obra em direção à cultura política ou memória coletiva da redemocratização, assim como inscrevê-la em determinada tradição historiográfica.

Entre a edição definitiva, de 1969, e 1986, ano em que se comemorou o “Jubileu de Ouro” de *RdB*, contamos nada menos que onze edições. Os pretextos comemorativos embalaram a publicação de algumas dentre tão numerosas edições e, destarte, contribuíram para a reafirmação do clássico da modernidade brasileira e da memória em torno do historiador. Também pela comemoração, portanto, *RdB* recobrava nova vida. O que não se poderia era supor, como sugeriu Buarque de Holanda, que o prefácio de Antonio Candido simplesmente “deu sorte” para o bom êxito tardio do livro. A parceria intelectual entre os dois vai, afinal, muito “além de um prefácio”, como demonstra Thiago Nicodemo (2016) em um “esboço de biografia cruzada”.

Apenas dois anos depois da edição definitiva (1969), temos uma nova em 1971, a sexta. O editor José Olympio enviou, do Rio de Janeiro, uma carta para “o grande e querido editado Sérgio Buarque”, em setembro de 1971, dando notícia e prestando satisfações da “sexta edição do seu *já clássico* ‘Raízes do Brasil’ – edição comemorativa dos 35 anos do livro”. O editor lhe informava a impressão incomum de seis mil exemplares, dos quais dois mil seriam encaminhados ao Instituto Nacional do Livro (INL), e os quatro mil restantes seriam distribuídos entre as livrarias do país (CARTA de José Olympio a Buarque de Holanda, 1971).

Em 1976, o livro já somava sua décima edição, mesmo que a crise econômica de 1973 tivesse desestabilizado o mercado editorial brasileiro. Graças às amizades pessoais de José Olympio, evitou-se que a sua casa editora fosse vendida para estrangeiros, mas o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) assumiu o seu controle (HALLEWELL 2012, p. 532-5). O novo conselho editorial determinou a convenção de (re)editar “obras consagradas”, obedecendo interesses puramente mercadológicos. O parecer de Candido quanto ao “clássico de nascença” inclusive virara já *slogan* publicitário: na própria capa do livro se encontrava a expressão, entre aspas e assinada pelo crítico, a partir da décima edição. Na folha de rosto, abaixo do título, a inscrição:

“Nona edição comemorativa do Jubileu de Esmeralda do livro e da coleção”. A Coleção Documentos Brasileiros havia principiado justamente por *RdB*, em 1936. Em função disso, à “Nota da Editora: dados biobibliográficos do autor” e à “história bibliográfica de *Raízes do Brasil*”, que acompanhavam o livro desde a quinta edição de 1969, outro componente paratextual era incluído, “Os 40 anos de ‘Raízes do Brasil’ e da Coleção Documentos Brasileiros”, por Afonso Arinos de Melo Franco. Quadragenária, a Coleção atingia o *status* de “um dos maiores monumentos da cultura nacional” (FRANCO 1976, p. xi). Sobre *RdB*, Arinos asseverou que ele começava sua carreira com “um livro definitivo”, o que reforçava a impressão de um clássico desde sempre.

Quatro anos após o decesso de Buarque de Holanda, 1986 ficou marcado, na história da sua memória, por um considerável número de comemorações relevantes. *RdB* completava seu cinquentenário, e uma edição mais que especial, comemorativa do Jubileu de Ouro, fora preparada para a ocasião. Foi também o ano da inauguração da “Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda” na Unicamp – instituição que incorporou a seu patrimônio o legado buarqueano, como parte de um projeto de preservação da “memória científica nacional” (COSTA 1986) – e da primeira publicação original póstuma, o livro *O Extremo Oeste*, organizado pelo discípulo José Sebastião Witter. Esses eventos se articulam, de modo que se pode falar em 1986 de um *complexo* de celebrações à memória de Buarque de Holanda.

156

A décima oitava edição (1986) de *RdB*, comemorativa do Jubileu de Ouro, aparecia incrementada de novos e ricos elementos paratextuais. A “Nota da Editora” com os dados biobibliográficos do autor extrapolava a barreira da morte para registrar alguns eventos comemorativos que se seguiram. É acrescido um belo álbum de imagens de Buarque de Holanda acompanhado de outros intelectuais, amigos e familiares. Outro componente importante era o texto do ensaísta Alexandre Eulalio, pronunciado na solenidade de inauguração da biblioteca na Unicamp.

Mas o que intriga é a presença inédita de dois outros documentos. Trata-se da tradução das cartas enviadas a Buarque de Holanda em 1948 por historiadores franceses dos *Annales*, Lucien Febvre e Fernand Braudel. Esse último agradecia-lhe o envio da segunda edição de *RdB* e elogiava “suas preocupações de historiador, tão próximas das nossas” (HOLANDA 1986, p. xix-xx). Lucien Febvre, por sua vez, convidava oficialmente Buarque de Holanda a ministrar cursos na VI^a. Seção da “École Pratique des Hautes Études” (HOLANDA 1986, p. xx). Foi apenas em fins dos anos 1940 que Buarque de Holanda estreitou relações com os historiadores franceses. Em momento de redefinições do campo de estudos brasileiros e de virada em sua própria trajetória e concepção de história, Buarque de Holanda rendeu-lhes tributos em ensaios historiográficos (HOLANDA 2011b, p. 18-21).

Deve-se considerar, portanto, o uso dessas cartas. Elas aí estão publicadas porque a organização e inauguração do acervo pessoal o possibilitava.¹⁶ Considerando a reflexão um pouco apressada de Candido (1969), para quem *RdB* é impregnado da “história social dos franceses”, a recuperação dessas cartas parece ocorrer em reforço de tal afirmação. Houve, com isso, efetivamente um

¹⁶ Para conhecimento pormenorizado do processo de constituição do acervo, ver SILVA 2015.

esforço por inscrever o livro na tradição historiográfica dos *Annales*, amplamente reconhecida como a mais inovadora e importante no século 20.

Candido esteve bem próximo da concepção dessa edição comemorativa do Jubileu de Ouro, com um *post-scriptum* ao prefácio de 1969. Considere-se, entretanto, o engajamento do historiador na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e seu projeto democratizante de inclusão e redução das desigualdades sociais. O objetivo de Candido era não apenas reforçar, mas tornar ainda mais explícita a “mensagem política” de *RdB*, agora em andamento a “Nova República”. Esse *post-scriptum* acompanha todas as edições desde então:

Cinquenta anos depois *Raízes do Brasil* continua um grande livro, cheio de sugestões e originalidade. [...] Falo do que se poderia chamar o “radicalismo potencial das classes médias”, que no caso de Sérgio adquire timbre diferenciador, ao voltar-se decididamente para o povo. Por isso, repito com realce o que escrevi no prefácio de 1967: uma das forças de *Raízes do Brasil* foi ter mostrado como o estudo do passado, longe de ser operação saudosista, modo de legitimar estruturas vigentes, pode ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais [...] (CANDIDO 1986, p. li-lii).

Já avançada a década de 1990 – cito para sugerir a continuidade e as apropriações da memória da obra –, Candido voltará a se ocupar de *RdB*, no seminário “Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil”, promovido pela Fundação Perseu Abramo (PT), em reafirmando a imagem do “democrata radical” (CANDIDO 1998, p. 88).

157

Conclusão

Podemos, enfim, reter dessa pequena “autobiografia de *RdB*” que a escrita de si de Buarque de Holanda e os estratagemas memoriais convergem, *em reforço das revisões no texto*, para reconfiguração do livro em novo horizonte, o da redemocratização. Sob a égide da memória, e em função das questões do tempo presente, portanto, *RdB*, após a edição definitiva, rememorado e comemorado, era reposicionado na cultura política e reafirmado na história da história.

A autocrítica parte da verdadeira aceção da cordialidade, da imersão na historicidade da obra, passando pela delimitação da identidade historiadora, até a afirmação dos posicionamentos político sem favor da “revolução vertical”, vinculados esses a *RdB*. A proximidade de Antonio Candido, não apenas nos prefácios, mas também na atestação do discurso de si de Buarque de Holanda, fornece amparo aos ajustes internos ao texto e procura orientar sua leitura em sentido progressista. Por fim, assucessivas comemorações do ensaio em reedições especiais, acrescidas de rico material relativo à história do livro, muito contribuem para a atualização da memória da obra.

Ao alcançar hoje oito décadas de existência, *RdB* frequentemente ainda é evocado, considerando os descaminhos da democracia entre nós, nos debates sobre o Brasil, seu passado e futuro. Talvez mais do que nunca, ou pelo menos com maior grau de sofisticação, favorecida pelas condições do campo, é debatido na história da historiografia.

Referências

- ARFUCH, L. **El espaciobiográfico**. Dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: FCE, 2010.
- ASSIS, A. A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de *Do Império à República*, de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 91-120, 2010.
- CANDIDO, A. Prefácio. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1963, p. ix-xi.
- _____. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. xi-xxii.
- _____. As tentativas de mitologia de Sérgio Buarque de Holanda. **O Escritor**. v. 1, n. 6, s.p., 1980.
- _____. *Post-scriptum*. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 18. ed. Comemorativa do Jubileu de Ouro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. li-llii.
- _____. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.) **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 81-88.
- CARDOSO, J. Que país é este? Entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. **Folha de São Paulo**, p. 3, 30 abr. 1978.
- CARTA de José Olympio a Sérgio Buarque de Holanda. **Rio de Janeiro**, 24 fev. 1981.
- CARTA de Richard Graham a Sérgio Buarque de Holanda. **Rio de Janeiro**, 24 mai. 1981.
- CARVALHO, R. G. **Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro**: escrita de si e memória (1969-1986). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- CASTRO ROCHA, J. C. *Raízes do Brasil*: biografia de um livro-problema. In: MARRAS, S. (Org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Edusp; IEB, 2012, p. 19-39.
- COELHO, J. M. A democracia é difícil: entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. **Veja**, n. 386, p. 3-6, 28 jan. 1976.
- DOSSE, F. "L'écriture de soi: *Essais d'ego-histoire*". In: _____. **Pierre Nora**: homo historicus. Paris: Perrin, p. 389-396.
- EUGÊNIO, J. K. **Ritmo espontâneo**: organicismo em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: EDUFPI, 2011.
- FELDMAN, L. Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 119-140, 2013.

- FRANCO, A. A. M. Os 40 anos de "Raízes do Brasil" e da Coleção Documentos Brasileiros. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. xi-xii.
- FRANZINI, F.; GONTIJO, R. Memória e historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, R. *et al.* (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.
- GARCIA, P. **Les présents de l'historien**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2014.
- GENETTE, G. **Seuils**. Paris: Éditions du Seuil, 1987.
- GRAHAM, R. An Interview with Sérgio Buarque de Holanda. **The Hispanic American Historical Review**, v. 62, n. 1, p. 3-17, 1982.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- HOLANDA, S. B. Prefácio à 2ª edição. In: **Raízes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 11-12.
- _____. Carta a Cassiano Ricardo. **Colégio - revista de cultura e arte**, ano I, n. 3, p. 52-54, 1948.
- _____. Novos rumos da Sociologia [1948]. In: _____. **Escritos Coligidos: livro I, 1920-1949**. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Ed. Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011a, p. 513-517.
- _____. Apologia da história [1950]. In: _____. **Escritos Coligidos: livro II, 1950-1979**. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Unifesp; Perseu Abramo, 2011b, p. 18-21.
- _____. Prefácio à 3ª edição. In: _____. **Raízes do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 9.
- _____. **Elementos básicos da nacionalidade: o homem**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1967.
- _____. Sobre uma doença infantil da historiografia [1973]. In: _____. **Escritos Coligidos: livro II, 1950-1979**. Org. Marcos Costa. São Paulo: Ed. Unesp; Perseu Abramo, 2011b, p. 419-434.
- _____. **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. Os dias de hoje lembram os de 45. **O Escritor**, v. 1, n. 4, p. 4, 1980b.
- _____. **Raízes do Brasil**. 18. ed. Comemorativa do Jubileu de Ouro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- _____. **Encontros**. Org. R. Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.
- _____. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Org. P. M. Monteiro e L. M. Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

- JORNAL DO BRASIL. Qual o poder da inteligência? **Rio de Janeiro**, Caderno B, p. 1, 2 mai. 1977.
- LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1969.
- MARSON, A. Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão. **Revista de História**, n. 86, p. 513-528, 1986.
- MATA, S. Tentativas de (des)mitologia: revolução conservadora em "Raízes do Brasil". **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 73, 2016, p. 63-87.
- MONTEIRO, P. M. Uma tragédia familiar. In: KENNEDY, E.; MONTEIRO, P. M. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: Perspectivas. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 349-361.
- MOTA, C. G. Os fazendeiros do ar [1977]. In: _____. **História e contra-história**. São Paulo: Globo, 2010, p. 31-39.
- _____. Uma visão ideológica. **O Escritor**, v. 1, n. 5, s.p. , 1980.
- MÜLLER, B. L'opération historiographique chez P. Ricœur ou le statut de l'histoire dans l'épistémologie. In: MÜLLER, B. (Dir.) **L'histoire entre mémoire et épistémologie**: autour de P. Ricœur. Lausanne: Payot, 2005, p. 183-203.
- NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- 160 NICODEMO, T. L. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **História da Historiografia**, n. 14, p. 44-61, 2014.
- _____. Para além de um prefácio: democracia e ditadura no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 73, p. 159-180, 2016.
- NICOLAZZI, F. História da historiografia e temporalidades: notas sobre tradição e inovação na história intelectual. **Almanack**, n. 7, p. 27-32, 2014.
- POPKIN, J. **History, historians & autobiography**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- COSTA, P. R. Alocução do Prof. Dr. Paulo Renato Costa, por ocasião da inauguração da Biblioteca SBH na Unicamp. **Campinas**, p. 2, 12 ago. 1986.
- RICARDO, C. Variações sobre o homem cordial. **Colégio - revista de cultura e arte**, ano I, n. 2, p. 38-59, 1948.
- RICŒUR, P. **Temps et Récit**. Paris: Seuil, 1985. t. III.
- _____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- SCHLANGER, J. **La mémoire des œuvres**. Lagrasse: Verdier, 2008.
- SARTRE, J. P. **Les mots**. Paris: Gallimard, 1964.
- SILVA, H. R. "Rememoração"/Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

- SILVA, R. P. **A morte do homem cordial**: trajetória e memória na invenção de um personagem (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- SOUZA, L. M. Corpo e Alma do Brasil: entrevista de Sérgio Buarque de Holanda [1981]. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 69, p. 3-14, 2004.
- VECCHI, R. Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas. In: KENNEDY, E.; MONTEIRO, P. M. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 363-384.

Por uma historiografia literária sentimental: formação e modernidade em Antonio Candido

For a sentimental literary historiography: Formation and modernity in Antonio Candido

Henrique Pinheiro Costa Gaio

henriquecgaio@gmail.com

Pós-doutorado

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n, Centro

35420-000 - Mariana - Minas Gerais

Brasil

Resumo

Este artigo pretende realizar uma análise da historiografia literária de Antonio Candido, expressa em *Formação da literatura brasileira* (1959). Compreender a arquitetura textual de Candido como uma narrativa de passagem, na qual são selecionados os momentos decisivos da literatura brasileira, indica uma permanente tensão entre tradição e modernidade e o caráter incompleto de nossa formação literária. Assim, de maneira a abarcar a relação entre tradição e modernidade, fundadora de uma literatura nacional, propomos uma chave de leitura schilleriana. Desse modo, talvez seja possível, a partir da passagem de uma literatura de traço ingênuo para uma de caráter sentimental, identificar o sentido da teoria da formação da literatura brasileira expressa por Candido.

162

Palavras-chave

Modernidade; Formação; Antonio Candido.

Abstract

This article analyzes the literary historiography of Antonio Candido, expressed in the book *Formação da literatura brasileira* (1959). Understanding Candido's textual architecture as a narrative of transition, in which the crucial moments of Brazilian literature are selected, suggests a permanent tension between tradition and modernity, and the unfinished character of our literary formation. Thus, aiming to grasp the relation between tradition and modernity, as the ground of a national literature, we propose a schillerian approach. Perhaps through the passage from a naïve literature to a sentimental one, it may be possible to identify the sense of Brazilian literature formation's theory expressed by Candido.

Keywords

Modernity; Formation; Antonio Candido.

Recebido em: 8/9/2016

Aprovado em: 15/8/2017

Formação da literatura brasileira, de Antonio Candido, publicado em 1959, possui um desenho narrativo peculiar. Ao contrário da completude, amiúde almejada nos modelos tradicionais de historiografia literária, em que a origem configura o incontornável início e a narrativa estende-se ao presente da escrita, Candido seleciona o que considera os *momentos decisivos* na formação da maturidade literária nacional. Sua escrita, desse modo, busca captar o movimento transitório: a passagem da normatividade neoclássica, ajuizadora de gostos e legisladora da produção poética, para a emergência de uma literatura romântica responsável por um novo tipo de sensibilidade e por conceder um traço local às letras. Nesse sentido, o momento inicial para a compreensão da conquista da maturidade intelectual, segundo a perspectiva histórico-cultural adotada pelo autor, seria a formação de uma rotina literária baseada em preceptivas neoclássicas. A aclimação de temas universais e a sedimentação das formas desempenham papel constitutivo fulcral, pois condicionam o posterior surgimento de um sentimento de cores nativas. A síntese encaminhada na arquitetura textual, portanto, prevê uma espécie de fusão entre a imaginação europeia e a sensibilidade nacional.

Antonio Candido justifica a baliza temporal adotada como decisiva, 1750-1880, fazendo distinção entre *literatura* e *manifestações literárias*. O que definiria a literatura como sistema simbólico seria a existência de um comércio regular entre autor e leitor, calcado na transmissão de uma tradição através das obras. O aspecto orgânico da literatura se anuncia na “existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, [...], que liga uns aos outros” (CANDIDO 2009, p. 25). Autor, obra e leitor formariam a tríade necessária para a existência do que o crítico define como literatura; nesses termos, o que estaria em questão seria a regularidade das trocas simbólicas e a formação de uma tradição no jogo tenso entre o universal e o local. Por outro lado, as obras sem lastro em termos de influência, ou que não se originassem dessa tensão, funcionariam apenas como espasmos literários, manifestações avulsas que deveriam ser excluídas de uma narrativa que visasse a delinear a formação da literatura brasileira. O sistema almeja, através do jogo de influências que marcam a trajetória intelectual nacional, identificar sobretudo “uma continuidade ininterrupta de obras e autores, cientes quase sempre de integrarem um processo de formação literária”. A tradição, dessa maneira, revela-se como imperioso e consciente ato de transmissão ou, como na imagem sugerida por Candido, uma “espécie de transmissão de tocha entre corredores”. Somente verificada tal continuidade ou permanências seria possível tecer o fio que permite historicizar a forma literária, pois “sem esta tradição não há literatura, como fenômeno de civilização” (CANDIDO 2009, p. 26).

Literatura, portanto, assenta-se não somente nas trocas simbólicas, mas, sobretudo, na interferência que o passado exerce sobre o presente por meio da influência. A consciência exigida pelo sistema literário proposto aponta para a dimensão empenhada da criação literária, como também no reconhecimento

do passado como fonte que não deve ser desprezada na apreciação crítica da literatura, possibilitando identificar constâncias e inovações. Vale mencionar que a tradição não adquire aqui uma rigidez cadavérica ou o aspecto de fardo nietzschiano, mas configura-se em um código literário acessível ao autor e ao público e que permite aquilatar as novas obras e proporcionar uma meta de superação. A noção de sistema literário, ao prever movimento que se inicia com a criação poética, mas somente se conclui com a recepção, enfatiza não o passado em si, mas uma sempiterna reconfiguração do passado pelo presente. Desse modo, a tradição teria a função de demarcar certos padrões que permitissem a feitura de quadro comparativo amplo, possibilitando também a “transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar” (CANDIDO 2009, p. 25-26).

O que está em jogo num primeiro instante seria a identificação do momento de formação da tradição, quando se supera a simples manifestação literária e a produção pretérita adquire status de literatura. Mais do que uma reminiscência do passado, a tradição deveria manifestar-se em sucessivos presentes, em ininterrupto diálogo entre passado e presente, sempre pendulando entre aceitação e negação, entre conformismo e sedição. Em suma, a tradição, tal como preconizada por Candido, manifesta-se enquanto processo formativo, no qual a relevância do passado literário, que se materializa num jogo de referências cruzadas no interior das obras, não reside em si mesma, mas na relação possível com o todo, com certo legado letrado e devir literário.

164

Com base na concepção de sistema literário e no aspecto formativo que configura o sentido da historiografia literária de Antonio Candido, a questão que pretendemos destacar é que, para além dos avanços poéticos da ficcionalidade, a narrativa de *Formação da literatura brasileira* orienta-se para a descrição do aparecimento gradual de uma dimensão autorreferente da literatura nacional. Sendo assim, a noção de sistema literário indica a valorização do jogo intertextual estabelecido entre os autores, as referências compartilhadas, a capacidade de uso criativo de um repertório comum e, sobretudo, a reflexão de cunho crítico que torna a tradição um legado profícuo e referência inexorável para aquilatar a produção literária nacional. A formação da literatura brasileira, nessa perspectiva, parece ser descrita como um progressivo processo de perda da ingenuidade, calcada numa inspiração de natureza intuitiva, e o cultivo de uma sensibilidade intermediada pela capacidade de reflexão crítica. Tal estratégia de síntese formativa da historiografia literária permite uma aproximação ensaística com a reflexão schilleriana sobre o poeta ingênuo e o sentimental.

Costurando temporalidades

Ao se colocar *deliberadamente no ângulo dos nossos primeiros românticos*, Candido, mesmo reconhecendo os equívocos advindos de tal visão, busca narrar uma *história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura*. Sua narrativa prioriza, assim, a descrição da vontade e do empenho no desenvolvimento de uma consciência literária nacional, uma atitude reflexiva que permita a avaliação

do legado luso-brasileiro e, posteriormente, a construção de uma tradição nacional. Não por acaso, seu panorama formativo se encerra com o *Instinto de nacionalidade* (1873), de Machado de Assis. Talvez ainda mais significativa seja a omissão deliberada da produção ficcional de Machado, inclusive a publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880), considerada obra basilar para a maturidade do escritor, destacando a centralidade da crítica no pretendido panorama literário brasileiro.

A opção pelo crítico em detrimento do ficcionista merece considerações. No prefácio da 1ª edição, Candido explica que a exclusão do Machado de Assis romântico o obrigaria a fragmentar uma obra cuja unidade vinha sendo reforçada pela fortuna crítica machadiana.¹ Depreende-se de tal consideração que somente a primeira fase da produção machadiana se adequaria ao sistema erigido em *Formação*: a fase realista que se segue à publicação de *Memórias póstumas* extrapolaria a proposta de uma narrativa de passagem, pois exemplificaria uma solução estética que, em certa medida, o colocasse para além dos impasses provocados pela tensão entre o local e o universal ou entre tradição e modernidade. Em *Instinto de nacionalidade*, por sua vez, Machado destaca o lento trabalho de formação literária que foi iniciado com os árcades e estende-se ao momento romântico. Vejamos o trecho machadiano que serve como desfecho para a historiografia literária de Antonio Candido:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Esta é a outra independência que não tem sete de setembro nem campo do Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo (MACHADO DE ASSIS 1974, p. 343-351).

165

A mobilização da perspectiva crítica de Machado de Assis como epílogo do arco narrativo funciona como síntese que torna transparente a similitude entre o panorama crítico dos autores, pois em ambos a noção de *formação* mostra-se como ponto estruturante da peculiar relação entre passado, presente e futuro. A sincronia dos balanços literários funciona como uma espécie de efeito de eco, como artifício que, ao mesmo tempo em que demarca a fundação de uma tradição crítica, permite indicar que a teoria da formação desloca-se de uma nacionalidade constituída em uma origem remota ou recente para um devir em aberto (Cf. BAPTISTA 2005, p. 64). No entanto, o sentido teleológico, que pode ser reconhecido em ambos, não minimiza o empenho em dialogar com os antecessores locais, numa indicação de avanços e recuos, engendrando

¹ Tal explicação, é relevante apontar, não deixa de ser também o reconhecimento de que a ausência da ficção de Machado representava uma lacuna no seu quadro formativo: "Outra falha me parece, agora, a exclusão do Machado de Assis romântico no estudo da ficção, que não quis empreender, como se verá, para não seccionar uma obra cuja unidade é cada vez mais patente aos estudiosos. Caso o livro alcance segunda edição pensarei em sanar estas e outras lacunas" (CANDIDO 2009, p. 14).

conscientemente a tessitura de uma tradição como condição de possibilidade para a formação. A sensibilidade crítica machadiana reverbera a proposta formativa de Candido, provocando uma espécie de superposição de tempos distintos, costurando temporalidades no esforço de engendrar sínteses provenientes da tensão entre o ideal de modernização, feito prognóstico de futuro, e a realidade histórica que indica a permanência do passado.²

Em outras palavras, a concepção de que a maturidade depende de uma atitude reflexiva diante do passado e do presente da produção literária, num movimento de depuração do gosto e de educação estética, mostra-se visível nas palavras de Machado de Assis e na perspectiva formativa de Candido. Segundo Leopoldo Waizbort, “se para Machado de Assis falta a crítica, como dimensão autorreflexiva da literatura nacional, para Antonio Candido o diagnóstico machadiano da falta já é, ele mesmo, a dimensão autorreflexiva” (WAIZBORT 2007, p. 141). Nesse sentido, a utilização da crítica machadiana serve como desfecho exemplar talvez não só pelo alerta contido, mas também pelo movimento marcado pela substituição de um diagnóstico do instinto de nacionalidade por um sentimento íntimo, demonstrando a perda de uma ingenuidade e o aparecimento de uma dimensão sentimental-reflexiva. A ingenuidade no trato com a natureza vai gradativamente cedendo lugar ao artifício do escritor. Dessa maneira, em consonância com o movimento proposto por Candido, a reflexão schilleriana indica que o ingênuo e o sentimental se diferenciam “pelo fato de o primeiro referir-se a uma maneira natural ou instintiva de criar, ao passo que o segundo se destaca por um procedimento eminentemente reflexivo” (SUZUKI 1991, p. 31).

166

No momento decisivo de constatar a emergência da literatura nacional, Antonio Candido expõe em primeiro plano não o modelo europeu, mas a sensibilidade local intermediada e depurada pelo discernimento crítico. Dessa forma, pode-se identificar uma importante inflexão poética: o aparecimento de um sentimentalismo mais brando, menos lacrimoso e atenuado pelo artifício da escrita. Se os folhetins moralistas e edificantes, repletos de peripécias, possuíam público cativo, marcando a submissão do autor ao gosto médio do público, a expansão do lirismo – exemplificada em Fagundes Varela e Castro Alves – deixava entrever um novo arranjo estético, uma literatura menos epidérmica por fazer uso de uma tradição que começava a ganhar solidez. Não se trata da formação de um cânone de mestres da ficção: esse passo extrapola as páginas de *Formação da literatura brasileira*. Importa antes o discernimento, a crítica, a criação consciente do artefato literário do que o reconhecimento de uma obra de gênio que pudesse balizar uma espécie de genealogia da literatura nacional.

Assim, o momento de formação diz respeito, sobretudo, à gradativa capacidade reflexiva dos literatos, à emergência de uma literatura sentimental. Sublinhar pequenos experimentos estéticos, variações de timbre, retirar o melhor efeito de um velho recurso delineiam nossa tradição e apontam para o esforço que envolve gerações. A consciência crítica, que ganha maior solidez

² Sobre o sentido da formação na historiografia literária de Antonio Candido, ver ARANTES 1997. Sobre o caráter normativo do conceito de formação na historiografia brasileira entre 1920 e 1950, ver RODRIGUES 2015.

em fins do século XIX por conta de um deliberado esforço de edificação de uma tradição, atesta a maturidade literária nacional não pela publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, pela genialidade do ficcionista que se mantém como exceção, mas pela obra contínua e de menor vulto que estabelece o hábito de olhar e dialogar com os antecessores.³ Sobre o surgimento dessa nova sensibilidade, diz-nos Candido:

São traços importantes para completar a expressão da nova sensibilidade, amaciando, colorindo, adoçando o verso português a fim de dobrá-lo às suas exigências, num processo de contrapeso ao estilo regular e lógico do Classicismo. Junto ao legado harmônico da Arcádia e às suas nobres cadências prepara-se deste modo uma invasão de melodia que habituará o ouvido à melopeia, facilitando, desintelectualizando a percepção lírica. A sensibilidade natural começa a se tornar *sentimental* e procura as formas expressivas adequadas, que o Romantismo levará às últimas consequências (CANDIDO 2009, p. 113).

Trata-se, portanto, de sublinhar uma nova sensibilidade, que funciona não como contraponto à regularidade classicista, como momento de ruptura e negação, mas como algo que é engendrado dialeticamente por meio de uma contínua formação. E modelar tal nova sensibilidade, por meio do jogo tenso entre tradição e modernidade, requer uma nova forma de expressão provocada pelo desejo de avanços estéticos e pela busca por autonomia literária: segundo Candido, “só quando aparecerem poetas capazes de superar a estreita preocupação ilustrada e comunicar no verso a beleza do mundo e a emoção dos seres, é que esta geração alcançará verdadeiramente a poesia” (CANDIDO 2009, p. 117). A nova sensibilidade tornou as preceptivas clássicas por demais estreitas, impôs uma limitação às convenções e assinalou uma nova exigência de forma.

167

A emergência de uma sensibilidade fundadora

Valendo-nos ainda da reflexão schilleriana, que opõe a criação ingênua à sentimental, talvez seja profícuo testar, a partir da armação narrativa de Candido, a possibilidade da seguinte chave de leitura: o par antitético clássico-romântico como extensão do ingênuo-sentimental. Vejamos as palavras de Goethe que explicam a sinonímia schilleriana clássico-ingênuo e romântico-sentimental:

O conceito de poesia clássica e romântica, que agora corre o mundo todo e causa tanto conflito e divergência... provém originalmente de mim e de Schiller. Na poesia, tinha eu por máxima o procedimento objetivo e pretendia que apenas este valesse. Schiller, porém, que atuava

³ Ao descrever uma poética da emulação em Machado de Assis, João Cezar de Castro Rocha chamou a atenção para esse uso dinâmico e inventivo da tradição como marca da produção do autor. Ao destacar a transição do jovem moralista para o maduro e irônico autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, sublinha sua capacidade de leitura crítica como promotora de uma reinvenção de sua poética, ruminar a tradição e dar-lhe uma feição original através de uma recombinação de elementos. Tal perspectiva, ignorando as nuances do argumento e seu viés deliberadamente anacrônico, corrobora o argumento aqui defendido que aponta para a capacidade de reflexão como ato fundador da modernidade literária. Segundo o autor, “o estabelecimento de tal equivalência entre rinação e *aemulatio* exige um passo suplementar. Afinal, se a rinação pressupõe um ato interpretativo, a técnica da *aemulatio* necessariamente vai além, propondo um ato inventivo através da incorporação do alheio. Hermenêutica com dentição afiada, o resgate anacrônico da *aemulatio* possui sabor antropofágico” (ROCHA 2013, p. 159).

de forma inteiramente subjetiva, considerava a sua maneira a correta e, para defender-se de mim, escreveu o ensaio sobre poesia ingênua e sentimental. Demonstrou-me que eu próprio, contra a vontade, sou romântico e que, pelo predomínio da sensibilidade, minha Ifigênia não é assim tão clássica e tão no sentido antigo como talvez se pudesse crer. Os Schlegel aproveitaram a ideia, de modo que agora ela se difundiu pelo mundo inteiro, e todos falam de classicismo e romantismo, nos quais há cinquenta anos ninguém pensava (GOETHE *apud* SUZUKI 1991, p. 23).

Não se trata de recorrer a nominalismos ociosos, mas sim de se estabelecer uma aproximação ensaística que possa potencializar a interpretação proposta: pela distinção entre o ingênuo e o sentimental, ou mesmo entre clássico e romântico, a tensão entre natureza e artifício ganha o primeiro plano. Enquanto os ingênuos buscavam a naturalidade da expressão, uma simplicidade que se adequava ao padrão do belo, os sentimentais procuravam reencontrar a natureza por meio do artifício poético. O sentimentalismo, na perspectiva schilleriana da modernidade, representa a atitude reflexiva na busca pela naturalidade perdida, que nunca será satisfeita, tornando-se, no limite, uma espécie de segunda natureza. O procedimento criativo moderno, desse modo, seria entremeado pela cultura, por um projeto de educação estética que visa a alcançar uma dimensão universal da experiência – seguindo o sistema kantiano, tal dimensão seria somente atingida através de uma relação harmoniosa entre a faculdade do entendimento e da imaginação.

168

A passagem do superficial nacionalismo descritivo romântico, no qual a natureza ganha tom idílico, para um sentimento íntimo, através do qual uma interioridade nacional adquire forma, revela certa atenuação da perspectiva nacionalista expressa em *Formação*. O nacionalismo que se mostrou como pilar das historiografias literárias do século XIX, tocado quase sempre por uma dimensão política, ganha outra configuração, donde se depreende uma tentativa de superação da dicotomia entre a experiência e a imaginação. A sensibilidade alimentada por uma ambiência nacional e a imaginação motivada pela forma europeia parecem dar origem a uma nova possibilidade de síntese. Uma síntese que não vislumbra apaziguar os contrários, mas sim conceder uma resposta criativa e depurada de tal tensão, capaz de imputar um sentido moderno à formação literária nacional. Candido parece indicar uma espécie de solução dialética para superar a moléstia de Nabuco, a qual grassava na intelectualidade brasileira, fazendo com que a subjetividade se forjasse quase que inevitavelmente em conformação com uma imaginação europeia e com que o sentimento nacional se restringisse ao lamento da distância física da pátria.⁴

Segundo a interpretação de Guilherme Simões Gomes Júnior, o arcadismo por um triz não seria excluído do panorama literário desenhado por Antonio

⁴ Joaquim Nabuco, em *Minha Formação* (1900), aponta para o vazio estético e histórico do Novo Mundo, para a verdadeira solidão de espírito que apaga as reminiscências do passado e condena os brasileiros à instabilidade: “A instabilidade a que me refiro provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo o que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia” (NABUCO 1999, p. 49). Sobre a formação da subjetividade em Joaquim Nabuco, ver Araujo (2004; 2001).

Candido, pois constituía um momento de transição entre o contorcionismo retórico, expressão da decadência barroca e de um gosto duvidoso, e a solução esteticamente equilibrada, verificada em Cláudio Manuel da Costa e que precede a autoconsciência nacional do romantismo (GOMES JÚNIOR 1998, p. 140-41). Todavia, a força argumentativa de Candido deve-se justamente a essa passagem, pois tal leitura crepuscular garantiria a dosagem de elementos externos, que constituiriam uma tradição mais ampla e elementos internos que emergem da própria plasticidade dos temas locais: Cláudio Manuel da Costa estaria no limiar entre o bairrismo mineiro e os padrões eruditos da Europa, uma espécie de caipira que “procura disfarçar as marcas de origem acentuando os traços aprendidos na cidade” (CANDIDO 2009, p. 88). Tal tentativa de escamotear um traço espontâneo por meio das convenções funciona como uma espécie de metonímia de nossa formação. Essa permanente tensão condiciona as principais manifestações literárias do período e expressa uma dualidade que se mantém em suspenso, aguardando uma posterior síntese em que sejam reconfigurados os diferentes elementos verificados na poética do autor, o que, por sua vez, permitiria transformar “inconscientemente o cenário natural em estado da sensibilidade” (CANDIDO 2009, p. 89).⁵

A transitoriedade mostra-se estrutural para a formação literária brasileira, seguindo o argumento de Candido, pois o afã por totalidade não impõe a completude, interessa-se antes pela dialética formativa - por isso, arcadismo e romantismo se equivalem enquanto elementos fundadores. A opção pelo arcadismo como uma espécie de *antessala* de nossa literatura nacional reside na força formadora do classicismo, uma espécie de educação estética que marca a presença do Ocidente, que, ao consolidar-se, mesmo que como emulação, permite a emergência da temática nacional. Incorporados esses elementos eruditos em terras incultas, poderíamos esgarçar a tradição através do uso consciente e afetivo de uma expressão de traços locais.

Presença indelével em momentos de transição, o maneirismo - expressão literária sem músculo, mero exercício formal envelhecido pelo uso indiscriminado - aproxima-se da noção de rotina, termos que se confundem na própria narrativa de *Formação*. Quando os modelos tornam-se moeda corrente, configuram uma rotina e cria-se uma tradição assentada num diálogo literário entre antecessores e contemporâneos, ao mesmo tempo em que se impõe o cansaço das convenções. Em ato contínuo, a decrepitude de temas e formas engendra sua própria negação, ou, como diz Candido, “cada período literário é ao mesmo tempo um jardim e um cemitério” (CANDIDO 2009, p. 201). Vejamos sua colocação a respeito dessa transição que evoca tradição e ruptura:

⁵ Mostra-se interessante notar que a leitura de Candido atenuou o barroquismo de Cláudio Manuel da Costa pela contenção dos excessos, pois o exagero fora tocado pela temperança clássica. O que deve ser destacado nessa interpretação é justamente a capacidade de pôr em equilíbrio essas influências, abrandando sua força expressiva e o ímpeto para o uso contorcido das metáforas por meio da influência do classicismo. Seu trato artesanal, ao burilar a simplicidade poética, coaduna-se com a expressão de uma emoção pura. A inspiração encontra na tradição uma aliada que lapida sua forma poética, e, exatamente, nessa fusão moderada reside sua força, superando o simples amaneiramento de filtro barroco.

No que estamos analisando, a acentuação de características fez com que a naturalidade neoclássica, penosamente obtida, se tornasse prosaísmo; a elegância, afetação; o Classicismo, frio arrolamento de alegorias; a *Ilustração*, pedantismo didático. Por outro lado, o mesmo processo ressaltou certas tendências menos ostensivas na fase anterior e agora salientadas pela hipertrofia. Assim, a preocupação geral com o humano, acentuando-se, concentrou-se no indivíduo singular; o culto da natureza propiciou o sentimentalismo, levando ao amolecimento da sensibilidade; a paixão pelas coisas civis desdobrou-se no patriotismo; a devoção religiosa, na pesquisa dos mais refinados estados d'alma (CANDIDO 2009, p. 201).

Apesar do prosaísmo, da afetação, de alegorias mecânicas e do pedantismo das referências didáticas, decorrentes de seu uso repetitivo, como obrigação do espírito culto, o neoclassicismo cumpre seu papel na formação: estabilizou uma rotina e construiu uma espécie de repertório que alimentou a criação literária nacional. Em circunstância diversa, o elenco de normas clássicas admite sua porosidade ao, gradativamente, receber influxos renovadores provenientes do sentimentalismo emergente dos primeiros românticos. Nessa transição, o passo decisivo que se esboça é a transparência de sentimentos locais que serão literariamente organizados.

A opção de Antonio Candido pelo arcadismo como pedra angular de nossa formação não se restringe ao âmbito estético. Além de atento à rotina, engendrada pela noção de sistema, sublinha a consciência política lapidada pelos árcades. Destaca o desenvolvimento cívico como corolário do racionalismo do período, o que implicará as primeiras manifestações do nativismo na poesia de fins do século XVIII. Ainda que disperso e frágil, ali se estabelece um esforço de aclimação nevrálgico para semear uma sensibilidade literária. De acordo com Candido, as parcas luzes que atingiram a produção literária colonial, ainda ramo secundário dos lusitanos, serviram para alentar certo nativismo bucólico que descreve a natureza nacional de maneira intelectual, numa tensão ainda não resolvida entre erudição e experiência; no entanto, vale dizer que nesse momento a convenção ainda pesa mais que a sensibilidade na pena do poeta: a normatividade engendra uma ordem estética que estimula a integração com o Ocidente através da literatura. O embate entre a inteligência e a sensibilidade aflora no exercício mimético dos poetas:

O Arcadismo é, pois, consciência de integração: de ajustamento a uma ordem natural, social e literária, decorrendo disso a estética da imitação, por meio da qual o espírito reproduz as formas naturais, não apenas como elas aparecem à razão, mas como as conceberam e recriaram os bons autores da Antiguidade e os que, modernamente, seguiram sua trilha (CANDIDO 2009, p. 53).

Segundo Candido, o inacabamento de nossa formação literária deriva da dificuldade provocada pela dependência em relação aos modelos europeus. Como consequência disso, no âmbito do processo criativo teríamos, por sua vez, um prolongamento da relação ingênua com o ambiente. Todavia, não se pode perder de vista que, num primeiro momento, a dificuldade de moldar as

preceptivas clássicas em ambiente hostil foi aspecto importante da formação literária nacional, mas que, superada essa aclimatação, seria necessária uma reconfiguração da forma, para que uma nova sensibilidade emergisse. Tal passagem, assim, seria engendrada pelo consciente uso do artifício, pelo esgarçamento dos modelos europeus.

Formação como teoria da modernidade

Para referendar o momento decisivo da transição de uma sensibilidade árcade para uma romântica, podemos utilizar as palavras de Schiller: “o ingênuo é uma infantilidade, ali onde já não é esperada e, por isso, não pode ser atribuída à infância real no sentido mais estrito”. O que está em jogo, dessa maneira, não é uma metáfora organicista da formação literária nacional, mas sim certa inadequação da manutenção de uma ingenuidade clássica em ambiente moderno, onde “a natureza tem de estar certa, e a arte, errada” (SCHILLER 1991, p. 47). Em outras palavras, a questão da modernidade literária não se encerra na insistência da querela de antigos e modernos, mas pressupõe, sobretudo, uma reflexão sobre a própria temporalidade. Se é possível extrair da reflexão schilleriana certa utopia balizada por uma educação estética, o traço distintivo da modernidade que nos interessa para o desenvolvimento do argumento é a condição da diferença como experiência passível de ser tematizada. O reconhecimento da temporalidade enquanto condição de possibilidade da crítica implica uma valorização da dimensão histórico-qualitativa e não meramente cronológica da modernidade (LIMA 1993, p. 153-170; OSBORNE 1992).

A modernidade implicaria, inevitavelmente, a compreensão da dimensão reflexiva nos procedimentos de criação poética, seu caráter de artifício. No entender de Schiller, “atribuímos a um homem uma intenção ingênua se em seus juízos não repara nas artificiais e rebuscadas relações das coisas e atém-se unicamente à natureza simples” (SCHILLER 1991, p. 47-49). Ora, não é exatamente essa a passagem que Candido procura descrever em sua narrativa de formação? Não seria, por exemplo, a superação gradual de uma ingenuidade indianista, expressa antes nos árcades e que duplicaria o quadro da natureza, uma das marcas fundadoras do artifício nacional?

Amparados por uma tradição que se constituía com vagar, os escritores sentimental-reflexivos puderam expressar uma sensibilidade particular e um realismo que concediam novas camadas à produção estética. Ao se referir ao papel desempenhado por José de Alencar, não somente no avanço promovido na tópica indianista, mas também em relação ao seu senso de realidade e aos seus estudos de psicologia humana – feito um Balzac em miniatura –,⁶ Antonio Candido concentra-se no domínio do artifício e na capacidade reflexiva como filtro para avaliar a contribuição de Alencar para a formação literária nacional:

⁶ “Isto não quer dizer apenas que Alencar foi melhor romancista ao criá-lo, pois a simplificação dos demais corresponde a outro tipo de ficção, mas que foi capaz de fazer literatura de boa qualidade tanto dentro do esquematismo psicológico quanto do senso da realidade humana. Por estender-se da poesia ao realismo cotidiano, e da visão heroica à observação da sociedade, a sua obra tem a amplitude que tem, fazendo dele o nosso pequeno Balzac” (CANDIDO 2009, p. 546).

A sua arte literária é, portanto, mais consciente e bem armada do que suporíamos à primeira vista. Parecendo um escritor de conjuntos, de largos traços atirados com certa desordem, a leitura mais discriminada de sua obra revela, pelo contrário, que a desenvoltura aparente recobre um trabalho esclarecido dos detalhes, e sua inspiração, longe de confirmar-se soberana, é contrabalançada por boa reflexão crítica. Tanto assim, poderíamos dizer, que na verdade não escreveu mais do que dois ou três romances, ou melhor, nada mais fez, nos vinte e um publicados, do que retomar alguns temas básicos, que experimentou e enriqueceu, com admirável consciência estética, a partir do compromisso com a fama, assumido n’*O guarani* (CANDIDO 2009, p. 548).

A consciência demonstrada no trato de temas que lhe são recorrentes, o cuidadoso realce de detalhes que não apagam a visão de conjunto, assim como uma inspiração moldada pela reflexão criativa laboriosa, são os predicados que permitem um juízo estético positivo da obra de José de Alencar. Empenhado em lastrear uma tradição que se forma vagarosamente e, portanto, utilizando certa régua de cunho evolutivo, Candido reconhece nos romances de Alencar “um refinamento que pressagia Machado de Assis” (CANDIDO 2009, p. 545). Ampliando o uso das categorias schillerianas para a compreensão da formação de uma tradição literária brasileira, pode-se concluir que, como a perda da ingenuidade não é trabalho isolado de indivíduo, mas sim uma obra coletiva – como já fora intuído por Machado –, ele com frequência antevê autores e obras em seus antecessores, em uma espécie de gradativa e constante produção de presença, fazendo com que o sentido de sua narrativa seja reconhecido em futuros enunciados por passados incompletos.

172

Insistir na questão do ingênuo e do sentimental como chave de leitura para a síntese da historiografia literária de Candido demanda certo cuidado para que não seja imposta uma simples antinomia ao ensaio schilleriano. De acordo com Schiller, o poeta “ou é natureza ou a *buscará*. No primeiro caso, constituiu-se o poeta ingênuo; no segundo, o poeta sentimental” (SCHILLER 1991, p. 60). Numa comparação pautada pelo que caracteriza o poeta ingênuo e o sentimental, ou uma sensibilidade antiga e moderna, respectivamente, Schiller aponta que “fica patente que a meta pela qual o homem se empenha mediante a cultura é infinitamente preferível àquela que alcança mediante a natureza” (SCHILLER 1991, p. 62). Tendo em vista tal assertiva, torna-se patente que Schiller, ao considerar uma sensibilidade moderna, aponta para a natureza como uma espécie de aporia, como retorno almejado pelo espírito cultivado. Não se trataria, no caso do poeta ingênuo, somente de uma representação precisa e calcada na sobriedade, mas do ilusório retorno do homem ao natural. Vejamos as suas palavras sobre a tensão entre natureza e artifício:

Enquanto ainda é natureza pura, quer dizer, não é natureza rude, o homem atua como indivisa unidade sensível e como todo harmonizante. Sentidos e razão, faculdade receptiva e espontânea ainda não se cindiram e muito menos estão em desacordo. Suas sensações não são o jogo informe do acaso, nem seus pensamentos o jogo sem conteúdo da faculdade de representação; aquelas provêm da lei da *necessidade*; estes, da *realidade*. Se o homem entrou no estado de cultura e a arte nele pousou a mão,

suprime-se a harmonia *sensível*, e ele ainda pode se manifestar apenas como unidade *moral*, ou seja, empenhando-se pela unidade. A harmonia entre seu sentir e pensar, que no primeiro estado ocorria *realmente*, agora existe apenas *idealmente*; já não está nele, mas fora, como um pensamento que deve primeiramente ser realizado, não mais como um fato de sua vida (SCHILLER 1991, p. 60-61, grifos do original).

O que se evidencia no artifício poético moderno é a possibilidade da natureza enquanto representação. O indivíduo moderno apartado da natureza, fragmentado pela impossibilidade de reabilitar sua sensibilidade ingênua, busca reproduzi-la de maneira ideal, como produto do intelecto. Assim, “a natureza o faz uno consigo; a arte o cinde e desune; pelo Ideal, ele retorna à unidade”. No entanto, essa busca nunca é satisfeita, permanece sempre em suspenso, pois o Ideal mostra-se inalcançável: “o homem cultivado jamais pode se tornar perfeito em sua espécie, tal como o homem natural pode se tornar na sua”. Isso não quer dizer que exista algum tipo de hierarquia entre as duas formas de sensibilidade mencionadas, visto que, “como a meta suprema da humanidade não é alcançável senão por progressão, e como aquele não pode progredir senão à medida que se cultiva”, assim, mesmo que se apresente como inatingível, descortina-se enquanto meta traçada por uma educação estética (SCHILLER 1991, p. 61-62).

Em outras palavras, tomadas do ensaio *O romancista ingênuo e sentimental*, de Orhan Pamuk, enquanto os “ingênuos estão irmanados com a natureza; na verdade, são como a natureza – calma, cruel e sábia”, eles gozam de uma espontaneidade que transforma a poesia numa “impressão que a natureza produz neles organicamente e que nunca mais os deixa”; o sentimental, por seu caráter reflexivo, “está extremamente consciente do poema que escreve, dos métodos e técnicas que utiliza e do artifício envolvido no seu empreendimento”. Dessa forma, conclui que “o poeta ingênuo não vê muita diferença entre sua percepção do mundo e o mundo em si. Já o poeta moderno, sentimental-reflexivo, questiona tudo que percebe, até mesmo os próprios sentidos” (PAMUK 2011, p. 17-18).

Avançando sobre a passagem da sensibilidade ingênua para a sentimental, talvez seja produtivo recorrer a outro leitor de Schiller, que, por sua vez, exerceu reconhecida influência nas reflexões estéticas de Candido: Georg Lukács. Ao discutir o condicionamento histórico-filosófico do romance, Lukács reverbera o pensamento schilleriano ao qualificar a ingenuidade do escritor:

A ingenuidade do escritor – uma expressão positiva somente para os mais intrinsecamente inartísticos da pura reflexão – é aqui violada, invertida no contrário; e o contrapeso desesperadamente conquistado, o equilíbrio oscilante de reflexões que se suprimem umas às outras, a segunda ingenuidade, a objetividade do romancista, é para tanto um simples sucedâneo formal: ele torna possível a configuração e arremata a forma, mas a própria maneira do remate indica com um gesto eloquente o sacrifício que se teve de fazer, o paraíso eternamente perdido que foi buscado mas não encontrado, cuja busca infrutífera e desistência resignada dão fecho ao círculo da forma (LUKÁCS 2009, p. 86).

Uma segunda ingenuidade torna-se símbolo não da ausência, mas da presença da técnica. Torna-se expressão da objetividade do escritor, que, ciente de suas possibilidades criativas, a reproduz como sucedâneo da forma, porém, não sem reproduzir, uma vez mais, a perda da naturalidade – artifício da forma que indica complexa trajetória criativa, pois refaz a ingenuidade como sensação advinda de um arranjo orientado por uma imaginação criadora.⁷ Tentando desfazer a antinomia armada no início de seu ensaio, Schiller busca uma espécie de síntese:

Por isso, se às vezes se sente a falta do *espírito* nas criações do gênio ingênuo, também amiúde em vão se pergunta pelo *objeto* nos frutos do gênio sentimental. Ambos, pois, embora de modo inteiramente opostos, cairão no *vazio*; porque ambos, um objeto sem espírito e um jogo do espírito sem objeto, nada são no juízo estético (SCHILLER 1991, p. 95).

174

A temporalidade evocada como condição indispensável para se pensar as condições de possibilidade da criação literária nos remete, novamente, ao contexto da formação nacional. A importância atribuída por Antonio Candido ao salto dado por Machado de Assis como criador e crítico indica uma espécie de solução provisória para certo devir da literatura nacional; além disso, aponta para a questão fulcral referente ao uso do pecúlio literário – pecúlio compreendido enquanto metáfora que expressa certa resistência do passado à condição moderna e a possibilidade de reordenamento do passado por meio desta mesma condição.⁸ O jogo entre passados e futuros possíveis, expresso na incompletude deliberada do quadro de formação nacional, pressupõe a fundação de uma tradição que permitisse avanços literários na periferia do capitalismo. O diálogo criativo com antecessores e contemporâneos demonstra a consciência do legado; em última instância, permite atingir certa maioria literária. Vejamos as palavras de Antonio Candido:

Se voltarmos porém as vistas para Machado de Assis, veremos que esse mestre admirável embebeu meticulosamente da obra dos predecessores. A sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar. Ele pressupõe a existência dos predecessores, e esta é uma das razões da sua grandeza: numa literatura em que, a cada geração, os melhores recomeçam *da capo* e só os medíocres continuam o passado, ele aplicou o seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores. Este é o segredo da sua independência em relação aos contemporâneos europeus, do seu alheamento às modas literárias de Portugal e França. Esta, a razão de não terem muitos críticos sabido onde classificá-lo (CANDIDO 2009, p. 436-37).

⁷ Sobre o papel precursor da reflexão crítica que anuncia o destino da forma, ver Lukács (2015).

⁸ Para a compreensão da metáfora do pecúlio no interior da reflexão crítica de Machado de Assis, sobretudo no que ela implica de deslocamento da oposição entre antigos e modernos, ver Baptista (2003). Sobre a relação entre instinto de nacionalidade e instinto de modernidade, ver Silva (2012).

Considerações finais

O caráter reflexivo-sentimental da crítica machadiana sintetiza o processo de amadurecimento descrito ao longo da *Formação da literatura brasileira*: uma ingenuidade clássica que gradativamente dá lugar a um sentimento romântico. Além disso, aponta para um movimento retrospectivo de posituação e qualificação do passado enquanto tradição, enquanto pecúlio necessário para a construção e orientação de um futuro garantidor da autonomia e modernidade literária nacional. A inflexão provocada pelo caráter reflexivo da crítica de Machado potencializa o próprio projeto crítico-formativo de Candido, pois a regularidade e a sedimentação reflexiva não somente sublinham a dimensão do artifício que envolve a representação da realidade, mas também vislumbram o discernimento poético necessário para transformar a experiência particular em matéria literária com pretensões universais.

Essa sensibilidade cultivada ou intermediada parece ser o ponto de chegada da narrativa de Candido. O equilíbrio entre interioridade e o dado externo, a maturidade para recriar o natural tolhendo os jorros emotivos, uma disposição mental para o reconhecimento da técnica, definem a longa atividade formativa das letras nacionais. Em suma, ao se destacar a centralidade da consciência crítica para a maturidade nacional, o esquema narrativo de *Formação* pretende sublinhar o valor de certa manifestação do passado. A sua historiografia literária, voluntariosa diante da percepção da vontade de expressão de uma identidade brasileira, busca erigir um patrimônio comum, um passado que se manifesta no presente como monumento coletivamente lapidado, pecúlio disponível às gerações futuras, indicando com isso as permanências advindas das influências. A linearidade figura como cabedal acessível, podendo tornar-se uma masmorra para os escritores considerados menores, pelo insucesso de suas criações que somente corroboram a sedimentação, ou uma escada ou laboratório para aqueles que se utilizam dela de forma criativa – lembremos a imagem da corrida de bastão, utilizada por Candido para sintetizar sua ideia de tradição.

A questão aqui é a peculiaridade da historiografia literária proposta por Candido, uma historiografia sentimental que parte do desejo de se ter uma literatura e termina com a presença de uma percepção sentimental do passado. A passagem da ingenuidade árcade ao sentimentalismo da crítica romântica permite a descrição de uma totalidade, sem completude, para valeremo-nos das palavras de Waizbort. Dessa maneira, o desfecho de Antonio Candido representa intercessão entre a expressão do sentimento íntimo machadiano, uma crítica ao nacionalismo de superfície e de traço amaneirado dos escritores empenhados na divulgação das cores locais, e a atitude reflexivo-sentimental, que pressupunha uma interiorização dos elementos externos. O recorte transitório que descreve a maturidade literária nacional depende do movimento reflexivo e crítico que torna universal a experiência estética, esboçando uma espécie de segunda natureza que substituiria a natureza perdida.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 11-66.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Através do espelho: subjetividade em *Minha formação* de Joaquim Nabuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 5-13, 2004.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Política como história, como literatura: um Estadista do Império. In: ROCHA, João César de Castro; ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). **Nenhum Brasil existe**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 303-312.
- ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade: notícia da atual Literatura Brasileira. In: COUTINHO, Afrânio dos Santos. **Caminhos do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Ed. Americana; Prolivro, 1974, p. 343-351. v. I.
- BAPTISTA, Abel Barros. **A formação do nome** – Duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- _____. O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido. In: _____. **O livro agreste**: ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.
- 176 CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos, 1750-1880. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. **Palavra peregrina**: O Barroco e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.
- LIMA, Luiz Costa. **Limites da voz**: Montaigne, Schlegel. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. Concepção de história literária na Formação. In: D'INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Org.). **Dentro do texto, dentro da vida**: ensaios sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras: Instituto Moreira Salles, 1992, p.153-169.
- LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas de grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.
- _____. Sobre a forma e a essência do ensaio: Carta a Leo Popper. In: _____. **A alma e as formas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 31-53.
- OSBORNE, Peter. Modernity is a qualitative, not a chronological, category. **New Left Review**, n. 192, p. 65-84, 1992.
- PAMUK, Orhan. **O romancista ingênuo e sentimental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis**: por uma poética da emulação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

- RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno Franco; DE SOUZA; Francisco Gouvea; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (Org.). **Teoria e historiografia**: debates contemporâneos. Jundiaí: Paco, 2015, p. 253-275.
- SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- _____. **Poesia ingênua e sentimental**. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- WAIZBORT, Leopoldo. **A passagem do três ao um**: crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- SILVA, Daniel Pinha. **Apropriação e recusa**: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SUZUKI, Márcio. Apresentação. In: SCHILLER, Friedrich. **Poesia ingênua e sentimental**. São Paulo: Iluminuras, 1991, p. 9-40.

Resenhas

review essays

O passado manifesto

The Manifest(ed) past

AZEVEDO, Beatriz. *Antropofagia: palimpsesto selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2016. 240p.

Mauro Franco Neto

franconeto.m@hotmail.com

Doutorando em História - Bolsista Capes

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua Bicame, 40A, Passagem de Mariana

35420-000 - Mariana - Minas Gerais

Brasil

Palavras-chave

Tempo histórico; Literatura brasileira; Historiografia.

Keywords

Historical time; Brazilian literature; Historiography.

Se a obra de Oswald de Andrade parece amplamente celebrada no meio cultural e universitário brasileiro, talvez o mesmo não possa ser dito em relação a uma exploração efetiva no presente das potencialidades que subjazem ao pensamento oswaldiano. É este talvez o principal intento de Beatriz Azevedo no livro *Antropofagia – palimpsesto selvagem* colocar em cena uma história mantida obs-cena, um tema tabu que atravessa a história das ideias no Brasil e que pode, ainda hoje, ser pensada enquanto um caminho reflexivo para o nosso tempo.

Em transcrição permanente, a antropofagia inspirou um conjunto de artistas e intelectuais, em especial após o tratamento conferido ao tema por Oswald Andrade ao longo da primeira metade do século passado: dos modernistas aos poetas concretos, do Teatro Oficina de Zé Celso às linhas de Oiticica e Lina Bo Bardi, do Cinema Novo à Tropicália. Esta resenha do livro de Beatriz Azevedo traz, porém, algumas provocações com um alvo preciso: em que medida o desdobramento da antropofagia oswaldiana enquanto caminho crítico hoje pode interpelar a historiografia? Ou ainda, será que sua potência reflexiva não traria à cena um conjunto de questões ainda não suficientemente desdobradas por historiadores, tais como a tênue fronteira entre passado, presente e futuro, a existência de outras formas de historicidade possíveis e uma forma particular de tematizar o passado que envolve o anacronismo enquanto condição existencial?

O livro de Beatriz Azevedo nasce do mestrado em Literatura Comparada defendido na USP em 2012. Ao longo de sua trajetória, porém, Beatriz Azevedo soube transitar por diversos outros espaços além da academia. Poeta, cantora e compositora, a multiartista atuou, dirigiu e foi premiada por diversas peças teatrais. Publicou ainda dois livros de poesia, *Idade da Pedra* (Iluminuras) e *Peripatético* (Iluminuras). Sempre esteve sob os seus olhos, porém, o tema da antropofagia, o qual discutiu em países como os Estados Unidos e a França, além de assinar a curadoria do Encontro Internacional de Antropofagia no Sesc Pompeia.¹

Como um dos últimos livros publicados pela editora Cosac Naify, sua estrutura simula o banquete antropofágico propriamente. A entrada traça algumas linhas fundamentais da obra de Oswald como o início do interesse pela antropofagia nos seus primeiros escritos do início do século, a relação tensionada com o campo intelectual modernista, tanto nacional quanto internacional, em especial com as vanguardas artísticas, além das estreitas vinculações políticas que o próprio autor acaba por tomar na década de 1930. O primeiro prato traz detalhes da construção da *Revista de Antropofagia* que publica, de maneira inédita, o *Manifesto Antropófago* em 1928, além de destacar certos aspectos da estrutura formal do manifesto que aparecerão nesta resenha mais adiante. O prato principal traz, dente por dente, uma leitura dos cinquenta e um aforismos que compõem o *Manifesto* e esmiúçam os múltiplos sentidos e possibilidades do experimento oswaldiano. Reservada para o banquete e a sobremesa, fica uma

¹ Para uma visão completa da obra de Beatriz Azevedo com os principais detalhes biográficos, premiações, atuações, eventos que organizou e participou, dentre outros detalhes ver seu site pessoal: <http://www.beatrizazevedo.com/>.

exploração da potência inerente à ação devoradora do antropófago perante as formas artísticas, a linguagem e a temporalidade, através de princípios como a *inversão* e a *invenção*.

É preciso destacar, no entanto, que é da forma “manifesto” que irão nascer as principais questões que compõem o trabalho de Beatriz Azevedo:

Explorando as possibilidades polissêmicas do título escolhido por Oswald de Andrade, pensemos agora em ‘manifesto’ no sentido de algo evidente, inegável, palpável – algo que se manifesta, que irrompe, que existe. Possivelmente indicando que o antropófago não pode mais se esconder nem ficar apenas latente, Oswald de Andrade escolheu para seu texto um título polissêmico: o manifesto (substantivo) é antropófago, e elemento manifesto (adjetivo, no sentido de indiscutível, declarado, patente), ou seja, declaradamente antropófago (AZEVEDO 2016, p. 61).

O “manifesto” tem, portanto, uma primeira dimensão – aquilo que pode se tornar visível pela tradução em palavras –, mas também uma segunda face observada por Azevedo, a saber, de algo que está ali, latente, oculto, encoberto. O ente oculto seria a entidade brasileira advinda da profundidade de nossos ancestrais ameríndios, encobertos pela colonização. Oswald almejava direcionar esse estado latente, que está presente, mas invisível, em ente manifesto. Mais ainda, estava em jogo a tarefa de um desrecalque, isto é, a revelação de um material psíquico reprimido por anos de colonização que precisaria se tornar manifesto: “Precisamos, menino, desvespuciar e descolombizar América e descabralizar o Brasil” (AZEVEDO 2016, p. 62).

A leitura aprofundada dos cinquenta e um aforismos que compõem o *Manifesto* promovida por Beatriz Azevedo não tem como marca o esgotamento ou apenas a historicização das proposições oswaldianas. Interessa-lhe, mais amplamente, desdobrar reflexivamente o que ali aparece de modo a sublinhar a presença intempestiva da antropofagia e observar, a partir dela, um conjunto de questões relacionadas à temporalidade, à estética, à forma do texto e o papel performativo da linguagem poética, além de lançar um olhar antropofágico ao recorrente tema da identidade que por muito tempo acompanhou o debate sobre a antropofagia.²

É ao não sufocar a reflexão de Oswald, acentuando desmedidamente os impasses dos gestos modernistas, que Beatriz Azevedo consegue expor, por exemplo, as complexas relações entre o arcaico e o moderno existentes na sua obra, na qual a redescoberta das concepções ameríndias não inviabiliza uma reinvenção das próprias relações com as modernas invenções da técnica. Antes, a potencializa. Num ato de devoração das novas formas de acesso à informação – como expressa um aforismo do *Manifesto*³ – “se Oswald estivesse vivo ele

² Um dos estudos seminais sobre a obra de Oswald, e que já identificara esse longo raio de ação da antropofagia é o de Benedito Nunes. Ali, Nunes identifica que a palavra antropofagia pode ser, contemporaneamente, metáfora, diagnóstico e terapêutica. Como um engenho verbal ofensivo, a antropofagia era metáfora quando se remetia à cerimônia guerreira da imolação do inimigo pelos tupis, englobando tudo que devíamos repudiar. Era ainda um diagnóstico de uma sociedade traumatizada pela repressão colonizadora que lhe condicionou o crescimento. E uma terapêutica, afinal, como vocábulo reativo, a antropofagia era uma reação violenta e sistemática contra os mecanismos sociais e políticos da instância censora (cf. NUNES, 1978).

³ “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago” (cf. ANDRADE, 2016, p. 13).

estaria ligado à cultura digital”,⁴ afirmou Azevedo em entrevista do jornal Folha de São Paulo.

O experimento antropofágico pressupõe, de tal modo, uma ida, não um regresso ao arcaico. É o experimento de outra concepção de mundo, ou ainda, de tempo. Na *Revista de Antropofagia*, em 1928, lia-se: “A descida antropofágica não é uma revolução literária. Nem social. Nem política. Nem religiosa. Ela é tudo isso ao mesmo tempo” (*apud* AZEVEDO 2016, p. 79). Ou seja, uma revolução de outra ordem. Melhor, para usar as palavras que encontramos no *Manifesto*: “Queremos a revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa” (ANDRADE 1978, p. 14) As revoluções ou projetos de futuro do mundo sócio-histórico⁵ não eram então suficientes para compreender a natureza da descida antropofágica. E Beatriz Azevedo esmiúça também os significados políticos de tal (im)posturaoswaldiana, situando-o na crítica aos extremismos, mas também ao liberalismo, todos devidamente ajustados às características homogeneizadoras do mundo moderno, configurando propriamente suas preocupações de uma ordem outra.

A antropofagia trazia no seu núcleo a reinvenção das relações com o passado. Nesse movimento, mais do que o “homem histórico” – do tempo escatológico e do progresso das civilizações – criado pela própria ciência⁶ da história, interessava o “homem não datado”, figura espectral associada a um passado remoto que permanecia como um assombro aos impasses e paradoxos do mundo histórico, em particular através das “estruturas matriarcais desaparecidas”. O não datado permitia o acesso a um passado outro, a um tempo outro, marcado por aquilo que Benedito Nunes chamou de compreensão “transversal” do processo histórico, ou no que Eduardo Sterzi nomeou como uma nova e mais complexa imaginação do tempo e da história, “em que o aprofundamento não se satisfaça com a apreensão trivial do influxo vertical do passado sobre o presente”.⁷

182

⁴ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1793425-beatriz-azevedo-devora-o-manifesto-antropofago-em-novo-livro.shtml>. Acesso em: 14/12/2017.

⁵ Há um binômio importante na obra de Oswald, realçado pelo escritor em ensaios tardios dos anos 1950, entre um dado mundo sócio histórico e o mundo não datado, associados aqui, respectivamente, ao patriarcado e ao matriarcado. Assim, Matriarcado e patriarcado representam para o escritor dois hemisférios culturais tão radicalmente opostos que dividiriam a história, sendo este o mundo do homem civilizado, aquele do homem primitivo. O matriarcado, aqui associado ao modo primitivo, traria consigo algumas características – a cultura antropofágica que entende o mundo não como dominação, mas devoração; o mundo não datado; a ausência de classes ou do Estado; o filho de direito materno; a propriedade comum do solo, dentre outros que vão aparecendo esparsamente no interior da densa cadeia imagética criada por Oswald. Por outro lado, o patriarcado fundado numa verdadeira revolução que extingue o anterior momento matriarcal para, através do direito legislado, instaurar a obediência, a organização coercitiva do Estado – personificação do legal. Com ele emergem as formas jurídicas patriarcais por excelência, a saber, o direito paterno, a propriedade privada do solo e o Estado de classes. Soma-se a isso, agora, o homem civilizado, o mundo sóciohistórico e a cultura messiânica, dependente de grandes sistemas explicativos que garantam para o futuro, em forma de promessa, aquilo que lhes foi usurpado no presente, anteriormente compreendido como devoração pelo universo antropofágico.

⁶ Aparece ainda na obra de Oswald, com maiores detalhes em *A crise da filosofia messiânica*, a proposição de uma “ciência errática”, uma ciência do vestígio errático, que tivesse como virtude tal valoração da falta e do erro – capaz de reconstruir esses extratos obliterados por certo movimento geral da história. Mais do que acreditar que da ciência viria a solução racional para todos os problemas da sociedade, Oswald parece mais próximo daquilo que, mais contemporaneamente, a filósofa Isabelle Stengers tem chamado de uma ciência capaz de participar de uma inteligência coletiva dos problemas. Uma ciência outra e que se reaproprie da imaginação necessária para se abrir a preocupações, saberes e objeções outras. Cf. <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=2965>. Acesso em: 14/12/2017

⁷ Ver Sterzi (2011, p. 440). O próprio Sterzi já havia feito movimento similar ao associar esse impulso temporal da Antropofagia com o que Walter Benjamin designava *imagem dialética*. Nas palavras do filósofo alemão:

Na formulação de Beatriz Azevedo a mesma equação temporal acontece nos seguintes termos: o bárbaro de Oswald não se fundamenta na perspectiva de passado, mas em um movimento em direção ao futuro (AZEVEDO 2016, p. 130). Mais objetivamente, Azevedo identifica que palavras primordialmente associadas ao passado arcaico, como "matriarcado" e "Pindorama", aparecem no *Manifesto* numa só formulação contemporânea, o matriarcado de Pindorama, que aponta para o futuro, signo de um tempo entendido enquanto devir, tempo das simultaneidades. Tempo do "bárbaro tecnizado" (AZEVEDO 2016, p. 173).

O passado, e também a memória, ou eram fontes de vida e de energia para a recriação, ou então seguiriam aquilo que Nietzsche já alertara sobre o mimado caminhante ocioso no jardim do saber e depois retomado por Benjamin na epígrafe da décima segunda tese sobre a história. Contra a memória tabu, enlatada e cadaverizada, Oswald, no quadragésimo quarto aforismo, pensava sua totemização e devoração pura: "contra a Memória fonte do costume. A experiência pessoal renovada." (ANDRADE 1978, p. 18)

Como uma partitura poética, e Azevedo evidencia bem isso, o *Manifesto antropófago* está para além de rígidas e intransponíveis interpretações filosóficas, históricas, políticas ou culturais. A bem dizer, são essas interpretações possíveis e bem-vindas, e o que de alguma forma é o que também se faz nessa resenha, com o detalhe, porém, de que tais leituras não percam uma outra dimensão e virtude do *Manifesto* que é estar para além de certo "representacionismo", na busca por uma direta evidência entre signo e sentido. Tomar a obra por inteiro, no caso do *Manifesto Antropófago*, significaria, portanto, entender sua própria encarnação estética, seu *corpus* poético. Nas palavras da autora: "é no *corpo* mesmo do *Manifesto* que Oswald *pratica* a sua *teoria*." (AZEVEDO 2016, p. 101, *italico da autora*). A atenção à materialidade da comunicação torna possível observar mesmo os recursos rítmicos, mântricos de que se vale Oswald: "Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros." (ANDRADE 1978, p. 15) São bordões e ecos que vão e voltam no decorrer do *Manifesto* e expõem sua preocupação com a forma, o performático e uma atuação no "concreto" do texto. Assim, quando lemos no décimo sexto aforismo do *Manifesto* que "o espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo", Oswald reafirma a centralidade do *corpo* em sua concepção de mundo antropofágica. Ou melhor, se as ideias "queimam gente nas praças públicas" (aforismo 45), contra elas "somos concretistas" (aforismo 45) e, de tal modo, Roteiros. Roteiros. Roteiros...

A investigação única e exclusiva do sentido, atentando-se apenas para a teoria que se defende deixaria escapar também *como* Oswald atua, escreve. De tal postura, demonstra Azevedo, derivam mais rimas que soluções. Sem, contudo, perder o mote da questão ou deixar de provocar a reflexão. Frases curtas como "Tupi, or not Tupi that is the question" colocam mais dúvidas do que conclusões, exaltando um pensar a partir de provocações, de tocar o tabu,

"A imagem dialética é uma imagem relampejante no agora da cognoscibilidade, o-que-foi (*das Gewesene*) é apanhado" (*apud* STERZI, 2011, p. 440). Esta imagem, como forma do objeto histórico, ainda teria a virtude de exibir uma genuína síntese. Ou mais, a imagem teria como característica fundamental ser um evento do presente, forma suprema de uma "presença pura", tal como a imagem dialética oswaldiana por excelência.

de exceder o limite. Valeria a pena cobrar de Oswald precisão conceitual? Sob quais riscos e com quais perdas?

Numa imagem extremamente feliz, o historiador Eelco Runia (2006, p. 309-321) definiu que a realidade histórica não nos aparece na forma de passageiro pagante, mas sim clandestino. Ou seja, não valeria muito mais a pena apostar nas dimensões do real que não se nos apresentam tal qual a intenção representacional do historiador, mas sim pelas margens e a despeito dos seus desejos de representação de sentido? Ou melhor, que Oswald e o seu "largo conceito", sua forma particular de apropriação da história – imprecisa, célere –, não teriam algo importante a nos dizer sobre a potência da presença do passado para além das intenções da representação?

O mérito de Beatriz Azevedo está também em se dirigir a uma das questões mais caras ao pensamento histórico: o problema da identidade. Antes de tudo é preciso clarificar que o antropófago nunca é, mas sim um *vir a ser* incessante, devir, potência. Então quando Oswald afirma que "o que precisamos é nos identificar" (ANDRADE 1978, p. 153) não se trata de uma reificação da ideologia da brasilidade, chave a qual a antropofagia foi por vezes lida, perdendo assim seu ponto nevrálgico, a saber, o tema da alteridade, de um "outro" que, menos que reduzido à minha própria imagem, seja apropriado para transcrição do próprio "eu". Ou, para usar as palavras de Eduardo Viveiros de Castro no provocante prefácio ao livro: "transformar-se, *por meio* dele, transformar-se em um *eu Outro*. [...] Não um ver-se no outro, mas ver o outro em si" (VIVEIROS DE CASTRO 2016, p. 16).⁸

184

A antropofagia revela, somado tudo isso, uma aproximação direta com o passado e o legado da tradição. Beatriz Azevedo ressalta que, mesmo os temas sendo similares aos autores contemporâneos e predecessores a ele – índios, Brasil, colonização, escravidão – o tratamento dado por Oswald segue um caminho único. Assim, muito além da criação de identidades estáticas do passado que mais aprisionam e imobilizam, tratava-se de pensar a *diferença*, colocar o *outro* em primeiro plano e a partir dele transfigurar-se. Ou ainda, mais que buscar uma síntese identitária, Oswald procurou investir, anarquicamente, nas contradições e descaminhos do legado histórico.

Abrir-se à relevância da provocação/reflexão oswaldiana no *Manifesto* sobre os fenômenos da historicidade significaria assim um desafio particular à historiografia. Consolidaria um novo estatuto marcado pela incorporação de outras formas e textos, além de dar a seriedade justa a esse "pensar sobre a historicidade" desde o Sul, com suas respectivas implicações, como o pensamento ameríndio, o pós-colonialismo e a própria antropofagia. Um movimento talvez similar àquele sugerido por Oswald no décimo aforismo do

⁸ Movimento semelhante fora notado também por Henrique Estrada Rodrigues, em particular a partir da leitura de um pequeno ensaio de Oswald intitulado *Um aspecto antropofágico da cultura brasileira: o homem cordial* (1950). Ali, Rodrigues explora uma releitura antropofágica do conceito de "homem cordial", mobilizado de início por Ribeiro Couto e Sergio Buarque de Holanda, no qual identifica que a cordialidade não seria apenas "algo impuro, cujo contato deveria ser interdito em proveito de padrões mais civilizados de conduta. Ao contrário [...], para Oswald o conceito de cordialidade também seria indício "de uma sociabilidade mais transigente e comunicativa, atravessada 'sentimento do outro, isto é, ver-se o outro em si, de constatar-se em si o desastre, a mortificação ou a alegria do outro'" (RODRIGUES, 2014, p. 309-321).

Manifesto, no qual oferece ao então renomado antropólogo francês Lucien Lévy-Bruhl a mentalidade primitiva para ele estudar, ao que o próprio Lévy-Bruhl qualificava de “mentalidade pré-lógica”. Ora, também a historiografia só teria a ganhar no momento em que decidisse se abrir ao “pensamento selvagem” – mas não aquele que se opõe ao “pensamento ocidental” – sim aquele que evoca o pensamento em “estado selvagem”, não domesticado e em toda sua potência.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Oswald. **Do Pau Brasil à Antropofagia e às outras Utopias**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- CASTRO, Eduardo viveiros de. Que temos nós com isso? In: AZEVEDO, Beatriz. **Antropofagia**: palimpsesto selvagem. São Paulo: Cosac Naify, 2016, p. 11-20.
- RODRIGUES, Henrique Estrada. Uma história cordial: Oswald de Andrade leitor de Sergio Buarque de Holanda. In: CLOULET, Ana Rosa; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (Org.). **Contribuições à historiografia luso-brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2014, p. 309-321.
- RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, v. 45, p. 1-29, 2006.
- STERZI, Eduardo. Dialética da devoração e devoração da dialética. In: CASTRO ROCHA, J.C; RUFFINELLI, Jorge. **Antropofagia hoje?** São Paulo: E-realizações, 2011, p. 437-453.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Regina Weber (UFRGS)
Luís Filipe Lima (UNIFESP)
Igor Guedes Ramos (UNESP)
Durval de Albuquerque Jr. (UFRN)
Francine Iegelski (UFF)
Julio Bentivoglio (UFES)
Julio Horacio Stortini (Universidad de Buenos Aires - Argentina)
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS)
Mateus Henrique Pereira (UFOP)
Gabriela Águila (Universidad Nacional de Rosario - Argentina)
Jonas Moreira Vargas (UFPEl)
Fernando Amed (FAAP; Centro Universitário Belas Artes de São Paulo)
Patricia Hansen (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - Portugal)
Pedro Cristovão dos Santos (USP)
Andréa Faria Fernandes (UERJ)
João Luís Lisboa (FCSH - Universidade NOVA de Lisboa - Portugal)
Alfredo Cesar Melo (UNICAMP)
Thiago Lima Nicodemo (UERJ)
Maurício Pedro da Silva (UNINOVE)
Julio Cesar Pimentel Pinto Filho (USP)

187

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como *recensão crítica*. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

190

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

191

Livro

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

Capítulo de livro

CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: _____. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

Coletânea

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

Artigos em periódico

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set. 2013.

Trabalho publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S. Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

192

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: <http://www.historiadahistoriografia.com.br>.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

194

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.